



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E
URBANISMO**

MONIQUE SANCHES MARQUES

**SUBJETIVIDADES E SINGULARIDADES URBANAS:
NA CONSTRUÇÃO DE UM “DEVIR” OUTRO ARQUITETO
URBANISTA.**

Salvador
2010

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Arquitetura
PPGAU-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

**Subjetividades e Singularidades Urbanas:
na construção de um “devir” outro arquiteto urbanista**

Monique Sanches Marques

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA) como requisito para a obtenção do título de doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Paola
Berenstein Jacques

Salvador
2010

M357 Marques, Monique Sanches.

Subjetividades e singularidades urbanas : na construção de um “devir”
outro arquiteto urbanista / Monique Sanches Marques. 2010.
286 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Paola Berenstein Jacques.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Arquitetura, 2010.

1. Arquitetos - Profissão - Desenvolvimento. 2. Arquitetos - Arquitetura
moderna - Séc. XXI. I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Arquitetura. II. Jacques, Paola Berenstein. III. Título.

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Arquitetura
PPGAU- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

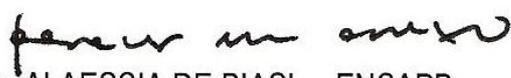
**Subjetividades e Singularidades Urbanas:
na construção de um “devir” outro arquiteto urbanista**

Monique Sanches Marques

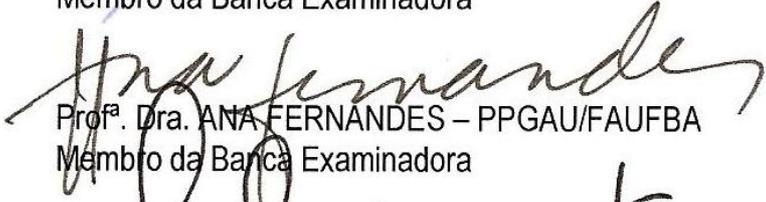
Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo da Universidade
Federal da Bahia PPGAU/UFBA)
como requisito para obtenção do
título de doutora.

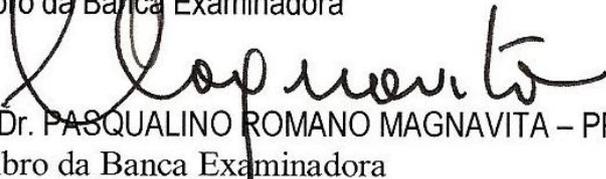
BANCA EXAMINADORA


Profª. Dra. PAOLA BERENSTEIN JACQUES – PPGAU/FAUFBA
Orientador e Presidente da Banca Examinadora


Profª. Dra. ALAESSIA DE BIASI – ENSAPB
Membro da Banca Examinadora


Profª. Dra. SILKE KAPP – NPGAU/UFMG
Membro da Banca Examinadora


Profª. Dra. ANA FERNANDES – PPGAU/FAUFBA
Membro da Banca Examinadora


Prof. Dr. PASQUALINO ROMANO MAGNAVITA – PPGAU/FAUFBA
Membro da Banca Examinadora

Salvador, 16 de abril de 2010

A memória de meu pai.

A minha mãe, Mireille e Cida.

Aos estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

Agradeço,

Aos arquitetos urbanistas incorporados! A todos eles e em especial a Profa. Paola Berenstein Jacques. A ela meu profundo respeito e amizade.

Ao Prof. Pasqualino Romano Magnavita, por me ensinar sobre a potência da vida e do pensamento.

A Profa. Ana Fernandes, por me falar sobre a ética diante do poder e dos atos minúsculos da vida cotidiana.

A Profa. Alessia De Biase, por me mostrar o exercício da alteridade e pela acolhida.

Obrigada ao Prof. Henri-Pierre-Jeudy.

Nesses anos de estudo e escrita da tese des(territorializei)-me, re-(territorializei)-me por diversas e diferentes vezes. Salvador e Paris tornaram-se também minha casa, minha ambiência íntima. Obrigada a Alice Stogia, Ana Malfitano, Bruno Vizier, César Henriques Matos, Clara Pássaro, Dudah, Fabrício Montevao, Felipe Sais, Fernando Igansi, Helder Teixeira, João Queiroz, Juliana Neri, Leandro Campos, Livia Drummond, Margarida Oliveira, Maria Castilho, Renata Picão, Ricardo Trevisan, Rodrigo Turin, Rodrigo Baeta, Rosa Ribeiro, Silvandira, Washington Drummond.

A arquiteta “urbana” Thais Portela.

Ao Gustavo Campos por me levar a Salvador pela primeira vez. Ao pequeno Vicente. Aos amigos Adriano Mattos, Alícia Penna, Breno Silva, Fabíola Bello, José Abílio Pereira, Iracema Bhering, Honório Nicholls, Marcelo Maia, Simone Cortesão pelas contribuições. A Edmée Mattos, Eneida Mattos, Graça Saraiva, Sônia Dias e Carlos Augusto de Assis pelo apoio. A Eliane Mattos pelos “cadernos da sorte”.

Agradeço aos companheiros da Cooperativa de Orientação/UFBA, equipe de pesquisa Cronologia do Pensamento Urbanístico/UFBA e UFRJ, equipe de pesquisa do LAA/Laboratoire Architecture de Paris la Villette em especial aos integrantes da

sessão Débats/ Les Réenchantements de La Courneuve, grupos de pesquisa Qualidade Urbana, Águas urbanas e Ateliê Popular do UNIHENDRIX/BH.

A Graça por ter me ensinado a “língua estrangeira”. A Rosely Alves por estar comigo de modo dedicado no desfecho dessa escrita.

Ao PPGAU/UFBA – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal da Bahia.

Aos bibliotecários, todos, pela ajuda sempre imprescindível.

Ao CNPQ e a CAPES pelo apoio financeiro.

Ao Acordo de Cooperação Internacional CAPES/COFECUB.

O pintor Paul Gauguin amou a luz na Baía de Guanabara
O compositor Cole Porter adorou as luzes na noite dela.
A Baía de Guanabara
O antropólogo Claude Levy-Strauss detestou a Baía de Guanabara:
Pareceu-lhe uma boca banguela.
E eu menos a conhecera mais a amara?
Sou cego de tanto vê-la, te tanto tê-la estrela.
O que é uma coisa bela?

[...] Estão às minhas costas um velho com cabelos nas narinas
E uma menina ainda adolescente e muito linda
Não olho pra trás, mas sei de tudo
Cego às avessas, como nos sonhos, vejo o que desejo
Mas eu não desejo ver o terno negro do velho
Nem os dentes quase não púrpura da menina

[...] E ouço as vozes
Os dois me dizem
Num duplo som

[...] "É chegada a hora da reeducação de alguém
Do Pai do Filho do Espírito Santo amém
O certo é louco tomar eletro choque
O certo é saber que o certo é certo
O macho adulto branco sempre no comando
E o resto ao resto, o sexo é o corte, o sexo
Reconhecer o valor necessário do ato hipócrita
Riscar os índios, nada esperar dos pretos
E eu, menos estrangeiro no lugar que no momento
Sigo mais sozinho caminhando contra o vento
E entendo o centro do que estão dizendo
Aquele cara e aquela:

É um desmascarar
Singelo grito:
"O rei está nu"

Mas eu desperto porque tudo cala frente ao fato de que o rei é mais bonito nu
E eu vou e amo o azul, o púrpura e o amarelo
E entre o meu ir e o do sol, um aro, um elo.

Caetano Veloso/ Estrangeiro

Resumo:

Esta tese propõe problematizar as maneiras de pensar e agir dos arquitetos urbanistas contemporâneos, suas formações disciplinares, suas ações no campo profissional e as situações urbanas de hoje em que os procedimentos usuais de projeto/planejamento arquitetônico e urbano parecem não mais abranger toda a complexidade das cidades. No momento atual de crise da própria noção de cidade – com as idéias de não cidade, cidades globais, genéricas, parques temáticos, urbanização generalizada, gentrificação, e com as situações urbanas extremas das cidades marginalizadas na periferia do mundo globalizado, como é o caso da maioria das cidades brasileiras – tais experiências parecem demandar pelo surgimento, formaÇÃO, legitimação ou reconhecimento de um “devir” outro arquiteto urbanista e é nessa direção que essa tese se abre. Num primeiro momento aborda-se o pensamento hegemônico definidor das formações e práticas dos arquitetos urbanistas desde os modernistas para em seguida estudar as maneiras de se pensar de arquitetos urbanistas propositores de outras “práticas” de produção material, construtiva, arquitetônica e urbana diferentes das recomendadas pelo pensamento dominante no campo da arquitetura e do urbanismo. Essa pesquisa tem na filosofia pós-estruturalista francesa principalmente extraindo alguns conceitos desenvolvidos por Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault seu viés/aporte teórico.

Palavras-chave: cidade – subjetividades – singularidades - devir-outro arquiteto urbanista

Abstract

This study proposes to argue the ways of thinking and acting of contemporary urban planner architects, their disciplinary formations, their actions in the professional field and today's urban situations, in which the usual procedures of project/ architectural and urban planning seem no longer cover the whole complexity of cities. At the present moment of crisis of the very notion of city – with the ideas of no town, global cities, widespread urbanization, generic city, gentrification, city parks and urban extreme situations of marginalized towns on the periphery of the globalized world, as most Brazilian cities – such experiences seem to request for emergence, formation, legitimization or recognition of a 'becoming' other urban planner architect. In this direction this survey goes for, at first discusses the hegemonic defining thought of formation and practices of urban planner architects since modernists, then studies the ways of thinking of urban planner architects proponents of other "practices" of material, urban, architectural and constructive production that are different from those recommended by the dominant thought in the field of architecture and urbanism. This search has its theoretical approach in the French post- structuralist philosophy bringing mainly some concepts developed by Gilles Deleuze, Félix Guattari and Michel Foucault.

Keywords: cities, subjectivities, singularities, becoming –other, urban planner architect.

Lista de ilustrações:

FIGURA 1: Exemplo da diversidade e confronto de ambiências. Fotomontagem: Pal. da Corôa Imperial e o Morro da Corôa ambos no Rio de Janeiro. Fonte: DOBRA.....	16
FIGURA 2: PPGAU/ sala de aula. Anotações acerca da tese. Fonte: JACQUES, 2009.....	35
FIGURA 3: Intervenções urbanas do Projeto Viva Viva na favela da Serra em Belo Horizonte. Fonte: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh	49
FIGURA 4: Favela da Rocinha no Rio de Janeiro.. Fonte: Escritório Toledo & Meinhof.	50
FIGURA 5: Comércio e negócios nas favelas. Fonte: http://revistapegn.globo.com/Revista	52
FIGURA 6: Exemplo de HLM/ <i>habitation à loyer modéré</i> “Les 4 000 à la courneuve” ou “La cité des 4000”. Fonte: http://derouault.net/+La-Courneuve	53
FIGURA 7: Implosões em La Courneuve/ Seine-Saint-Denis, 1986. Fonte: http://www.histoire-immigration.fr	54
FIGURA 8: Fonte: ERR, 2003.....	76
FIGURA 9,10: Desenhos de Le Corbusier registrando uma favela no Rio de Janeiro. Fonte: Corbusier,1929.....	117
FIGURA 11: Alusão ao olhar vertical e demiúrgico dos arquitetos urbanistas. Fonte MARQUES,2010	130
FIGURA 13: Exemplos de Tabula Rasa: la ville radieuse corbusiana, os espaços standartizados evocados por Jacques Tati em Mon Oncle e a genery city analisada por Rem Koolhaas.....	140
FIGURA 14: Exemplos de Tabula Rasa: la ville radieuse corbusiana, os espaços standartizados evocados por Jacques Tati em Mon Oncle e a genery city analisada por Rem Koolhaas.....	140
FIGURA 15: Exemplos de Tabula Rasa: la ville radieuse corbusiana, os espaços standartizados evocados por Jacques Tati em Mon Oncle e a genery city analisada por Rem Koolhaas.....	140
FIGURA 16: Le Modulor. Fonte: CORBUSIER 1995.....	153
FIGURA 17: Fonte: ERR, 2003.....	176

FIGURA 18: <i>The Naked City, illustration de l'hypothèse des plaques tournantes</i> , assinado por Guy Debord em 1957. FONTE: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp176.asp	201
FIGURA 19: Team X. FONTE: www.team10online.org/	205
FIGURA 20: Arquitetura transportável no Vietnã. Fonte: http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br	208
FIGURA 21: Habitação em Terni, Itália. Arquiteto: Giancarlo De Carlo. Fonte: http://giancarlodecarlo.blogspot.com/2009/11/habitacoes-em-terni-italia-habitacoes.html	211
FIGURA 22: New Gourna, Egipto, Arq. Hassan Fathy. Fonte: http://arquitecturasdeterra.blogspot.com/2008/10/save	214
FIGURA 23: Lina Bo Bardi e o design popular. Fonte: http://www.institutobardi.com.br/i	216
FIGURA 24: Sobre o desenho e o canteiro discussões propostas por Sérgio Ferro. Fonte: http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha162.asp	220
FIGURA 25: A semi-treliça proposta por Alexander. Fonte: http://www.patternlanguage.com/leveltwo/ca.htm	223
FIGURA 26: Imagem dos problemas de Boston. Fonte: http://klynch.com/	228
FIGURA 27: Lucien Kroll, La Meme, 1970-78. Projeto participativo para os edifícios estudantis da Faculdade de Medicina da Universidade de Louvain, na Bélgica.	229
FIGURA 28: Operação SAAL na cidade do Porto/Portugal FONTE: http://www.snpcultura.org	232
FIGURA 29: Complexo residencial Tiburtino, Roma. Fonte: http://itopiarometheeternalcity	240
FIGURA 30: Brás de Pina, antes e hoje. RJ. Fonte: http://desfavelizacao.wordpress.com/2008/07/	245
FIGURA 31: Terreno baldio/ Roça Grande/MG. Fonte: MARQUES, 2009.....	258
FIGURA 32: Terreno baldio/ Roça Grande/MG. Fonte: MARQUES, 2009	258
FIGURA 33: Fonte: http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/	285
FIGURA 34: Fonte: http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/	2285
FIGURA 35: Fonte: http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/	286

FIGURA 36: Fonte: http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/	286
FIGURA 37: Morador participando de Workshop em La Courneuve. Fonte: http://www.laa-courneuve.net/presentation81.html	288
FIGURA 38: Montagem das maquetes e realização do Workshpo em La Courneuve. Fonte: MARQUES, 2008	291

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
-------------------	----

CAPÍTULO 1: POR UM DEVIR OUTRO ARQUITETO URBANISTA

1.1 Sobre a subjetividade dos arquitetos urbanistas contemporâneos	35
1.2 Sobre o arquiteto urbanista do devir	40
1.3 Entre o distante idealizado e o imediato desconhecido	41
1.4 Campos de luta: canção à ocupações	47
1.5 Estetizar, espetacularizar, privatizar, controlar, segregar	56
1.6 Acerca da formação dos arquitetos urbanistas contemporâneos	60
1.7 O arquiteto urbanista des[apropriado]	64

CAPÍTULO 2

POSTURAS DESENCARNADAS

2.1 Sobre a grande máquina de produção de sentidos	76
2.2 As dobraduras da subjetividade: saber e poder	82
2.3 Subjetividade, saber e poder na formação dos arquitetos urbanistas	87
2.4 Estratificações e linhas de fuga: o aparelho de Estado e as máquinas de Guerra	97
2.5 Suposições quanto a posturas desencarnadas dos arquitetos urbanistas	103
2.6 Pensamento molar e revoluções moleculares	107
2.7. Cooptação: capturas mútuas	108
2.8 Sobre a subjetividade hegemônica dos arquitetos urbanistas	113
2.9 Lisos, estriados, nômades, sedentários	119
2.10 Dispositivos projetuais hegemônicos	130
2.10.1 Olhar demiúrgico	130
2.10.2 O desejo de tábula rasa	139
2.11 A herança moderna e as máquinas contemporâneas	153

CAPÍTULO 3

POSTURAS INCORPORADAS

3.1 Singularidade e a violação da subjetividade	176
3.2 Acerca do devir	180
3.3 Incorporados	195
3. 4 Cartografia das infiltrações	195
3.4.1 Situacionistas	201
3.4.2 Team X	205
3.4.3 Bernard Rudofsky	208
3.4.4 Giancarlo De Carlo	211
3.4.5 Hassan Fathy	214
3.4.6 Lina Bo Bardi	216
3.4.7 Sérgio Ferro	220
3. 4.8 Christopher Alexander	223
3.4.9 Kevin Lynch	228
3.4.10 Lucien Kroll	229
3.4.11 SAAL	232
3.4.12 INA-CASA	240
3.4.13 Carlos Nelson Ferreira dos Santos	245
3.5 Um debate inconcluso	251

CONSIDERAÇÕES FINAIS	258
-----------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	296
-----------------------------------	-----

Introdução



FIG 1: Exemplo da diversidade e confronto de ambiências. Fotomontagem: Palácio da Corôa Imperial e o Morro da Corôa - ambos no Rio de Janeiro. Fonte: DOBRA,2008.

A vida urbana faz-se por uma diversidade de devires, agenciamentos, intensidades, imprevisibilidades, relações de poder e saber que muitas vezes abortam pragmatismos, métodos, recortes, reduções que não se confrontem e/ou não dialoguem com as alteridades de suas realidades. Essa multiplicidade constrói e é construída por diversos fluxos cotidianos em diferentes contextos. São realidades urbanas edificadas por agenciamentos do poder hegemônico em seus confrontos, cambiamentos e/ou capturas por micropoderes e seus possíveis reversos. São territórios construídos a partir das mais diversas relações de saber e poder. São campos de travessia, de ocupação, campos de luta e invenções que geram em suas pluralidades e combinações:

- ambiências¹ redundantes (potencializadas pelo olhar e/ou privada de acesso à realidade);
- ambiências planificadas (territórios esquadrinhados, modelizados por saberes sedentários, constituição da paisagem mediatizada pelo regime de propriedade, pelo

¹ As ambiências atuam nos espaços físicos e imateriais (corpo, linguagem, cultura, subjetividades, singularidades) e nesse sentido nos oferece um conceito mais expandido do que a noção de paisagem (planificada, macro, superficial, homogênea, esvaziada de singularidades). Nos últimos anos o conceito de ambiência vem assumindo posição privilegiada nos estudos urbanos e arquitetônicos. Vemos ampliar os interesses e experiências sobre os atributos das ambiências, os fatores que as tornam particulares, a capacidade que elas possuem de favorecer a apropriação, participar da formação dos diversos grupos culturais e aprimorar os estudos da arquitetura e do urbanismo. Apesar de ainda ser um tema que necessita de um maior aprofundamento, o estudo das ambiências tem proporcionado novas diretrizes para projetos de intervenção espacial. Essas abordagens tem por objetivo compreender as relações de diferentes grupos culturais nos cenários urbanos, à luz do compartilhamento das sociabilidades e das sensibilidades proporcionadas pelas ambiências. Ver: <http://www.ambiances.net/>

- aparelho de estado, pelo planejamento demiúrgico e determinista);
- ambiências do êxodo (saberes nômades, mar de corpos desalojados na África, Ásia, nas Américas e mundo afora, desde então atravessando campos - o corpo singularizado por desapropriação, a paisagem singularizada na travessia);
 - ambiências espalhadas (as infraestruturas definindo a ocupação do território/ campos de força entre interesses públicos, privados, movimentos sociais);
 - ambiências íntimas (intersticial, delineada nas esferas interna, mínima, pessoal ou doméstica);]
 - ambiências anônimas (comunidades, coletividade, massa, multidões, ordinariedade, anonimato);
 - ambiências planas (imagéticas, digitais, cada vez mais acessíveis, íntimas, virais);
 - ambiências portáteis (ambulantes);
 - ambiência do corpo erotizado (criando para si um corpo sem órgãos e construindo paisagem em embate com o outro corpo, coisa, terra).

Ambiência do adeus, fim de todas as travessias, paisagens sem início e sem fim.

Essas são algumas de tantas outras imagens de situações que poderiam ser aqui evocadas. Sedentários, nômades, migrantes, imigrantes, errantes, corpos moventes em devires diversos: empíricos, subjetivos, singulares, desejantes construindo ambiências in-corpo-radas, desencarnadas, territorializadas², desterritorializadas³, reterritorializadas⁴. Canção às ocupações: pousadas de intimidade, de acúmulo e

² “[...] A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.” (GUATTARI e ROLNIK, 1993:323).

³ “[...] O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente as estratificações materiais e mentais.” (GUATTARI e ROLNIK, 1993:323).

⁴ Simplificadamente podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga” e a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE e GUATTARI, 1995). Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se há um movimento de desterritorialização, teremos também um movimento de reterritorialização. “[...] De forma que não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica

esvaziamento e/ou zonas segregadas, vigiadas, controladas onde o mar, a floresta, a estepe, o deserto, a cidade, o bairro, a favela, o condomínio, o acampamento, a casa, a laje, o terraço, o largo, a rua, o beco, os jardins se propagam. As ambiências, territórios, multiplicidades de corpos, arquiteturas, urbanidades, esferas e escalas citadas, têm por objetivo elencar as infinitas possibilidades e variáveis que moldam, definem, contaminam a natureza, o caráter e os modos de produção dos lugares.

Mas se o mundo e as realidades se apresentam tão múltiplos poderíamos desejar que os dispositivos conceituais, projetuais e construtivos dos quais se valem os arquitetos e urbanistas também sejam diversos, híbridos, mutáveis, por vir, uma vez, que o nosso objeto de amor e/ou de trabalho são as cidades, ambiências, territórios, situações, arquiteturas e tudo que elas carregam (pessoas, pessoas, pessoas) e suas pequenas guerrilhas...

Sabe-se que a matriz projetual e construtiva a partir da qual operam os arquitetos e urbanistas contemporâneos é de origem moderna. Mas, poderiam esses profissionais se contentar em repetir, sem singularizar, as “mesmas” ferramentas e modos de pensar deixados pela modernidade para construir ambiências em tempos tão efêmeros, vulneráveis, portáteis, residuais, instáveis, ambigualmente delicados e violentos?

A necessidade de ressingularização de ações nas esferas arquitetônico urbana vem sendo pronunciada e até mesmo alardeada em alguns meios acadêmicos preocupados com uma abordagem mais atualizada e situada das ações desses profissionais diante das subjetividades contemporâneas. Se essas discussões ganham espaço no domínio da sociologia e da antropologia urbanas e se no recorte das escolas de arquitetura chegam pelas portas do urbanismo e da teoria vê-se que tais preocupações adentram com bastante dificuldade e muito superficialmente os ateliês de projeto.

Abordagens que contemplem trajetórias oblíquas e que estimulem a interlocução e a circulação entre os diferentes campos do saber (erudito, popular, técnico, nas

necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo é desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua. (GUATTARI e ROLNIK,1996:41).

diferentes escalas, potencialidades e mesmo naturezas) surgem como campos de forças pontuais, iniciativas solitárias, marginais e muitas vezes segregadas dentro de um conjunto disciplinar que poderia ainda ser nomeado como departamentos de projetos nas escolas de arquitetura e urbanismo. Embora minoritárias em relação ao pensamento dominante no âmbito do projeto de arquitetura e urbanismo, essas discussões vêm se ampliando, aprofundando, criando associações entre grupos de diferentes escolas para além de seus limites acadêmicos - comunidades, o poder público, grupos interdisciplinares, projetos de pesquisa, acordos de cooperações nacionais e internacionais, experimentações das mais diversas naturezas, invenção de novas ferramentas projetuais, revisões das histórias e teorias da arquitetura e do urbanismo revelando experimentações de arquitetos urbanistas propositores de outras práticas de produção material, construtiva, arquitetônica e urbana, diferentes das difundidas pelo pensamento hegemônico. Tais discussões vêm se constituindo e configurando numa suave rede/rizoma⁵ tecida continuamente com o objetivo de fomentar esse tipo de discussão e construir outros caminhos nos modos de se pensar e agir desses profissionais. Esses esforços justificam-se, uma vez que os procedimentos usuais de projeto/planejamento arquitetônico e urbano parecem não mais abranger “toda” a complexidade das cidades.

Vale lembrarmos que desde a construção da hegemonia moderna no campo arquitetônico urbano iniciativas, proposições, posturas, invenções na direção de confronto com as propostas do pensamento dominante vem sendo desenvolvidas ao longo dessa recente história. Esse debate⁶ inicia-se já nos anos 60 com as derivas situacionistas, com as proposições do Team X, dos arquitetos ditos participacionistas de Giancarlo de Carlo a Lucien Kroll, passando pelas experiências de Christopher Alexander até os feitos no Brasil de Lina Bo Bardi, Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Sérgio Ferro, dentre outros exemplos. Se nos idos dos anos 60 o confronto se faz pela crítica de determinados grupos ou por iniciativas isoladas de arquitetos urbanistas, artistas, intelectuais, ativistas frente às posturas assumidas pelas vozes hegemônicas no que diz respeito aos modos de projeção e produção de arquiteturas

⁵ Segundo Deleuze e Guattari (1992:32) rizoma enquanto um sistema aberto de conexões de multiplicidades e de heterogeneidades.

⁶ O pensamento e as experiências desses arquitetos, urbanistas, artistas, coletivos serão desenvolvidos no Capítulo 3 dessa tese intitulado: Posturas Incorporadas.

e cidades; o que vemos hoje é ainda a necessidade não só da problematização desses dispositivos projetuais, mas também da sua atualização considerando que outros arranjos e formas de vida emergiram construindo novas subjetividades.

Essa tese se ocupa dessas questões um mundo em transformação, outros personagens e novos atores urbanos, novos modos de convívio e de se morar diferentes dos modernos, novos corpos singulares e coletivos despontaram demandando por outras formas de mobilidade e de abrigo. E o aparato conceitual e projetivo apesar de esgarçado permanece protegido - ali onde deveria ser contundentemente questionado, ou seja, nos ateliês de projeto nas escolas de arquitetura e urbanismo, nos escritórios de arquitetura, no canteiro de obras, lá onde são construídos os saberes e poderes da disciplina.

Torna-se necessário mais uma vez buscarmos desestabilizar essa falsa zona de tranquilidade, na qual repousam ferramentas conceituais, projetuais e construtivas dessituadas, desalojadas, desencarnadas das subjetividades contemporâneas, mas ainda hegemônicas. “Olhar de pássaro”, postura demiúrgica⁷ do arquiteto urbanista, “tábula-rasa”⁸, “homem-módulo”(r)⁹ ideal são apenas algumas categorias a serem

⁷ Designando a divindade organizadora do universo, o “Deus arquiteto do Universo”.

⁸ Tábula rasa na versão latina é traduzida em português como um termo filosófico (tábula rasa) e no dito popular (tábua rasa), significando um estado em que um determinado objeto se encontra. “Tábula rasa. Filo. No empirismo mais radical, estado de indeterminação completa, de vazio total, que caracteriza a mente antes de qualquer experiência. Tábula rasa, s.f. Superfície plana preparada para receber uma inscrição, porém onde nada ainda se gravou. Quadro ou tela antes de receber tintas. “(FERREIRA,1996:762). No sentido que nos interessa nesse estudo, o conceito de tábula rasa está vinculado à ideia de supressão de um determinado tecido urbano existente. Tábula rasa envolvendo o desejo de abrir espaço para a criação. O desejo de tábula rasa incorpora criação e destruição. No urbanismo, entendido como o estudo da cidade e da questão urbana, incluindo as ações projetos e propostas dele decorrentes, a noção de tábula rasa corresponde a um posicionamento de ruptura daquele que pensa ou age, em relação às experiências ou concepções anteriores, em seu sentido filosófico como também corresponde a um estado de vazio da matéria, como na tela branca, ou no espaço a ser preenchido. Corresponde a um estado idealizado (físico ou psíquico) de se encontrar o zero absoluto ou a pureza total. Diz respeito às práticas urbanísticas imbuídas de intenções de transformar cidades criando algo “novo”, destruindo suas partes ou destruindo-as completamente fazendo ali novas cidades ou novas partes.

⁹ Entre 1942 e 1948, Le Corbusier desenvolveu um sistema de medição que ficou conhecido por «Modulor». Baseado na razão de ouro e nos números de Fibonacci e usando também as dimensões médias humanas (dentro das quais considerou 183 cm como altura standard), o Modulor é uma sequência de medidas que Le Corbusier usou para encontrar harmonia nas suas composições arquiteturais. A aplicação dessas proporções pode ser vista em diversos de seus edifícios. Para Le Corbusier, a forma artística é resultado lógico do “problema bem formulado”: os navios a vapor, os aviões, cuja forma corresponde exatamente à função, são belos como o Partenon. Le Corbusier

citadas que correm inabaladas e com pouca interpelação mundo afora colonizando ainda a formação dos arquitetos urbanistas atuais. Geralmente, atuando quase sempre pelo centro em nome da verdade e da unicidade, o uso dessa metodologia projetual acaba por resvalar-se numa visão recortada e reducionista do meio produzindo paisagens repetidas, homogêneas ou mesmo genéricas, uma vez que a sua abordagem acaba escamoteando a heterogênesse do existente. Num passado moderno e próximo, algumas dessas categorias fundaram-se sob rigorosas preocupações sociais e em relações intensas com as circunstâncias sob as quais o mundo se apresentava naquele momento.

Atualmente, esvaziadas dos interesses sociais vemos muitas vezes essas categorias num uso obsoleto de suas funções, demandando por serem revitalizadas para serem utilizadas sob circunstâncias específicas. Sob a égide moderna muitas delas constituíram-se sob noções de totalidade, unicidade, verdade, conjunções de fechamento. Mas então, como simplesmente aplicá-las em nome de pragmatismos “competentes” para a construção de territórios que se fazem na fragmentação, na heterogênesse, na incerteza, na efemeridade, no risco? Como aplicá-las incólume sob essa outra subjetividade na qual o mundo se apresenta? Como nos dias de hoje abordar a arquitetura enquanto objetos fechados em si e não como a encarnação de processos? Processos de pensar, de construir, de habitar, de incorporar, de atualizar, modificar, adaptar, de singularizar presenças, presentes, potências.

Na contra mão da necessidade de um arquiteto propositivo, reativo e investigativo que atue a partir da fundamentação e do entendimento/desentendimento da vida cotidiana, das subjetividades individuais e coletivas, das multiplicidades do campo social, nos deparamos hoje com frequência com práticas arquitetônicas e urbanísticas *desencarnadas*¹⁰ das demandas de suas realidades.

encontrará a fórmula: o homem como a medida de todas as coisas, a medida humana, o Modulor. Le Corbusier propõe colocar como medida o homem ideal, Modulor, a despeito do homem real das ruas.

¹⁰ O termo *desencarnado* é aqui usado no sentido de afastado, separado, designando práticas projetuais de arquitetos e urbanistas que desconsideram as especificidades dos contextos e dos habitantes em questão.

Há certo distanciamento das estratégias projetuais das quais se valem grande parte dos arquitetos e urbanistas contemporâneos frente às solicitações do mundo real que lhes são dirigidas. Em sua maioria, as produções arquitetônicas e urbanísticas eruditas supervalorizam o desenho e o objeto arquitetônico, suas questões formais e estetizantes¹¹ em detrimento dos aspectos ambientais, das relações sociais e das alteridades que abarcam o lugar e aqueles que irão habitá-lo, ou seja, não são abordados os componentes heterogêneos que coexistem e são constituintes de qualquer espaço habitado. Tais práticas acabam por tratar o mundo real e objetivo como uma base incorporal, abstrata e não como o mundo da experiência, do possível.

A questão configura-se como um problema, pois a construção arquitetural e urbana não se encerra na materialidade das construções, uma arquitetura nunca deve ser objeto encerrado em si: ela se faz na relação *entre* os indivíduos que a habitam, a *fisicalidade* que constitui seu espaço físico e a ecologia mental/psíquica, social e ambiental¹² que subjetivam e singularizam o contexto onde ela se insere. Não que os aspectos estéticos não sejam constituintes de arquiteturas e de urbanismos, o que se faz necessário questionar é uma postura *excludentemente* estetizante que acaba por restringir arquiteturas e cidades aos seus objetos, desconsiderando sua complexidade e reduzindo-as a uma estrutura alheia à constituição daqueles para quem, com quem e onde se constrói.

Essa espécie de arquiteturas e planejamentos urbanos produzidos por um considerável número de arquitetos urbanistas, que *agonizam* por uma estetização *escravizante* não importa o *habitante, nem o meio*, nem mesmo se faz necessária a intermediação diante da possibilidade desse outro, mantém-se intangível, impalpável. Essas práticas acabam por abortar o caráter circunstancial no qual arquiteturas e cidades se fundam, ancoradas pelas experiências cotidianas, subjetivas, singulares e de alteridade para

¹¹ O termo “estetização” refere-se à obsessão por parte dos arquitetos pelas imagens e por sua produção. A estimulação sensorial a que induzem essas imagens pode ter um efeito *narcótico* que diminui a consciência social e política deixando os arquitetos distantes das preocupações reais da vida cotidiana. O termo estetizante não é usado aqui no sentido grego, *aesthesis*, referente a percepções, conscientização dos sentidos e elevações das emoções e dos sentimentos.

¹² Esses registros dizem respeito às *Três Ecologias* desenvolvidas por Félix Guattari (1990) onde analisa e reflete sobre as práticas sociais e individuais segundo as três rubricas complementares – a ecologia social, a ecologia mental e ecologia ambiental – sob a égide ético-estética de uma ecosofia. Ou seja, as relações da humanidade com o socius, com a psiquê e com a natureza.

construir num vazio estéril objetos a serem *contemplados, espetacularizados*, alardeando a retórica do “objeto” pelo objeto, da arte pela arte. Essa estetização não é algo desatento, tão pouco estratégia ingênua – encontra-se elencada a um conjunto de axiomas¹³ tais como: padronização, culturalização, museificação, turistificação, privatização, cenograficalização, merchandising e midiaticização do espaço urbano, dentre outros agenciamentos¹⁴, que uma vez articulados entre si conformam o pensamento hegemônico, único e consensual que hoje gerenciam as intervenções ‘sobre’ as cidades.

A construção desse pensamento dominante nesse campo alimenta e/ou está a serviço de práticas arquitetônicas e urbanísticas advindas de correntes urbanísticas aparentemente distintas tais como o planejamento estratégico, o *new urbanism*, o urbanismo *extra-large*, o urbanismo corporativo, o marketing urbano, ou seja, respondem a voz de mercados específicos e contribuem para a despolitização e estetização consensual dos espaços urbanos. Existe, portanto, um contexto específico de um capitalismo mundial integrado¹⁵ (CMI) que subsidia e sustenta tais práticas, mas que não pode ser estratificado para além de suas fronteiras e também não constitui possibilidade para a grande parte dos arquitetos urbanistas, e muito menos caracteriza a única circunstância sobre as quais se fazem nossas cidades.

Essa tese caracteriza-se mais por um convite a pensarmos no que virá, que cidade é essa, que arquiteto urbano é esse de quem precisamos ou que ‘messianicamente’ esperamos. Essa tese se ocupa dessa espera e dessa busca, trata-se de tentarmos fazer alguns movimentos micropolíticos para que nos aproximemos da possibilidade de existência ou da construção de um devir ‘outro’ arquiteto urbanista.

A noção do devir está relacionada as forças subjetivas implicadas com vontades e desejos que criticam e recusam a ordem hegemônica - são posturas, ações daqueles

¹³ Axioma no sentido de verdade evidente por si mesma. Máxima.

¹⁴ Agenciamento é uma combinação de elementos heterogêneos dando origem a algo novo. Agenciamentos coletivos de enunciação (sistema semiótico, sistema de signos), agenciamentos maquínicos (sistema pragmático de ações e paixões: o que se faz) (DELEUZE e GUATTARI: 1995). As noções de agenciamento serão melhor desenvolvidas no Capítulo 1 dessa tese.

¹⁵ No sentido do capitalismo pós-industrial.

que buscam percursos alternativos à ordem dominante. Está associado a ideia de resistência criativa, isto é, transversalidade e ao mesmo tempo imaginação coletiva. A deserção de certos circuitos consagrados (estatais, políticos, midiáticos, arquitetônicos, urbanísticos) e a invenção de novas cenas. O devir não tem passado nem futuro, o devir não se dirige a um ponto nem parte de outro. O devir é o meio, é pensar no meio, encontrar o meio, ser diferente ao meio. Aqui não há meio nem fim. O devir cria ligações, espalha-se, não cria pontos de ordem. (DELEUZE e GUATTARI: 1995). Certas dinâmicas urbanas (nomadismos sociais, novos corpos humanos, redes sociais de autovalorização, devires minoritários, êxodo e evacuação de lugares de poder) exemplificam ações e posturas na lógica da resistência nos dias atuais. A ideia do devir outro arquiteto urbanista está engajado na resistência de assimilação e automação de saberes e subjetividades dominantes no campo da produção de cidades e arquiteturas e abre-se na direção de construir e inventar outros modos de pensar e agir buscando outros saberes, outras experiências mais afinadas com as singularidades em curso. Em que medida, no contexto atual, poderíamos pensar certas práticas (estéticas, arquitetônicas, urbanas, sociais, políticas) como acontecimentos que reinauguram processos subjetivos e singulares? As discussões entorno do arquiteto do devir buscam abrir o campo para outras cartografias nas nossas maneiras de pensar, projetar, construir, habitar, gerir cidades e arquiteturas.

A ideia de quem seja o 'arquiteto' ou o lugar que ocupamos no imaginário da sociedade já nasceu grande. Mitologicamente, somos comparados ao demiurgo e a 'nossa' luta é árdua e 'minoritária' na tentativa de nos tornarmos terrenos. Descer do céu não é tarefa fácil. A necessidade pela divindade ou os elásticos acrobáticos nos remetem sempre aos céus e descer não é movimento fácil mesmo. Almejar aos céus nos foi ensinado desde sempre e todos os movimentos buscam pela ascensão, descer é vertiginoso. Então nos vemos nesse enredo - tentar sermos humanos, banalmente reais, conseqüentemente construir arquiteturas cotidianas, ordinárias, habitáveis, menos autorais. Pode ser esse um dos nossos principais problemas.

O mundo é muito mais complexo, um emaranhado de fios e tem-se a sensação que andamos em linha reta/vertical. Sabe-se que essas questões desabam em menos oportunidades de trabalho, restrição dos nossos campos de atuação, estetização, distâncias entre nós e as comunidades, dentre outras dificuldades. Existe por outro

lado, algo chamado de ‘mercado’. Esse se apresenta como força dominante, porque se diz o movimento da vida real e chama pra si uma autoridade uma vez que ele é ‘também’ a vida real. Talvez importe buscar identificar que mercado é esse que se autodenomina no singular. Lançam-se algumas desconfianças: esse mercado que se diz tão real, constrói e construiu cidades faraônicas, ‘irreais’, mas paradoxalmente edificadas: genéricas, espetaculares, gentrificadoras, intolerantes, expurgadoras de habitantes e ávidas por consumidores. O que quer dizer que não é porque é real que é legítimo. Então, tanto os arquitetos ‘ícaros caídos’ quanto a entidade mercado constroem cidades partidas ou não-cidades, não arquiteturas. As cidades, principalmente no Brasil, nos demandam por descermos das nossas posturas idealizadoras e estetizantes, e do mercado se possível, aportar em terra firme. Cabe repensarmos que devir outro arquiteto urbanista nos está sendo demandado – talvez a ideia desse estudo seja a de criar oportunidades de nos perguntarmos que arquiteto é esse? Que mercado é esse? Fazedor de cidade? De que tipo de cidade? Encomendador de arquitetos? A escola é mera fornecedora? Torna-se necessário identificar a pluralidade de ‘mercados’ que se anunciam e afluem em diferentes realidades para que essa heterogeneidade resvale nos modos de se pensar, produzir, construir arquiteturas e urbanidades.

Os modos do saber formal disseminados no campo da produção de arquiteturas e de urbanidades contemplam ou respondem à demanda de um tipo de cliente, que em seu coletivo são conhecidos informalmente por mercado, mas que não caracteriza a maioria dos espaços construídos nas cidades brasileiras. As nossas cidades se fazem em boa parte à margem do padrão, do formal, desse dito mercado. Por outro lado, esse produz maquinicamente¹⁶ subjetividades e, de certa maneira carrega consigo conjunto de valores, saberes, poderes a serem consumidos como pensamento dominante. É um acordo tácito entre a produção do saber erudito dos arquitetos

¹⁶ Deleuze e Guattari (1995) distinguem máquinas/ maquinico da mecânica. A mecânica é relativamente fechada sobre si mesma: ela só mantém com o exterior, relações perfeitamente codificadas. As máquinas, consideradas em suas evoluções históricas constituem, ao contrário, um *phylum* comparável ao das espécies vivas. Elas engendram-se umas às outras, selecionam-se, eliminam-se, fazendo aparecer novas linhas de potencialidade. Maquinico é empregado no sentido do que muda os dados, que os remaneja, que propulsiona novas referências, novos resultados. Deleuze e Guattari concebem a noção de máquina em oposição à estrutura (figura da qual se vale o pensamento estruturalista), sendo esta associada a um sentimento de eternidade ao passo que a máquina implica uma relação de emergência, de finitude, que a associa a um processo criativo. Das máquinas técnicas às máquinas sociais e às máquinas desejanças.

urbanistas e essa ‘entidade’ chamada mercado (diagrama de forças). Seja por desatenção e/ou por conveniência esses interesses se reterritorializam, se reproduzem e acabam por constituírem-se em saberes difundidos nas escolas de arquitetura e urbanismo, na mídia, no canteiro de obras, nas negociações no campo privado e público. É interessante identificarmos o emaranhado de ramais nos quais as cidades se desenvolvem e dos quais fazem parte vários mercados e diferentes forças produtivas. O projeto¹⁷, como parte do nosso fazer pode ser visto também como arranjo de possibilidades, entre oportunidades, necessidades, demandas, virtudes do mundo contemporâneo no sentido macro e a poética da vivência das coisas numa visão mais micro. Nesse sentido, projetar está também próximo de se arranjar possibilidades e não sempre e em qualquer circunstância atrelado à ideia de intervir.

Diferentes demandas, contextos sociais, econômicos, culturais, subjetividades e singularidades constituem uma pluralidade de ‘mercados’ que acabam por reclamar aos arquitetos urbanistas pela invenção de diferentes estratégias, agenciamentos, dispositivos e habilidades projetuais e construtivas. É importante reconhecer que “projeto” entende-se como sendo todo um processo de abordagem investigativo, propositivo e reativo acerca de uma dada situação. Assim, é atribuição do arquiteto urbanista reconhecer, identificar e mesmo construir mercados produtores de habitações, objetos do cotidiano, cidades, parques, jardins, ambiências. Torna-se difícil que a ideia de “projeto” caiba na formulação de um tipo de metodologia a ser aplicada em diferentes situações, mas sim o seu reverso. Metodologias são constituídas a partir das singularidades das situações que demandam pela ação dos arquitetos urbanistas. Nesse caso, haveria um assujeitamento das ‘metodologias’ em relação às contingências, elas seriam circunstanciais.

Em contrapartida, a despeito da diversidade e naturezas das demandas que nos chegam não é raro observar nos ateliês de projeto em escolas de arquitetura espalhadas mundo afora, que as estratégias projetuais “ensinadas” ou de alguma maneira apresentadas como única possibilidade faz-se de maneira imaculada, *salvaguardando* a plasticidade das belas formas preconizadas pela *alta cultura* em detrimento da complexidade que

¹⁷ Projetar - (latim projecto, - are- lançar para frente). lançar de si, arrojado, arremessar, estender, cobrir com, fazer incidir, fazer tensão de, planejar. Geom. Topogr. Traçar a representação de um corpo num plano segundo certas regras geométricas, estender-se, delinear-se, prolongar-se, incidir.

envolve o campo da arquitetura e do urbanismo. Vemos também de maneira recorrente que a heterogeneidade dos contextos tem sido confrontados com inúmeras práticas de arquitetos urbanistas que, ainda em sua maioria, buscam nostalgicamente pela visão clássica de Vitruvius onde a concepção do desenho arquitetônico era uma atividade governada por leis responsáveis por reger a ordem cósmica e as proporções harmônicas da beleza (simetria, ordem, equilíbrio). Os projetos e maquetes são ainda e geralmente concebidos de cima, com a perspectiva do teto para baixo apontando para uma visão demiúrgica¹⁸ da ação do arquiteto urbanista como artífice da ordem, demiurgo e conseqüentemente o projeto como ato cosmológico divino. Demiurgo, termo utilizado para designar a divindade organizadora do universo - ‘O Deus arquiteto do universo’. Reitera-se a supervalorização do objeto arquitetônico fazendo-se oportuno questionar essa postura excludentemente estetizante. Surgem traços de uma patologia em que arquiteturas e cidades voltam contra si mesmas convertendo-se em formas impessoais, principalmente quando se fazem pela insistência em ignorar a polifonia de subjetividades constituintes de seu meio. Os conflitos, as diferenças conformam territórios urbanos diversos, rompidos, esgarçados e o olhar, o tipo de abordagem dos arquitetos urbanistas desatentos e/ou convenientes mantém-se inabalados.

A imagem de Le Corbusier apontando de cima para baixo para a maquete da ville radieuse¹⁹ é emblemática para falar do demiurgo. Essa iconografia reflete o olhar hierárquico do arquiteto, a maneira vertical, manipuladora e totalizadora de se abordar uma dada situação que conseqüentemente ecoa diretamente na construção de um tipo

¹⁸ Demiurgo no sentido megalomânico do termo utilizado por Platão no *Timeu* para designar a divindade organizadora do universo.

¹⁹ A ville radieuse consiste numa proposta urbanística desenvolvida pelo arquiteto urbanista Le Corbusier em 1922. Caracteriza-se por um projeto de cidade dividida em zonas de faixas paralelas em que cada faixa se destinaria a um uso previamente estipulado. Assim, existiriam faixas para a zona de educação, comércio, transporte, hotéis e embaixadas, indústria leve e pesada, armazéns e trens de carga, e zona verde. A ville radieuse seria uma cidade da máquina onde todos os edifícios estariam sobre pilotis, possibilitando a existência de uma área verde contínua para o uso de pedestres. Um fator importante nessa proposta era a habitação. Cada centímetro quadrado era distribuído racionalmente e as divisões internas reduzidas ao mínimo. Era a moradia da era da máquina. Na urbanística da ville radieuse a cidade é tratada como um fato abstrato, fruto de uma utopia que transformaria a sociedade de forma abrangente, a começar pela implantação de um novo desenho urbano à custa da supressão do tecido existente, passando pela mudança no sistema de propriedade da terra, pela reorganização funcional do território, e por fim a introdução de um novo estilo de habitar a casa e a cidade. A *Ville Radieuse* (1922) de Le Corbusier é a proposta que melhor expressa esse ideal urbanístico e estético.

de paisagem planejada. Essa estratégia fundamenta um modo de ver que reflete num jeito de projetar que, por sua vez resvala na singularidade desses espaços, nos modos de morar, nas relações cotidianas de seus moradores com suas ambiências e assim por diante. Não se está desconsiderando de maneira alguma a força subversiva dos habitantes que irão ocupar e transgredir essas arquiteturas.

Os inúmeros manuais de metodologias de projeto quase sempre prescritivos e normativos por excelência, ou ainda os periódicos de grande circulação, que tratam em sua maioria da imagem do objeto arquitetônico e urbano, puro e significativo banalizam a complexidade teórica e prática para a arquitetura da cidade real e necessária. Para se vislumbrar outras possibilidades, a fim de se pensar e construir a arquitetura e o urbanismo contextualizados e conceituados para e nas realidades que lhes são constituintes, há de se reivindicar e contribuir para a construção de teorias que alterem a reflexão de nossas práticas. Isso para que a crítica possa fundamentar o projeto ou questionar a sua legitimidade no modo como é concebido e transmitido em seus paradigmas, como são dogmatizados nos ateliês de projeto em grande parte das escolas de Arquitetura e Urbanismo. No âmbito acadêmico, muitas vezes, esses manuais e periódicos perpassam e se consolidam *acriticamente* no imaginário não só dos estudantes, mas também dos professores.

Diante do aparente consenso sobre a cidade contemporânea, diante do que pode ser chamado de “cidade do pensamento único”²⁰ é comum por parte dos arquitetos urbanistas a adoção de estratégias projetuais deterministas, prescritivas, normativas, formalistas, demiúrgicas e “*estetizantes*” a despeito das subjetividades e vetores de singularidades em jogo. Exemplo contundente dessa situação é que, quando chamados a agir em favelas ao invés de seguirem os movimentos já iniciados pelos moradores e de aproveitarem da participação popular já existente, esses profissionais impõem através de seus projetos sua própria lógica construtiva, diretamente ligada à cultura e à estética da cidade formal. Vê-se um pedaço da cidade formal encrustada na cidade informal, uma vez que as estratégias projetuais utilizadas mostram-se indiferentes aos modos de produção das favelas. O conceito de tabula rasa e o arquiteto demiúrgico aqui novamente se reabilitam. Relaciona-se, então, a

²⁰ Ver: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do pensamento único*. Rio de Janeiro, Vozes, 2000.

racionalidade rígida, o pensamento hegemônico de arquiteturas eruditas apreendidas no meio acadêmico e a espontaneidade original de autoconstruções populares, dispositivos arquitetônicos e urbanos pouco incorporados pela maioria dos arquitetos urbanistas, mas que edifica parte significativa do território brasileiro. Nessa e em outras situações, as estratégias adotadas excluem a possibilidade de condução nas maneiras de pensar e agir em direção à construção de uma alteridade urbana.

Empreendedorismo, especulação imobiliária, mega-estruturas, autoconstrução, “invasões/ocupações, são alguns dos muitos vetores de subjetivação simultâneos a constituir campos de guerra que acabam por gerar e gerir as cidades. A produção erudita, desses profissionais (ligados ao mercado de elite e ao pensamento dominante) deixa transparecer que suas atuações tanto no campo da formação acadêmica quanto da prática estão embebidos demiurgicamente no conceito de *Tabula Rasa* e também nas preocupações estetizantes que aparecem para além da ênfase no habitante ou no meio. Esses, ao invés de incorporados, são expurgados e substituídos por paradigmas totalitários insensíveis às diversas circunstâncias pré-existentes. Nessa perspectiva, trocamos a possibilidade de “ação” pela “intervenção” e a “incorporação” pelo “desencarnamento” num movimento vertical e hierárquico, a arquitetura passa a ser objeto a ser contemplado, espetacularizado fugindo ao campo fecundo das “relações” e das “experiências”.

Acredita-se que, a nós, arquitetos e urbanistas, principalmente, no Brasil onde se impõe a necessidade de transitar entre mundos complexos, diversos e contraditórios, seja demandado um descentramento de nossas posturas totalitárias e idealizadoras em relação à construção de ambiências para um mergulho tenaz na descontínua realidade de seus habitantes/territórios em busca de outros diálogos para com as cidades. Diante da produção do meio-ambiente construído em nosso país, presenciamos uma grande demanda pela ação do arquiteto urbanista. Talvez as restrições econômicas, traço cultural, radicalidade dos contextos, especificidades dos habitantes, produção desejante e produção social não se compatibilizem com os métodos de projeção adotados. Talvez precisemos reinventar novas estratégias e táticas de abordagem.

Contextualizando a produção de nossas cidades, pode ser que o tempo do projeto não seja linear, o projeto não seja totalizador de um processo, a estética não sucumba às

necessidades ecosóficas²¹ e que seja uma resultante das relações em questão. Pode ser que o arquiteto urbanista seja também um deflagrador de um processo de construção e não o único gestor (inventor) de uma obra ideal, completa e acabada. É preciso que esses profissionais estejam atentos e sensíveis também a outros fluxos de subjetividades emergentes, moleculares²², micropolíticas²³, microfísicas - que estão a todo o momento a atravessar a subjetividade dominante e perceber nelas outros enunciados, outros agenciamentos²⁴, linhas de fuga, processos de desterritorializações²⁵, devires e também outras maneiras e oportunidades para construir seus saberes.

Este “outro” arquiteto-urbano demandado pelas situações que hoje nos cercam “[...] procuraria meios de atuar, interagir e intervir em situações contemporâneas em que os procedimentos usuais já não abrangem mais toda a complexidade urbana. Ele precisaria desnaturalizar esses procedimentos, subvertê-los e, a partir daí, reinventá-los. Tentaria contaminar princípios hegemônicos com seus próprios contrapontos: propor o outro no lugar do mesmo, a alteridade no lugar da generalidade, a participação no lugar do espetáculo, o movimento no lugar do monumento, a improvisação no lugar do projeto, a deriva no lugar do mapa, o fragmento no lugar da unidade, o labirinto no lugar da pirâmide, o rizoma no lugar da árvore, mas também

²¹ GUATTARI, Félix. *As três Ecologias*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

²² Segundo Guattari (1993) os mesmos elementos existentes nos fluxos, nos estratos, nos agenciamentos, podem organizar-se segundo um modelo molar ou segundo um modelo molecular. A ordem molar corresponde às estratificações que delimitam sujeitos, objetos, representações e seus sistemas de referência. A ordem molecular, ao contrário, é a dos fluxos, dos devires, das transições de fases, das intensidades. Ver diferenciação de molar e molecular em (GUATTARI, ROLNIK, 1993)

²³ “[...] Muitos leitores de Foucault, Deleuze e Guattari entenderam que o que estavam propondo tais pensadores era que se considerasse as relações de dominação em pequena escala — relações intersubjetivas como entre homem /mulher, branco/negro, hetero/homo —, e não só em grande escala — como entre classes sociais ou Estado/Sociedade. Mas não é absolutamente disso que trata a micropolítica; não está absolutamente nisso a contribuição inovadora destes autores. “Micro” refere-se à dimensão do processo de produção das formas de realidade: a realidade em vias de se constituir, se definir (territorializar) e ao mesmo tempo, em vias de se desmanchar (desterritorializar). Realidade tanto individual quanto grupal ou coletiva. Enquanto “macro” refere-se à realidade em suas formas constituídas — aqui também, tanto ao nível individual quanto grupal ou coletivo. É na lógica das formas constituídas que se pensa em termos de um todo, de pólos em conflito e/ou contradição — em suma, em relações de dominação. E esta lógica (macro) vale tanto para relações de dominação entre Estado e Sociedade quanto para as relações de dominação do contexto de um casal. Pensar o poder enquanto “técnica de subjetivação”, como propõe Foucault, é pensá-lo segundo uma outra lógica, a qual permite por exemplo lutar contra a reificação da consciência e apreender a dimensão de criatividade social”. (ROLNIK: 2010)

²⁴ Agenciamento: noção mais ampla do que as de estrutura, sistema, forma, etc. Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica, imaginária. (GUATTARI, F.; e ROLNIK, S., 1993:317).

²⁵ Esse termo é aqui utilizado como “capacidade de sair de si mesmo para construir cadeias discursivas com o referente”. No sentido utilizado por Félix Guattari em seu livro: *As três Ecologias (1990)*.

buscaria encontrar o que existe de cada princípio desses no outro, ou melhor, tentaria vislumbrar uma relação possível, uma tensão construtiva, entre eles”. (JACQUES, 2001: 154).

Num momento de crise da própria noção de cidade em que nos encontramos hoje – com as ideias de não cidade, cidades globais²⁶, urbanização generalizada, cidade genérica, cidades parques temáticos, *junkspaces* ou espaços terminais do capitalismo selvagem e com as situações urbanas extremas das cidades marginalizadas na periferia do mundo globalizado, como é o caso da maioria das cidades brasileiras – tais experiências parecem demandar pelo surgimento, formAÇÃO²⁷, legitimação ou reconhecimento de um “devir” outro arquiteto urbanista. Nesse sentido, essa tese se abre na direção de refletir e buscar contribuir para a formação ou construção desse arquiteto urbanista que procuraria outros meios de atuar/interagir nessas situações contemporâneas em que os procedimentos usuais de projeto/ planejamento arquitetônico e urbanístico já parecem não mais abranger a complexidade das cidades. Ressaltamos que essas se inscrevem de maneira ‘esquizofrênica’, ou seja, carregam em si discursos paradoxais e contraditórios que se arranjam sem necessariamente se

²⁶ O conceito de cidade global traduz o que a socióloga norte-americana Saskia Sassen – quem legitimou essa terminologia – definiu como a “dispersão espacial das atividades econômicas nos níveis metropolitano, nacional e global que se associa à globalização e que contribui para a demanda de novas formas de centralização territorial das operações de controle e de gerenciamento de alto nível”. A definição da cidade global de Saskia Sassen traduz a dimensão expandida da economia empresarial numa escala transnacional. Ela exige a criação de centros econômicos específicos, isolando a representação tradicional de cidade em enclaves de concentração de recursos. Essas áreas pontuais dentro do vasto território das megalópoles contemporâneas materializam a dimensão local de onde os processos globais ocorrem. Esses enclaves precisam ser equipados como pontos ou nós estratégicos que concentram tanto infraestrutura física, de comunicação e de informação, quanto mercados qualificados de funcionários e de consumidores. Eles oferecem o cenário urbano de excelência marcada por uma arquitetura empresarial neutra e internacional, e uma arquitetura residencial e espaços urbanos altamente controlados e privatizados. Com isso, eles fornecem a ilusão de familiaridade e identidade, assim como a sensação de conexão local, para a mobilidade da economia global e de seus agentes em vários escalões, principalmente do nível executivo e administrativo empresarial e financeiro. O que a criação de enclaves urbanos globais significa é que a rede heterogênea de cidades que controla a economia global requer uma distribuição territorial homogênea e semelhante de equipamentos e de elementos simbólicos para que ela possa funcionar eficientemente. Em outras palavras, nos enclaves globais, valorizam-se mais a relação entre eles do que a relação com o tecido urbano em que eles se inserem. A contextualização urbana e ambiental cede lugar à reprodução de tipologias urbanas e arquitetônicas que respondem às necessidades de comando da economia global. Sua paisagem arquitetônica e seu tecido urbano são compostos, geralmente, por centros comerciais e empresariais e por loteamentos de alto padrão isolados, quando não cercados, e conectados por um sistema de vias expressas e de redes de alta tecnologia. Esse fenômeno, que Rem Koolhaas, nomeou de uma cidade genérica e sem identidade (*generic city*).

²⁷ O sufixo AÇÃO tem por objetivo atribuir relevância à necessidade do arquiteto urbanista de ter sua formação articulada *entre* o conhecimento teórico, filosófico e científico atrelado à capacidade de atuar, agir sobre o mundo real, empírico, da práxis, da experiência, das circunstâncias e das ocasiões cotidianas.

excluírem, mas que se costumam, se sobrepõem, se capturam e constroem em si uma especificidade fragmentária, segmentada – o texto da vida cotidiana subjetivado e particularizado pelos diversos movimentos desejantes do contexto social que o constitui.

A proposta é questionarmos a atuação dos arquitetos e urbanistas contemporâneos com o objetivo de contribuir para a construção de novas bases instrumentais para a arquitetura e o urbanismo, outras ferramentas que possibilitariam maneiras diferentes de se inventar, fazer a arquitetura, outras maneiras de se pensar a cidade. Outros caminhos possíveis, intermediários que seguiriam as linhas de fuga, as desterritorializações, propondo trocas e negociações entre os mais diversos atores urbanos, incorporando em suas ações os mais variados desejos, acontecimentos, experiências, tecnologias, materialidades, subjetividades e singularidades urbanas.

Esses outros modos de se pensar e fazer teriam como objetivo expandir o campo de ação desses profissionais - campo esse que é extremamente restrito principalmente no que se refere ao mercado de trabalho para o arquiteto urbanista no Brasil. Apesar de presenciarmos um país em fluxo contínuo de construção de habitações, ambiências, empreendimentos, cidades, na macro e micro escala, essas se fazem quantitativamente à margem da atuação desses profissionais. Faz-se necessário pensarmos na ‘formação/ação de arquitetos urbanistas para além do espetacular; termos olhos, escuta e corpo para nos envolvermos com a abundância de cidades que se fazem cotidianamente.

Diante da multiplicidade de paisagens, contextos, das subjetividades implicadas, dos vetores de singularidade, das imprevisibilidades, incertezas e destinos enunciadas pelas práticas cotidianas atuais, principalmente tomando como referência nosso país, observamos que as formas de pensar a produção de arquiteturas e de cidades difundidas nas escolas que se estendem em ações no campo profissional evidenciam um grande abismo conceitual entre o discurso de formação, a consequente atuação desses profissionais e a complexidade das demandas reais impostas pelas situações urbanas contemporâneas. A produção de arquiteturas e cidades que corporificam é uma construção indissociável da experimentação, há uma interação entre aqueles que habitam e a materialidade das construções. Se os aspectos fundantes de arquiteturas e

de cidades nos demandam à invenção de suportes elásticos nas suas possibilidades de incorporação pelos seus habitantes e pelo meio que as concerne, o que se vê, em contrapartida, é certo esquivamento por parte dos arquitetos e urbanistas no enfrentamento de tais questões. E lá fora a cidade que se autoconstrói, se faz e desfaz por entre mundos e realidades contraditórios e complexos à revelia ou como que a expurgar as nossas tentativas ingênuas de buscar sanear, controlar, homogeneizar ou *estetizar* os lugares estabelecendo limites, fronteiras, formas em sua maioria alheias à dinâmica da realidade em questão. Fica evidente que a formação acadêmica do arquiteto urbanista está atrelada ao mercado formal da construção civil, à economia formal, mas há de se abordar um espectro mais amplo no que se refere aos modos de produção urbana de nossas cidades e nessa esteira problematizar nossa formação para além desses recortes – afetando e sendo afetados – pelas diversos poderes, saberes e subjetividades que constroem nossos territórios. A busca por contribuirmos para a formação de um devir outro arquiteto urbano está implicada com essas preocupações.

Essa tese encontra-se enredada em três momentos e tem na filosofia pós-estruturalista francesa em alguns conceitos desenvolvidos por Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault seu viés/aporte teórico. Optamos por esse referencial conceitual por sua ênfase nos jogos entre a subjetividade (discurso molar/hegemônico/repetição) e a singularidade (discurso molecular/micropolítico/diferença) relacionados aos saberes e poderes. Esses autores abordam o pensamento enquanto profusão de diferenças, movimento de diferenças/ pensamento de forças (são conceitos-força, conceitos em que as próprias forças formam o movimento do conceito).

Nessa perspectiva, os conceitos não são elaborados para designar o que é a vida, mas têm a ambição de pertencerem e de se misturarem com a vida, mesmo que seja apenas em pensamento. Há uma importância que se estende para além do domínio da filosofia, que vai aos artistas, aos bailarinos, aos políticos, educadores, guerrilheiros, aos arquitetos. Infiltrados e/ou transversais, esses conceitos constituem as ferramentas que subsidiam as discussões que pretendemos construir - a problematização dos campos de força que subjetivam e singularizam as práticas arquitetônicas e urbanas contemporâneas no desejo de contribuir para a construção do arquiteto urbanista do devir, mais hábil na sua relação com as multiplicidades nas quais o mundo hoje se apresenta.

A seguir nos ocuparemos de identificar e caracterizar os momentos na qual se encontra essa tese, seja: *o devir outro arquiteto urbanista, posturas desencarnadas, posturas incorporadas, o devir incorporado na formação dos arquitetos urbanistas.*

O capítulo 1 intitulado “*Por um devir ‘outro’ arquiteto urbanista*” caracteriza-se pela contextualização acerca das relações entre subjetividades, singularidades, saberes e poderes, devires na construção de ambiências urbanas contemporâneas.

O capítulo 2 intitulado “*Posturas Desencarnadas*” caracteriza-se pelo estudo do pensamento hegemônico, molar, macro definidor da maioria das formações e práticas dos arquitetos urbanistas de herança moderna que caracterizam a subjetividade dominante em tempos atuais. O recorte cronológico inicia-se no movimento moderno em arquitetura e urbanismo seguindo até as práticas contemporâneas.

O capítulo 3 intitulado “*Posturas Incorporadas*” constitui-se pela busca de saberes e fazeres singulares no campo da arquitetura e do urbanismo, práticas e maneiras de pensar que atravessam o plano do pensamento dominante. Tal busca faz-se pela cartografia de agenciamentos e dispositivos de arquitetos urbanistas propositores de “outras” práticas de produção, material, construtiva, arquitetônica e urbana diferentes das preconizadas pelo pensamento hegemônico. Nesse capítulo, encontra-se a cartografia das infiltrações: experimentações de arquitetos urbanistas que construíram pequenas máquinas de guerra a infiltrarem na subjetividade dominante desde os postulados modernos até os processos de atualização contemporâneos.

Nas considerações finais abordaremos a questão e as possibilidades do devir incorporado na formação de arquitetos urbanistas. Talvez esse seja também um caminho para se lutar contra as reproduções modelares tanto para os arquitetos como para os planejadores urbanos, e conseqüentemente, à vida nas cidades.

Sondando as forças que pedem outros arranjos...

Capítulo 1: Por um devir outro arquiteto urbanista

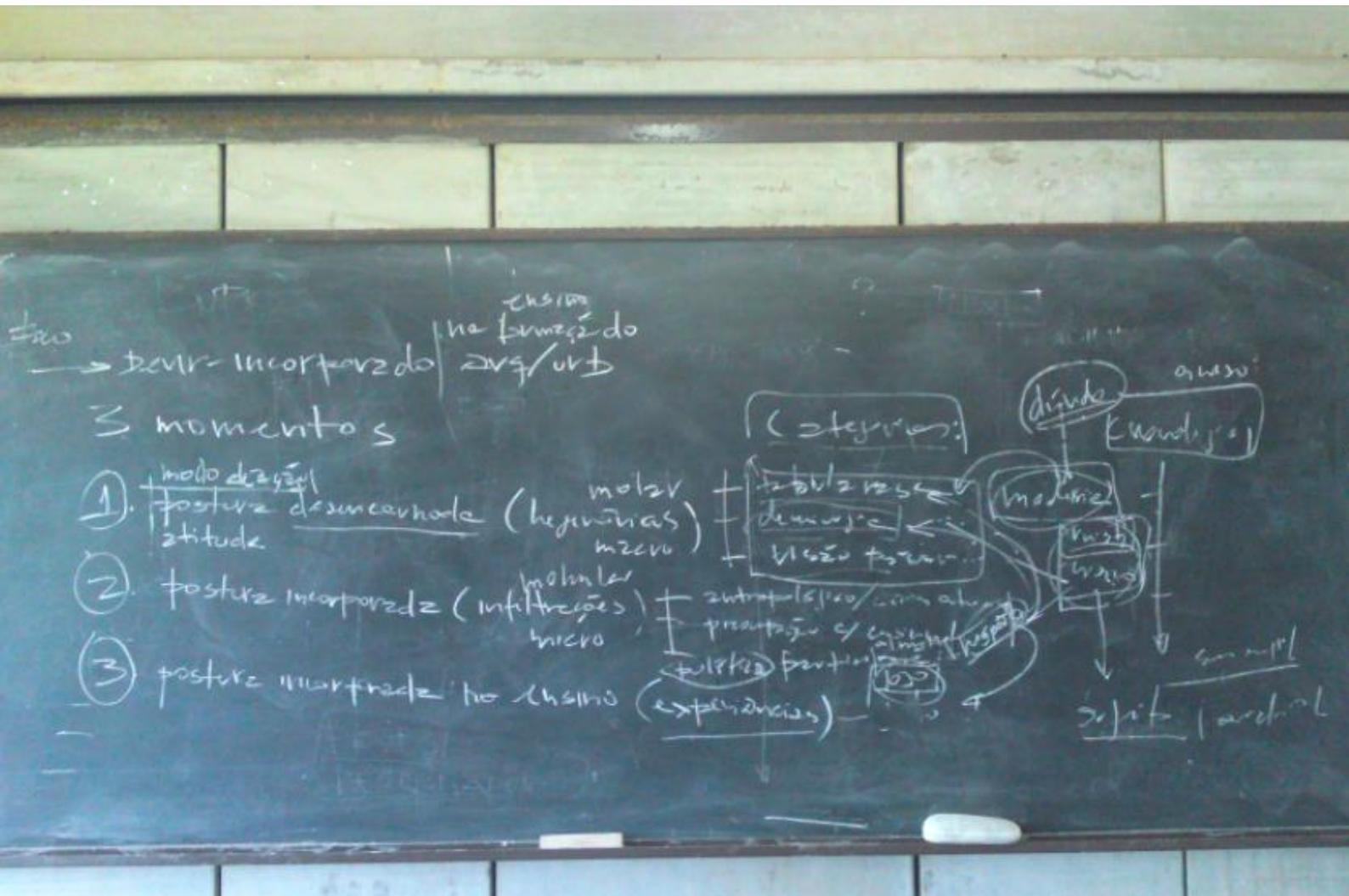


FIG. 2 – PPGAU/ sala de aula. Anotações acerca da tese. Fonte: JACQUES, 2009.

1.1 Sobre a subjetividade dos arquitetos urbanistas contemporâneos

O que fundamenta essa tese são inquietações diante da nossa formação, da nossa profissão, e esse exercício só faz sentido se nos debruçarmos sobre os espaços sociais, nossas realidades, o mundo “lá fora” e nossa atuação “lá fora” também. Como arquitetos urbanistas e principalmente como docentes torna-se necessário refletir sobre as práticas que ajudamos a difundir nos ateliês de projeto, nos discursos teóricos que ajudamos a reproduzir. É necessário estarmos atentos à difusão desses

saberes e a sua conseqüente construção de poderes e vice-versa – porque saberes, poderes e subjetividades são indissociáveis, se engredram e se alimentam – com as práticas cotidianas, com a diversidade das paisagens e ambiências exteriores a academia. Esses questionamentos, muitas vezes nos levam a uma série de incertezas e desconfianças quanto à formação do arquiteto urbanista da maneira como é multiplicada e generalizada. Duvidando do pragmatismo e do reducionismo dos métodos de projeto e planejamentos que nos são ensinados nas escolas desenvolvi uma dissertação de mestrado²⁸. Nesse momento, eu estudava a cidade construída à revelia do saber do arquiteto urbanista, no caso as ambiências intra-ordinárias das cidades edificadas por seus próprios habitantes. Talvez quisesse reconhecer a importância do arquiteto urbanista na falta ou na sua ausência na cidade. Daí o estudo desses espaços opacos.²⁹

Se as posturas projetuais dos arquitetos urbanistas os levam em sua maioria à construção de paisagens desencarnadas em suas relações com o mundo real, a postura das quais se valem os moradores através da autoconstrução ou da autogestão os levam a construção de ambiências encarnadas do cotidiano, carregadas/imersas em realidades. O antropólogo francês Claude-Levi-Strauss (1989) nos auxilia a

²⁸ Com o objetivo de abordar as relações/inscrições subjetivas e singulares do habitante na construção da arquitetura e das cidades, desenvolvi junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais/ PPGAU/UFMG uma dissertação de mestrado onde trabalhei com a hipótese de que a investigação da arquitetura construída pelo próprio habitante nos revelasse de maneira mais contundente a inserção do sujeito como particularidade na construção, bem como a *radicalidade* do contexto em questão. Apesar do vasto contingente da autoconstrução nas cidades brasileiras este estudo se deteve na abordagem de uma única casa. O contato com essa orientou e direcionou a abordagem da psicanálise como suporte teórico possível no desenvolvimento da investigação proposta: a relação subjetiva e singular do homem com a arquitetura construída e habitada por ele. Não se trata, de maneira alguma, de uma investigação que vise interpretar o sujeito que constrói, ou que pretenda fazer uma psicologia do construtor: trata-se então de buscar subsídios para abordar a arquitetura como construção subjetiva que depende e se relaciona com o universo daquele que a constrói. Fundamentou esse estudo o pensamento estruturalista psicanalítico de Sigmund Freud e Jacques Lacan, a antropologia de Claude-Levi-Strauss, a linguística de Ferdinand Saussure e Julia Kristeva, a abordagem da vida cotidiana por Henri-Lefebvre, Michel de Certeau dentre outros. Dissertação de mestrado intitulada “Do espaço geométrico das construções ao espaço vivido da arquitetura: a relação entre *necessidade* e *desejo* na criação de lugares arquitetônicos construídos pelo próprio habitante”, orientada pelo Prof. Dr. José dos Santos Cabral Filho.

²⁹ “[...] Na cidade luminosa, moderna, hoje, a “naturalidade” do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas “opacas”. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços de exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados.” (SANTOS, 1996:261).

reconhecer as diferenças entre as maneiras de pensar dos arquitetos urbanistas e dos habitantes/construtores. Esse se refere às diferenças entre o que chamou de pensamento científico e pensamento selvagem³⁰.

Subsidiados por essa teoria podemos relacionar as maneiras de produção dos arquitetos urbanistas às estratégias difundidas pelo “pensamento científico”, onde através de projetos são previamente escolhidas as tecnologias, a matéria-prima, as ferramentas a serem utilizadas na feitura de uma paisagem. Já os habitantes/construtores principalmente restringidos por questões econômicas constroem suas ambiências dentro de um universo fechado onde as regras do jogo são sempre no sentido de se fazer o que puder com aquilo que tiver nas mãos, ou seja, com um conjunto de ferramentas que é finito e heterogêneo a partir do que Levi-Strauss (1989) nomeou de “pensamento selvagem”. Somam-se a essas considerações sobre as maneiras de produção de ambiências e paisagens às reflexões do historiador francês Michel De Certeau(1994)³¹ onde para além da materialidade ajusta-se também a questão do tempo.

Se nós arquitetos trabalhamos na perspectiva de um tempo linear, de causa e efeito,

³⁰ Sobre as maneiras de pensar do arquiteto e do construtor anônimo, habitante pode-se tomar emprestadas as reflexões de Claude Lévi-Strauss (1989) em seu livro *Pensamento Selvagem*. A partir de suas especulações sobre as diferentes formas de produções culturais pode-se relacionar a formação canônica do arquiteto a um sistema de pensamento científico em que se pressupõe a existência de uma mesma quantidade de conjuntos de ferramentas e matéria-prima quanto de projetos (um sistema classicamente linear de pensamento tecnológico) em que o processo da *autoconstrução* se faz a partir de outro sistema de pensamento “selvagem”, baseado em realidades concretas, em que um jogo instrumental de ferramentas (mental e processos criativos) é compelido pelos materiais disponíveis. Lévi-Strauss define este perito habilitado para a execução de grande número de trabalhos diferentes que, ao contrário do arquiteto, não subordina cada um deles à disponibilidade da matéria-prima e das ferramentas concebidas e compradas para a finalidade da obra de *bricoleur*. Seu universo de instrumentos é fechado e as regras do jogo são sempre no sentido de fazer o que puder com aquilo que tiver nas mãos, ou seja, com um conjunto de ferramentas que é finito e heterogêneo.

³¹ Sobre os modos e tempos de fazer do cotidiano Michel De Certeau navega por entre os conceitos de estratégias, táticas, circunstâncias, ocasiões. Nesse campo, “[...] denomina de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento que um sujeito de querer e poder é isolado de um ambiente. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo este modelo estratégico”. Ao contrário de estratégia De Certeau chama de “[...] tática um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto com uma fronteira que distinga o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. O próprio é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para captar no vôo possibilidades de ganho. O que ela ganha não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ocasiões. Sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião” (De CERTEAU, 1994:46).

cronológico, projetar para depois construir – o homem comum, construtor/morador – trabalha na superfície, no imprevisto como um repentista, aproveitando circunstâncias e ocasiões – constrói com o que se tem no tempo que sobra, ou que dobra.

Ziguezagueando por entre o saber “selvagem” daquele que constrói com o emprego de meios, instrumentos, tecnologias, materialidades que encontra à sua disposição e que não foram especialmente concebidos para a ação na qual irão servir e por entre o fazer “tático” daquele que aproveita das circunstâncias e delas depende, daquele que opera golpe por golpe, lance por lance, que joga com o terreno que lhe é imposto apontando para uma hábil utilização do tempo; vemos os construtores/habitantes antropofagicamente construindo suas ambiências, seus pedaços de cidade.

Nesse âmbito, a produção dos espaços faz-se sob a lógica das circunstâncias, da criação de oportunidades, onde as condições são restritas, em contrapartida, abre-se o vasto campo da invenção. As posturas assumidas pelos construtores/moradores estão contundentemente ligadas à radicalidade de seus cotidianos. A partir das contribuições de Lévi-Strauss e de Michel De Certeau poderíamos relacionar as posturas “desencarnadas” dos arquitetos urbanistas às noções de pensamento científico, estratégico, linear, saber hegemônico reconhecido e difundido pelo poder da disciplina e, de outro lado poderíamos associar as posturas encarnadas dos habitantes/construtores ao pensamento “selvagem”, tático, circunstancial, “oportunista”.

Mas, apesar da autoconstrução fazer-se a partir de ações encarnadas/implicadas de seus propositores na relação com as singularidades de suas realidades (inclusive antropofagizando o saber formal dos arquitetos urbanistas) não se pode dizer que essas respondam às injunções da arquitetura e do urbanismo. As ambiências do homem comum se restringem a um imediatismo moral, o indivíduo na relação consigo mesmo; o arquiteto urbanista também muitas vezes se restringe a esse imediatismo moral, por sua postura excludentemente estetizante. A arquitetura e as cidades tornam-se expressões materializadas da ética ao possibilitarem e mediar a relação entre os homens (mundo moral) e os contextos sócio-físicos (mundo estético).

Vemos então os arquitetos urbanistas construindo e multiplicando seus saberes com

ênfase na subjetividade hegemônica, sobrecodificada por leis transcendentais de poder culminando numa relação excludentemente estetizante, formalista, privada das singularidades de pessoas, realidades, cotidianos. Afinal, desde tempos modernos projetamos para um homem tipo, idealizado, serializado, desencarnado. Se esse homem “modular” encarnava a subjetividade moderna prenhe de preocupações sociais, hoje o que resta é um homem individualizado e privado dessas inquietações, esvaziado de utopias, mas ainda idealizado, planificado, consumado. Do outro lado, estão os habitantes/construtores elaborando seus saberes “selvagens”, moleculares, micropolíticos privilegiando as relações de singularidade na direção de suprir suas necessidades, demandas, desejos. Porém, não é porque a autoconstrução e a autogestão inscrevem o sujeito e o contexto de maneira contundente na edificação de seus territórios que satisfaçam as complexidades das arquiteturas e das cidades ou que se devam eximir os arquitetos urbanistas de refletirem a esse respeito e/ou de implicarem-se com esses diferentes modos de produção urbana.

1.2 Sobre o arquiteto urbanista do devir

As arquiteturas e urbanidades são máquinas encunadoras de discursos carregados de conteúdo ético, político e também, mas não somente moral e/ou estético. Esperamos que as construções arquitetônicas e urbanas estejam implicadas com as relações dos homens entre si, nas interações com os outros, com as coletividades, com as comunidades, com os meios vivenciados (íntimos, públicos, privados, sociais, políticos, econômicos, tecnológicos, estéticos).

É na perspectiva da construção de uma alteridade arquitetônica e urbana que se abrem as reflexões acerca da necessidade de um devir outro arquiteto urbano dotado de posturas incorporadas, atravessadas por saberes molares, macropolíticos, conquistados por práticas já tuteladas pelo pensamento científico e, ao mesmo tempo, embebidos em subjetividades singulares, atravessado por saberes micropolíticos, moleculares.

Trata-se do arquiteto urbano assumir posturas incorporadas ao cotidiano valendo-se de um saber que se constrói fazendo, inventando e deixando-se atravessar por outros

saberes, não tendo no conhecimento adquirido na escola um instrumento de dominação. Trata-se de um profissional mais reativo às variáveis do processo de construção desses territórios do que vigilante e impositivo de um formato pré-definido do fazer, mais próximo e corporal do que distanciado e intermediado por mecanismos de controle. Bairros, ruas, conjuntos habitacionais, favelas, ocupações de sem-teto/terra e diversas outras ambiências da cidade são lugares de solidariedade e confrontos - precários, clandestinos, miúdos, são também planificações ressingularizadas pelas resistências do dia-a-dia. Ou seja, tudo o que torna a vida urbana uma produção complexa, heterogênea, improvável, conflituosa e naturalmente mutante. Talvez essa seja a principal função da nossa profissão de arquitetos urbanistas ao agir nas cidades: implicando-nos, entrando “na vida”, ultrapassando os limites das aparências e das estratificações para apreender aquilo que elas só mostram na dobra e que acontece no improvisado.

Imaginar ambiências e territórios produzidos a partir de posturas incorporadas nos faz refletir sobre a própria arquitetura, o urbanismo, os próprios edifícios que desenhamos e construímos. Nos faz refletir sobre os modos de viver e relacionar com o meio ambiente construído de nossas cidades, nos faz pensar nas maneiras de habitar e construir territórios para essa habitação. Caberia então inventarmos e propormos outras tecnologias projetuais e construtivas capazes de incorporarem outras formas de relação entre determinada “arquitetura” e o processo construtivo capaz de produzi-la. Desenhar outra arquitetura que não se fizesse a partir de um desenho dominante e impositivo de relações de poder previamente determinadas. Precisariamos desdobrar um processo compartilhado e contaminado de construção de conhecimento apropriado ao fazer arquitetônico e urbano, perpassando os momentos da concepção, fabricação, apropriação do desenho projetivo abrindo-se às múltiplas possibilidades de habitar essas ambiências. Conhecimento que se faz através do diálogo e da incorporação inventiva do saber daqueles que produzem com seu trabalho as arquiteturas. Para isso, faz-se necessário desenvolvermos tecnologias de projeto e pedagogias relacionais entre aqueles que participam da concepção e da fabricação desses territórios/ambiências/cidades: conceber projetivamente e fabricar arquiteturas pensadas como parte de um mesmo processo do saber-fazer. Da maneira como são praticados os projetos são “anteriores” e “externos” à obra, ao canteiro, às realidades e suas pré-existências.

Geralmente, os arquitetos urbanistas contemporâneos legislam em nome de “uma técnica” e de “uma estética” homogênea que se repete mundo afora comprometido com a subjetividade hegemônica do capitalismo mundial integrado, não se implicando com as vozes singulares que emergem do interior de diferentes contextos.

1.3 Entre o distante idealizado e o imediato desconhecido

Apesar da contribuição do pensamento hegemônico no campo da arquitetura e do urbanismo na direção de edificar territórios homogêneos, genéricos, as cidades em sua maioria são construídas entre relações de confrontos, consensos, leis, padrões, transgressões, infiltrações, transversalidades, resistências, verticalidades, horizontalidades. As ações civilizatórias, as intervenções urbanas que elaboramos na maioria das vezes ocupam os espaços luminosos das e nas cidades. Os espaços luminosos como na concepção de Milton Santos são aqueles bem servidos pelas políticas públicas e privadas, pelas redes informacionais, pela infraestrutura urbana.

“[...] O pensamento cunhado na academia, simultaneamente e com maior intensidade na mídia caracteriza-se por constituir-se enquanto hegemonia. “O modelo hegemônico é planejado para ser, em sua ação individual, indiferente a seu entorno.”(SANTOS, 2000:107).

Milton Santos relaciona essa hegemonia a verticalidades. “[...] As verticalidades são, pois, portadoras de uma ordem implacável, cuja convocação incessante a segui-la representa um convite ao estranhamento. Assim, quanto mais ‘modernizados’ e penetrados por essa lógica, mais os espaços respectivos se tornam alienados.” (SANTOS, 2000:108), desencarnados.

Para as verticalidades o território é visto como um ‘recurso’, justamente a partir do uso pragmático que o equipamento modernizado de pontos escolhidos assegura. Enquanto as verticalidades podem ser definidas num território, como um conjunto de ‘pontos’ formando um espaço de fluxos, as horizontalidades são zonas de contiguidade que formam extensões contínuas. Milton Santos segue dizendo que as horizontalidades dizem respeito ao espaço banal.

“[...] O espaço banal seria o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas, o espaço das vivências. Esse espaço banal, essa extensão continuada em que os atores são considerados em sua contiguidade são espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem também um fator de produção. Todos os agentes são de uma forma ou de outra implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados.” (SANTOS, 2000:109).

Ao contrário das verticalidades, regidas por um relógio único, implacável, nas horizontalidades assim particularizadas funcionam, ao mesmo tempo, vários relógios realizando-se paralelamente diversas temporalidades (SANTOS, 2000). Esses espaços banais carregam em e para a sua constituição saberes moleculares a atravessar a hegemonia da verticalidade, geralmente dominante. Ao contrário da ordem imposta nos espaços de fluxos pelos atores hegemônicos, nos espaços banais se recria a ideia e a necessidade do fato da política como exercício fundamental para se continuar a existir. Através do exercício contínuo do debate, dos acordos, encontros, desencontros, entendimentos e desentendimentos, buscam-se explícita ou tacitamente a readaptação às novas formas de existência.

O espaço banal e os saberes compartilhados para a sua feitura se metamorfoseiam em algo que está para além do ‘recurso’ e, constitui o que Milton Santos chama de ‘abrigo’.

“[...] Na realidade, a mesma fração do território pode ser ‘abrigo’ e ‘recurso’, pode condicionar as ações mais pragmáticas e, ao mesmo tempo permitir vocações generosas. Nas condições atuais, o movimento determinante com tendência a uma difusão mais avassaladora é o da criação da ordem pragmática, enquanto a produção do espaço banal é residual” (SANTOS, 2000:112).

Esse tema das verticalidades e das horizontalidades comporta várias reinterpretações e no nosso campo da arquitetura e do urbanismo podem estar correlacionadas aos modos de se conhecer, projetar, construir, intervir, agir e praticar os espaços. Podemos relacionar os conceitos de verticalidades e horizontalidades, o território visto como ‘recurso’ e/ou tomado como ‘abrigo’, espaços hegemônicos e espaços banais associados às noções de táticas e estratégias, ocasiões e circunstâncias (os vários relógios ao mesmo tempo e/ou um único relógio implacável). As forças hegemônicas/verticalidades trabalham na direção de construir uma racionalidade

única, reitora de todas as outras, desejosa de homogeneização e de unificação pretendendo sempre tomar o lugar das demais. Já no cotidiano, a razão, isto é, a razão de viver é buscada por meio do que em face dessa racionalidade hegemônica é considerado como ‘irracionalidade’, quando na realidade o que se dá são outras formas de ser racional. O mundo do cotidiano é o mundo da produção infinita de racionalidades.

“[...] O funcionamento dos espaços hegemônicos supõe uma demanda desesperada de regras; quando as circunstâncias mudam e, por isso as normas reguladoras têm de mudar, nem por isso sua demanda deixa de ser desesperada. Tal regulação obedece a consideração de interesses privatísticos. Já o cotidiano supõe uma demanda desesperada de política, resultado da consideração conjunta de múltiplos interesses”(SANTOS, 2000: 127).

Interessa pensarmos que esse território do saber, poder banal, horizontalidade alojado no cotidiano não podem abdicar do seu contexto assim como pressupõe o saber vertical, hegemônico, espaços de recurso, pois, a própria existência do saber banal, cotidiano está assujeitada ao meio. E adaptando-se às situações cujo comando frequentemente escapa aos respectivos atores, acabando por exigir de cada qual um permanente estado de alerta, no sentido de apreender as mudanças e descobrir as soluções indispensáveis. Comparamos, nessa tese, os saberes dos arquitetos aos vetores de verticalidades, indiferentes a seu entorno, sendo necessário que esse saber se metamorfoseie em algo mais do que um simples recurso.

No âmbito do saber hegemônico somente a existência dos agentes hegemônicos importa. São ao mesmo tempo origem e finalidade das ações. A vida cotidiana abrange vários agenciamentos, diversas temporalidades simultaneamente presentes, o que permite considerar a existência de cada um e de todos, ao mesmo tempo sua origem e finalidade. Esse debate envolve questões relacionadas à homogeneidade que se pretende o saber hegemônico para garantir sua perpetuação em zona de tranquilidade, consenso, ausência de conflitos e outro saber - micro, difuso, perturbado a se fazer e disseminar na heterogeneidade da vida cotidiana.

Não se crê que a construção do arquiteto urbanista do devir esteja no confronto entre formas de saberes duais, distintos, mas na captura de um pelo outro e vice-versa até mesmo porque as horizontalidades atravessam as verticalidades, o meio lhes é condicionante à sua sobrevivência, à base de sua atuação. As horizontalidades, ao

contrário das verticalidades precisam negociar a todo o momento com os saberes e poderes hegemônicos como forma de sobrevivência.

“[...] As horizontalidades, pois, além das racionalidades típicas das verticalidades que as atravessam, admitem a presença de outras racionalidades (chamadas de irracionalidades pelos que desejariam ver como única a racionalidade hegemônica). Na verdade, são contra racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades”. (SANTOS, 2000:127).

Assim, ao invés de nos localizarmos somente no âmbito do saber constituído, erudito, dominante, vale pensar nas contaminações e infiltrações das maneiras horizontalizadas, incorporadas, pois, no interior, na constituição do seu saber repousam pequenas verticalidades. Retomar as especulações de De Certeau é também refletir sobre o projeto de arquitetura e urbanismo “ a partir de um universo fechado onde as regras do jogo são sempre no sentido de fazer o que puder com aquilo que tiver nas mãos, ou seja, com um conjunto de ferramentas que é finito e heterogêneo.” (DE CERTEAU, 1994:46). Trata-se não só de construir espaços luminosos em espaços opacos, mas antes disso criar saberes híbridos, mestiços através pedagogias, maneiras de saber/conhecer, saber/fazer que a todo o momento e conforme as circunstâncias e ocasiões deixam-se atravessar, se metamorfoseam ora em engenharia/arquitetura, opaca, favelada e luminosa ao mesmo tempo. As possibilidades para o devir outro arquiteto urbano do qual ocupa-se esta tese está certamente mais próxima das relações de misturas, revides entre saberes molares, moleculares, macro, micro, formal, informal do que de dicotomias e dualidades. Navega-se no mundo da imprecisão, mundo mais difícil de ser reconhecido, menos inteligível, conturbado, menos adepto às categorizações, mas não menos real ou talvez em busca de realidades mais humanas.

O pensamento hegemônico cria regras, padrões. Esses dizem respeito a processos de produção atrelados às noções de racionalidade (filiada ao espaço hegemônico), feitos de maneira ordenada e repetitiva, estabelecidos por diretrizes que (por sua vez) seguem normas e regras previamente definidas por saberes já reconhecidos – a racionalidade da padronização vislumbra e justifica-se por criar a civilidade e o direito a termos os mesmos direitos (apesar das diferenças), estabelece a norma para

o trabalho, permite a industrialização como meio de produção gerenciada e planejada, almeja a eficiência nos processos, o que permite uma contínua aceleração da repetição desses mesmos processos.

“[...] Assim, existe o padrão para a educação, para o trato com a saúde, para a construção e ocupação dos espaços, para a produção e consumo de bens. É o uso desses padrões que tornam a sociedade civilizada; que permite a multidão conviver fora de um estado de barbárie; que permite um entendimento social do que vem a ser justo ou não e, é por causa disso que muitas intervenções são justificadas.”(PORTELA, 2007: 87)

O padrão é a forma marcante de intervenção dos espaços luminosos (apesar de o tempo todo sermos atravessados por processos horizontais, banais, cotidianos subjacentes e concomitantes à produção desses mesmos territórios) e essa forma é sempre trabalhada para ser considerada legítima. Esse padrão orienta muito a nossa formação como arquitetos urbanistas. Esse pensamento criou pedaços ou cidades “inteiras”. A lista é enorme mundo afora e hoje, rege as ações dos arquitetos contemporâneos que orientam também as intervenções em vilas e favelas, pois, de alguma maneira é muito difícil sermos atravessados por outras maneiras de pensar os espaços. A via é de mão única - intervir sim, mas deixar ser afetados não. Os melhoramentos sempre foram as ações civilizatórias ditadas pelos padrões das elites dos espaços luminosos e são sempre justificadas por serem ações legítimas. É correto dar condições de higiene, é justo reconhecer os valores culturais, é legítimo regularizar a situação fundiária dos espaços informais; não existem argumentos que neguem ‘o justo’ nessas ações. Mas, existe o receio de que uma proposta de intervenção no espaço desemboque na padronização excessiva, descaracterizando o local.

A referência a “intervenção sim, padronização não” é uma constante. Como exemplo podemos citar os próprios habitantes de favelas que reclamam dos problemas de infraestrutura, são os primeiros a temerem a padronização cientes de que toda requalificação elimina as pulsões desejantes, singulares que atuam como uma cápsula de proteção para esses territórios cotidianos, banais, opacos. Deseja-se a intervenção urbana dos espaços luminosos nos espaços opacos, mas não a padronização, não a postura desencarnada porque isso é retirar a riqueza, a multiplicidade das luzes existentes; desejar intervir, retirar a insalubridade, mas sem diminuir a riqueza dessas ambiências.

Esse é um processo esquizofrênico presente na sociedade contemporânea que gera uma crise de forma generalizada e não só nas favelas, nas feiras livres, no Mercado Central em Belo Horizonte, na feira de São Joaquim em Salvador, nas *banlieues*³² mestiças da grande Paris. Então, como agir nos espaços opacos sem retirar dali sua diferença cultural? Essa questão nos faz pensar nas ações desencarnadas, pois, essas retiram a insalubridade da feira, do mercado assim como com frequência tendem a eliminar também as suas singularidades.

“[...] O jogo civilizatório presente nos agenciamentos ligados às ações de intervenção urbana retiram o rato que traz a doença junto com os beijos calorosos; retiram a sujeira junto com o sono no carrinho de mão ou no chão; acabam com os pés para cima do banco, a fala alta, a dança no meio da praça”. (PORTELA, 2007:87).

Acreditamos que no pano de fundo para possíveis respostas à essas questões estejam as ações desencarnadas praticadas por grande parte dos arquitetos urbanistas.

Milton Santos já apontava esse contexto:

“[...] Para os migrantes e para os pobres de um modo geral, o espaço inorgânico é um aliado da ação, a começar pela ação de pensar, enquanto a classe média e os ricos são envolvidos pelas próprias teias, que para seu conforto ajudaram a tecer: as teias de uma racionalidade invasora em todos os arcanos da vida, essas regulamentações, esses caminhos marcados que empobreceram e eliminam a orientação para o futuro. Por isso os espaços “luminosos” da metrópole, espaços da racionalidade é que são de fato os espaços opacos” (SANTOS, 1994:85).

O território brasileiro é esquizofrênico,

“[...] porque de um lado, recebendo esses insumos de modernização globalitária, ele se fragmenta, se fragiliza; de outro lado, descobre que esse processo não lhe convém. E talvez lhe falte descobrir qual é a lógica mais geral que permita a produção de um discurso novo. Primeiro acadêmico, quando possível também de mídia, e depois o discurso político.” (SANTOS, 1998).

Entretanto, como escolher entre ter um lugar salubre ou um lugar com vida? Por que cada vez que se busca um perde-se o outro? Não nos caberia então intervir nos espaços opacos? Nas periferias autoconstruídas das nossas cidades? Diante da não aplicação do padrão não nos restaria o que fazer? Não se trata, portanto, de um “não

³² Banlieues do francês que quer dizer subúrbios sendo comparados às periferias pobres economicamente das cidades brasileiras.

fazer”, mas sim de um fazer em um tempo necessário, que permitam que os afetos e desafetos, que os saberes molares e moleculares sejam compreendidos (porque senão caíremos novamente na esquizofrenia de intervir de modo inadequado ao contexto); na cadência de tempos e ações possíveis para que os muitos homens lentos que vivem nos espaços opacos e os poucos que vivem nos espaços luminosos possam aprender outros caminhos, entre as ações afetivas e as ações civilizatórias.

1.4 Campos de luta: canção às ocupações

Faz-se necessário diante dessas questões refletir sobre a nossa formação como arquitetos urbanos: posturas desencarnadas, hegemônicas, verticais, molares e/ou ações incorporadas, micropolíticas, moleculares.

Torna-se preciso, problematizarmos as arquiteturas e o urbanismo para além da planificação, da estratificação, do esquadramento, da operação, reconhecer outros habitantes, outras cidades, outras temporalidades, ambiências íntimas, mínimas, delicadas que não suportam intervenções calcadas somente nos saberes hegemônicos/verticalidades/padronizações e que nos demandam por outras percepções e ações. Daí novamente a importância de reinventarmos nossos saberes, nossas ferramentas projetuais, nossas práticas – reinventarmos a nós mesmos. Reconhecermos nessas solicitações outros mercados e nesses outras possibilidades de trabalho, eis um chamamento para o qual quase não estamos preparados para agir levando-se em consideração o que nos é ensinado na nossa formação acadêmica e prática.

Não se trata, por exemplo, de abrir “clareiras” nas favelas imprimindo nesses espaços decalques³³ da cidade formal/ espaços luminosos demiurgicamente incrustados na

³³ Decalque é aqui utilizado na concepção desenvolvida por Deleuze e Guattari decalcomia entendida como competência em reproduzir o que se sabe, o que já foi adquirido antes, pois, o decalque reproduz a si mesmo pensando em reproduzir outra coisa e opõe-se ao conceito de performance que estaria relacionado ao conceito de criação. Em relação a essa questão entre decalque e performance Deleuze e Guattari comentam: [...] Toda a lógica da árvore é uma lógica do decalque e da reprodução. A árvore articula e hierarquiza os decalques, os decalques são como folhas da árvore. [...] diferente é o rizoma, mapa e não decalque. [...] o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como

realidade opaca. Nesse caso, não é o arquiteto urbanista que muda de lugar ao reinventar suas estratégias projetuais e construtivas, mas quem muda de lugar é a cidade, fragmentos arquitetônicos desenhados, planejados, ditando maneiras de morar diferentes do contexto dentro das favelas. Esse tipo de ação além de criar problemas de ordem pragmática, objetiva, funcional e também política (uma vez que estão imersas em territórios, são campos de luta) também diz respeito a um tipo de dominação ao querer prevalecer um tipo de saber estratégico sobre um fazer tático. Essas práticas geralmente se fazem numa relação de desmerecimento e banalização de um saber sobre um fazer. Mais uma vez vê-se o “desencarnamento” se sobrepor à possibilidade de assumir posturas “incorporadas”.

Não é raro observarmos nas intervenções/requalificações de favelas realizadas hoje no Brasil, confrontos entre os moradores e as novas maneiras de morar que os projetos arquitetônicos e urbanos os impõem. Não estamos questionando os programas sociais e políticas habitacionais, mas sim o caráter dos projetos arquitetônicos e urbanísticos elencados, seu desenho, programa de espaços, tecnologias utilizadas. Além das “clareiras” criadas a partir do desenho/partido das habitações e/ou equipamentos que são implantados devastando as pré-existências, reconhecemos problemas de ordem social e econômica geradas a partir dos programas dos espaços muitas vezes propostos. Se nesses contextos, a economia local é alimentada através da articulação de usos mistos: habitação, comércio e serviços inseridos numa mesma construção e misturados na malha urbana, vemos os projetos de requalificação repetindo a construção da cidade monofuncional de origem moderna setorizando usos e desarticulando laços afetivos, relações de vizinhança e gravemente atingindo/enfraquecendo as microeconomias locais.

Ao construir equipamentos de uso restritamente habitacional e segregando-os do comércio e/ou serviços “caseiros” desconstróem as práticas associativas dos núcleos familiares de terem atrelados às suas moradias atividades e pequenos arranjos econômicos que em escala considerável promove o sustento desses moradores/microempreendedores. Tudo isso em nome de um desencarnamento em

uma meditação. [...] Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre ao “mesmo”. Um mapa é uma questão de performance, enquanto o decalque remete a uma presumida “competência”. (DELEUZE e GUATTARI, 1995:22).

relação às singularidades existentes. O exercício de práticas autosustentáveis, nesses casos, é desconsiderado.

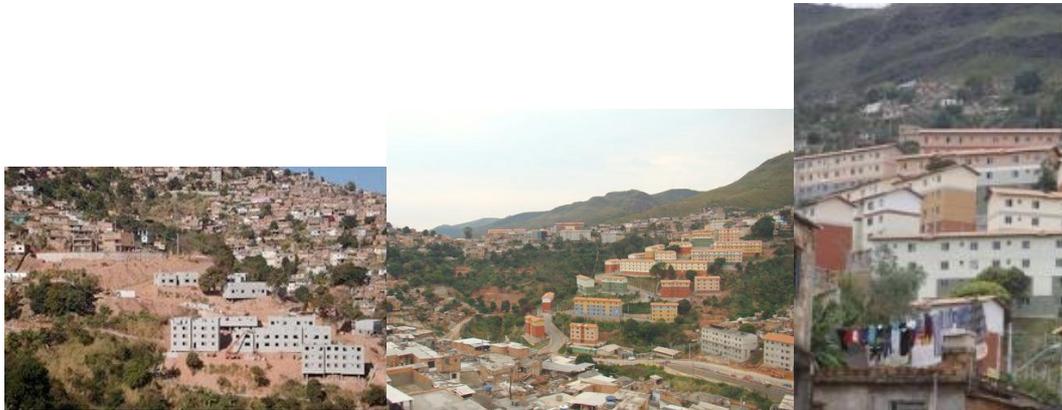


FIG: 3: Intervenções urbanas do Projeto Viva Viva³⁴ na favela da Serra em Belo Horizonte. Fonte: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh>

Interessa refletirmos que as razões que motivam essas escolhas por parte dos arquitetos urbanistas estão na maioria das vezes fundamentadas na repetição de estratégias projetuais dessituadas, hegemônicas, genéricas disseminadas profusamente nas escolas e baseadas na produção da cidade formal sem se afetarem com as alteridades urbanas em questão - são posturas desencarnadas construindo terras devastadas.

As estratégias projetuais e construtivas são “anteriores” e “exteriores” ao canteiro de obras e alimentadas por saberes exógenos. No âmbito das posturas desencarnadas as realidades não são “conhecidas”, mas sim “diagnosticadas” e “sofrem “intervenções” indicando que as categorias “modernistas” que “tratavam” um organismo urbano “adoecido” ainda permanecem. Busca-se pela “doença” alojada no tecido da cidade,

³⁴ A origem do Programa Vila Viva está diretamente relacionada com o Plano Global Específico de cada vila atendida. O plano é um estudo da realidade das vilas e favelas de Belo Horizonte. Este projeto é realizado em três etapas: levantamento de dados, elaboração de um diagnóstico integrado dos principais problemas da área em estudo e, por último, definição das prioridades locais e das ações necessárias para atendê-las. O Vila Viva engloba obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer. Após o término da urbanização, a área será legalizada com a emissão das escrituras dos lotes aos ocupantes. A reforma urbana "Vila Viva" no âmbito das proposições arquitetônicas e urbanísticas transforma a geografia da favela ao substituir a arquitetura informal daquele espaço por edifícios multifamiliares de três ou quatro pavimentos. Ver: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh>

das arquiteturas carentes de “revitalizações”/ “operações”, mas não os interessam as potencialidades existentes que podem através de suas ações serem intensificadas. De modo algum estamos descartando a necessidade em algumas circunstâncias de empreendermos ações que buscam eliminar determinadas pré-existências. Mas o que questionamos é que o conhecimento dessas realidades se faça através do olhar desencarnado, distanciado, dessituado e quase protocolar dos arquitetos urbanistas.

Vemos nesses contextos de vilas e favelas que nas intervenções urbanísticas propostas por grande parte dos arquitetos urbanistas a questão habitacional tem sido pautada na construção de edifícios verticalizados, multifamiliares e monofuncionais (decalques da cidade formal), ou quando esses profissionais propõem a construção de habitações unifamiliares (também organizados em setores monofuncionais) as fazem buscando uma aproximação formal com a estética das favelas. E assim podem-se observar a construção de casas, objetos arquitetônicos construídos pela justaposição de fragmentos volumétricos.



FIG: 4. Favela da Rocinha no Rio de Janeiro.. Fonte: Escritório Toledo & Meinhof.

As construções nas favelas possuem, muitas vezes, como resultado formal a sobreposição, colagens de pedaços de construções umas sobre as outras porque são realizadas por meio de processos em que seus moradores/habitantes aproveitam as

oportunidades e as necessidades que lhes surgem. Pelo ganho de algum dinheiro ou pela necessidade de ampliação, a essas construções adicionam-se puxados, expandem-se pela soma de anexos compondo uma aparência fragmentada. Esse resultado formal se dá porque a construção dessas ambiências segue o curso da vida de seus habitantes/construtores onde a noção de totalidade enquanto unidade é abortada pela especificidade de seus contextos sociais, econômicos, tecnológicos, materiais, espaciais, temporais. Já os “bens intencionados” arquitetos urbanistas buscam seguir “literalmente” essas linhas através do desenho de objetos arquitetônicos também fragmentados, justapostos e desconstruídos.

Esses profissionais abordam a questão formal dessas construções enquanto produto acabado e não os seus modos de produção numa relação estetizante e não ética com tais processos. E por que abortam o interesse pelos processos de construção desses lugares, deixam escapar além de outras singularidades e exemplos que poderiam ilustrar essas práticas: que a verticalização é muitas vezes a saída para a expansão dessas arquiteturas e podemos ver nos finais de semana os moradores quebrando (golpe por golpe) coberturas de lajes de concreto das suas casas projetadas e construídas por desenhos desencarnados de arquitetos urbanistas na busca por ascenderem suas habitações, verticalizando e construindo ali novos territórios de uso; terraços, novas casas, locais de lazer, a despeito ou mesmo no embate com os projetos arquitetônicos e urbanísticos.

O que pretendemos focalizar são os aspectos do desenho urbano, do projeto arquitetônico das maneiras como vêm sendo concebidos e construídos. Esses se mostram e se fazem de modo recorrente desencarnados das relações econômicas, sociais, tecnológicas existentes a partir das quais poderiam-se abrir novos campos de invenção e atuação para a arquitetura e para o urbanismo. As favelas seriam um exemplo máximo da participação popular na produção dos seus pedaços de cidades. No Brasil essas posturas desencarnadas podem ser identificadas não somente nos projetos de requalificação de favelas, mas no feito de grande parte dos arquitetos urbanistas seja lá para onde estiverem endereçadas suas propostas - o pensamento hegemônico, dominante perpassa todo o campo de formação e atuação desses profissionais nos dias de hoje.



FIG. 5: Comércio e negócios nas favelas. Fonte: <http://revistapegn.globo.com/Revista>

Para exemplificar que essas posturas desencarnadas são consensuais e não reconhecem limites, nem nacionalidade, enfim são globalizantes, vale apresentarmos o caso das periferias parisienses³⁵. Essas, em boa parte são territórios construídos pelo emprego pragmático e purista de dogmas modernos e foram ocupados a partir dos anos quarenta e cinquenta por imensas populações principalmente de imigrantes economicamente “pobres” vindos de várias partes do mundo, sobretudo africanos vindos das colônias francesas. Geralmente são povos desterritorializados³⁶ de suas pátrias e dos seus modos de vida. Essas comunidades se reterritorializaram³⁷ nas novas formas sociais, culturais, nos novos modos de morar. Essas novas maneiras dizem respeito a habitar grandes “barras” de conjuntos habitacionais, células

³⁵ O caso das periferias/banlieues francesas foi escolhido como exemplo desse tipo de prática, uma vez que como doutoranda sanduíche em Paris, durante o período de 1 ano pude observar com maior proximidade a relação dos moradores com as propostas urbanísticas modernas e contemporâneas principalmente no que diz respeito à habitação popular/ HLM (habitation loyer modéré) habitação de preços módicos para a população de baixa renda.

³⁶ No sentido que Guattari nos coloca “[...] a noção de território é entendida aqui num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em “casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. [...] O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais”. (GUATTARI e ROLNIK, 1993:323).

³⁷ “[...] A reterritorialização consiste numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante”. (GUATTARI e ROLNIK, 1993:323).

moduladas/apartamentos de habitação popular³⁸ idealizadas seguindo os preceitos difundidos pela arquitetura e pelo urbanismo moderno. Essas células habitacionais são acompanhadas (como os nossos conjuntos habitacionais modernistas) por equipamentos de uso coletivo referentes ao comércio, ao lazer, a educação, etc (conjuntos equipados com comércio e serviços locais para que os seus moradores circulem o menos possível pelas cidades assim como propuseram os modernos).



FIG: 6: Em 1959 a prefeitura de Paris autorizou a construção de 3645 habitações em La Courneuve. Exemplo de HLM/ *habitation à loyer modéré* “Les 4 000 à la courneuve” ou “La cité des 4000”. Fonte: <http://derouault.net/+La-Courneuve>. FIG 7: Implosões em La Courneuve/ Seine-Saint-Denis, 1986. Fonte: <http://www.histoire-immigration.fr>.

As paisagens externamente não diferem muito das nossas no Brasil, resultado de tomadas de decisões muito semelhantes. Essas populações chegadas da África, das Américas, da Ásia e da própria Europa ao longo das últimas décadas territorializaram essas paisagens, principalmente no âmbito doméstico. Essas, construídas a partir de posturas desencarnadas, demiúrgicas, mas prenes de utopias sociais vêm sendo incorporadas e impregnadas das singularidades de seus habitantes na lida cotidiana. As grandes barras, como as nomeiam os franceses, ou para nós, os enormes conjuntos habitacionais são verdadeiras babéis e vão sendo a cada dia territorializados por seus moradores. Na maioria delas mantém-se a integridade volumétrica do ideal moderno,

³⁸ Inúmeros exemplos de conjuntos modernistas foram construídos em cidades pelo mundo a partir dos anos 40, sendo que grande parte localizados em regiões periféricas de grandes cidades e normalmente concentrando em um conjunto grande quantidade de unidades habitacionais. Sendo em muitos desses exemplos que se concentrou uma população marginalizada da sociedade, tornando-os edifícios problemáticos aos olhos dos habitantes das grandes cidades. Esse processo é conhecido por “guetização” – formação de guetos.

mas internamente as essas casas-máquinas são cultivados jardins, hortas como se contassem com a terra e o céu. Algumas vezes esses espaços são modificados de modo que as áreas para cultivos tornam-se maiores que os setores sociais e/ou íntimos e/ou de serviços contrariando a matriz moderna sobre a qual foram construídos.

Uma vez domada a camisa de força arquitetônica e depois de anos num processo árduo e diário de territorializar suas moradias, essas comunidades estão sendo ao longo das últimas décadas “relocadas” para edifícios menores onde os “novos” arquitetos e urbanistas acreditam serem espaços mais individualizados e onde crêem eles a qualidade de vida possa prosperar, assim como, os laços micropolíticos serão enfraquecidos.



FIG 7: La Courneuve, 23.06.2004, dia da implosão das duas barras HLM na Cité des 4000 (barras Ravel e Presov). Fonte: <http://www.perspectivesurbaines.com/spip.php?article51>

A demolição³⁹ tem sido o destino das grandes barras/ dos conjuntos habitacionais. Uma vez que esses conjuntos foram recorrentemente segregados, excluídos e marginalizados aos olhos dos habitantes das grandes cidades, do poder local, da mídia internacional, a opção pela demolição tornou-se frequente. Essas unidades habitacionais se fizeram sob o conceito de tábula rasa (moderno) e se desfazem/desaparecem sob a força do mesmo conceito, agora atualizado, mas com a mesma natureza de desencarnação. Já as novas habitações são também construídas através de ações desencarnadas, ou seja, as novas moradias não foram atingidas por esses processos de ‘des-reterritorialização’.

Os projetos passam incólumes a todo esse processo vivenciado por essas comunidades e impregnado em suas arquiteturas. O que observamos são ações estetizantes e a “nova” forma de morar privilegia o individualismo sucumbindo à preocupação moderna com a coletividade. Os edifícios são menores e concentram uma população fragmentada de moradores por blocos. Nessas periferias onde estão construídos os HLM⁴⁰ percebe-se uma resistência desses habitantes em relação à presença de urbanistas. Exemplos dessa natureza tornam-se relevantes para as discussões que se seguem nesse estudo, pois, em ambos os momentos da vida dessas cidades dos imigrantes (cidades experimentais) identificamos as posturas desencarnadas prevalecerem, assim como as identificamos caracterizando as ações dos arquitetos urbanistas nos já citados projetos de requalificação de favelas no Brasil.

As posturas desencarnadas estão grosso modo referenciadas no tempo do projeto (sua concepção e desenho) e de sua construção (obra). Esse tempo é cronológico, cabem em planilhas e refere-se às verticalidades das quais nos fala Milton Santos. Há uma manipulação do tempo para a execução dessas paisagens que resvalam também em espaços manipulados, condicionados, fabricados a partir e sobre os quais começam o trabalho daqueles que ali irão morar, ocupar - trabalhos de apropriação, incorporação,

³⁹ Apesar de muitos especialistas considerarem as demolições desses conjuntos habitacionais uma opção já descartada dos calendários das prefeituras, elas ainda acontecem. A reabilitação surge como a escolha no cenário que se anuncia.

⁴⁰ HLM (habitation loyer modéré) habitação de preços módicos para a população de baixa renda.

de territorializações/desterritorializações, reterritorializações.

Já para a construção desses outros territórios “apropriados” o tempo dispendido é imensurável estando atrelado ao cotidiano (enquanto cada habitante ali estiver), assim como as transformações ocorridas nos espaços são miudezas somadas ao dia-a-dia das paredes, dos jardins, das hortas, varandas, dos quartos, da sala - até se expandirem para a coletividade e começarem os processos de singularização de áreas para além dos domínios domésticos. A ideia de “exterioridade” percorre todo o processo de fabricação dessas paisagens desencarnadas até começarem os processos de “desterritorialização, territorialização, reterritorialização” por parte daqueles que nesses lugares irão ocupar e deles irão se ocupar. O desenho/design, o projeto arquitetônico e urbanístico, o canteiro de obras, as tecnologias, as materialidades são exógenas ao campo de forças, de saberes, de relações que constituem os contextos em questão. As tecnologias de desenho e produção são genéricas, desencarnadas. O arquiteto muitas vezes cumpre o papel de conceber os projetos e coordenar os trabalhos necessários, alimentando, também durante o processo de construção, posturas distanciadas para que a totalização da obra se faça cumprir.

1.5 Estetizar, espetacularizar, privatizar, controlar, segregar

O desejo por consenso está mais uma vez engendrando e orientando os modos de se intervir e construir cidades. O mundo visto de cima ou o conceito de tabula rasa como categoria para se intervir nas favelas contribuindo para o enfraquecimento ou mesmo dissolução das relações e dos arranjos sociais e econômicos os aproximam (guardadas a devidas diferenças) das cidades genéricas⁴¹ (nas palavras e nas práticas de Rem Koolhaas). Muitas das favelas brasileiras que receberam projetos de intervenções e/ou Eurallille⁴² em Lille na França padecem de intervenções urbanísticas “desencarnadas” e de natureza parecida. Apesar das realidades e escalas serem bastante diferentes entre si, as posturas, ferramentas projetuais são similares e acabam

⁴¹ Ver Koolhaas, Rem. *The generic City In: S, M, L, XL*. New York, The Monacelli Press, 1995:1239-1264.

⁴² Eurallille – Centre d’Affaires International, 1994 – Planejamento urbanístico de Rem Koolhaas, um programa de 1 milhão de m² de novos espaços sobre a malha urbana de Lille, França.

gerando problemas de naturezas próximas.

Seja por ações do urbanismo pontual/estratégico ou através de ações do urbanismo *extra-large* tanto nas favelas brasileiras ou na cidade global de Eurallille⁴³ vê-se como resultado dessas intervenções urbanísticas a desarticulação e a segregação de laços sociais, econômicos, afetivos decorrentes ora da setorização monofuncional, no caso das favelas, ora pelos grandes cortes realizados no território para a implantação das cidades genéricas, no caso de Eurallille. Chega-se a conclusão de que as posturas “desencarnadas” a despeito dos contextos (favelas, condomínios, bairros, cidades, etc, pobres ou ricos) são estratégicas, genéricas e estão a serviço de forças molares do urbanismo contemporâneo, e totalmente associado aos interesses do capital.

Assim, é importante pensar o quanto a difusão de ferramentas projetuais/ construtivas e de saberes no campo da arquitetura e do urbanismo são também e fundamentalmente políticas. As opções por determinadas metodologias de desenho, de design de ambiências e objetos, a incorporação ou não da participação dos habitantes interessados, a definição de programas de espaços arquitetônicos e urbanísticos, as opções pelos modos de fabricação desses, assim como o estímulo ao emprego de determinadas tecnologias, materiais e de organização dos processos construtivos num canteiro de obras ecoam desde uma escala antropológica e social (os homens e seus modos de vida onde estão elencadas questões de sociabilidade, segurança, violência, arranjos sociais de toda ordem) até as injunções econômicas, mercadológicas, de produção e consumo de bens, de mão-de-obra afetando a sociedade de modo bastante abrangente.

Nesse sentido, o refúgio estetizante e desencarnado parece ser restrito à formação de um profissional cuja prática afeta áreas tão importantes da vida em comunidade. A homogeneização e a rigidez dos métodos conceituais, projetuais e construtivos a despeito da heterogeneidade das realidades urbanas parece pouco razoável, mesmo que estejam em consonância com a homogeneidade de paisagens construídas pelo pensamento molar e dominante do urbanismo contemporâneo.

Por pensamento hegemônico leem-se as vertentes contemporâneas do urbanismo tais

como planejamento estratégico, urbanismo *extra-large*, cidade genérica, *new urbanism* dentre outras doutrinas disseminadas pelo capitalismo vigente. Se por um lado, podemos dizer que a estetização da arquitetura e das cidades responde habilmente as expectativas da sociedade de consumo, sociedade do espetáculo na qual nos situamos hoje em dia, por outro lado, vale lembrarmos que as cidades fazem-se também de uma diversidade de micropoderes, subjetividades outras (múltiplas, controversas). Ressaltamos que o arquiteto urbanista não é um mero cumpridor de solicitações, mas um profissional crítico e propositivo diante dos conflitos e problemas que as realidades nos colocam. Não quer dizer que estamos propondo uma alienação em relação à hegemonia capitalista até porque esta se faz impossível: o poder atravessa todos os campos da nossa existência. Mas há de considerarmos a necessidade de um profissional crítico, consciente para que possa construir arquiteturas e urbanidades numa visão complexa e realística da qual o mundo nos apresenta. É necessário uma compreensão e comprometimento desses profissionais com as situações urbanas numa visão múltipla para que possam construir seus agenciamentos evitando assim totalizações, reducionismos em suas práticas.

Certamente, a via é de mão-dupla: esses profissionais afetam e são também atravessados por esse mundo econômico, social, tecnológico, mas a problematização dessas posturas projetuais e construtivas precisam integrar o debate da formação e da prática desses profissionais.

A postura desencarnada, através de suas estratégias projetuais e construtivas está a serviço das vozes do urbanismo hegemônico contemporâneo contribuindo para os movimentos de espetacularização urbana, onde estão enredados processos de estetização, gentrificação⁴⁴. disneylandização⁴⁵, cidades shoppings, cidade parque temático, cidade-museu. Esses discursos contemporâneos sobre a cidade apesar de

⁴⁴ Elitização, expulsão da população mais pobre, termo desenvolvido por Neil Smith em *The new urban frontier, gentrification and the revanchist city*, Londres, Routledge, 1996.

⁴⁵ Transformação da cidade em parque temático, através da “comercialização” de seus elementos considerados “históricos” ou de simulações de objetos históricos. Trata-se da sua “revitalização”, para apropriação por interesses econômicos ligados à exploração da “cultura”, do entretenimento e do comércio. Nestes cenários, questiona-se sobre o destino da vida urbana local e sobre que outras formas de vida urbana que ali se instalarão.

algumas vezes antagônicos em sua forma levam a resultados comuns tais como: a mercantilização espetacular urbana, a segregação social, a privatização dos espaços públicos em nome de padrões internacionais de segurança, o marketing urbano, a especulação imobiliária definidora dos vetores de crescimento nas cidades, bem como primam pela não-participação da população em suas formulações.

Vemos assim que posturas desencarnadas de singularidades, exclusivamente estetizantes, bem como demiúrgicas operam habilmente a favor da construção homogeneizadora dessas cidades-espetáculos⁴⁶. Exemplo desse processo desenfreado de espetacularização urbana são as intervenções de arquitetos urbanistas que, quando chamados a atuar em favelas imprimem a lógica da cidade formal. Projetam sem a efetiva participação popular, não se deixam atravessar pelos modos e saberes dos habitantes/construtores. As ferramentas projetuais e construtivas são as mesmas utilizadas para quaisquer projetos em qualquer contexto. Essas intervenções estão diretamente ligadas à cultura e à estética da cidade formal e tendem também ao espetáculo. Exemplos dessa espetacularização também podem ser vistos nas excursões de turistas às favelas⁴⁷, bem como os prêmios internacionais recebidos por arquitetos urbanistas por suas obras de intervenção nesses sítios. A exposição brasileira na Bienal de Veneza de 2002 reuniu vários desses projetos e foi sintomaticamente intitulada de *Favelas Upgrading*⁴⁸. As intervenções em favelas no Brasil muitas vezes, passam de projetos de “urbanização” às facetas do “planejamento estratégico” tamanha é a maneira como a alteridade urbana dessas comunidades é exorizada nos projetos arquitetônicos e urbanísticos.

⁴⁶ “No aforisma 34 do livro clássico de Guy Debord “A sociedade do espetáculo” de 1967, já está anunciado: “O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem”. Teríamos três momentos que poderíamos chamar de espetacularização urbana: o inicial, de embelezamento ou modernização das cidades, em que se começa a moldar a imagens urbanas modernas; em seguida se começa a vendê-las como simulacros, - o caso de Venturi é clássico; e hoje o que se vende é a imagem de marca da cidade e, mais do que isso, consultorias internacionais de marketing urbano que visam criar novas imagens de marcas de cidades que utilizam a cultura como fachada tanto para a especulação imobiliária quanto para a propaganda política. (JACQUES, 2004: 93).

⁴⁷ Os favelas-tours não são novidade. Nos anos 1920 artistas e intelectuais modernistas faziam excursões ao morro da Providência, favela localizada na cidade do Rio de Janeiro. Seria interessante tornar contínuas as incursões de habitantes da cidade dita formal assim como de turistas ou mesmo moradores de outras comunidades sem museificar o seu espaço, propondo “pontes” e vasos comunicantes entre os diferentes tecidos urbanos e não a sua uniformização. (JACQUES, 2001)

⁴⁸ Representação brasileira na 8ª *Mostra Internazionale di Architettura* da *Biennale di Venezia*, 7 de setembro a 3 de novembro de 2002.

1.6 Acerca da formação dos arquitetos urbanistas contemporâneos

Intervenção em favelas é um tema recorrente nos ateliês de projeto nas escolas de arquitetura e urbanismo. Mas, em nome da segurança e do medo da violência urbana muitas vezes os estudantes não adentram essas áreas, não as conhecendo no seu cotidiano e nas suas singularidades. E se não adentram essas realidades, e se não criam ferramentas para conhecê-las o que lhes restam é de fato o olhar de cima, demiurgo, a tábula rasa reiterando as posturas desencarnadas. Se não nos comprometemos em conhecer a subjetividade do sítio no qual vamos atuar, se não reconhecemos a necessidade de construir e inventar dispositivos para fazer conhecer uma dada realidade; talvez o que nos reste seja passar sobre essa um rolo homogeneizador e criar pedaços de cidades genéricas.

Vemos que em sua grande maioria os arquitetos urbanistas voltam seus interesses para a intervenção nas favelas. Mas eles não deixam que suas maneiras tuteladas e disciplinares de projetar e construir sejam afetadas e não se deixam incorporar pelas singularidades dos que ali moram, suas maneiras de habitar, construir, viver, conviver, seus arranjos sociais, econômicos, tecnológicos – suas subjetividades singularizadas. Essas intervenções são também abordadas de maneira espetacular afinadas com o pensamento dominante exterior às problemáticas dessas comunidades.

A grande e espetacular escala do urbanismo *extra-large*, a construção de arquiteturas ícones/luminosas/cartões-postais encomendadas para estrategicamente “requalificar” áreas urbanas “decadentes” através de intervenções arquitetônicas e urbanísticas também espetaculares são incessantemente propostas e desenvolvidas nos ateliês de projeto nas escolas de arquitetura e urbanismo mundo afora. Também é tema recorrente nesses ateliês o parcelamento de áreas para o assentamento de habitações e equipamentos de uso coletivo para as populações de classe econômica privilegiada seguindo a cartilha do *new urbanism*. Além desses ateliês responderem exclusivamente às demandas do urbanismo hegemônico, vemos também que as cidades não são abordadas em seus conflitos, guerrilhas, diferenças.

Os ateliês são temáticos, professores definem de antemão “o que”, “onde” e “para quem” serão desenvolvidos os projetos ao longo do período acadêmico. A cidade

como um jogo de cartas, de interesses das mais diversas origens (públicas, privadas, interesses mistos), a polifonia de habitantes, usuários, consumidores, empreendedores, investidores também são recortadas. As ferramentas para se fazer conhecer uma dada realidade são reduzidas a metodologias para a elaboração de diagnósticos urbanos que se repetem incessantemente a despeito das especificidades em jogo. Essas atitudes desembocam em atitudes consensuais, homogêneas, pouco criativas e reducionistas constituindo grosso modo a base sobre a qual se desenvolvem os ateliês de projeto nos dias atuais e conseqüentemente onde se criam e atualizam saberes nesse campo. Daí observamos um terreno fértil à reabilitação do emprego da tábula rasa, do olhar demiurgo, da postura desencarnada e estetizante a alimentar a formação e o fazer dos arquitetos urbanistas contemporâneos. É raro vermos nos ateliês de projeto de arquitetura as cidades apresentadas em seus contrassensos, paradoxos, diversidades – as cidades plurais, por vezes catastróficas, reais, conturbadas.

As estratégias projetuais e construtivas desses profissionais não abrangem a heterogeneidade dos contextos que a contemporaneidade apresenta, pois estão comprometidas com as demandas do urbanismo hegemônico através de soluções genéricas seja lá qual for a encomenda ou o contexto. De certa maneira, pode-se observar um acordo entre um processo homogeneizador na produção de cidades e as ferramentas projetuais e construtivas pouco maleáveis tendendo para a construção de paisagens repetitivas, consensuais.

Percebemos então o quanto o saber hegemônico difundido na academia, assim como as opções de como se projetar e construir elencadas pelos arquitetos urbanistas responde às subjetividades das vertentes do urbanismo contemporâneo, sejam essas advindas do *new urbanism*, do planejamento estratégico, do *urbanism extra-large*, da cidade genérica, do marketing urbano. Estaríamos numa zona de conforto se, para além desses ditames hegemônicos e homogêneos sobre como fazer arquiteturas e cidades não existisse uma legião imensurável de ex-propriadados, marginalizados, desalojados, desterritorializados, (na esfera pública e privada) dos seus modos de habitar, produzir, apropriar arquiteturas e cidades. Isso demandaria por parte dos arquitetos urbanistas tomadas de decisões hábeis no trato com realidades tão complexas e conflituosas.

Essas discussões em torno das posturas assumidas por arquitetos urbanistas não teriam importância se somas significativas de recursos financeiros e esforços não fossem investidos na construção de novas cidades, no abandono de outras, na edificação de equipamentos habitacionais, comerciais, de lazer. Tais atitudes geram muitas vezes comunidades de desalojados, sitiados e retirantes de seus arranjos de vida.

Não caberia ao arquiteto urbanista atuar apenas como artífice da beleza e da ordem ou ao urbanista organizar setores de cidades, mas estar intrinsecamente inserido nesses debates negociando conflitos, propondo soluções urbanas, sociais, tecnológicas através da contínua invenção e atualização de seus saberes e subjetividades. Esses saberes não fazem-se por processos exógenos, mas pelo interior dos processos de concepção, desenho e produção de objetos cotidianos, de arquiteturas, de fatias de cidades.

No caso do Brasil, arquitetos urbanistas como Lina Bo Bardi, Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Sérgio Ferro para citar os mais conhecidos passaram suas vidas confrontando e buscando problematizar essas posturas desencarnadas seja no design, na arquitetura, no urbanismo, mas essas questões ainda ocupam a periferia do debate acadêmico. O pensamento dominante busca, muitas das vezes, segregar essas discussões em torno das obras desses arquitetos tornados personagens/personalidades dentro das escolas. Quando esse tipo de debate atravessa os ateliês de projeto faz-se comumente centrado em pessoas, docentes que tenham um interesse específico sobre o tema. As tentativas também por se banalizar tais preocupações em nome de competências, pragmatismos e objetividades são bastante recorrentes.

Se por um lado as posturas “desencarnadas” constituem-se enquanto hegemônicas, dominantes, molares, verticalidades, macros e constróem paisagens e territórios, valendo-se do emprego de categorias tais como: tábula rasa, visão aérea, do alto/ olhar demiúrgico, saber sedentário, estetização dentre outras, há por outro lado e no seu embate as posturas “incorporadas” que se fazem por meio de ações micropolíticas, moleculares, horizontalidades, saberes nômades, infiltrações no pensamento hegemônico no campo da arquitetura e do urbanismo.

As posturas incorporadas trabalham no sentido de propor outras maneiras de se pensar, projetar e construir ambiências quase sempre infiltrando nas maneiras hegemônicas de diagnosticar, de planejar e agir para a construção de arquiteturas e cidades. As posturas incorporadas tomam por categorias o olhar antropológico/antropofágico, vivência de dentro ou “embaixo”⁴⁹, o jogo, a preocupação com o ensino, a participação, o uso das materialidades e tecnologias disponíveis no contexto de onde as demandas lhes são endereçadas, buscam pela invenção de novas e outras ferramentas projetuais e construtivas a cada realidade que se anuncia.

As ações “incorporadas” carregam a vontade de construir saberes híbridos, contaminados e atravessados tanto pelos saberes hegemônicos quanto pelos saberes micropolíticos, moleculares e próprios de cada realidade que se revela. Trabalha no sentido da infiltração, ou seja, a partir de saberes tutelados que são molecularmente atravessados por saberes e práticas banais, empíricas do homem comum na sua vida cotidiana.

O que interessa a ser abordado nessa tese restringe-se às posturas, modos de ação, atitudes assumidas e adotadas pelos profissionais arquitetos urbanistas. Pretende-se nessas discussões evidenciar e analisar as posturas desses profissionais nas suas práticas, experimentações, tomadas de decisões, construção e difusão de saberes, agenciamentos e dispositivos. Nessa direção, elencamos as formas “desencarnadas” e as formas “incorporadas” como modos de ação. Por atitudes desencarnadas lê-se: postura hegemônica, macro, molar, disciplinar e aos modos de ação incorporados estão vinculadas as posturas micropolíticas, moleculares, as infiltrações e capturas na relação com o pensamento hegemônico, bem como com os saberes cotidianos dos homens sem qualidades. Apesar de operar a partir de saberes “mestiços”, vale reiterar que as posturas incorporadas tanto quanto as práticas desencarnadas são proposições de arquitetos urbanistas.

Se a hegemonia caracteriza os modos de ação desencarnados, as infiltrações são

⁴⁹ Michel de Certeau, em seu livro “*A invenção do cotidiano*” refere-se àqueles que experimentam a cidade, que a vivenciam de dentro, ou “embaixo”, ao contrário da visão do alto, de cima, dos urbanistas através dos mapas.

emblemáticas para o entendimento das posturas incorporadas. Essas posturas não estão centradas em pessoas, nos arquitetos urbanistas. São atitudes, posturas desencarnadas ou incorporadas das quais se valem esses profissionais. Mesmo porque um mesmo arquiteto urbanista em alguns momentos de sua vida pode lançar mão de práticas desencarnadas e em outros optar pela incorporação. Então não falamos de arquitetos urbanistas desencarnados e/ou incorporados, mas sim de modos de ação/posturas desencarnados e/ou incorporados.

Trata-se de um jogo esquivo, pois, se as posturas podem ser categorizadas, o mesmo não se pode fazer com relação aos arquitetos urbanistas. Não se trata de buscar o consensual nas posturas desses profissionais, mas de entendê-los em suas contradições, paradoxos, dissensos⁵⁰. Afinal, as ideias circulam em sujeitos e esses são construídos por subjetividades que são atravessados por singularidades, particularidades, circunstâncias e fluxos desejanter de toda natureza. Por outro lado, é comum também que ao longo de suas histórias de vida esses apresentem filiações e estejam mais intensamente associados a essa ou àquela postura. Sendo compreensível, portanto, que arquitetos urbanistas adeptos e difusores de modos de ação desencarnados, hegemônicos possam vir a assumir eventualmente posturas incorporadas e o seu reverso. O investimento por abordarmos as posturas desencarnadas e incorporadas tem por objetivo não categorizar os arquitetos nessa ou naquela filiação, mas de investigar seus modos de pensar e agir contribuindo assim para a formação do devir-incorporado no ensino da arquitetura e do urbanismo, objetivo primeiro dessa tese, dos escritos e análises que se seguem.

1.7 O arquiteto urbanista des[apropriado]

A história da arquitetura e do urbanismo nos indica que as ações dos profissionais desse meio identificam-se com as posturas hierarquizantes e verticalizadas no ensejo

⁵⁰ O dissenso, o qual não é simplesmente o conflito de interesses ou de valores entre grupos, mas, mais profundamente a possibilidade de opor um mundo comum a outro. (RANCIÈRE, Jacques. *Política da Arte*, palestra realizada no evento *São Paulo S.A. práticas estéticas, sociais e políticas em debate – Situação #3 Estética e Política* (17/19 de abril 2005 no SESC Belenzinho).

de construir, organizar, moldar e intervir nos territórios. Para as análises que pretendemos tecer nessa tese, adotaremos o recorte cronológico a partir da construção do ideário moderno no campo da arquitetura e do urbanismo. As posturas desencarnadas que hoje são assumidas e disseminadas pelo pensamento dominante arquitetônico-urbanístico tem suas origens na matriz modernista.

- *postura*

s. f.

1. *Atitude do corpo.*

2. *Ant. Expressão da fisionomia.*

- *desencarnados*

adj.

Diz-se do espírito separado do corpo que ele animou.

O primeiro momento da investigação se ocupa em tratar da construção e manutenção do pensamento hegemônico no campo da arquitetura e do urbanismo. Abordaremos o recorte histórico a partir do movimento moderno até os contemporâneos enfocando a construção de saberes, de macropoderes e produção de subjetividades dominantes. Ensino disciplinar, arborescente, estruturalista, molar constituído por relações binárias e organizado estruturalmente, proposição de dispositivos conceituais, projetuais e construtivos baseados na ciência régia, nas ideias de essência, unidade, totalidade, ênfase no discurso autoral e de base estetizante, paradigmas que concebem a ideia de arquitetura como objeto fechado em si, a cidade como estrutura carente de organização e planejamento vertical, e o arquiteto como demiurgo da beleza e da ordem são noções importantes nesse jogo de potência.

Propomos percorrer a linha temporal que se inicia nas posturas desencarnadas dos arquitetos urbanistas modernos, suas ações pautadas de preocupações sociais, seus feitos e efeitos na construção de arquiteturas, modos de vida urbana, assim como no desencadeamento da construção da subjetividade dos arquitetos urbanistas contemporâneos.

Buscaremos percorrer a genealogia da formação dos arquitetos urbanistas com recorte cronológico nas vanguardas que fundaram o pensamento moderno até os profissionais atuais. Identificando a proposição de agenciamentos teóricos e conceituais, seus

dispositivos e categorias projetivas, construtivas, tecnológicas, materialidades, mão-de-obra, relação com os poderes públicos e privados, percorrendo a cadeia dos processos produtivos envolvidos na construção de objetos, arquiteturas e cidades. Subjetividade, relações de poder e saber, macropolítica, modelo arborescente, centralizador, hierárquico, linear, formal e molar (árvore, sistema, estrutura, forma). E também as máquinas abstratas, os axiomas, aparelhos de estado, diagramas, promoção de processos de individualização e modelização, bloqueio dos processos de singularização, serialização, sobrecodificação, ordem molar, estratificação, decalcomania, espaço sedentário, sociedade de consumo, sociedade do espetáculo são algumas ferramentas conceituais a subsidiarem as análises desse jogo de potência.

A partir dos anos sessenta pensamentos transversais à subjetividade dos arquitetos urbanistas modernos emergem confrontando, questionando e propondo maneiras outras de pensar, projetar e construir nesse campo. Nesse estudo, essas “maneiras” outras, propositivas e reativas às posturas hegemônicas/ “desencarnadas” serão nomeadas de posturas “incorporadas”. Identificamos assim o surgimento de experimentações e invenções de ferramentas processuais outras, diferentes daquelas difundidas pelo pensamento dominante.

postura

s. f.

1. *Atitude do corpo.*

2. *Ant Expressão da fisionomia.*

incorporado

adj.

Que foi !objeto de incorporação.

incorporar

v. tr.

1. *Dar corpo a.*

2. *Dar a forma corpórea a.*

3. *Misturar.*

4. *Reunir, juntar, ligar.*

5. *Incluir.*

6. *Admitir como membro ou indivíduo. Trazer ou reunir a si, em acréscimo, aquisição; assimilar, absorver.*

v. intr.

7. *Tomar corpo, tomar forma corpórea, materializar-se. .*

8. *Formar parte.*

v. pron.

9. *Reunir-se, juntar-se (a uma (!)coletividade ou corpo).*

10. *Reunir-se em corporação ou grupo.*

Arquitetos urbanistas do devir que constroem através de micropolíticas suas ferramentas de fazer-conhecer, de abordar uma realidade em sua pluralidade e que a partir daí abrem diferentes campos de ações. Essas experimentações são processos micropolíticos, moleculares às vezes associados à macropoderes, são transversalidades, marginalidades, ora táticos, ora estratégicos, ora desaparecidos, são devires que se constituem como saberes que na maioria das vezes não nos são contados nas escolas de arquitetura e urbanismo, e tão pouco divulgados pela mídia especializada.

Esses arquitetos urbanos buscam ao longo das últimas décadas produzirem a partir de questões “caras” ao campo da arquitetura e do urbanismo tais como participação, apropriação, alteridade, subjetividade singularizada, contexto e habitantes – muitas delas, hoje, banalizadas e/ou cooptadas pelas práticas do pensamento dominante. Essas posturas incorporadas agem na marginalidade – fazem-se por pensamentos nômades/ espaços lisos: confrontações, alternativas, experiências, capturas em relação ao pensamento hegemônico e vice-versa – são ações pontuais (solitárias), colaterais ou movimentos nessa direção.

Os modos de ação incorporados não constituem o pensamento hegemônico, mas se fazem a partir dele, minando a malha molar, valendo-se muitas vezes dos saberes e ferramentas dominantes, mas subvertendo-as. Por isso, optamos por apresentá-las através do que nesse estudo nomearemos de “cronologia das infiltrações”.

Temos por objetivo observar se essas práticas construíram uma linhagem ao longo das últimas décadas, mais precisamente a partir da crise do movimento moderno em arquitetura e urbanismo. Esse recorte cronológico se deve ao fato de que além da nossa subjetividade molar herdar os preceitos modernos, há de se considerar que as primeiras dissidências em relação ao pensamento dominante surgem do confronto de arquitetos urbanistas em relação aos dogmas modernos. Desses desentendimentos surgem as primeiras re-ações na direção das posturas incorporadas.

Nem sempre as posturas incorporadas constituem-se diretamente por propostas de projetos de arquitetura e urbanismo. Algumas vezes elas se fazem tanto através da formulação de novas teorias, publicações, manifestos, exposições, rearranjos quanto

das estratégias produtivas/ canteiro-de-obras/mutirões, etc., negociações junto ao poder público, junto às comunidades, construção de pedagogias na área do ensino da arquitetura e do urbanismo, invenção de novas tecnologias, utilização de outras materialidades. Ou seja, abre-se um leque de possibilidades na crença de que o espectro de abordagem do fazer do arquiteto urbanista ultrapasse o projeto no sentido mais molar e tradicional do termo. Mas, todas essas iniciativas, experiências, agenciamentos e criação de dispositivos têm por objetivo a construção de arquiteturas, territórios, ambiências, cidades.

As posturas incorporadas não possuem uma metodologia de planejamento e projeto fixa, elas estão dispostas a se reinventarem, se metamorfosearem conforme as características das realidades com as quais se deparam. Daí as críticas e enfrentamentos em relação à rigidez e repetição das maneiras desencarnadas, hegemônicas. Os modos de ação incorporados derivam dos saberes dogmatizados pela formação molar, acadêmica que legisla em nome de pragmatismos e verdades, mas também se aproveita dos saberes nômades, apreendidos e desenvolvidos pelos habitantes comuns. Ao misturar esses saberes, infiltrando em ambos os universos, constituem, enfim saberes contaminados e híbridos.

Talvez seja essa a função das posturas incorporadas - fazer ou deixar passar, escolher, selecionar, passar através, ou como que através. Vale-se de conhecimentos importantes e conquistados pelo pensamento tutelado (tecnologias, estratégias, metodologias, teorias, dentre outros dispositivos), mas também não se contentam com a reprodução desses saberes. Essas se fazem (no entre, na filtragem) desses conhecimentos, mas deixando-se afetar pelas circunstâncias e ocasiões do meio. As posturas incorporadas surgem exatamente do encontro/confronto entre o conhecimento específico elaborado nas academias e pelos saberes conquistados nas ruas, entre o tempo que se reproduz sequencialmente (*Cronos*) correspondendo ao espaço estriado/pensamento sedentário/ sobrecodificado; mas também do pensamento nômade que atua no espaço liso, de um devir-outro (*Aion*).

O roll de investimentos das ações incorporadas está na hibridização entre o pensamento hegemônico e o pensamento selvagem (STRAUSS, 1970) já referidos nesse capítulo e que dizem respeito a um repertório fortuito daquele que faz com o

que tiver à sua disposição, encarnando o meio material, tecnológico, atitudes antropofágicas com o existente; misturando-se aos saberes científicos, tutelados e fundantes da formação acadêmica dos arquitetos urbanistas. Esses profissionais que se engajam politicamente na incorporação dessas posturas desenvolvem seus saberes no “*intermezzo*”, na linha de passe, negociando e confrontando saberes e poderes. Por isso, essas duas noções - negociação e confronto são fundamentais para suas ações que não se restringem somente a um plano técnico e/ou estético e os lançam fundamentalmente numa dimensão política. Não que as noções técnicas e estéticas não sejam constituintes fundantes dos seus processos de trabalho, mas a própria construção de suas tecnologias, processos estéticos, materialidades, sistemas construtivos/mão-de-obra estão subjugados politicamente às disponibilidades e negociações possíveis para cada realidade. Nessa direção, a autossustentabilidade social e econômica são preocupações e objetivos intrínsecos a essas práticas.

As posturas incorporadas colocam em xeque a questão da autoria tão cara aos arquitetos urbanistas, bem como ao objeto arquitetônico construído como resultado formal e totalizador de um processo acabado. A intromissão de tantas variáveis ameaça a “estetização” desses objetos, outra questão caríssima a esses profissionais. Estetização entendida como forma e plasticidade pré-definida em projeto. A autoria é contaminada pelas parcerias que se fazem ao longo de um sistema aberto de conexões sobrepondo muitas vezes o acaso às pré-determinações. Aberto ao jogo, materialidades, tecnologias, maneiras de saber-fazer entram e interferem fundamentalmente nas construções de objetos, arquiteturas, cidades. Contaminam a sua natureza, a sua estética, as suas possibilidades de inserção e relação com os habitantes, com os contextos, com as realidades concernidas. Essas construções, assim concebidas e construídas possuem uma autonomia em relação ao arquiteto urbanista que a concebeu, a sua manutenção também se faz de modo mais independente. Uma vez que se fez na hibridização suporta intervenções, adições, próteses, subtrações porque foi projetada e construída na diversidade e na adversidade.

A linearidade do processo de trabalho também fica abalada. A sequência do processo de produção do projeto arquitetônico-urbanístico que geralmente inicia-se com a encomenda, entrevista com o cliente, elaboração de programa de espaços,

diagnósticos de áreas, levantamentos planialtimétricos, topográficos, dimensionamentos, fluxogramas, setorizações dos espaços, *layout*, estudos volumétricos, projetos executivos e detalhamentos dentre outros axiomas é totalmente subjugada a outra sequência e natureza se as posturas adotadas pelos arquitetos urbanistas dizem respeito à incorporação.

A linearidade e a causalidade como base de todas as metodologias de se planejar e construir arquiteturas e cidades seriam condizentes se o mundo não se apresentasse em situações tão adversas. Em algumas situações esses processos lineares de produção do espaço e a consonância com o tempo (*Cronos*), assim como a busca pela arquitetura e pelo planejamento urbano como resultado/produto de um processo de causa e efeito são condizentes e respondem a determinadas circunstâncias, mas não a todas.

Um relevante problema é que essa tese busca trazer à luz é que essa metodologia sobrecodificada, que se reproduz como suprema verdade, no tempo sequencial e disseminada aos quatro ventos como única não pode ser estratificada para e em qualquer realidade. Em muitos casos, elas são rejeitadas por subjetividades singulares que demandam a sua hibridização, reclamam por posturas que incorporem a multiplicidade das variáveis em ação. O exemplo do bricoleur⁵¹ de Lévy-Strauss(1970) é clássico para exemplificar esse tipo de situação.

As posturas incorporadas estão subjugadas a uma multiplicidade de condicionantes, e especificidades e a sua particularidade é justamente não escamoteá-las em nome de

⁵¹ Bricoleur – termo utilizado por Lévy-Strauss para designar o “pensamento selvagem” (primeiro ou mítico) dos povos primitivos. Em nossos dias o bricoleur é aquele que trabalha utilizando meios desviantes em relação aos homens das artes (no nosso caso, os arquitetos). O bricoleur jamais vai diretamente a um objetivo. Trabalha na perspectiva do não-planificado e do empírico. [...] O bricoleur está apto a executar um grande número de tarefas diversificadas, mas, diferentemente do engenheiro, ele não subordina nenhuma delas à obtenção de matérias-primas e de ferramentas, concebidas e adquiridas especialmente para o projeto: seu universo é fechado, e a regra de seu jogo é de sempre se arranjar com os “instrumentos de bordo” isto é, com um conjunto a cada instante acabado de ferramentas e materiais, heteróclitos ao extremo, porque a composição do conjunto não se relaciona com o projeto do momento, e muito menos com algum projeto particular: ela é o resultado contingente de todas as ocasiões que se apresentaram para renovar ou enriquecer o estoque ou para mantê-lo com os resíduos das construções ou demolições anteriores. (LÉVY-STRAUSS, 1970:35). A instrumentalidade que é definidora da arquitetura da bricolagem e não o “projeto”.

um supremo saber, consensual, planejado que constitui a subjetividade dos arquitetos urbanistas contemporâneos, mas está aberta e disposta a reinventar-se a partir das singularidades em questão. Assim, no exercício das práticas incorporadas, a sequência linear e rígida postulada pela metodologia molar no âmbito do projeto arquitetônico-urbanístico é assujeitada às particularidades das vidas em jogo, das circunstâncias miúdas do dia-a-dia. Mais uma vez a questão política se manifesta como articulador de um fazer projetual e construtivo.

O desassossego e a luta são constantes e circulam por entre as posturas incorporadas. Essas não podem se fixar num saber único e permanente, mas sim navegam por entre necessidades e desejos protagonizados por diferentes vozes. Por isso, talvez o enfrentamento dos arquitetos urbanistas com tais práticas seja minoritário apesar da grande demanda. Os saberes e poderes molares apesar da sua grande carga de conhecimento e informações geralmente não se refazem a cada ocasião, mas sim nas grandes viradas históricas, sendo reinventadas com as mudanças de paradigmas em momentos macropolíticos e não sendo chamados a metamorfosearem-se na vida cotidiana. O seu reverso é condizente com as posturas incorporadas.

Os modos de ações incorporados constituem-se por fissuras/intervenções sobre os cânones vigentes na produção arquitetônica e urbanística. Encaramos o estudo dessas posturas como uma investigação necessária à atualização dos repertórios e procedimentos de ações nas cidades e seus possíveis rebatimentos na formação de futuros arquitetos urbanistas. As investigações dedicadas à descoberta, à exposição e à tentativa de se disseminar práticas incorporadas – que infiltram no pensamento hegemônico e que transversalmente expandem os limites tradicionais da disciplina buscam reposicionar ou indicar outras tomadas de posição a esses profissionais. São ações que negociam o alcance social e a relevância cultural da arquitetura e do urbanismo. Entre o imediato desconhecido e o distante idealizado, as posturas incorporadas a serem apresentadas nessa tese foram escolhidas a partir de expedições em busca de dispositivos e agenciamentos experimentais de infiltração de versões arquitetônicas e urbanísticas não-hegemônicas.

No contexto da crise do movimento moderno, vemos o pensamento dominante se dilatando quando surgem os primeiros atravessamentos. Assim, as posturas, modos

de ação a serem apresentados como infiltrações partem de dentro dos CIAMs⁵², da sua autodissolução às tentativas de produção de modelos pelo Team X. Nesse fluxo de confronto em relação ao urbanismo moderno apresentaremos as críticas e experimentações dos situacionistas. Somam-se a essas as expedições/exposições moleculares de Bernard Rudofsky, as práticas políticas de participação vivenciadas por Giancarlo De Carlo, Hassan Fathy, Lina Bo Bardi, Sérgio Ferro. Buscando criar uma discussão acerca das ferramentas projetuais é que apresentaremos os dispositivos construídos a partir da observação da vida cotidiana desenvolvida por Christopher Alexander, Kevin Lynch e Lucien Kroll. Infiltrando-se nas macropolíticas propomos a abordagem das margens de manobras desencadeadas por Carlos Nelson Ferreira dos Santos, grupo SAAL/ Serviço Ambulatorial de Apoio Local e INA-Casa. Estratos, territórios, linhas de fuga (desterritorialização, reterritorialização), espaço liso (nômade), espaço estriado (sedentário), molar/molecular, micropolítica, máquinas abstratas (axiomáticas/diagramas e máquinas de guerra, aparelho de estado), agenciamentos, rizomas são algumas ferramentas conceituais a subsidiar as análises desses ramais de infiltração.

Acreditamos que os modos de ações construídas e difundidas molecularmente por esses arquitetos urbanistas, artistas, ativistas constituem-se em pequenas máquinas de guerra, máquinas enunciadoras que trabalham promovendo formas alternativas de resistências, de confronto e fissuras no pensamento dominante. As máquinas de guerra não se deixam sobrecodificar pelo poder em exercício, infiltram, subvertem os procedimentos usuais, dominantes e visam conquistar novas territorialidades. Vale-se de agenciamentos coletivos de enunciação, são máquinas desejanças, movem-se potencialmente como criação – no sentido de um devir-outro. Sabemos também que ao longo dessa recente história da arquitetura e do urbanismo, do recorte dos anos sessenta aos nossos dias que alguns dos exemplos elencados nessa tese foram cooptados pelo aparelho de estado, pelo diagrama de forças hegemônicas

⁵² Os Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (do francês *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* ou simplesmente CIAM) constituíram uma série de eventos organizados pelos principais nomes da arquitetura moderna européia a fim de discutir os rumos da arquitetura, do urbanismo e do design. Um dos seus principais idealizadores foi o arquiteto urbanista Le Corbusier. Os CIAM foram responsáveis por discussões e pesquisas inéditas até então, como a busca da residência mínima e o design para as massas, que revolucionaram o pensamento estético, cultural e social do período.

transformando-se no seu reverso, ou enfrentando o seu isolamento, desatualizando-se, ou mesmo desaparecendo.

Se num primeiro momento abordaremos as posturas desencarnadas, percorrendo um histórico da formação dos arquitetos urbanistas desde os modernos e de como os saberes hegemônicos vêm sendo tematizados e difundidos na vida universitária, no segundo momento trataremos das posturas incorporadas através da apresentação de uma série de exemplos selecionados. Tais exemplos serão utilizados porque se fazem por críticas e desacordos em relação aos modos de ações desencarnados.

As posturas incorporadas constituem um laboratório urbano identificam-se enquanto pequenas máquinas de guerra, comprometidas com o desejo de se contribuir para o arquiteto do devir. Os esforços teóricos e práticos empreendidos no intuito de inserir posturas incorporadas no ensino e formação desses profissionais não se fazem como estratégia ingênua muito menos romantizada, mas enquanto projeto político engajado na observação aguda do presente e da construção de ações dentro do real. Principalmente quando arquitetos urbanistas veem-se como profissionais reacionários: subaproveitados na cadeia produtiva da construção civil, distanciados dos desafios reais das cidades, pragmaticamente treinados em escolas incapazes de vislumbrar possibilidades alternativas de ações na vida urbana. Reféns de uma formação disciplinadora e homogeneizadora ou seduzidos pelos “ismos”, prisioneiros ou cúmplices de interesses escusos e utopias privadas, sustentados pelo espólio de um passado heróico, inebriados pela frivolidade das celebridades dos arquitetos ícaros seduzidos e a serviço de processos de espetacularização arquitetônica e urbana.

Creemos em arquitetos urbanistas para além da condição suspeita de “resolvedores” de problemas, respondendo passivamente ou autoralmente às encomendas políticas, econômicas, domésticas. Creemos e trabalhamos para a construção de saberes, habilidades e posturas permeáveis às possibilidades óbvias de habitar o cotidiano. A esses futuros profissionais, esperamos que essas discussões contribuam para a construção de seus territórios, suas subjetividades e de seus agenciamentos. Em suas jovens existências muitas desterritorializações deverão ocorrer, percorrendo espaços lisos, percursos nômades e que esses possam ser contaminados também por outros saberes para além da hegemonia vigente e que, tenham a chance de se transformarem

também na lida com a vida cotidiana em máquinas de guerra na direção do devir-outro.

Explorar as doutrinas (motivos e desdobramentos) que fundamentaram as formas de pensar dominantes na construção de territórios domésticos e urbanos nos dá rastros para a compreensão dos modos de ações, posturas dos arquitetos urbanistas nos dias atuais. Sobre quais matrizes desenrolamos nossos modos de planejar e construir arquiteturas e cidades? De onde partem essas ideias? Como circulam? Porque são construídos os pensamentos hegemônicos e como são reproduzidos e tematizados?

A cultura de massa é o elemento fundamental de produção da subjetividade capitalista. Essa produção dos meios de comunicação de massa gera uma cultura com vocação universal. Essa é uma dimensão essencial na confecção da força coletiva de trabalho e na confecção daquilo que podemos chamar de força coletiva de controle social. Assinalamos que a subjetividade capitalista investe na cultura de massa – nela são abolidas todas as singularidades, nela reina a igualdade homogênea entre seus membros (cada cabeça equivale a outra cabeça), a densidade deve ser absoluta, nela predomina uma direção única, que sobrepõe a todas as direções individuais e privadas. (CANETTI, 1995). Homogênea, compacta, contínua, unidirecional, a massa é todo o contrário da multidão, heterogênea, dispersa, complexa e multidirecional. A multidão⁵³ diferente da massa é testemunha de um outro desejo e de uma outra subjetividade, a subjetividade singularizada. A subjetividade age como produção e uma das principais características dessa produção nas sociedades capitalistas é, precisamente, a tendência de bloquear processos de singularização e instaurar processos de individualização. Os homens, reduzidos à condição de suporte de valor, assistem, atônitos, ao desmanchamento de seus modos de vida. Passam então a se organizarem segundo padrões universais que os serializam e os individualizam. Esvazia-se o caráter processual, vital de suas existências. A experiência deixa de funcionar como referência para a criação de modos de organização do cotidiano: interrompem-se os processos de singularização. É, portanto, num só movimento que nascem os indivíduos e morrem os potenciais de singularização. Tudo isso constitui

⁵³ A multidão refere-se à multiplicidade, ela é plural, heterogênea, centrífuga. Por conseguinte, ela é refratária à unidade política, não assina pactos com o soberano e não delega a ele direitos. Em contrapartida, a massa é concebida como um corpo público animado por uma vontade única. A multidão inclina-se a formas de democracia não representativas. (PÁL PELBART, 2003)

uma imensa fábrica de subjetividade, que funciona como indústria de base de nossas sociedades. A ordem capitalista é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica.

“[...] De fato, como poderia o capitalismo atual manter-se caso não capturasse o desejo de milhões de pessoas? Como ele conseguiria mobilizar tanta gente caso não plugasse o sonho das multidões à sua megamáquina planetária? Como se expandiria se não vendesse a todos a promessa de uma vida segura e feliz? Afinal o que nos é vendido o tempo todo são maneiras de ver, de sentir, de perceber, de vestir, de habitar e mais uma infinidades de modos de existência. O fato é que consumimos, mais que bens, formas de vida. Absorvemos maneiras de viver, sentidos de vida, consumimos toneladas de subjetividade. “[...] Chama-se como quiser – capitalismo mundial, economia imaterial, sociedade do espetáculo, era da biopolítica, o fato é que vemos instalar nas últimas décadas um novo modo de relação entre o capital e a subjetividade. O capital, como disse Jameson, por meio da ascensão da mídia e da indústria da propaganda, teria penetrado e colonizado um enclave até então inviolável, o Inconsciente.” (PÁL PELBART, 2003:13).

Cap. 2 Posturas desencarnadas

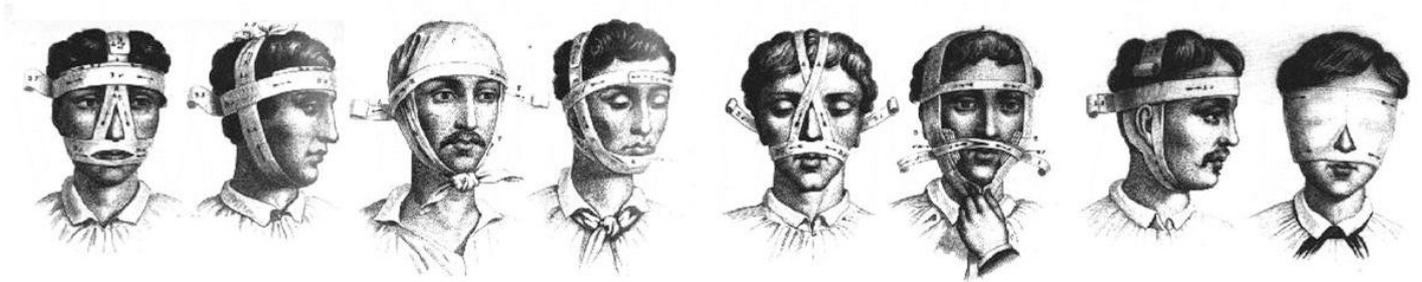


FIG. 8: Alusão ao arquiteto urbanista recortado em relação aos contextos concernidos. Fonte: ERR, 2003.

2.1 Sobre a grande máquina de produção de sentidos

Explorar as doutrinas (motivos e desdobramentos) que fundamentaram as formas de pensar dominantes na construção de territórios domésticos e urbanos nos dá rastros para a compreensão dos modos de ações, posturas dos arquitetos urbanistas nos dias atuais. Sobre quais matrizes desenrolamos nossos modos de planejar e construir arquiteturas e cidades? De onde partem essas ideias? Como circulam? Porque são construídos os pensamentos hegemônicos e como são reproduzidos e tematizados? Quais são os seus enunciados⁵⁴, suas formações discursivas, dispositivos⁵⁵, agenciamentos⁵⁶? O fio temático que atravessa e amarra esse capítulo constitui-se pela

⁵⁴ Na abordagem foucaultiana enunciado constitui-se por um conjunto de signos que se caracteriza por quatro elementos básicos: um referente (ou seja, um princípio de diferenciação), um sujeito (no sentido de "posição" a ser ocupada), um campo associado (isto é, coexistir com outros enunciados) e uma materialidade específica – por tratar de coisas efetivamente ditas (escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas através de técnicas, práticas e relações sociais. (FOUCAULT: 2005).

⁵⁵ Também na concepção foucaultiana (DELEUZE, 2005) o dispositivo é definido como um sistema de relações que pode ser estabelecido entre diferentes elementos como leis, discursos, instituições, proposições filosóficas ou científicas. O termo “dispositivo” constitui um tipo de formação que tem como função principal em um dado momento histórico responder a uma necessidade urgente. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.

⁵⁶ Segundo Foucault, os saberes enquanto estratificações históricas pressupõem duas formas: “Formas de expressão (o que se diz, as palavras)” e “Formas de conteúdo” (o que se vê, as coisas), e isso, enquanto exterioridades no universo macro do mundo da representação e que Deleuze e

busca por compreendermos o pensamento hegemônico dos arquitetos urbanistas contemporâneos. No percurso de sua feitura se entrecruzam as relações entre vida, saber, poder, capitalismo e subjetividade. O convite é compartilharmos o feixe de problemas, embates, proposições que cercam as nossas formações acadêmicas e práticas profissionais diante do mundo tal como ele apresenta-se na atualidade.

Se nos remetermos a uma subjetividade hegemônica para orientar a construção de saberes e práticas que tutelam o pensamento dominante desses profissionais, então interessa compreendermos o que vem a ser esse conceito nomeado subjetividade, os modos de vida que carrega, quais os interesses que engendra, incidências no corpo social, mental e ambiental para percebermos como essa grande máquina de produção de sentidos relaciona saberes e poderes na formação, nas práticas e nos modos de ações de arquitetos urbanistas contemporâneos.

Os processos de subjetivação, ou semiotização – ou seja, toda a produção de sentido – não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microsociais) nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentralizados. Segundo Deleuze e Guattari (1995) tais processos implicam no funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extraindividual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, midiáticos, arquitetônicos e urbanos) quanto de natureza infra-humana (infrapsíquica, infrapessoal, sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção de ideia, de inibição e automatismos, corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.).

Sobre a produção da subjetividade pelo capitalismo mundial integrado (CMI) Deleuze e Guattari (1995) propõem a ideia de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida. O

Guattari denominam “Agenciamentos coletivos de enunciação” (sistema semiótico, regime de signos) e “Agenciamentos maquínicos” (sistema pragmático de ações e paixões: o que se faz). O agenciamento é a atualização das relações de forças, de poder, de saber e de subjetividade que incidem sobre uma realidade. Há, por exemplo o agenciamento concreto da escola, o agenciamento do ateliê, do quartel, do hospital, da prisão. Podemos perceber que o que Foucault chama de ‘dispositivo’ é convertido em Deleuze para ‘agenciamento’.

“maquínico⁵⁷” é usado como acoplamento de componentes heterogêneos, orgânicos e não orgânicos: o corpo da estepe, o corpo pleno do cidadão grego, a fábrica industrial, o urbanismo moderno, etc. As máquinas de produção da subjetividade variam. Em sistemas tradicionais, por exemplo, a subjetividade é fabricada por máquinas mais territorializadas, na escala de uma etnia, de uma corporação profissional, de uma casta. Já no sistema capitalista, a produção é industrial e se dá em escala internacional. Nesse sentido, tudo que é produzido pela subjetivação capitalista – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de ideia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, e de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. A produção da subjetividade pelo CMI – Capitalismo Mundial Integrado – é serializada, normalizada, centralizada em torno de uma imagem, de um consenso subjetivo referido e sobrecodificado por uma lei transcendental⁵⁸. Esse esquadramento da subjetividade é o que permite que ela se propague, em nível da produção e do consumo das relações sociais, em todos os meios (intelectual, agrário, urbano, fabril, etc.) e em todos os pontos do planeta.

Guattari (1992) propõe como definição provisória mais englobante da subjetividade:

“[...] o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação

⁵⁷ Trata-se de buscar suplantar um ponto de vista excessivamente evolucionista, biológico, humanista evidenciando movimentos transversais de desterritorialização. Passagem de um modelo genealógico e filiativo para um modelo maquínico e rizomático. Rizoma é um conceito desenvolvido por Deleuze e Guattari em “*Mil platôs, Capitalismo e Esquizofrenia*”. O pensamento rizomático e sua Lógica da Multiplicidade se contrapõe à Lógica binária e ao modelo arborescente de pensar. “[...] Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção ‘e... e... e...’ há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser”. (DELEUZE e FELIX,1995: 37)

⁵⁸ Entende-se a lei como mecanismo que constrói códigos sobre um corpo social. Regras e convenções – a lei é signo e é a base da formação social. Nessa tese referimo-nos à lei enquanto conjunto de códigos hegemônicos que orientam as sociedades contemporâneas que vivem sob a chancela do CMI – Capitalismo Mundial Integrado.

com uma alteridade ela mesma subjetiva. Assim, em certos contextos sociais e semiológicos, a subjetividade se individualiza: uma pessoa, tida como responsável por si mesma, se posiciona em meio a relações de alteridades regidas por usos familiares, costumes locais, leis jurídicas... Em outras condições, a subjetividade se faz coletiva, o que não significa que ela se torne por isso exclusivamente social.” (GUATTARI, 1992:19-20)

Um processo de subjetivação constitui uma produção de modos de existência, e ele não pode ser confundido com um sujeito, a menos que o mesmo seja destituído de toda interioridade e de toda a identidade. A subjetividade é uma individualização particular ou coletiva, que sequer tem a ver com a pessoa enquanto sujeito. Saberes e poderes estão engajados direta ou indiretamente nos processos de subjetivação que acabam por criar um estilo de vida e modos de existir.

As cidades podem ser qualificadas como megamáquinas produtoras de subjetividade individual e coletiva: são máquinas técnicas, econômicas, ecológicas, desejanter, inconscientes. A consistência de um edifício não é unicamente material e envolve dimensões maquínicas, universos corporais e incorporais simultaneamente: os conjuntos materiais constituem subjetividades parciais – a cidade, a rua, o prédio, a porta, o beco, o corredor modelizam cada um por sua parte e em composições globais, focos de subjetivações parciais. (GUATTARI, 1992)

A subjetividade é produzida por agenciamentos coletivos de enunciação⁵⁹. A arquitetura, os espaços construídos são máquinas enunciadoras, portadoras de universos incorporais que estão muito além do visível, do funcional e não são, portanto universais. São máquinas de sentido, de sensação, são máquinas abstratas⁶⁰

⁵⁹ Na concepção de Guattari (1992) os agenciamentos coletivos de enunciação dizem respeito igualmente à psiquê, às sociedades humanas, ao mundo dos seres vivos, às espécies maquínicas e em última análise, ao próprio cosmos. Os agenciamentos de enunciação implicam não só em multiplicidades humanas, mas também em devires maquínicos, incorporais, infrapessoais.

⁶⁰ Máquinas abstratas são traços de atravessamentos inesperados, traços de narrativas, de dinheiro, de vontade de potência ou vontade de poder, de agitação molecular ou de produção de contornos rígidos, de representação e de autoria e de desconstrução de ambos ou de um só. Antes de tudo, é necessário lembrar que uma máquina abstrata, como os outros conceitos de Deleuze e Guattari (1995), não é metáfora, mas literalidade. Ela é uma prática, um experimento. É uma análise de como funcionam os vínculos desejanter: os agenciamentos maquínicos. Uma técnica, dizem Deleuze e Guattari (1995), supõe sempre um agenciamento maquínico. Aquilo que vincula ou que desvincula, que produz um sujeito ou que o desmancha... É *máquina não concreta*, mas possui realidade. Não se identifica com formas e substâncias, produzindo antes intensidades

que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizador quando massivamente atrelado à subjetividade hegemônica quanto de uma ressingularização libertadora da subjetividade individual e coletiva. (GUATTARI, 1992)

A cultura de massa é o elemento fundamental de produção da subjetividade capitalista. Essa produção dos meios de comunicação de massa gera uma cultura com vocação universal. Essa é uma dimensão essencial na confecção da força coletiva de trabalho e na confecção daquilo que podemos chamar de força coletiva de controle social. Assinalamos que a subjetividade capitalista investe na cultura de massa – nela são abolidas todas as singularidades, nela reina a igualdade homogênea entre seus membros (cada cabeça equivale a outra cabeça), a densidade deve ser absoluta, nela predomina uma direção única, que sobrepõe a todas as direções individuais e privadas. (CANETTI, 1995). Homogênea, compacta, contínua, unidirecional, a massa é todo o contrário da multidão, heterogênea, dispersa, complexa e multidirecional. A multidão⁶¹ diferente da massa é testemunha de um outro desejo e de uma outra subjetividade, a subjetividade singularizada. A subjetividade age como produção e uma das principais características dessa produção nas sociedades capitalistas é, precisamente, a tendência de bloquear processos de singularização e instaurar processos de individualização. Os homens, reduzidos à condição de suporte de valor, assistem, atônitos, ao desmanchamento de seus modos de vida. Passam então a se organizarem segundo padrões universais que os serializam e os individualizam. Esvazia-se o caráter processual, vital de suas existências. A experiência deixa de funcionar como referência para a criação de modos de organização do cotidiano: interrompem-se os processos de singularização. É, portanto, num só movimento que nascem os indivíduos e morrem os potenciais de singularização. Tudo isso constitui uma imensa fábrica de subjetividade, que funciona como indústria de base de nossas sociedades. A ordem capitalista é projetada na realidade do mundo e na realidade

e matérias não formadas. Elas compõem um plano de consistência e podem ser datadas e nomeadas. As máquinas abstratas operam na conexão de uma língua com os conteúdos semânticos e pragmáticos de enunciados, com agenciamentos coletivos de enunciação, com toda uma micropolítica no campo social.

⁶¹ A multidão refere-se à multiplicidade, ela é plural, heterogênea, centrífuga. Por conseguinte, ela é refratária à unidade política, não assina pactos com o soberano e não delega a ele direitos. Em contrapartida, a massa é concebida como um corpo público animado por uma vontade única. A multidão inclina-se a formas de democracia não representativas. (PÁL PELBART, 2003)

psíquica.

“[...] De fato, como poderia o capitalismo atual manter-se caso não capturasse o desejo de milhões de pessoas? Como ele conseguiria mobilizar tanta gente caso não plugasse o sonho das multidões à sua megamáquina planetária? Como se expandiria se não vendesse a todos a promessa de uma vida segura e feliz? Afinal o que nos é vendido o tempo todo são maneiras de ver, de sentir, de perceber, de vestir, de habitar e mais uma infinidades de modos de existência. O fato é que consumimos, mais que bens, formas de vida. Absorvemos maneiras de viver, sentidos de vida, consumimos toneladas de subjetividade. “[...] Chama-se como quiser – capitalismo mundial, economia imaterial, sociedade do espetáculo, era da biopolítica, o fato é que vemos instalar nas últimas décadas um novo modo de relação entre o capital e a subjetividade. O capital, como disse Jameson, por meio da ascensão da mídia e da indústria da propaganda, teria penetrado e colonizado um enclave até então inviolável, o Inconsciente.” (PÁL PELBART, 2003:13).

A subjetividade capitalista incide nos esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto. Ela incide nas montagens de percepção, da memorização, na modelização das instâncias intrasubjetivas. De fato, toda subjetivação é modelização: o modelo capitalístico é um modelo de modelo, uma redução modelizadora. A apropriação da produção de subjetividade pelo CMI busca esvaziar o conhecimento da singularidade. O seu objetivo é reduzir tudo a uma tábula rasa. A tentativa de controle social através da produção da subjetividade em escala planetária, se choca com fatores de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanente que Guattari (1993) denomina de Revolução Molecular⁶². (máquinas de guerra, máquinas de desejo, máquinas abstratas). O termo molecular contrapõe-se à ideia de molar, identificado com o diagrama de forças dominantes. A ordem molar corresponde às estratificações que delimitam sujeitos, objetos, representações e seus sistemas de referência. A ordem molecular, ao contrário, é a dos fluxos, dos devires, das transições de fases, das intensidades. (GUATTARI, 1993).

Um certo tipo de produção de subjetividade é condição para o funcionamento do Capitalismo Mundial Integrado, tanto quanto um certo tipo de produção econômica. Isto é, antes do CMI, a subjetividade também era capitalizada, mas este fato ainda não tinha alcançado a importância que tem hoje e, por isso, talvez se justifique que os

⁶² Segundo Guattari (1993) os mesmos elementos existentes nos fluxos, nos estratos, nos agenciamentos podem organizar-se segundo um modelo molar ou segundo um modelo molecular.

teóricos do movimento operário e as formações políticas não o tenham tomado como objeto de reflexão e de luta. Mas, cada vez mais torna-se indispensável nos ater sobre o crescimento entrópico da subjetividade dominante.

A crise na qual nos localiza a subjetividade produzida pelo CMI nos leva à necessidade de construirmos em nossas sociedades uma outra concepção do político. Isso implica na articulação de uma subjetividade em estado nascente, um *socius* em estado mutante e um meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado. (ROLNIK: 2010). Foucault, num texto intitulado *Por que investigo o poder*⁶³, afirma que a economia política e a história econômica nos fornece instrumentos para compreender as relações de produção, a lingüística e a semiótica, as relações de sentido, mas quanto ao poder, só dispomos de instrumentos para compreendê-lo de um ponto de vista jurídico (o que legitima o poder?) e institucional (o que é o Estado?), mas não para compreendê-lo enquanto “técnica de subjetivação”. Compreender o poder nesta dimensão é o que Guattari chamou, entre outros nomes, de “micropolítica”.

“[...] “Micro” refere-se à dimensão do processo de produção das formas de realidade: a realidade em vias de se constituir, se definir (territorializar) e ao mesmo tempo, em vias de se desmanchar (desterritorializar). Realidade tanto individual quanto grupal ou coletiva. Enquanto “macro” refere-se à realidade em suas formas constituídas — aqui também, tanto ao nível individual quanto grupal ou coletivo. É na lógica das formas constituídas que se pensa em termos de um todo, de pólos em conflito e/ou contradição — em suma, em relações de dominação. E esta lógica (macro) vale tanto para relações de dominação entre Estado e Sociedade quanto para as relações de dominação do contexto de um casal. Pensar o poder enquanto “técnica de subjetivação”, como propõe Foucault, é pensá-lo segundo uma outra lógica, a qual permite por exemplo lutar contra a reificação da consciência e apreender a dimensão de criatividade social”(ROLNIK:2010)

2.2 As dobraduras da subjetividade: saber e poder

Foucault (1971) define o sujeito como uma derivada, um produto de uma “subjetivação” onde espaço físico e mental estão relacionados às relações de poder e saber. “A ideia fundamental de Foucault é a de uma dimensão da subjetividade que deriva do poder e do saber, mas que não depende deles”. (DELEUZE, 2005:109). A

⁶³ Ver: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

relação do homem consigo não permanece como zona reservada e guardada do homem livre, independente de todo “sistema institucional e social”. A relação consigo entra nas relações de poder, nas relações de saber. Ela reintegra nesses sistemas dos quais começa por derivar. O indivíduo interior acha-se codificado⁶⁴, recodificado num saber “moral” e, acima de tudo, torna-se o que está em jogo no poder – é diagramatizado⁶⁵.

A subjetivação do homem livre se transforma em sujeição⁶⁶: por um lado é “a submissão ao outro pelo controle e pela dependência” com todos os procedimentos de individualização e de modulação que o poder instaura, atingindo a vida cotidiana e a interioridade daqueles que ele chamara de sujeitos; por outro lado, é “o apego (de cada um) à sua própria identidade mediante consciência e o conhecimento de si”, com todas as técnicas das ciências morais e das ciências do homem que vão formar um saber do sujeito. A subjetivação, a relação consigo, não deixa de se fazer, mas isso ocorre se metamorfoseando, mudando de modo. Recuperada pelas relações de poder, pelas relações de saber, a relação consigo não pára de renascer, em outros lugares e em outras formas. Na visão foucaultiana a subjetivação se faz por dobra. Para ele há *quatro dobras*, quatro pregas de subjetivação.

“[...] A primeira concerne à parte material de nós mesmos que vai ser cercada, presa na dobra: para os gregos, era o corpo e seus prazeres, mas, para os cristãos, será a carne e seus desejos, o desejo, uma modalidade substancial completamente diferente. A segunda dobra é a da relação de forças, no seu sentido mais exato; pois é sempre segundo uma regra singular que a relação de forças é vergada para tornar-se relação consigo;

⁶⁴ A noção de código refere-se nesse texto a concepção utilizada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) em que ela pode dizer respeito tanto aos sistemas semióticos quanto aos fluxos sociais e aos fluxos materiais. O termo “sobrecodificação” corresponde a uma codificação em segundo grau. Um exemplo citado pelos autores diz respeito às sociedades agrárias primitivas que funcionam segundo seu próprio sistema de codificação territorializado e são sobrecodificadas por uma estrutura imperial, relativamente desterritorializada, que lhes impõem sua hegemonia militar, religiosa, fiscal, etc.

⁶⁵ ‘Diagrama’ é uma expressão retomada de Charles Sanders Peirce. As interações diagramáticas fazem os sistemas de signos trabalharem diretamente com as realidades às quais elas se referem, operando uma produção existencial de referente. Diagrama na concepção de Foucault bem como na de Deleuze refere-se ao mapa das relações de forças que constituem o poder em jogo e que compõem o campo social.

⁶⁶ “[...] Os grupos sujeitos opõem-se aos grupos sujeitados. Tal imposição implica uma referência micropolítica: o grupo sujeito tem por vocação gerir, na medida do possível, sua relação com as determinações externas e com a sua própria lei interna. O grupo sujeitado, ao contrário, tende a ser manipulado por todas as determinações externas e a ser dominado por sua própria lei interna”. (GUATTARI e ROLNIK, 1993:319).

certamente não é a mesma coisa quando a regra eficiente é natural, ou divina, ou racional, ou estética [...] A terceira dobra é a do saber, ou a dobra da verdade, por constituir uma ligação do que é verdadeiro com o nosso ser, e do nosso ser com a verdade, que servirá de condição formal para todo o saber, para todo o conhecimento: subjetivação do saber que não se faz da mesma maneira entre gregos e entre cristãos, em Platão, Descartes ou Kant. A quarta dobra é a do próprio lado de fora, a última: é ela que constitui o que Blanchot chamava de uma “interioridade de espera”, é dela que o sujeito espera, de diversos modos, a imortalidade, ou a eternidade, a salvação, a liberdade, a morte, o desprendimento [...] As quatro dobras são como a causa final, a causa formal, a causa eficiente, a causa material da subjetividade ou da interioridade como relação consigo. Essas dobras são eminentemente variáveis, aliás em ritmos diferentes, e suas variações constituem em modos irredutíveis de subjetivação. Elas operam “por sob os códigos e regras” do saber e do poder, arriscando-se a juntar-se a eles desdobrando, mas não sem que outras dobraduras se façam.” (DELEUZE, 2005:112).

Mas o que seria o processo de construção de saberes?

«[...] é o conjunto dos elementos (objetos, tipos de formulações, conceitos e escolhas teóricas) formados a partir de uma só e mesma positividade, no campo de uma formação discursiva unitária». (FOUCAULT, 2000:15).

As positivities⁶⁷ são leis de formação de todo um conjunto de objetos, de tipos de formulação, conceitos, opções teóricas, que são investidas nas instituições, nas técnicas, nas condutas individuais e coletivas, nas operações políticas, nas atividades científicas, nas ficções literárias, nas especulações teóricas nas construções arquitetônicas e urbanísticas. O conjunto assim formado, a partir do sistema de positividade e manifesto na unidade de uma formação discursiva, é o que poderíamos chamar de saber. Esse por sua vez, enfatiza Foucault não é uma soma de conhecimentos – pois, desse sempre se deve poder dizer se são verdadeiros ou falsos, exatos ou não, aproximativos ou definidos, contraditórios ou coerentes; nenhuma dessas distinções é pertinente para descrever o saber. Analisar as formações discursivas, as positivities e o saber que lhes correspondem não é atribuir-lhes formas de cientificidade é percorrer um campo de determinação histórica que deve dar conta, em seu aparecimento, persistência, transformação e, eventualmente, em seu apagamento de discursos dos quais alguns são ainda hoje reconhecidos como científicos, outros perderam esse estatuto, alguns jamais o adquiriram, enquanto

⁶⁷ Foucault nomeia por positividade – “[...] o momento a partir do qual uma prática discursiva se individualiza e assume sua autonomia; o momento, por conseguinte, em que se encontra em ação um único e mesmo sistema de formação de enunciados, ou ainda, o momento em que esse sistema se transforma.” (FOUCAULT, 2000:15).

outros jamais pretenderam adquiri-lo. «[...] Em uma só palavra, o saber não é a ciência no deslocamento sucessivo de suas estruturas internas é o campo de sua história efetiva.» (FOUCAULT, 2000:112). A instância do saber define as leis de formação dos objetos científicos e especifica as ligações ou oposições entre a ciência e a experiência.

«[...]Entre a ciência e a experiência há o saber: não absolutamente como mediação invisível, como intermediário secreto e cúmplice, entre duas instâncias tão difíceis ao mesmo tempo de reconciliar e de distinguir; de fato, o saber determina o espaço onde podem separar-se e situar-se, uma em relação à outra, a ciência e a experiência.[...] O conhecimento é a continuidade da ciência e da experiência, seu indissociável intrincamento, sua infinita reversibilidade; é um jogo de formas que antecipam a todos os conteúdos, na medida em que elas os tornam possíveis; é um campo de conteúdos originários que silenciosamente esboçam.» (FOUCAULT, 2000:117)

Importa então buscarmos conhecer e problematizar as especificidades no campo do saber que carrega nossa profissão, nossos modos de ação, nossas posturas. Interessa compreendermos acerca dos processos de subjetivação que contribuíram para a produção das subjetividades dos arquitetos urbanistas e docentes da disciplina na elaboração de multiplicidades de histórias, teorias, paradigmas, pensadores sobre a arquitetura e as cidades, suas questões, problemas e soluções. Interessa nos determos nas variáveis contextualizadas que se relacionam com os saberes, poderes e as subjetivações que orientam o pensamento e a formação dos arquitetos urbanistas contemporâneos e como esses são reproduzidos e tematizados. Vale adentrarmos no terreno do saber, onde repousam e/ou se atualizam o conhecimento, ‘as verdades’, as positivities, as experiências dos arquitetos urbanistas desde os modernos⁶⁸, seus atravessadores, adeptos, críticos, defensores, potenciadores, dissidentes, combatentes buscando-se alcançar as práticas atuais. Faz-se necessário percorrermos essa ambiência onde ciência e experiência ora se aliam, se confrontam, se misturam, se contaminam, se excluem. Importa refletirmos sobre a forma de se pensar o saber específico da “maioria”, da disciplina da arquitetura e do urbanismo, de

⁶⁸ O recorte cronológico a partir do movimento moderno justifica-se, uma vez que seus postulados ainda afetam consideravelmente as posturas, atitudes e modos de ações dos arquitetos urbanistas contemporâneos. Nessa tese optamos por empregar o termo moderno como termo geral dado aos movimentos de vanguarda do século XX e não utilizarmos o termo modernismo, visto que por esse entende-se como um movimento de aderência ao moderno pela questão do estilo, que num processo de exacerbação levou o moderno à massificação mundial pela repetição sem critério dos seus padrões estéticos.

caracterizarmos o exercício do poder que permeia esse saber (o diagrama de forças que o compõem). Torna-se desejável desenvolvermos essa investigação tomando-se por dimensão de prospecção tanto a perspectiva hegemônica como também pesquisar como os microsaber, micropolíticas e singularidades infiltram nesse campo dominante. Isto é, práticas dos homens comuns em suas lidas cotidianas nas construções de suas ambiências, bem como, o confronto e a luta de arquitetos urbanistas, propositores de saberes que se fazem no confronto ou penetrando nas subjetividades e nos saberes tutelados.

Na esteira que Foucault nos indica não seria preciso apenas avaliar as condições arqueológicas de ordenação dos enunciados no campo da arquitetura e do urbanismo, mas também interrogar os sistemas de exclusão e rarefação que envolve essas enunciações discursivas⁶⁹. Sob forte influência foucaultiana caberia a nós questionar certas “figuras histórico-políticas da vontade de verdade e da vontade de saber,” que permearam a nossa historiografia arquitetônica e urbanística ocidental, perguntando-nos, então, quem pôde dizer algo e sob quais condições institucionais. Essas especulações estão calcadas no questionamento específico das relações intrínsecas entre saber-poder-verdade elaboradas por Foucault⁷⁰. Esse insistirá em que não há verdade fora do poder ou sem o poder, pois toda verdade gera efeitos de poder e todo poder se ampara e se justifica em saberes considerados verdadeiros. O poder funcionando na base da incitação, do reforço, do controle, da vigilância visando a otimização das forças que ele submete. O poder destinado a produzir as forças que lhe interessa, ordenando-as e fazendo-as crescer. Vale atentarmos frente à nossa formação no que se refere à constituição histórica de saberes em discursos qualificados como verdadeiros e a correlata desqualificação de outros (é o eixo da verdade). A vinculação entre a dimensão discursiva e a esfera extradiscursiva ou das práticas sociais com a conseqüente conexão entre a ordem da verdade e dos regimes de poder

⁶⁹ Na abordagem foucaultiana compreende-se formações discursivas por “[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (FOUCAULT, 2005:82)

⁷⁰ Ver: FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. Vol.1: a vontade de saber e FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

(é o eixo do poder). A constituição do homem historicamente objetivado e subjetivado no plano do conhecimento em contraponto à constituição de si mesmo no plano da ética (é o eixo do sujeito); eis os elos e conexões por onde podemos analisar nossas formações, nossas construções de saberes, poderes e subjetividades. O processo de subjetivação leva o indivíduo a vincular-se à própria identidade e à própria consciência e, conjuntamente, a um poder de controle externo. Há, portanto, um ponto de interseção em que as técnicas de individualização subjetivas e procedimentos totalizantes objetivos se tocam.

2.3 Subjetividade, saber e poder na formação dos arquitetos urbanistas

Nas trilhas que Foucault nos anuncia, buscamos pelo entendimento da subjetividade hegemônica dos arquitetos urbanistas contemporâneos. Na perspectiva escolhida para o desenvolvimento dessa tese, tornou-se necessário nos ocuparmos do saber como categoria de análise, tomando-o como uma estratificação histórica (formas de expressão/o que se diz e formas de conteúdo/ o que se vê)⁷¹. Não existem saberes desvinculados de relações de poderes e de subjetivações. Os processos de estratificações traduzem os interesses dessas relações que trabalham no sentido de garantir a consolidação de saberes assegurando-lhes assim suas territorialidades. O que está em jogo numa sociedade disciplinar e capitalista como a nossa é que tais relações quando hegemônicas produzem os agenciamentos que promovem a codificação e a sobrecodificação dos saberes que lhes convém, atribuindo-lhes a categoria de axiomas - verdades a serem disseminadas. Esses agenciamentos visam e trabalham para a consolidação desse território de conhecimentos específicos, traduzem a presença de agentes sociais, políticos e econômicos que defendem certos interesses e que são convertidos em conhecimentos específicos profissionais. Esses saberes acabam sendo sobrecodificados e passam a orientar as instituições de ensino e o exercício profissional. Geridos, agenciados e estratificados pelos poderes e pelas subjetividades em cena, esses saberes acabam sendo naturalizados e consumidos acriticamente por muitos estudantes, professores e profissionais do mercado. No campo da formação dos arquitetos urbanistas, em geral, observamos que:

⁷¹ Ver FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas; uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

“[...] De regra, na formação disciplinar acadêmica, a instituição de ensino, como “dispositivo” de poder, evidencia o(s) Saber(es). Estes, atrelados a uma “formação discursiva”, no sentido de um conjunto de enunciados reproduzidos à exaustão, se encontram frente às diminutas criações que eventualmente questionam e problematizam os enunciados de consenso. Evidenciando a variável Saber, as instituições de ensino, visam sua reprodução e produção, colocando em segundo plano as relações de poder que permeia esses saberes e num terceiro plano ainda, e isso, quando o fazem, a questão dos processos de subjetivação (de docentes e discentes em suas individualidades). Poder e Subjetivação não recebem, pois, como o Saber o devido enfoque. No mais das vezes eles acabam reduzidos à uma percepção molar (macro), e isso, através de considerações genéricas relacionadas com o aparelho de Estado e/ou com as classes sociais, e muito menos com os micropoderes das instituições de ensino e de seus docentes. E tudo, de regra, sob a forma de pensar sedentária no âmbito de um espaço estriado e, raramente, no entendimento ou na presença do pensamento nômade, o qual não se deixa sobrecodificar, cria novas questões e problematizando-as visa caracterizar novos fatos e versões na construção de histórias.” (MAGNAVITA, 2006: 4).

Dentre as noções pós-estruturalistas, mais precisamente na visão de Foucault, elege-se o saber como categoria de análise considerando-o uma estratificação histórica constituído de “formas de expressão” (o que se diz) e formas de conteúdo (o que se vê), ou seja, “As palavras e as coisas”⁷². Outra categoria de análise inseparável do saber diz respeito ao poder. Essas duas categorias estão enredadas nos processos de subjetivação, ou seja, “A história da sexualidade”⁷³. Constitui-se, portanto uma tríade as relações entre saber, poder e subjetividade. Ao observarmos o olhar de Deleuze sobre o trabalho de Foucault (DELEUZE, 2005), vemos que o saber está fundado sobre a primazia do real, da saturação da efetividade, dos domínios dos enunciados. O momento do poder, das máquinas abstratas, está relacionado à primazia do poder e de todos os outros conceitos modais associados, como o de “probabilidade” ou de “potencialidade”. O momento da subjetivação seria não mais o do poder, mas o do “possível”.

Entrelaçam-se na construção das formas de pensar, o exercício específico do saber, o exercício do poder que permeia esse saber (na composição de diagramas de forças) e

⁷² Ver FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas; uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁷³ Ver FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. Vol.1: a vontade de saber e FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. Vol.2: o uso dos prazeres e FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. Vol.3: o cuidado de si.

os processos de subjetivação que contribuíram para a construção de subjetividades de arquitetos urbanistas ao longo da história em diferentes contextos. Na visão foucaultiana, “o poder não vê nem fala, mas faz ver e falar”. Ver e falar encontram-se vinculados às relações de poder que resultam de forças móveis que se dissipam e que não se encontram do lado de fora dos saberes (estratos), mas são o seu lado de fora. Se ver e falar são formas de exterioridade, o pensamento se orienta para um lado de fora que não possui forma. Ver é pensar, falar é pensar, mas o pensar opera na disjunção, no interstício entre ver e falar. Entre o poder e o saber há uma diferença de natureza - são elementos heterogêneos, mas mantêm uma pressuposição recíproca e capturas mútuas. O poder não passa por formas e sim apenas por forças. Como já referido, o poder não fala e não vê, mas faz falar e ver através de agenciamentos de enunciação (expressão) e agenciamentos maquínicos (conteúdo).

O que seria a arquitetura e o urbanismo senão enunciados? Agenciamentos maquínicos? Formações discursivas? Não se trata de compreendermos os discursos como puro e simples entrecruzamento de coisas e palavras. Na concepção que Foucault nos coloca, o discurso não é uma estreita superfície de contato ou de confronto entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência. Analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas e destacarem-se um conjunto de regras próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos – isso consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem à conteúdos ou à representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos, mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas (FOUCAULT, 1995:55). Privilégio da forma e visão preminentemente estetizante, estratégias demiúrgicas, valorização da autoria dos projetos, crença no projeto como prospecção acabada da arquitetura, o conceito de tábula rasa como instrumento recorrente, determinismo, positivismo, padronização, cientificismo e muitas outras formas de enunciados, eis o que encontramos de mais recorrente nos discursos e ações dos arquitetos e urbanistas contemporâneos desde os modernos. Tais agenciamentos acabam por constituir o campo do saber erudito onde se posicionam e relacionam: conhecimentos, experiências, ciências que reverberam na construção da subjetividade

hegemônica desse meio e que vêm sendo nomeadas nesse estudo de posturas desencarnadas.

O saber visto como estratificação no tempo constitui-se por acumulações, sedimentações, consolidação de ações, práticas, pensamentos, construção de subjetivações daqueles que dizem no campo da arquitetura e do urbanismo através de seus escritos, teorias, projetos, edificações em meio a um complexo de relações de forças constituído dentre poderes e micropoderes. Vemos portanto, que as ações « incorporadas »⁷⁴ de arquitetos urbanistas tanto na prática profissional além dos domínios acadêmicos ou na produção docente enredam relações de saberes, poderes e subjetividades, e por isso possuem uma contundente conotação política. Mas, os modos de ações desencarnados « protegem » os saberes, principalmente, no âmbito acadêmico dos fluxos correntes da multiplicidade⁷⁵ de subjetividades e de poderes que constituem as mais diversas realidades. As subjetividades e poderes que afetam esses saberes « protegidos » e disseminados nas nossas formações e práticas são, em geral, os hegemônicos, aqueles associados à ordem molar. É necessário que esses saberes passem pelo grande quadro dominante. Não é raro nas escolas de arquitetura e urbanismo encontrarmos estudantes que, incomodados com essa conjuntura molar e não encontrando no ambiente acadêmico uma formação que trate das micropolíticas⁷⁶,

⁷⁴ Ações nomeadas nesse estudo de incorporadas serão abordadas no capítulo 3 dessa tese.

⁷⁵ Multiplicidade não é diversidade: diversidade é o coletivo do diferente. Multiplicidade é a capacidade, a potência para a multiplicação, da transformação disso para aquilo e aquilo outro. Por isso ela é experimento, é proliferação (e...e...e...) e não reconhecimento ou representação (isso, aquilo). Sobre o princípio da multiplicidade afirmam Deleuze e Guattari (1995): o múltiplo, só quando é efetivamente tratado como substantivo, como multiplicidade, deixa de ter qualquer relação com o Um como sujeito ou objeto, realidade natural ou espiritual, imagem e mundo. As multiplicidades são rizomáticas. É precisamente essa multiplicidade que não pára de mudar de natureza, multiplicando suas conexões num movimento infinito, que transforma os pontos em linhas. A partir do momento em que a noção de identidade é substituída pela de multiplicidade, o sistema passa a ser aberto, voltado para o exterior. As linhas de fuga ou de desterritorialização definem as multiplicidades pelo lado de fora. Um “plano de consistência” define o exterior de todas as multiplicidades, que se transformam seguindo as linhas. (DELEUZE e GUATTARI, 1995).

⁷⁶ A questão micropolítica – ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social – refere-se ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas que Guattari (1993) denomina de “molar” - com aquele que chamou de molecular. As lutas sociais, a construção de cidades, de arquiteturas são, ao mesmo tempo, molares e moleculares. A análise micropolítica se situa no cruzamento entre esses diferentes modos de apreensão de uma problemática. Claro que os modos não são apenas dois: sempre haverá uma multiplicidade, pois não existe uma subjetividade de um lado e, do outro, a realidade social material. Sempre haverá “n” processos de subjetivação, que flutuam constantemente segundo os dados, segundo a composição de agenciamentos, segundo o momento que vão e vêm. Os mesmos elementos

dos micropoderes, de saberes mais plurais acabam buscando por essas «outras» subjetividades fora da escola. Não que esse percurso singular desses estudantes exterior a academia não seja enriquecedor, mas é preocupante que esse debate não esteja contundentemente intrínseco na formação escolar. Vemos também docentes «em desacordo» com essa formação excludentemente hegemônica e «protegida» dos saberes frente aos múltiplos poderes e subjetividades. Esses acabam se recortando em guetos dentro dos territórios universitários. Grosso modo, o refúgio são os projetos de pesquisa e extensão. A esses são atribuídos a responsabilidade de construir zonas de contato entre o mundo acadêmico e a vida «lá fora».

O saber estático e encarcerado nas escolas acaba reproduzindo e propagando «os mesmos» paradigmas, dogmas direcionando os modos de pensar e agir nesse campo. Exemplo disso são as bibliografias, principalmente no âmbito das disciplinas de projeto de arquitetura que se repetem a despeito da contemporaneidade que se anuncia e se atualiza a cada dia. Não questionamos essas bibliografias como um todo, sabemos que determinadas obras são dignas de percorrerem anos a fio a formação dos arquitetos urbanistas e conquistaram essa permanência e continuidade por sua grande importância e relevância. O que parece importante discutirmos é um certo estado de acomodação e passividade diante de um mundo em acelerada mudança.

Além disso, vemos também que o conteúdo acerca dos movimentos arquitetônicos e urbanos atuais desenvolvidos nas disciplinas teóricas e práticas não são desdobrados criticamente nos ateliês de projeto. Estudantes não se indagam se os seus projetos desenvolvidos estão atrelados ao planejamento estratégico, ou à estetização de

existentes nos fluxos, nos estratos, nos agenciamentos podem organizar-se segundo um modelo molar ou segundo um modelo molecular. Se todas as formas provêm de uma relação de força e, portanto, de uma relação de poder, podemos afirmar que todas são políticas. “[...] Tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica.” O macro e o micro são dois modos de recortar a realidade, “as duas efetivamente se distinguem mas são inseparáveis, embaralhadas uma com a outra, uma na outra.” (DELEUZE e GUATTARI, 1995:90). Quando tratamos de uma realidade, já tratamos de força e de formação ao mesmo tempo – elas estão sempre juntas. A micropolítica trata do campo das forças, do que insiste em permanecer velado, subterrâneo, enquanto a macropolítica trata das formas, do que se dá facilmente à nossa percepção, e é justamente pelo fato de que esses modos são inseparáveis que nos interessa a análise da *micropercepção*. Ela irá nos interessar, precisamente, porque no campo da arquitetura e do urbanismo somos “treinados” a ver os espaços como formas, reduzindo o espaço a essa dimensão macro, como se nele apenas encontrássemos macropolítica.

favelas, ou às cidades partidas promovidas pelos condomínios difundidos pelo *new urbanism* e as consequências decorrentes de tais práticas. O professor, muitas vezes, age como o cliente, aquele que encomenda os projetos fixando os temas a serem tratados. Por vários momentos, a escolha pelos temas são demandas recorrentes em outras localidades e amplamente publicadas na mídia, mas que não constituem demandas reais nos contextos desses futuros arquitetos urbanistas. Essas posturas desencarnadas nos remetem novamente à disseminação de um saber mais comprometido com o distante idealizado a despeito das singularidades do entorno imediato. E as custas desses procedimentos, a arquitetura subsiste como uma profissão refém das arcaicas tipologias disciplinares, de clientes conservadores, interesses e utopias privadas, sustentada pelo espólio de um passado glorioso e pela frivolidade de celebridades instantâneas. A escola se coloca como «mera» reprodutora e aliada ao mercado das especulações imobiliárias, do capital.

Podemos concluir que essa postura desencarnada da academia, dos arquitetos urbanistas docentes desperdiçam o fecundo espaço da escola como um lugar para discussões, embates, confrontos, invenções, reações e proposições engajadas no mundo real. Não se trata de deixarmos de estar comprometidos com os processos capitalistas para tornarmos paternalmente defensores de uma arquitetura e urbanismo dos pobres economicamente ou comprometidos com utopias irrealizáveis, mas de assumirmos a escola enquanto lugar de negociação em busca de propostas mais diversas onde os diferentes habitantes, coletividades, comunidades possam encontrar proposições inclusivas para os seus mais diversos problemas arquitetônicos e urbanos.

Infelizmente de modo recorrente observamos na formação desses profissionais que as correlações entre saber, poder e subjetividade são fragilizadas em função de uma supremacia do saber (erudito, único) frente às demais forças constituintes da vida cotidiana.

Trata-se de não compactuarmos com os interesses escusos do CMI, nem de assumirmos um exílio tecnicista e/ou estetizante, mas construirmos singularidades, saberes moleculares internos à subjetividade molar. Assim, estaríamos reassumindo a dimensão emancipadora fundante de um campo do saber, do poder e de subjetividades

(nas esferas macro e micro) que se propõem construir habitações, cidades, objetos de uso cotidiano e simbólico.

“[...] Mais radicalmente, impõe-se a pergunta: que possibilidades restam de criar laço, de tecer um território existencial e subjetivo na contramão da serialização e das territorializações propostas a cada minuto pela economia material e imaterial atual? Como reverter o jogo entre a valorização crescente, ativos intangíveis tais como inteligência, criatividade, afetividade e a manipulação crescente violenta da esfera subjetiva? Como detectar modos de subjetivação emergentes, focos de enunciação coletiva, territórios existenciais, inteligências grupais que escapam aos parâmetros consensuais, às capturas do capital e que não ganharam ainda suficiente visibilidade no repertório das cidades? Há alguns anos no Brasil eram visíveis configurações comunitárias diversas, ora ligadas à Igreja, ora ao Movimento dos Sem Terra, ou provenientes de movimentos reivindicatórios e estéticos diversos, como o hip-hop, ou mobilidades de “inclusão às avessas” proporcionada pelas gangues de periferia, mantendo com as redes hegemônicas graus de distância ou enlacs diversos.” (PÁL PELBART, 2003:22).

Não vemos em geral os arquitetos urbanistas reinventando seus saberes e deixando-se afetar pelos movimentos micropolíticos como os citados acima, re-engendrando assim novas posturas. Vale evidenciarmos que os movimentos acionados pela Igreja, as ações dos Sem Teto, assim como as táticas das gangues são todos movimentos diretamente relacionados à apropriação e ou conflitos territoriais estando diretamente vinculados ao nosso espectro de interesse e atuação. A dissociação entre as relações de saber, poder e subjetivação ou a ênfase no saber a despeito das forças de poder e subjetividade nos processos de formação disciplinar, acadêmica acabam por gerar práticas profissionais descomprometidas e alienadas em relação à vida real. Então, não é dizermos que a formação acadêmica e as práticas profissionais dos arquitetos urbanistas abortam as relações entre saberes, poderes e subjetividades posto que esses dois últimos alastram-se por todos os campos das nossas existências. Mas, é necessário ressaltarmos que ao recortar o saber imaculado no exercício acadêmico deixamos com que poderes e subjetividades adentrem sem serem indagados, problematizados, passam incólumes a nos ditarem suas demandas as quais respondemos de maneira veementemente alienada, desencarnada.

Evidenciamos também que esses poderes e subjetividades que adentram o campo acadêmico e posteriormente a vida profissional desses futuros arquitetos são de ordem molar, macro, hegemônicos e respondem aos interesses do CMI. Podemos de certa maneira entrever as causas das intervenções em favelas, por exemplo, se pautarem

geralmente nos decalques da cidade formal em territórios opacos constituídos e gerenciados por dinâmicas tão diversas das intervenções propostas pelos arquitetos urbanistas. O que nos permite vislumbrar que as causas desses modos desencarnados de projetar e construir estejam atrelados também à disseminação de saberes descolados das dinâmicas das subjetividades singularizadas e dos micropoderes constituintes dessas realidades, ocultados de nossas formações escolares por tendências homogeneizadoras e hierarquizantes. Abordarmos a arquitetura e o urbanismo como área do conhecimento, de saber, pressupõe que as formas de expressão (o que se diz sobre o que os outros disseram) e as formas de conteúdo (o que se vê e o que os outros viram), são permeadas de relações de poderes que acabam por direcionar, afetar e exprimir a própria subjetividade através de agenciamentos de enunciação e agenciamentos maquínicos.

Não atribuímos o devido valor aos fluxos do poder (no sentido macro e micro) acaba por contribuir para a descontextualização e desencarnamento dos saberes, da produção de subjetividades dos arquitetos urbanistas. Relacionarmos e imbricarmos saberes, poderes e subjetividades atualizados nas esferas molares e moleculares é pensarmos em arquiteturas e cidades nas e para as realidades concernidas. Por mais perversas que sejam as forças de poder e as subjetividades em jogo, resguardar o saber enquanto categoria imaculada a ser reproduzido nas escolas de arquitetura é retirá-lo do jogo real das circunstâncias. Talvez esse desencarnamento e distanciamento do saber nos indiquem algumas das causas do refúgio estetizante e formalista do qual se ocupam tanto a formação quanto as ações de arquitetos urbanistas atuais.

O saber tutelado e hegemônico é muitas vezes reproduzido sem as devidas atualizações e contextualizações produzindo-se, assim, por parte desses profissionais propostas anacrônicas, adequadas a outras realidades/distanciadas, uma vez que desconsideram os atores, as subjetividades singularizadas, os micro e macropoderes em cena. De certo modo, esta demasiada estetização responde à subjetividade e macropoderes disseminados pelas correntes urbanísticas contemporâneas, correspondem às demandas produzidas pela subjetividade do CMI/ Capitalismo

Mundial Integrado, alimentam as necessidades da sociedade do espetáculo⁷⁷. Essas posturas desencarnadas estão comprometidas com os macropoderes e com a subjetividade molar promovida pelo CMI, donde podemos concluir que as proposições convirjam para a homogeneização e para o consensual. Uma vez orientadas por saberes que não são afetados pelas diversidades das subjetividades e dos poderes na qual o mundo se apresenta é que a eleição de categorias projetuais/dispositivos a se repetirem indefinidamente a despeito da especificidade das demandas e do meio se justificam. Tábula rasa, olhar demiúrgico são redundantes quanto a um olhar sempre vertical, totalizante e privilegiado hierarquicamente – o arquiteto ao estilo “miguelangeliano”⁷⁸, o autor demiurgo que trabalha para o Príncipe, que se vale de uma linguagem técnica hermética, que se vale de argumentos paternalistas e renuncia as intervenções de outrem.

Na formação dos arquitetos urbanistas ao associarmos o saber às componentes subjetivas e às forças de poder a atuarem em diferentes situações estaríamos contribuindo para uma produção crítica da arquitetura e das cidades afetadas inexoravelmente pelos macropoderes luminosos e pelas grandes forças da subjetividade capitalista, mas também se abrindo para a construção de outras territorialidades, agenciamentos e outros saberes. Mas o que se vê, na maioria das vezes, é que para quaisquer circunstâncias as estratégias projetuais seguem homogêneas subsidiadas por saberes tutelados (minimamente reciclados ou requalificados), mas não atualizados ou flexibilizados em consonância com as

⁷⁷ “[...] A “sociedade - espetáculo” é o mundo das pseudo-necessidades, o mundo da economia do consumo, o mundo do espaço-tempo da “*monotonia imóvel*”, o mundo em que o viver tornou-se uma representação caricata da própria forma-mercadoria, enfim, o mundo em que o valor de troca das mercadorias acabou por dirigir o seu uso”. (DEBORD, 1997: 33) - a mercadoria como o centro absoluto da vida social (GOMBIN, 1972: 82). O movimento do ser para o ter, degradando-se ainda mais, no movimento do “*parecer*” ter (JAPPÉ, 1999: 19). Ou seja, o espetáculo é a afirmação ulterior de um outro momento da reificação social, a confirmação da “*baixa tendencial do valor de uso*”, em que a “*fabricação ininterrupta de pseudo-necessidades*” impõe a lógica da contemplação passiva sobre o todo social (DEBORD, 1997: 33-35). [...] O espetáculo como a absolutização da mercadoria na vida social impõe a esta não só o absoluto da reificação, mas também a negação de um tempo histórico que veja na sua irreversibilidade intrínseca a caracterização do sentido da experiência social. O espetáculo paralisa o sentido social da história e da memória, o espetáculo é a tradução da falsa consciência do tempo (DEBORD, 1997: 108).

⁷⁸ Em 1977, o historiador e crítico de arquitetura Michel Argon, publicou o livro panfleto “*L’architecte, le prince et la démocratie*”, no qual combate as posturas do arquiteto ao estilo “miguelangeliano”.

diferenças que assolam e também fazem respirar o mundo contemporâneo. A possibilidade de se deixar atravessar o saber por relações de poder (não simplesmente por um único e soberano saber molar) e pelas subjetividades singularizadas em jogo para cada realidade que se anuncia e para com a qual os arquitetos urbanistas precisam se implicar abala essa homogeneidade, esse estado consensual.

A absorção desse saber molar, único e como “verdade” faz-se em consonância com a subjetividade hegemônica do CMI, mas também por desatenção e por mecanismos automáticos de reprodução e naturalização de saberes no âmbito da formação desses profissionais. Ressaltamos que em sua maioria as grades curriculares são ainda de matriz modernista. Um consenso evita a compreensão crítica da arquitetura e urbanismo modernos como um projeto político, cooptando-o simplesmente como um repertório formal inofensivo. E esse projeto moderno eternizado na Bauhaus segue aguardando atualizações e adaptações, suas fraturas explicitam nos dias atuais a crônica incapacidade dos arquitetos urbanistas de se confrontarem com o mundo como hoje ele se anuncia.

“[...] Se podermos nomear nossa Atualidade uma *megarrede heterogênea* onde não há estratos determinantes, nela não caberia procurar o fio de Ariadne em busca de uma visão totalizante. A infinitude de variáveis em jogo nos convida a exercer aqui uma certa miopia: ao deter-se neste ou naquele ponto singular, deixar ressoar a megarrede em toda a sua diversidade. Afinal, o que somos hoje senão fragmentos espalhados por essa miríade de linhas, aninhados em seus entroncamentos, seduzidos por suas bifurcações e ramificações? Por que então essa insistência em buscar no espelho do mundo apenas o reflexo opaco de nosso rosto demasiadamente humano? Talvez já pudéssemos abrir mão dessa miragem. Mais do que nunca, vemo-nos enlaçados pela heterogeneidade a mais estrangeira, a mais avessa, simplesmente inumana. Ao ver roubado nosso reflexo, estaríamos mesmo perdidos?” (PÁL PELBART, 2003: 13).

Vemos escolas se protegendo da multiplicidade do mundo (não mais absolutamente moderno), como também os profissionais se esquivando de assumir posturas incorporadas, reativas e inventivas diante das problemáticas que a eles se apresentam. Dentro e fora da academia se protegem numa couraça desencarnada, ora como resolvedores de problemas, ora como cumpridores passivos de tarefas. Não estamos legislando em nome de uma “irresponsável” e “pretensiosa” “desconstrução” de saberes edificados ao longo de muita história e trabalho, mas sim da sua problematização e não simplesmente de sua reciclagem ou requalificação. Faz-se

preciso que outras variáveis sejam colocadas contundentemente e criticamente em jogo a contaminar esses saberes, na maneira como são reproduzidos e tematizados nos ateliês de projeto dentro da academia e nas práticas projetuais da vida corrente.

2.4 Estratificações e linhas de fuga: o aparelho de Estado e as máquinas de guerra.

No âmbito acadêmico, nas formações dos arquitetos urbanistas, o saber reproduzido é afetado intensamente pelos macropoderes, poderes tutelados constituídos pelas forças molares e em escala infinitamente menor pelos micropoderes, forças singulares que infiltram nesse quadro macropolítico. Saber, poder e subjetividade são indissociáveis, mas interessa sabermos que tipo de poderes e subjetividades está em jogo. Se são poderes molares e macros que trabalham enquanto hegemonia, no sentido de manterem a reprodução desses saberes em zona de tranquilidade ou se são forças moleculares na direção de desestabilizá-los. Observamos nas instituições de ensino que o saber difundido está contundentemente comprometido com os macropoderes políticos, sociais, econômicos constituindo a subjetividade dominante nesse campo. Esses macro-poderes, numa visão pós-estruturalista⁷⁹ estão associados à noção de aparelho de estado.

“[...] O aparelho de estado é um agenciamento concreto que efetua a máquina de sobre-codificação de uma sociedade. Essa máquina, por sua vez, não é, portanto o próprio Estado é a máquina abstrata que organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade, as línguas e os saberes dominantes, as ações e sentimentos conformes, os segmentos que prevalecem sobre os outros. A máquina abstrata de sobre-codificação assegura a homogeneização dos diferentes segmentos, sua convertibilidade, sua traduzibilidade, ela regula as passagens de uns nos outros, e sob que prevalência. Ela não depende do Estado, mas sua

⁷⁹ O pós-estruturalismo comporta conceitos filosóficos que desloca o foco da *estrutura* (suposto fundamento das ciências humanas) para o campo ontológico da *diferença*. A consequência seria a renúncia de um saber previamente fundamentado e garantido pela aplicação do método estrutural em nome do reconhecimento de uma abertura contínua da teoria. Essa abertura é exigida em razão do próprio jorro de diferença que permeia a realidade. Daí a necessidade de permanente reavaliação crítica dos discursos e dos métodos de apreensão da realidade. Na contracorrente do estruturalismo, o pós-estruturalismo objetivou desestabilizar os significados das estruturas. Já o estruturalismo ambicionava um método seguro para a compreensão dos “sistemas de diferenças”, mediante um jogo de oposições binárias no interior de estruturas (econômicas, históricas, políticas, estéticas), percorrendo, assim, o vasto quadro combinatório das diversas esferas sociais de atuação humana.

eficácia depende do Estado como do agenciamento que a efetua em um campo social. (DELEUZE; PARNET, 1998:151).

Deleuze reafirma as colocações de Foucault sobre as relações entre saber, poder e subjetividade hegemônica com o aparelho de Estado.

“[...] O que diz Foucault é verdade, que toda formação de poder tem necessidade de um saber, do qual, no entanto, não depende, mas que, ele próprio, não teria eficácia sem ela. Ora, esse saber utilizável pode ter duas figuras: ou uma forma oficiosa, tal como se instala nos “poros”, para fechar determinado buraco na ordem estabelecida; ou então uma forma oficial, quando ele constitui por si mesmo uma ordem simbólica que dá aos poderes estabelecidos uma axiomática generalizada. Por exemplo, os historiadores da antiguidade mostram a complementariedade cidade gregageometria euclidiana. Não que os geômetras tenham poder, mas porque a geometria euclidiana constitui o saber, ou a máquina abstrata, da qual a cidade precisa para a sua organização de poder, de espaço e de tempo. Não há Estado que não tenha necessidade de uma imagem do pensamento que lhe servirá de axiomática abstrata, e à qual ele dá, em compensação, a força para funcionar.” (DELEUZE; PARNET, 1998:104).

A vida e seus mecanismos entram nos cálculos explícitos do poder e do saber, enquanto esses se tornam agentes de transformação da vida⁸⁰. A geometria euclidiana funcionou/funciona como uma máquina abstrata a organizar o espaço social, sob as condições do agenciamento concreto do poder da cidade. Ao longo da história erudita da arquitetura e do urbanismo, as instâncias do pensamento e do fazer fornecem aparelhos de poder, à Igreja, ao Estado, ao Capitalismo, o saber que lhes convinham/convém. A urbanística moderna equipou o aparelho de Estado com saberes relacionados às noções de racionalismo, sistema, ordem binária, pragmatismo, eficiência, produtividade, competência. Arquitetos e urbanistas, no final do século XIX construíram saberes em torno de classificações tipológicas inequívocas e científicas. A hegemonia do saber científico em tempos modernos resvalou nos modos de se habitar, nas maneiras de construir cidades, no entendimento do urbanismo⁸¹ como ciência autônoma, assim como reverberou em ações nos mais

⁸⁰ Esses aspectos entre saber, poder e vida fundamentam o conceito de biopolítica desenvolvido por Foucault.

⁸¹ A representação do espaço infinito com uma técnica de princípios matemáticos e físicos, numa ordem em que cada objeto possui seu lugar exato surgiu no Renascimento. Entretanto, somente na virada do século XIX para o século XX é que esse desenho racionalizado do espaço que servia também para ordenar as cidades e seus monumentos se revestiu com um caráter científico, com pretensões de prever e ordenar o futuro das cidades, surgindo assim o urbanismo.

diversos campos da vida. Na condição cultural moderna o saber científico se demonstrou dominante em detrimento do saber filosófico e do saber artístico.

Saber, poder e subjetividade se atravessam e refletem-se na forma urbana, bem como agem sobre a formação dos arquitetos urbanistas. O que podemos perceber com raras exceções é que os poderes que passam pelos saberes disseminados no meio acadêmico estão atrelados aos diagramas de força constituídos pelo aparelho de Estado. Esses poderes são de natureza molar sendo afetados em escala consideravelmente inferior se as forças que estão em evidência são as máquinas de Guerra, ou seja, aquelas que agem molecularmente e que trabalham a favor do devir-outro.

“[...] Indivíduos ou grupos, somos feitos de linhas, e tais linhas são de natureza bem diversa. A primeira espécie de linha que nos compõe é segmentária, de segmentaridade dura, molar (ou antes, família, profissão, trabalho, escola). Em suma, todas as espécies de segmentos bem determinados, em todas as espécies de direções, que nos recortam em todos os sentidos, pacotes de linhas segmentarizadas. Ao mesmo tempo, temos linhas de segmentaridade bem mais flexíveis, de certa maneira moleculares. Não que sejam mais íntimas ou pessoais, pois elas atravessam tanto as sociedades, os grupos quanto os indivíduos. Elas traçam pequenas modificações, fazem desvios, delineiam quedas ou impulsos: não são, entretanto, menos precisas; elas dirigem até mesmo processos irreversíveis.”(DELEUZE; PARNET, 1998:146).

Passam por essa segunda espécie de linhas moleculares, devires, microdevires, as máquinas de Guerra. Se as linhas molares estão relacionadas ao Aparelho de Estado, ao pensamento hegemônico, um estado que concerne a todos, em determinada data, em determinado lugar, já as linhas moleculares são linhas de fissura e não coincidem com os grandes cortes segmentários (crise econômica, quebra da bolsa, advento da arquitetura e do urbanismo modernos em ruptura com os pensamentos predecessores, o sucesso do cinema que substitui o romance) são cortes, cada segmento marca ou pode marcar um corte diferentemente das linhas moleculares, micropolíticas, linhas de fissura e de infiltração, linhas do devir, máquinas de guerra.

Percorrendo essa perspectiva de análise, as linhas duras, molares são segmentos que dependem de máquinas binárias (máquinas binárias, duais – de classes sociais, de

sexos, homem-mulher, de idades, criança-adulto, de raças, branco-negro, de setores, público-privado, de subjetivações). Esses segmentos implicam também (dispositivos de poder, diversos entre si, fixando os seus setores e territórios). Já para as linhas moleculares o estatuto difere completamente. Os segmentos não são os mesmos nesse caso, as máquinas abstratas também não são as mesmas.

“[...] As máquinas binárias já não têm poder algum sobre o real, não porque o segmento dominante (determinada classe social, determinado sexo...) mudasse, tampouco porque mistos do tipo bissexualidade, mistura de classes se impuseram: ao contrário, porque as linhas moleculares fazem correr, entre os segmentos, fluxos de desterritorialização que já não pertencem nem a um nem a outro, mas constituem o devir assimétrico de ambos, sexualidade molecular que já não é a de um homem ou de uma mulher, massas moleculares que já não têm o contorno de uma classe, raças moleculares como pequenas linhagens que já não respondem às grandes oposições molares.” (DELEUZE; PARNET, 1998:153).

Não se trata, portanto, de um terceiro que vem sempre de outra parte e atrapalha a binaridade de ambos, não se inscrevendo nem em sua binaridade⁸², nem em sua complementaridade. A binaridade é arranjada em aparelhos de Estado e as linhas moleculares infiltram, criam fissuras, desestabilizam a ordem, os saberes, os poderes, as subjetividades concernidas, codificadas e sobrecodificadas.

No âmbito da nossa formação no campo molar do saber, o exercício do pensamento se conforma, com os objetivos do aparelho de Estado, com a subjetividade hegemônica, com os macropoderes, com as exigências da ordem estabelecida. Nessa instância, a informação se desenvolve como poder, impõe sua imagem conforme a transmissão das palavras de ordem e a organização das redundâncias. Em tempos modernos, a máquina binária é uma peça importante dos aparelhos de poder. A imagem do pensamento binário, para os pós-estruturalistas é a árvore.

“[...] Há todo o tipo de caracteres na árvore: ela tem um ponto de origem, germe ou centro; é máquina binária ou princípio de dicotomia, com suas ramificações que repartem e se reproduzem perpetuamente, seus pontos de

⁸² A binaridade ou dualidade são termos que designam uma estrutura de classificação dividida exaustivamente em duas classes, conjuntos, grupos e as relações entre essas se marcam pela oposição, são estruturadas pelo conflito. Muitos mitos, filosofias, teorias sociais postulam a divisão do cosmo, da natureza ou da sociedade em partes antagônicas e complementares: bem/mal, espírito/matéria, classe dominante/proletários, formal/informal, identidade, alteridade, etc.

arborescência; é eixo de rotação que organiza as coisas em círculo, e os círculos em torno do centro; ela é estrutura, sistema de pontos e de posições que engendram todo o possível, sistema hierárquico ou transmissão de comandos, com instância central e memória recaptuladora; tem um futuro e um passado, raízes e cume, toda uma história, uma evolução, um desenvolvimento; ela pode ser recortada, conforme cortes ditos significantes à medida que seguem suas arborescências, suas ramificações, suas concentricidades, seus momentos de desenvolvimento.” (DELEUZE: PARNET, 1998:35).

Na perspectiva moderna, o poder é arborescente, existem poucas disciplinas que não passam por esquemas de arborescência. Deleuze (1998) sublinha que um problema escolar, acadêmico não é apenas a esterilização das disciplinas, mas antes, o esmagamento, o abafamento de tudo que se passa exterior ou à margem do plano de imanência construído pelo aparelho de Estado. Mesmo assim, existem linhas que não se reduzem ao trajeto de um ponto e escapam da estrutura, linhas de fuga, devires. A linha de fuga é uma desterritorialização. Nesse sentido, fugir não está relacionado a renunciar às ações, mas fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vazar. Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia. Já o estruturalismo diz respeito a um sistema de pontos e de posições, que opera por grandes cortes significantes e não por crescimentos, ao invés de seguir as linhas de fuga, traçá-las, prolongá-las em um campo social. (DELEUZE: PARNET, 1998)

Os agenciamentos⁸³ atuam na multiplicidade e comportam tanto linhas molares/de segmentaridade dura/binária quanto moleculares.

“[...] Uma sociedade, mas também um agenciamento coletivo se define, antes de tudo, por suas pontas de desterritorialização, seus fluxos de desterritorialização. As grandes aventuras geográficas da história são

⁸³ Um exemplo a ser citado acerca do conceito de agenciamento no nosso campo - é a crise urbana causada pela revolução industrial que impõe à nova cidade moderna e capta a ferramenta no agenciamento complexo: urbanismo. Nessa perspectiva, há em um agenciamento ao menos duas cabeças: *estado de coisas* (estados de corpos, que se penetram, se misturam, se transmitem afetos) e também *enunciados*, regimes de enunciados (onde os signos se organizam de uma nova maneira, outras formulações aparecem, um novo estilo para novos gestos), assim os enunciados são peças no agenciamento. Urbanizar? É a maneira indissolúvel que um agenciamento é, a um só tempo, agenciamento maquínico de efetuação e agenciamento coletivo de enunciação. Na enunciação, produção de enunciados, não há sujeitos, mas sempre agentes coletivos; e daquilo de que o enunciado fala, não se encontrará objetos, mas estados maquínicos. (DELEUZE; PARNET, 1998). [...]“*Os agenciamentos não nos parecem, de poder, mas sim de desejo, sendo o desejo sempre agenciado, e o poder, uma dimensão estratificada do agenciamento*”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995:98-99) O agenciamento social (maquínico) de desejo tem uma natureza horizontal e uma vertical. No contexto do capitalismo e da modernidade, os indivíduos estão engajados em vários “processos lineares” (passionais no eixo horizontal): casa, escola, associações, empresa, etc.

linhas de fuga, ou seja, longas caminhadas, a pé, a cavalo, ou de barco: a dos hebreus no deserto, a de Genserico, o Vândalo, atravessando o Mediterrâneo, a dos nômades através da estepe, a longa caminhada dos chineses – é sempre sobre uma linha de fuga que se cria, não, é claro, porque se imagina ou se sonha, mas, ao contrário, porque se traça algo real, e compõe-se um plano de consistência. Fugir, mas fugindo, procurar uma arma. Não se deve entender essa primazia das linhas de fuga cronologicamente.” (DELEUZE; PARNET, 1998:159).

Apesar das linhas de fuga, de desterritorialização, moleculares, constituírem-se em fluxos reais, é recorrente a referência a essas tendo a “guerra” como metáfora. As linhas de fuga, fluxos dos devires são máquinas de guerra contra o aparelho de Estado, trata-se dos micropoderes infiltrando na macropolítica, emaranhado de linhas molares e moleculares. Deleuze e Guattari seguem afirmando que a Guerra não é uma metáfora. E afirmam: a máquina de guerra tem uma natureza e uma origem bem diferente do aparelho de Estado. A máquina de Guerra teria sua origem nos pastores nômades, contra os sedentários imperiais. Essa origem implica numa organização aritmética, em um espaço aberto onde os homens e os bichos se distribuem por oposição à organização geométrica de Estado que reparte um espaço fechado (mesmo quando a máquina de guerra se relaciona com uma geometria muito diferente da do Estado, uma espécie de geometria arquimediana, uma geometria dos “problemas” e não dos “teoremas” como a de Euclides). Inversamente, o poder de Estado não repousa sobre a máquina de guerra, mas sobre o exercício das máquinas binárias que nos atravessam e da máquina abstrata que nos sobre-edifica. A máquina de guerra trabalha a partir do segredo, enquanto o aparelho de Estado opera a partir da publicidade. A máquina de guerra vem de fora, lançando-se sobre um Estado já desenvolvido e que não a comportava. (DELEUZE; PARNET, 1998).

Aparelho de Estado e máquinas de Guerra não pertencem e não se constroem sobre as mesmas linhas. O aparelho de Estado pertence às linhas duras e de segmentaridade chegando mesmo a condicioná-las ao efetuar sua sobrecodificação. Já as máquinas de guerra seguem as linhas de fuga vindas do deserto, do fundo da estepe e penetrando no império. Tanto o aparelho de Estado quanto as máquinas de guerra constroem dispositivos. Segundo Deleuze (1996) vivemos e agimos sempre em dispositivos atravessados por linhas de diferentes naturezas. Dispositivos não constituem sistemas homogêneos, mas traçam processos em desequilíbrio. Saber, poder e subjetividades não são, portanto, instâncias definidas, e sim cadeias de variáveis, como já havia

enunciado Foucault. Um dispositivo é sempre percorrido por curvas de visibilidade e por curvas de enunciação, como “máquinas de fazer ver e de fazer falar” e comporta também linhas de subjetivação que através de agenciamentos podem criar o novo.

“[...] Cada máquina abstrata pode ser considerada, também, um “Platô de variação” que coloca em continuidade variáveis de conteúdo e de expressão, as quais atingem seu mais elevado grau de relatividade. Todavia essas características não impedem que “a” máquina abstrata possa servir de modelo transcendente, em condições muito particulares. Relacionado com esta noção de máquina abstrata, dois grandes agenciamentos antropomórficos e aloplásticos devem ser considerados: a “máquina de guerra” e o “aparelho de Estado”, esclarecendo que a máquina de guerra não tem por si mesma a guerra por objeto, mas passa a tê-la, necessariamente, quando ocorre uma apropriação desta máquina pelo aparelho de Estado.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997: 230).

2.5 Suposições quanto as posturas desencarnadas dos arquitetos urbanistas

Talvez possamos compreender que as posturas dos arquitetos urbanistas contemporâneos encontram-se duplamente desencarnadas. Pois, vinculada exclusivamente à ordem molar, aos macropoderes, ao aparelho de Estado, a subjetividade hegemônica aborta em seus escopos a associação e a abordagem de micropoderes, singularidades periféricas, emergentes na contemporaneidade, fazendo-se assim à revelia da pluralidade, dos movimentos urbanos, cotidianos tal qual se apresentam na realidade das cidades. Essa formação e visão centralizada no aparelho de Estado resvalam numa “cegueira” em relação às máquinas de Guerra, as forças moleculares cotidianas responsáveis pela construção de parte considerável das nossas cidades. Esse olhar e interesse unilateral acabam por reduzir, recortar o campo de ação desses profissionais que poderiam se lançar num espectro mais amplo do conhecimento e de experiências, na direção de se colocarem como construtores de novos saberes e não somente de reprodutores de saberes já instituídos e reconhecidos. Estamos nessa tese mais uma vez defendendo uma formação plural e mestiça desses profissionais.

Nessa direção, essa seria a primeira suposição que nos levaria a relacionar as posturas desses profissionais à noção de desencarnação: alienação em relação à multiplicidade de poderes e subjetividades (macro e micro) e demais potencialidades inerentes a qualquer vida urbana. Reiteramos que as críticas aqui desenvolvidas têm por alvo a

formação desses profissionais enfocando principalmente o seu desenrolar no interior dos ateliês de projeto de arquitetura e urbanismo no âmbito acadêmico.

Geralmente a formação do arquiteto urbanista insiste numa percepção de mundo em sua instância molar e não em suas singularidades, mas nas classificações e etiquetas conceituais a ela aderidas. Esse reconhecimento limitado, molar das coisas, do mundo é imprescindível para nos situarmos nele e mais do que isso, para garantirmos nossa sobrevivência e é sobre esse quadro que construímos nossa subjetividade enquanto arquitetos urbanistas. Mas essa visão por demais recortada têm consequências no plano do saber e do fazer remetendo ao encobrimento das diferenças e das sinuosidades que caracterizam, por fim a própria realidade do mundo. É nesse sentido que nos referimos nessa tese ao desencarnamento para adjetivar as posturas e modos de ações adotados por muitos dos arquitetos urbanistas contemporâneos.

Adentremos a segunda suposição acerca do desencarnamento empreendido nessa tese. Se considerarmos que a formação erudita dos arquitetos urbanistas se dá afinada com os poderes hegemônicos e com os saberes dominantes no âmbito da subjetividade molar, no nosso caso, atrelado à subjetividade capitalista e ao aparelho de Estado contemporâneo, percebemos que as noções que orientam a formação desses profissionais estão associadas à subjetividade moderna revelando uma desatualização ou uma defasagem em relação aos aspectos que engendram a contemporaneidade. As categorias que orientam as formações desses profissionais nos dias de hoje estão centrados nos conceitos de pensamento binário, unicidade, organismo, pirâmide, verticalidade, verdade, idealização, homogeneidade donde podemos reconhecer sua relação e compasso com a concepção moderna do mundo. Na contemporaneidade desenvolvem-se outras características.

“[...] O ponto de partida é um diagnóstico inequívoco: estamos no tempo do Império⁸⁴. O império é uma nova estrutura de comando, em tudo pós-moderna, descentralizada e desterritorializada, correspondente à fase atual do capitalismo globalizado. O Império, diferentemente do imperialismo, é sem limites nem fronteiras, em vários sentidos: engloba a totalidade do

⁸⁴ A referência ao “Império” advém da obra de mesmo nome escrita pelo pensador e militante italiano Toni Negri juntamente com o filósofo americano Michael Hardt. (NEGRI, A.; HARDT, M. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, 2001.)

espaço do mundo, apresenta-se como fim dos tempos, isto é, ordem a - histórica, eterna, definitiva, e penetra fundo na vida das populações, nos seus corpos, mentes, inteligência, desejo, afetividade. Totalidade do espaço, do tempo, da subjetividade. Jamais uma ordem política avançou a tal ponto em todas as dimensões, recobrando a totalidade da existência humana. No entanto, esse poder já não se exerce verticalmente, desde cima, de maneira piramidal ou transcendente. Sua lógica, em parte inspirada no projeto constitucional americano, é mais “democrática”, horizontal, fluida, esparramada, em rede, entrelaçada ao tecido social e a sua heterogeneidade, articulando singularidades étnicas, religiosas, minoritárias. O império coincide com a sociedade de controle, tal como Deleuze e Foucault, a havia tematizado.” (PÁL PELBART: 2003, 81).

Em substituição aos dispositivos disciplinares que antes diagramatizavam a nossa subjetividade moderna, surgem novas modalidades de controle. Em lugar do espaço esquadrihado pela família, escola, hospital, prisão, fábrica, tão característicos do período moderno, a sociedade de controle funciona através de dispositivos e agenciamentos de monitoramento mais difusos, flexíveis, ondulantes, incidindo diretamente nas três ecologias (social, mental, ambiental). Negri e Hardt (2001) assinalam que Marx já falava de uma “subsunção” real do trabalho ao capital, assim como a escola de Frankfurt tematizou a “subsunção” da cultura. Trata-se na subjetividade contemporânea da “subsunção” da economia, da cultura e também do biossocial a um poder que assim engloba todos os elementos da vida social, mas é um domínio que produz algo muito paradoxal, e nada linear, pois ao invés de unificar tudo, cria um meio de pluralidade e de singularização não domesticáveis (NEGRI; HARDT, 2001). Trata-se da biopolítica. Nessa perspectiva, esse termo deixa de estar prioritariamente relacionado ao poder e à sua racionalidade refletida tendo por objeto a população passiva. Ao mover-se de sua significação predominantemente biológica, expande-se para tornar-se cada vez mais uma virtualidade molecular e coletiva, afetiva e econômica. Biopolítica no sentido foucaultiano do poder sobre a vida, mas também como a potência da vida, poder de afetar e ser afetado. Fratura-se a linearidade moderna da divisão corpo/mente, individual/coletivo, público/privado, a vida ao mesmo tempo se pulveriza e se hibridiza, se moleculariza e se totaliza. Na esteira de Negri que por sua vez percorreu os estudos de Foucault diz-se que:

“[...] Definir o Império como regime biopolítico implica esse duplo sentido: significa reconhecer que nele o poder sobre a vida atinge uma dimensão nunca vista, mas por isso mesmo nele a potência da vida se revela de maneira inédita. Muito cedo, o próprio Foucault intuiu a natureza desse paradoxo: aquilo mesmo que o poder investia – a vida – era precisamente o que doravante ancoraria a resistência a ele, numa reviravolta inevitável. [...] é a multidão, e não o Império, em última

instância, que cria, gera e produz novas fontes de energia e de valor que o Império tenta modular, controlar, capitalizar. [...] a lógica imperial do pós-moderno, com seu espaço liso e desterritorializante, removeu os últimos obstáculos para a subsunção real e total da sociedade ao capital. Foram varridos com isso os Estados-nação, a separação público/privado, a sociedade civil, instituições com função de mediação, e como nunca o biossocial foi sequestrado. Mas com isso, ao mesmo tempo, essa lógica pôs a nu as sinergias de vida, os poderes virtuais da multidão, o poder ontológico da atividade de seus corpos e mentes, a força coletiva de seu desejo, e por conseguinte a possibilidade real de ela reapropriar-se dessa sua potência”. (PÁL PELBART; COSTA, 2003:83-85).

Seria interessante que arquitetos urbanistas reavaliassem seus modos de pensar e agir, uma vez que as potências contemporâneas variam suas formas e reinventam suas coordenadas de enunciação. Concluímos que os dispositivos e agenciamentos que fundamentam nossa prática relacionam-se de certo modo com a subjetividade contemporânea, mas mais amplamente com a subjetividade moderna. Parece-nos que as categorias, estratégias e posturas utilizadas não se atualizaram, comprometendo-se mais com a sua reciclagem ou mesmo com a sua mera reprodução.

Há uma defasagem na compreensão do mundo mesmo se tomado em seu aspecto molar, hegemônico. Nessa direção, em função dessa visão unilateral mesmo na relação com o aparelho de Estado talvez as noções de estetização, tecnicismo enquanto fetiche, abordagem demiúrgica dos contextos, redução de visão crítica e passividade sejam sintomas ou refúgios onde a arquitetura e a urbanística erudita se alojem atualmente. Daí ensaiarmos afirmar esse duplo desencarnamento nas atitudes e modos de ações dos arquitetos urbanistas contemporâneos.

Nessas direções, estamos “fatiando” ou recortando nossas possibilidades de ações nas realidades, nas cotidianidades. E se privilegiamos as ações associadas ao aparelho de Estado, ordem molar, nos referenciamos a uma visão de mundo desatualizada, por demais moderna no seu estado idealizador, purista e formalista. E se esse recorte molar deixa a desejar por sua falta de diálogo com nossa atualidade, ele novamente se apresenta reducionista por sublimar a abordagem das esferas micro, moleculares que também carregam saberes, poderes, subjetividades e que constroem cidades a despeito de nossos interesses e intervenções. Então, ao falarmos na introdução dessa tese das posturas desencarnadas dos arquitetos urbanistas contemporâneos nos referíamos às relações da nossa formação acadêmica e suas consequências na realidade levando-se

em consideração a sua fundamentação vinculada aos macrosaberes e macropoderes, ao aparelho de Estado ficando à margem dessa formação profissional, as minúsculas, porém numerosas relações das multidões na feitura de arquiteturas e cidades. Ambas as abordagens podem nos levar à noção de desencarnamento de que diz respeito as nossas formações e práticas.

2.6 Pensamento molar e revoluções moleculares

Certamente que os poderes e subjetividades do CMI adentram nossas academias e modelizam nosso campo de trabalho, nos lançam encomendas – o poder invade todo o campo social – haja vista os empreendimentos arquitetônicos e urbanísticos demandados pelo planejamento estratégico, pelo *new urbanism* ou pelo urbanismo *extra-large* dentre outros. Mas vemos os arquitetos urbanistas assumindo junto a essas forças capitalistas posturas passivas, reacionárias, cumpridoras de encomendas, estetizantes, estilísticas, espetaculares, monumentais, cenográficas, decorativas, genéricas. Poderíamos ser indagados se diante das atrocidades, miséria e horror, que o capital nos coloca, não nos caberia muito a fazer, uma vez que esses empreendimentos imobiliários estão comprometidos somente com o lucro. Faz-se necessário um entendimento mais amplo das forças que constituem essa ordem molar, os macropoderes do aparelho de Estado e encontrar na sua atualidade novas maneiras de construirmos nossos saberes e subjetividades. Observamos os arquitetos urbanistas em seus ateliês de projetos e nas academias agindo com pouca mobilidade, esquivando-se dos revides e invenções entre os saberes produzidos pelo aparelho de Estado, pelo pensamento molar do momento e as circulações de ideias e práticas moleculares propagadas pelas máquinas de Guerra.

“[...] Se na modernidade a resistência obedecia a uma matriz dialética, de oposição direta das forças em jogo, com a disputa pelo poder concebido como centro de comando, com as subjetivações identitárias dos protagonistas definida pela sua exterioridade recíproca e sua complementariedade dialética, o contexto pós-moderno, suscita posicionamentos mais oblíquos, diagonais, híbridos, flutuantes. Talvez a função da própria negatividade, na política e na cultura, precise ser revista. Certas dinâmicas urbanas (nomadismos sociais, novos corpos, redes sociais de autovalorização, êxodo e evacuação de lugares de poder) exemplificam essa mudança na lógica da resistência, indo além das figuras clássicas da recusa.” (PÁL PELBART, 2003:136)

Essa necessidade de atualização das estratégias projetuais, ainda modernas, difundidas nas escolas deveria contar com os conhecimentos teóricos e técnicos adentrando, atravessando e provocando o ensino nos ateliers de projeto. É preciso compreender e dar o necessário valor e poder à crítica como instrumento e ferramenta para o fazer arquitetônico e urbanístico atualizado e contextualizado. Teoria e prática ainda são trabalhadas como dois blocos que não se fundem, não se misturam, não se indagam, não se deixam afetar um pelo outro – vive-se numa zona de autonomia onde ambos preservam seus saberes.

Não por acaso, a formação acadêmica desses profissionais, assim como o aparelho de Estado têm um olhar para as massas em detrimento da noção de multidão no âmbito dos macropoderes, das forças dominantes que determinam as maneiras de existir. Abordar o outro como “massa” é enxergá-lo como homogeneidade e não como diversidade na direção que a multidão nos leva. Se o nosso outro, aquele para quem projetamos e construímos, é abordado enquanto “massa” homogênea, os espaços, arquiteturas e cidades que demandam também padecem dessa repetição, espaços consensuais. Há uma redundância nas posturas dos arquitetos urbanistas contemporâneos em relação aos modos de ações desencarnados.

2.7 Cooptações e capturas mútuas

A subjetividade dos arquitetos urbanistas está associada aos saberes constituídos molares, hegemônicos, onde os exemplos são infindáveis como os já citados e os que ainda serão explorados nessa tese, mas também pelos fluxos do devir, forças moleculares das máquinas de guerra infiltrando no aparelho de Estado, mas em menor escala. Como exemplo disso, podemos citar as experiências vividas pelos moradores das favelas de Brás de Pina e Catacumba no Rio de Janeiro nos anos sessenta. A primeira ligada à ideia de máquina de guerra infiltrando e enfraquecendo o aparelho de Estado e a segunda relacionada a cooptação de máquinas de guerra pelo aparelho de Estado.

O relato a seguir reproduz a fala do arquiteto urbanista carioca Carlos Nelson Ferreira dos Santos engajado nos processos de urbanização de favelas e avesso às propostas de

remoção. Relata Carlos Nelson – a favela da Catacumba estava na Bacia da Lagoa no Rio de Janeiro. Em 1968, logo após o Congresso da Federação das Associações de favelados do Estado da Guanabara, foi feita uma reunião naquele local, para discutir a posição dos moradores em relação ao seu futuro. Estavam presentes representantes de todas as favelas ameaçadas. Combinava-se como resistir à remoção. Havia um modelo, pois em 1964 houve uma favela que se recusou a obedecer às ordens de erradicá-la, em uma época em que ninguém no Brasil desobedecia a nada. Foi uma reação tão inédita e inesperada que surtiu efeito. Não se efetivou a violência. Tratava-se de Brás de Pina⁸⁵, que como uma máquina de guerra, ao resistir “com o desejo de urbanizar sim” contra a vontade “de remoção” ditada pelo aparelho de Estado acabou recebendo um plano pioneiro de urbanização e que, certamente assegurou um pequeno lugar na história do desenvolvimento urbano brasileiro.

Já na favela da Catacumba também no Rio de Janeiro a luta de Brás de Pina foi tomada como modelo. Decidiu-se que se faria o que já tinha feito lá e que as táticas e

⁸⁵ As favelas começaram a surgir no fim do século 18, com a demolição maciça de cortiços para eliminar focos de epidemias e liberar áreas valorizadas da cidade ocupadas por essas habitações. A solução encontrada pelos moradores -- escravos libertos, migrantes rurais e imigrantes europeus -- foi construir barracos nos morros da cidade. "A partir da década de 1920, a expansão das favelas tornou-se incontrolável e ocupou morros próximos aos bairros habitados pela elite. Começou a tomar forma a estrutura vista em poucas cidades do mundo: a combinação de enorme distância social e grande proximidade física." (PUGLIESE:2002). No caso do Rio de Janeiro, em 1937 foi criado pela prefeitura um código que previa a erradicação das favelas e alocação dos moradores em "habitações proletárias". Mas a construção de casas populares foi insuficiente. Entre 1947 e 1960, duas tentativas de urbanização das favelas partiram de grupos ligados à Igreja Católica. Ambas implantaram melhorias em serviços básicos e foram apoiadas por um órgão oficial - o primeiro a tratar de urbanização de favelas. No entanto, esse órgão perdeu espaço com a troca de governo. A partir de 1962, durante o governo Carlos Lacerda, a política em relação a favelas voltou a ser a de remoção. Foram construídos novos conjuntos habitacionais, geralmente em áreas muito distantes dos locais de trabalho, o que aumentava os gastos com transporte, além do custo extra com as prestações da casa. Uma favela, a de Brás de Pina, resistiu à força às tentativas de remoção, o que chamou a atenção de um grupo de arquitetos recém-formados, a Quadra (Carlos Nelson Ferreira dos Santos era um dos integrantes desse grupo), que passou a apoiar os moradores na urbanização do local. Em 1966, Negrão de Lima assumiu o governo estadual com novas idéias em relação às favelas. Foi criada em 1968 a Companhia de Desenvolvimento de Comunidade (Codesco) que, ao lado da Quadra, realizou em Brás de Pina um projeto inovador, pautado nos desejos dos moradores e com sua participação efetiva. As intervenções na área aproveitaram investimentos já feitos pelos moradores, como aterros e passarelas. Foram implantados serviços de infra-estrutura e construídas casas de alvenaria, segundo projetos dos próprios moradores, que obtiveram ainda a posse das terras. Atualmente, Brás de Pina está integrada ao bairro de mesmo nome. O trabalho conjunto da Quadra e da Codesco terminou ao fim do mandato de Negrão de Lima, em 1970, mas foi muito importante por legitimar a urbanização *in loco* como solução possível. Em Brás de Pina, moradores e governo trabalharam juntos. Cabia ao poder público a construção de redes de água, esgoto e iluminação, e às próprias famílias a construção de suas casas. Os arquitetos e economistas da Codesco ajudavam na elaboração dos projetos e no financiamento do material. Tudo num exemplo de democracia para tempos de ditadura e remoção.

estratégias (fervor e decisões) seriam as mesmas. O que aconteceu em seguida foi a prisão dos líderes que estimulavam a resistência e a advertência aos moradores para que se mudassem pacificamente e “com boa cara”. E, até que provem o contrário, assim foi registrada a saída de todos. O que fez as histórias de Brás de Pina e da Catacumba terem finais distintos? No depoimento de Carlos Nelson:

“[...] não foi por menor coragem ou menor esforço. O que acontece é que a população da Catacumba só possuía como referência o que se havia passado em Brás de Pina e tentou repetir tudo. O Governo não tinha novas armas e não se deixou surpreender uma segunda vez. Quem fabricou e entregou as tais armas fomos nós, os técnicos e pensadores. Produzimos para o Governo a memória que os favelados não tiveram condições de guardar. É através da memória que são possíveis reflexões. A análise de dados, de relatos de situações, resulta nas teorias que se ensinam nas universidades, que inspiram os órgãos de Governo e embasam os conselhos políticos que determinam o desenvolvimento das cidades. E por falar em poder, aí está um: o de saber o que os outros não sabem e com isso comandar programas e planos inacessíveis para leigos.” (SANTOS, 1984:103).

Talvez o depoimento do urbanista seja passional por esse ter estado contundentemente envolvido com esses movimentos urbanos tanto na Catacumba quanto em Brás de Pina. O que justifica a inserção desse exemplo diz respeito às relações intrínsecas entre poder e saber, seja no âmbito de uma micropolítica ou na sua esfera macro. Seja como aparelho de Estado ou como máquina de Guerra, seja numa perspectiva colonizadora ou emancipadora, essa relação de forças está sempre posta. É oportuno reinterar que o saber é uma categoria atravessada pelos poderes e pelas subjetividades em jogo, uma poderosa “arma” a ser utilizada como no exemplo citado e desdobrado na análise do urbanista Carlos Nelson. Ressaltamos que aparelho de Estado não está necessariamente relacionado somente ao Governo, apesar de no exemplo citado encarnarem a mesma figura.

As linhas de fuga não agem cronologicamente e concomitante aos processos de desterritorialização por elas deflagrados podendo dar início aos processos de reterritorialização. Com os processos de reterritorialização iniciam-se as acumulações dessas reterritorializações, é quando se destacam uma “classe” que dela se beneficia particularmente, iniciando os processos de homogeneização e sobrecodificação, conjunções de fechamento e totalizações. Enfim, voltam-se as linhas molares, as estabilizações, a hegemonia, o aparelho de Estado. Os saberes e estratégias usadas

pelos técnicos, arquitetos urbanistas e moradores de Brás de Pina constituíram-se em máquinas de Guerra. Infiltraram-se molecularmente no aparelho de Estado, aqui encarnado no próprio governo e conseguiram através de uma micropolítica que a remoção não acontecesse. Nesse sentido, podemos falar de uma desterritorialização dos saberes dos moradores e principalmente dos técnicos. O Estado quando da operação na Catacumba se apoderou, e se equipou dos saberes investidos na experiência anterior em Brás de Pina. Dizemos que esses saberes foram reterritorializados, voltaram ao território da ordem estabelecida, a ordem molar. Podemos nos remeter a um processo de cooptação das linhas de fuga, das forças moleculares em um jogo de duplo revide.

Apesar de isolada, Brás de Pina foi a primeira, e talvez a mais corajosa e bem sucedida experiência na direção de urbanização de favela no Brasil. Ocorreu em 1968, em plena ditadura militar pela CODESCO, comandada por Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Exemplo do que nesse estudo nomeamos de modos de ações incorporados. Em 1994 o programa Favela-Bairro da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, foi o primeiro a sistematizar de fato a urbanização das favelas cariocas (com a ajuda financeira do BID⁸⁶). Podemos seguir especulando se a experiência em Brás de Pina se configura enquanto máquina de guerra, e que o programa favela - bairro é uma institucionalização dessa pelo aparelho de Estado, se analisamos tais experiências sob o ponto de vista não só de uma política urbana, mas sobretudo sob o viés dos projetos arquitetônicos e urbanísticos elaborados hoje por profissionais dentro dos diversos programas de urbanização de favelas. Tais projetos são decalques⁸⁷ da cidade formal. Sob a realidade opaca, seguem estratégias desencarnadas na relação com as realidades das favelas, numa perspectiva completamente contrária às táticas incorporadas pelos moradores em Brás de Pina e pelos técnicos da CODESCO. Hoje, as intervenções nos vários projetos Favela-Bairro operam como aparelho de Estado a partir da publicidade, ao contrário da experiência em Brás de Pina, onde se trabalhou a partir do segredo na perspectiva das máquinas de guerra. Da experiência de Brás de Pina e Favela-Bairro assim como

⁸⁶ BID/ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

⁸⁷ O decalque na teoria de Deleuze e Guattari (1995) remonta a ideia da reprodução sem fim (repetição do mesmo). O decalque volta sempre ao mesmo, é um modelo que organiza, estabiliza, quebra as multiplicidades e, dessa forma, cessa o movimento.

dos diversos programas de urbanização de favelas hoje desenvolvidos em várias capitais brasileiras vemos posto em ação o exercício de cooptação, institucionalização, planificação da máquina de guerra pelo aparelho de Estado. Voltamos a esclarecer que não criticamos a urbanização de favelas como proposta urbanística, mas sim a subjetividade dos projetos arquitetônicos que sob uma perspectiva desencarnada⁸⁸ não se deixa afetar pela singularidade desses territórios exorcizando a ideia de agir na direção de uma aleatoriedade urbana. Esquadrinhados pelos saberes hegemônicos estratificados e sobrecodificados à exaustão, esses profissionais encontram-se muitas vezes ensimesmados numa relação do Mesmo com o Mesmo, mas se nessa relação autofágica introduz-se o Outro, esse instala a dissimetria. Então, o infinito da alteridade encarnada pelo Outro (comunidade favela) devasta a inteireza do sujeito arquiteto urbanista, fazendo ruir sua identidade centrada e isolada, abrindo-a para uma exterioridade irrevogável, num inacabamento constitutivo. Vemos que para a elaboração dos projetos de urbanização de favelas as ferramentas projetuais hegemônicas e desencarnadas estão a postos: olhar vertical e demiurgo, tábula rasa, decalque, estetização, processos de construção exógenos, dentre outros dispositivos de saber e poder.

As cidades sempre se propuseram como campos de disputa de poder. De *polis* fez que saísse *política*. Nesses contextos, fica evidente a existência de muitos agenciamentos, enunciados, dispositivos e a necessidade de ajustá-los. Colocados uns diante dos outros, esses tiveram que ser decodificados, outros sobrecodificados e digeridos de qualquer maneira. Essa noção da cidade como campo de disputa de poder transparece no cotidiano. Em nenhum outro terreno o poder está tão à vontade. O meio urbano é, em si, um agenciamento coletivo de enunciação. A cidade...

“[...] segue sua sintaxe própria. Cada termo das orações urbanas busca seu posicionamento correto. O problema é saber se existe ou não uma sintaxe perfeita e quem é o dono da gramática. Muita gente boa acredita que tal realmente existe e que ela corresponde a uma ordem idealizada, boa para todos. Não percebem que o paraíso da utopia só é divino para quem o

⁸⁸ Esses arquitetos urbanistas através de suas práticas tradicionais, em geral, lutam nesses contextos exatamente contra os movimentos pré-existentes, com a finalidade de estabelecer uma pretensa ordem formalista na cidade. A reprodução acrítica dos postulados projetuais em arquitetura e urbanismo principalmente nas favelas, na cidade informal, age no sentido de buscar acabar com as potencialidades imanentes do já existente, fixa normas por antecipação, inibe ações imprevistas e, sobretudo, impede uma participação efetiva e real da população concernida.

descreve com rigidez, tendo o cuidado de eliminar tudo o que desagrade.”
(SANTOS, 1984:103)

Um sequestrador de avião, um movimento feminista, Maio de 68 e as ações dos moradores de Brás de Pina dentre outros são exemplos de explosões de linhas moleculares; são máquinas de Guerra.

A organização militar é uma organização de fuga, até mesmo a que Moisés dá a seu povo, não porque ela consiste em fugir de alguma coisa, sequer em fazer o inimigo fugir, mas porque ela traça, em toda parte por onde passa, uma linha de fuga ou de desterritorialização que se confunde com sua própria política e sua própria estratégia. Nessas condições, um dos problemas mais consideráveis que será colocado ao Estado será o de integrar a máquina de guerra na forma de exército institucionalizado, o de fazer dela uma peça de sua polícia geral. Pode acontecer de a máquina de guerra deixar-se apropriar pelo Estado quando ela o conquista. Há sempre uma tensão entre ambos.

“ [...] Se não há história do ponto de vista dos nômades, embora tudo passe por eles, a ponto deles serem como os números ou o irreconhecível da história, é porque são inseparáveis desse empreendimento de abolição que faz com que os impérios nômades se dissipem como que por si só, ao mesmo tempo em máquina de guerra ou se destrói, ou passa para o serviço do Estado.” (DELEUZE; PARNET, 1998:166)

Conversão, destruição, autodestruição, cooptação... eis os riscos que correm as linhas de fuga, as máquinas de guerra.

2.8 Acerca da subjetividade hegemônica dos arquitetos urbanistas

Sabe-se que o movimento moderno e no nosso caso específico, no recorte da arquitetura e do urbanismo, o pensamento hegemônico confunde-se com o aparelho de Estado por onde circulam os segmentos duros, as linhas molares, os dispositivos de poder, as máquinas binárias e suas forças de sobrecodificação. Até mesmo estas não são dadas prontas, fazem-se a todo o momento no intuito de sobrecodificar saberes, poderes, subjetividades dominantes.

As rupturas ou a questão da revolução nunca foi espontaneidade utópica ou organização de Estado vêm de linhas de fuga, de desterritorializações e de seu confronto com a ordem soberana estabelecida. Não se trata, por um lado, de tomar por saberes, poderes e subjetividades dominantes de um Estado globalizante, mestre de seus planos e que constroem suas armadilhas, e de outro lado as forças de resistência que vão adotar a forma do Estado, admitindo a possibilidade de se traírem e traírem aos outros e/ou admitindo a possibilidade de serem, abafadas e derrotadas. É sobre diferentes linhas de agenciamentos complexos que os poderes hegemônicos conduzem suas experimentações, por mais pragmáticas que se façam parecer, não deixam de proceder suas injeções empíricas. Seguem dizendo Deleuze e Guattari (1995) que no interior de suas experimentações surgem também experimentadores de outra espécie, frustrando as previsões, traçando linhas de fuga ativas, procurando a conjugação dessas linhas, precipitando sua velocidade e lentidão, criando pedaço por pedaço o plano de consistência.

“[...] Dos conceitos citados como constituintes do pensamento dominante no campo da arquitetura e do urbanismo, o de Máquina abstrata, talvez, seja o que mais diretamente se relaciona com os saberes teóricos e isso, em decorrência do papel que os mesmos desempenham tanto na formação quanto nas ações profissionais de arquitetos urbanistas, as quais são sobrecodificadas pelos saberes e poderes hegemônicos.” (MAGNAVITA, 2006:10).

Os "dispositivos de poder" (as instituições) disciplinam os diferentes segmentos sociais, produzem saberes também específicos, que são codificados. Para cada saber, a sobrecodificação consiste em sistematizar, regular as relações daquilo que foi codificado. Portanto, o conjunto sobrecodificado de enunciados constitui uma máquina abstrata⁸⁹.

De regra, nas instituições de ensino, ainda nos dias correntes, talvez por influência moderna, os conjuntos de disciplinas ministradas não deixam de ser "máquinas

⁸⁹ “[...] Não existe a máquina abstrata que seriam como ideias platônicas, transcendentais e universais, eternas. [...] Contrariamente ao que se passa nos estratos, e também nos agenciamentos considerados sob seus outros aspectos, as máquinas abstratas ignoram as formas e as substâncias. Por isso são abstratas, mas também é esse o sentido rigoroso do conceito de máquina. As máquinas excedem toda mecânica. Opõem-se ao abstrato no seu sentido mais ordinário. As máquinas abstratas consistem em *matérias não formadas e funções não formais*. Cada máquina abstrata é um conjunto consolidado de *matérias-funções (phylum e diagrama)*”. (DELEUZE; GUATTARI, 1997:227).

abstratas axiomáticas binárias", pois a forma de pensar se encontra no plano de imanência(aquele que orienta o pensamento) adota o modelo da "árvore/estrutura", o repertório conceitual clássico/moderno (Identidade, Unidade, Totalidade, Continuidade, Ordem, Organismo, Estrutura, etc.) e a lógica que instrumentaliza esse pensamento é a lógica binária e ainda, partem de axiomas (não de problemas). Todo esse pensamento clássico que ainda orienta a formação desses profissionais movimenta-se a partir de relações de causa e efeito. (MAGNAVITA, 2006).

Essas máquinas axiomáticas traduzem muito bem as posturas desencarnadas da maioria de docentes e "pesquisadores" que reproduzem os conhecimentos através de "metodologias" que resultam, geralmente da forma de pensar arborescente estruturada na lógica binária de uma "ciência régia", expressando um saber tutelado pelos poderes hegemônicos que ditam as linhas mestras da forma de pensar. Há no âmbito da subjetividade molar a necessidade de criar modelos a serem reproduzidos e seguidos.

Toda máquina abstrata remete a outras máquinas abstratas: elas são inseparavelmente políticas, econômicas, científicas, artísticas, ecológicas, cósmicas – perceptivas, afetivas, ativas, pensantes, físicas e semióticas. Dentro de cada agenciamento, a máquina abstrata ou as máquinas abstratas efetuam-se em formas e substâncias com estados de liberdades variáveis. Mas, é preciso, simultaneamente que a máquina abstrata se componha e componha um plano de consistência. Sobre essas, Deleuze e Guattari exemplificam (máquinas abstratas - Einstein, máquina abstrata-Webern, mas também Galileu, Bach ou Beethoven, e podemos no nosso campo incluir máquinas abstratas Corbusier, Niemeyer, Choay, etc.) para dizer que essas são datadas e nomeadas. Não que remetam a pessoas ou a momentos efetuentes; ao contrário são os nomes e as datas que remetem às singularidades das máquinas, e a seu efetuado. (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

A máquina abstrata não se refere a uma pessoa (o sujeito Corbusier), mas este arquiteto urbanista é que se refere às agitações molares, moleculares pelas quais sua arquitetura/urbanística (sua prática-pensamento) foi afetada. Mas uma *máquina abstrata* pode tanto produzir mutação e singularidade quanto estratificação, molaridade e sobrecodificação. Depende das linhas de desterritorialização e de reterritorialização que a atravessam. Assim, há máquinas que *abrem* agenciamentos

(liberam partículas, produzem singularidades, geram encontros inesperados e sínteses disjuntivas e inexplicáveis) e que *fecham* agenciamentos (realizam totalizações, homogeneizações, estratos classificatórios etc.).

Essa noção de máquina abstrata relacionada a momentos e datas e não a pessoas é que permitiu que a máquina abstrata Corbusier estivesse associada ao que nessa tese denominamos por modos de ações desencarnados e ao mesmo tempo libera o arquiteto urbanista Le Corbusier para adotar modos de ações incorporados a momentos do seu exercício profissional. A máquina abstrata corbusiana criou e agenciou dispositivos arquitetônicos e urbanísticos planejadores projetados e construídos a partir de uma abstração de homem ideal e carregadas de noções de padronizações e uniformizações. Constituiu-se enquanto resposta ao desejo de criar padrões, uma solução industrial à construção de uma arquitetura em grande escala para indivíduos afetados por guerra, pelo crescimento das cidades, que morriam de frio, populações imersas em realidades bastante assimétricas. A máquina abstrata Corbusier adquire uma conotação de desencarnamento nessa tese por se propor a agenciar a construção de arquiteturas e cidades para um homem idealizado, abstrato, “novo”, buscando eliminar as diferenças e conflitos da cidade moderna. Essa postura característica da máquina Corbusier carrega e sintetiza postulados, paradigmas, posturas pensadas e disseminadas por um conjunto de atores, poderes, subjetividades, saberes as quais o próprio Corbusier transgrediu, apesar do seu pensamento ao longo de sua vida estar engajado na máquina abstrata moderna que carrega seu nome. Exemplo dessas transgressões podem ser identificadas nas suas perambulações pelas favelas do Rio de Janeiro onde se deparava com o avesso do homem desencarnado “Modulor”⁹⁰ – homens e mulheres incorporados de vida cotidiana, fazendo-se na lida com a vida miúda do dia-a-dia e seus arranjos sociais, arquitetônicos, urbanos.

⁹⁰ Entre 1942 e 1948, Le Corbusier desenvolveu um sistema de medição que ficou conhecido por «Modulor». Baseado na razão de ouro e nos números de Fibonacci e usando também as dimensões médias humanas (dentro das quais considerou 183 cm como altura standard), o Modulor é uma sequência de medidas que Le Corbusier usou para encontrar harmonia nas suas composições arquiteturais. A aplicação dessas proporções pode ser vista em diversos de seus edifícios. Para Le Corbusier, a forma artística é resultado lógico do “problema bem formulado”: os navios a vapor, os aviões, cuja forma corresponde exatamente à função, são belos como o Partenon. Le Corbusier encontrará a fórmula: o homem como medida de todas as coisas, a medida humana, o Modulor. Le Corbusier propõe colocar como medida o homem ideal, Modulor, a despeito do homem real das ruas.

Em 1929, durante sua primeira viagem ao Brasil, Le Corbusier registrou com lápis colorido o cotidiano das favelas cariocas. Na estilização rápida e graciosa emerge a vida tranquila da gente simples num habitat harmonioso. O casario homogêneo e simples assenta-se sem conflitos no território. Nesses momentos incorporados, o arquiteto depara-se com questões ligadas às diferenças individuais no lugar do coletivo ideal. Certamente que as posturas promovidas por Le Corbusier estiveram muito mais relacionadas aos modos de ação nomeados nessa tese de desencarnados. O exemplo é citado a fim de reiterarmos a afirmativa deleuziana de que as máquinas abstratas são nomeadas e datadas, mas que não dizem respeito a pessoas, mas a um conjunto de agenciamentos e dispositivos investidos em determinadas realidades geográficas e históricas. Assim, podemos reconhecer Le Corbusier adotando posturas incorporadas a despeito da potência da máquina abstrata que leva seu nome.



FIGS.9 e 10: Desenhos de Le Corbusier registrando uma favela no Rio de Janeiro. Fonte: Corbusier, 1929.

É nesse sentido que no âmbito dessa pesquisa o conceito de máquina abstrata assume um interesse especial, uma vez que essas exprimem ou carregam em si, considerando os agenciamentos de enunciação e maquínicos, os saberes codificados e sobrecodificados produzidos e reproduzidos pelas instituições de ensino no campo da arquitetura e do urbanismo. As máquinas abstratas não param de trabalhar umas nas outras, o que qualificam os agenciamentos. No caso aqui focado, as máquinas abstratas sobrecodificadas ou axiomáticas, são as que realizam as totalizações, homogeneizações, conjunções de fechamento. Tais conjunções criam bloqueios, axiomas, em relação aos fluxos do devir. O poder axiomático ou teoremático subtrai todas as operações das condições da intuição para convertê-las em verdadeiros conceitos intrínsecos ou categorias. (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

“[...] Elas (as disciplinas acadêmicas), como expressão do pensamento, de regra, aderem às diretrizes conceituais das próprias instituições de ensino, as quais como instituições de poder (“dispositivos”), relevam aspectos que são de regra consoantes com os poderes hegemônicos e constituem máquinas abstratas sobrecodificadas, as quais são, também, denominadas de máquinas abstratas axiomáticas. Elas operam em “Espaços estriados” (sedentários), e se caracterizam por sua vocação de consolidar e reproduzir conhecimentos, exigindo-se competência, palavra-chave na apropriação dos saberes estabelecidos. Nessa reprodução de conhecimentos, ocorrem, mudanças, todavia, trata-se apenas de variações de grau, não de natureza, pois, de fato, não ocorrem desterritorializações, linhas de fuga da territorialidade constituída pelos agenciamentos de descodificação dos meios e subsequentes sobrecodificações. Essas máquinas axiomáticas traduzem muito bem as posturas da grande maioria de docentes e “pesquisadores” que reproduzem com muita competência os conhecimentos através de “metodologias” que resultam, de regra, da forma de pensar arborescente estruturada na lógica binária de uma “ciência régia”, expressando um saber tutelado pelos poderes hegemônicos que ditam as linhas mestras da forma de pensar.” (MAGNAVITA, 2006:11).

Poderíamos nos perguntar hoje quais são as máquinas abstratas de sobrecodificação que se exercem em função das formas do aparelho de Estado contemporâneo. Sendo que entende-se por sobrecodificação um plano de organização que dispõe sempre de uma dimensão suplementar. A educação do sujeito, a harmonização da forma, a espetacularização dos modos de vida, a busca pelo consenso não param de obcecar nossa cultura, de inspirar as segmentações, as planificações.

“[...] Sobre a linha de segmentaridade dura, deve-se distinguir os *dispositivos de poder* que codificam os segmentos diversos, a *máquina abstrata* que os sobrecodifica e regula suas relações, o *aparelho de Estado* que efetua essa máquina.” (DELEUZE; PARNET, 1998:151).

Assim, a partir dessas conjunções podemos correlacionar o saber molar, “maioria”, hegemônico, sedentário da disciplina acadêmica da arquitetura e do urbanismo responsável em grande parte pela formação e práxis dos profissionais desse campo como sendo máquinas abstratas axiomáticas binárias. No âmbito das máquinas abstratas de ensino estão diretamente vinculados aos seus domínios/axiomas: o conteúdo das ementas, programas, metodologias, grades curriculares, diretrizes onde são elencados conceitos, paradigmas, regras, funções, percepções, construindo a partir dessas maneiras de pensar e conseqüentemente estratégias de intervenção no ambiente construído. Daí, partem hoje em dia os modelos, as posturas demiúrgicas, hierarquizadas, estetizantes, binárias, arborescentes que dominam grande parte das maneiras de pensar, assim como as práticas dos arquitetos urbanistas. Vale ressaltarmos que o plano de imanência (conceitos) que são sobrecodificados em

axiomas e que direcionam as formações e ações desses profissionais não são “mais” compatíveis com a complexidade da vida contemporânea vista em sua multiplicidade de subjetividades, não abordam o mundo como uma heterogeneidade.

As máquinas abstratas axiomáticas ou sobrecodificadas operam em espaços estriados, sedentários e caracterizam-se por consolidar e reproduzir conhecimentos tutelados pelos saberes, poderes e subjetividades hegemônicas.

2.9 Lisos, estriados, nômades, sedentários

Podemos dizer que a nossa formação disciplinar e acadêmica está, atrelada a dois modos de pensar coexistentes. De um lado, o pensamento que corresponde ao «Espaço estriado» ou sedentário, codificado e sobrecodificado sob a égide de regras pré-estabelecidas e noções de previsibilidade que se reproduz no tempo sequencial (*Cronos*) e do outro, o pensamento que atua no «Espaço liso» ou nômade que pressupõe a máquina de guerra, a qual não se deixa sobrecodificar pelo poder em voga, que rejeita os processos usuais e dominantes em busca de novas e outras territorialidades na direção de um *Devir-outro*.

No caso aqui focado, as máquinas abstratas sobrecodificadas ou axiomáticas, são as que realizam as totalizações, homogeneizações, conjunções de fechamento Ponto, mapa, esquadrinhamento, progresso, direcionamento, modelização, repetição, ordenação, imposição, previsibilidade dentre outras são ideias que se relacionam ao saber dominante ou à subjetividade hegemônica dos arquitetos urbanistas contemporâneos. Tal saber advém de espaços estriados, saberes sedentários. Seguindo os escritos de Deleuze e Guattari (1997) vimos que os saberes sedentários (molar, maioria) se entrecruzam continuamente. Quanto mais regular é esse entrecruzamento, tanto mais cerrada é a estriagem, mais o espaço tende a tornar-se homogêneo. É nesse sentido que a homogeneidade encontra-se associada ao caráter final da estriagem ou a forma limite de um espaço estriado por toda parte. Torna-se oportuno relacionarmos essa questão com a homogeneidade e o consenso, características das cidades formais/ com as cidades do pensamento único, com os espaços construídos pela incidência do saber erudito e hegemônico que dita os modos de se pensar dos arquitetos

contemporâneos e que se parecem cada vez mais entre si. Talvez padronização, uniformização, semelhança sejam sintomas urbanos do excesso de estriagem; redundância dos saberes tutelados se repetindo à exaustão.

Compreendemos ou nos arriscamos a dizer que a subjetividade dos arquitetos urbanistas passa por planificações, por processos excessivos de sobrecodificação de seus saberes chegando a uma exaustão, uma debilidade, um desencarnamento. Isso porque viram demais, ouviram os mesmos discursos reproduzidos, foram atravessados demais, pelo que viram e ouviram, foram estratificados, desfiguraram-se, desfaleceram, desencarnaram. Por isso ser grande demais, eles só podem manter-se permeáveis se forem mantidos em uma condição de fragilidade. Torna-se difícil, pois reivindicar uma incorporação de arquitetos urbanistas pelas realidades concernidas, reivindicar uma liberdade de “seres ainda por nascer” tão cara a arquitetura e ao urbanismo, num corpo extremamente serializado, estratificado, corpo excessivamente musculoso, em meio a uma atlética autossuficiência. Será preciso produzir um corpo morto para que outras forças o atravessem? Para dar passagem a outras forças que um corpo blindado não permitiria? Foucault descreveu a modelagem do corpo moderno, sua docilização por meio de tecnologias disciplinares, que desde a revolução industrial otimizaram a força do homem – e temos ecos disso na formação e nas posturas desencarnadas dos arquitetos urbanistas e que perduram com base nessa herança moderna até os dias atuais. Diante disso, seria necessário retomar o arquiteto urbanista, seu corpo subjetivo e político naquilo que lhe deveria ser mais próprio, seu encontro com a exterioridade, sua condição de corpo afetado pelas forças do mundo. Utilizando como referência Nietzsche, construímos a analogia de que todo sujeito vivo é primeiramente um sujeito afetado, um corpo que sofre de suas afecções, de seus encontros, da alteridade que o atinge, da multidão de estímulos e excitações, que a ele cabe selecionar, evitar, escolher, acolher.

Talvez por herança moderna e conseqüentemente atrelada ao modelo arborescente, a nossa formação disciplinar e exercício prático demonstram-se avessos às desterritorializações. A recusa à desterritorialização, uma marca do modelo arborescente, traria a consolidação que está presente no encerramento como fim

essencial. Este é o saber moderno! Já o processo rizomático⁹¹, aceitando a desterritorialização potencial, demarca-se pelas aberturas. O modelo da árvore está associado à ideia de raiz, fundação, de sedentarização, que pede adesão a uma terra precisa. O rizoma ao desterritorializar não está mais associado a uma terra precisa, mas a um território que passa a ser móvel. Assim, o território está relacionado a um ato de criação, no sentido de que criamos nosso próprio território, já a noção de terra depende de um ato de fundação. Podemos territorializar o que quisermos. Os territórios estão associados à ideia de se estar em casa. Pode ser da ordem do corpo, da casa, da comunidade, da sociedade, do coletivo de arquitetos urbanistas, etc. Traçar um território é marcar distâncias ou demarcar-se dos outros. O mais territorializado não é o mais consolidado, ao contrário, as consolidações, demonstram falta de certeza à constituição de um território. Essa passagem dos *Mil Platôs* de Deleuze e Guattari (1995) é tomada para fazer pensar as correlações entre a dificuldade dos arquitetos urbanistas em experimentarem posturas e modos de ações exteriores aos saberes hegemônicos, tutelados pelo quadro molar mesmo que as realidades nas quais intervenham demandem por construir e/ou reinventarem outros saberes. Ou seja, mesmo que essas realidades se façam elas mesmas por linhas de fuga, por desterritorializações. Como no caso dos assentamentos de sem-teto, de sem-terra ou mesmo dos favelados, as proposições arquitetônicas e urbanísticas estão, em geral, associadas às mesmas respostas dadas às demandas da cidade formal. Ora, está-se diante de agenciamentos complexos construídos por fortes conflitos e respondemos com os mesmos dispositivos, com os mesmos enunciados? O gosto pelo saber sedentário e estratificado prevalece a despeito de sua nomadização. Arriscamos, mais uma vez, nessa tese evidenciar possíveis motes que justificam os modos de ações desencarnados de feitos de arquitetos urbanistas contemporâneos: a sua recusa à desterritorialização fundada no pensamento arborescente moderno, enraizado.

Foucault (FOUCAULT,2005) segue dizendo:

⁹¹ Deleuze e Guattari transformam a metáfora vegetal do rizoma em conceito filosófico, em *Rhizome*, de 1976, retomado mais tarde em *Mil Platôs*, 1995. (*Mille Plateaux*, 1980). Eles se opõem ao modelo arborescente e unitário do pensamento (piramidal), ao sistema árvore-raiz, e propõem outro sistema, baseado na multiplicidade chamado Rizoma. Esse constitui, portanto, uma rede; com ele se quebra a ideia – própria da árvore – de ordem e de hierarquia. Mas, diferentemente de outros tipos de redes, o Rizoma não é simétrico, é heterogêneo, visto que as conexões se fazem por acaso, na desordem. Os pontos de um rizoma não são fixos, deslocam-se, formando linhas, “linhas de fuga” ou de “desterritorialização”.

«[...] O que se coloca nas análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único:que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições; como a origem pode estender seu reinado bem além de si própria e atingir aquele desfecho que jamais se deu – o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite: não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos.» (FOUCAULT, 2005:6).

Para Foucault (2005), a história contemporânea vem transformando os documentos em monumentos. Vale refletirmos seguindo-se esse rastro: a arquitetura absorve tal conceito de história ao tornar digno de estudo e perpetuação não só material, mas também doutrinária as construções e discursos aptos ou disponíveis a transformarem-se em monumentos. Essa perpetuação e direito de existência transcorrem não só no mundo material, mas sobretudo através da legitimidade dada aos «dignos de estudo» e discussão junto a formação dos arquitetos urbanistas. Ao transformar documentos em monumentos não estaríamos mais uma vez atestando nossa vocação para pirâmides? Foucault chama a atenção, ao discutir acerca do conceito de história para o problema de constituir séries.

«[...] De agora em diante, o problema é construir séries: definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir assim, séries de séries, ou «quadros»: daí a multiplicação dos estratos, seu desligamento, a especificidade do tempo e das cronologias que lhes são próprias; daí a necessidade de distinguir não mais acontecimentos importantes (com uma longa cadeia de consequências) e acontecimentos mínimos, mas sim tipos de acontecimentos de nível inteiramente diferente.» (FOUCAULT, 2005:8).

Estão em jogo, acontecimentos breves, outros de duração média, outros de ritmo lento, raros ou acontecimentos repetitivos. Essa abordagem da história através dos acontecimentos em toda a sua diversidade coloca em dúvida as possibilidades de totalização. Na perspectiva foucaultiana tal abordagem da história ocasionou a individualização de séries diferentes, que se justapõem, se sucedem, se sobrepõem, se entrecruzam, sem que se possa reduzi-las a um esquema linear. Uma segunda consequência acerca da história contemporânea enfocada por Foucault e que vale ressaltarmos diz respeito à noção de descontinuidade. A noção de descontinuidade toma lugar importante nas disciplinas históricas. Para a história, em sua forma

clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável; o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos – decisões, acidentes, iniciativas, descobertas – e o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história.

«[...] Um dos traços mais essenciais da história nova é, sem dúvida, esse deslocamento do descontínuo: sua passagem do obstáculo à prática; sua integração no discurso do historiador, no qual não desempenha mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir, e sim o de um conceito operatório que se utiliza; por isso, a inversão de signos graças à qual ele não é mais o negativo da leitura histórica (seu avesso, seu fracasso, o limite de seu poder), mas o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise.» (FOUCAULT, 2005:10).

É interessante deslocarmos essa análise sobre a transmissão de conhecimento para o campo da produção do saber no âmbito da arquitetura e do urbanismo. O descontínuo é escamoteado da nossa historiografia arquitetônica e urbana oficial/erudita, uma vez que rejeita a totalização de uma história encadeada linearmente em movimentos, escolas, autores, grupos porque esse é transversal, micropolítico, menor, marginal, microfísico, singular; encarna os diversos discursos nem sempre consensuais sobre uma mesma ambiência, sobre uma mesma cronologia, ditos vindos de habitantes diversos, engajados em interesses diversos, contraditórios, plurais, mas que constituem a heterogeneidade de qualquer momento histórico, de qualquer comunidade, de qualquer lugar habitado. As emergências de singularidades são «abafadas/escamoteadas» em prol de uma subjetividade primeira, hegemônica, sedentária, molar e consensual que é perpetuada na formação dos profissionais desse campo, descendentes demiurgos, arquitetos ícaros caídos, construtores de monumentos. Para um saber que preza as totalizações - as singularidades surgidas do não consensual ameaçam, criam arestas, fendas e/ou ruídos que são banidos/banalizados do discurso hegemônico a ser reproduzido nas escolas de arquitetura e urbanismo, nas publicações especializadas nesse domínio e também na mídia. É como se estivéssemos habituados a procurar as origens, a reconstituir tradições, a seguir linhas evolutivas eliminando e/ou escamoteando o dissensual. Nas palavras de Foucault é como se «[...] experimentássemos uma repugnância singular

em pensar a diferença, em descrever os afastamentos e as dispersões, em desintegrar a forma tranquilizadora do idêntico.»(FOUCAULT, 2005:13).

«[...] Se a história do pensamento pudesse permanecer como o lugar das continuidades ininterruptas, se ela unisse, continuamente, encadeamentos que nenhuma análise poderia desfazer sem abstração, se ela tramasse, em torno do que os homens dizem e fazem, obscuras sínteses que a isso se antecipam, o preparam e o conduzem, indefinidamente, para seu futuro, ela seria, para a soberania da consciência, um abrigo privilegiado.»(FOUCAULT, 2005:14).

Proteger contra todas as descentralizações, a soberania do sujeito são preocupações constantes desde o século XIX.

«[...] Mais recentemente, quando as pesquisas da psicanálise, da linguística, da etnologia, descentraram o sujeito em relação às leis de seu desejo, às formas de sua linguagem, às regras de sua ação, ou aos jogos de seus discursos míticos ou fabulosos, quando ficou claro que o próprio homem, interrogado sobre o que era, não podia explicar sua sexualidade e seu inconsciente, as formas sistemáticas de sua língua ou a regularidade de suas ficções, novamente o tema de uma continuidade da história foi reativado: uma história que não seria escansão, mas devir; que não seria jogo de relações, mas dinamismo interno; que não seria sistema, mas árduo trabalho da liberdade; que não seria forma, mas esforço incessante de uma consciência em se recompor e em tentar readquirir o domínio de si própria, até as profundezas de suas condições; uma história que seria, ao mesmo tempo ciência ininterrupta e vivacidade de um movimento que acabasse por romper todos os limites.» (FOUCAULT, 2005:15).

O convite é dentre outras questões o de opormos o devir ao sistema, `as totalizações, e às equações de fechamento e consenso – base de sustentação do pensamento moderno sobre a qual está a subjetividade molar dos arquitetos urbanistas. A atenção ao papel da história nessa tese justifica-se, uma vez que percorreremos as linhas de produção da subjetividade, de saberes e poderes no domínio da arquitetura e do urbanismo.

As totalizações acabam por suprimir dos currículos, dos debates e das práticas acadêmicas, os micro-saberes engajados em micropoderes e em subjetividades singularizadas, comprometendo assim, a circulação de ideias heterogêneas. A nossa historiografia constitui-se pelos feitos do aparelho de Estado e escamoteia as experiências das práticas das máquinas de guerra. Basta debruçarmo-nos minimamente sobre as práticas de arquitetos urbanistas engajados com a produção de arquiteturas e urbanidades através de posturas incorporadas numa esfera micropolítica e que se confrontaram com o pensamento dominante no recorte moderno. Seus modos

de ação, pensamentos e práticas não são mencionados nas escolas de arquitetura, salvo raras exceções. Dá-se a impressão de que o postulado, agenciamentos e dispositivos modernos não tenham sido questionados, confrontados e que outras e dissidentes experimentações não tenham sido realizadas. TeamX⁹², situacionistas⁹³ e outras práticas e modos de construção de saberes mundo afora constituíram-se em máquinas de guerra no nosso campo mesmo que cooptadas ou autodestruídas. Esse embate adentra raramente a nossa formação acadêmica. Dá-se assim a falsa impressão aos estudantes de que esses postulados modernos nunca foram, no nosso campo disciplinar, questionados, contra-postos, tensionados e como verdade suprema devem prosseguir definindo nossas posturas frente ao mundo (que nem mais moderno é). Mas, uma vez que o mundo fora da escola, para além dos ateliers de projeto encontra-se em constante mutação e o poder e a subjetividade que adentram esses ambientes «seguem» não sendo atualizados ou problematizados, os estudantes acabam tendo que dar respostas às demandas que os professores colocam com as mesmas ferramentas projetuais, dispositivos que nos concedeu o movimento moderno. Mas, esses dispositivos mesmo que demiúrgicos, utópicos, totalitários e controladores nutriram seu vigor na sua relação com a vida tal como ela de algum modo se apresentava naquele momento. Não estamos desconsiderando a pertinência do discurso dos opositores e dissidentes do movimento moderno até porque suas posturas incorporadas motivaram a escrita dessa tese. Estamos somente evidenciando a

⁹² O Team X constituiu-se por um grupo de jovens arquitetos modernos que iniciaram a crítica aos preceitos dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), principalmente em relação ao urbanismo, ao contestar a famosa Carta de Atenas redigida por Le Corbusier. O Team X propôs, ainda nos anos 1950, recolocar nos projetos o homem real das ruas no lugar do Modulor, homem ideal, de Le Corbusier e dos demais integrantes dos CIAM. As questões das diferenças individuais passaram a ser estudadas no lugar do coletivo ideal. A ideia principal era de devolver a cidade a seus habitantes. O grupo era diversificado, mas tinha a convicção comum de ir contra a doutrina hegemônica modernista. O pensamento e as experiências propostas pelo Team X serão desenvolvidos no Capítulo 3 dessa tese.

⁹³ O pensamento situacionista sobre a cidade ou a Internacional Situacionista constituiu-se por um grupo de artistas, pensadores e ativistas liberados pelo cineasta Guy Débord nos anos 1950 que lutavam contra o espetáculo, a cultura espetacular e a 'espetacularização' em geral, ou seja, contra a não-participação, a alienação e a passividade da sociedade. O principal antídoto contra o espetáculo seria o seu oposto, a participação ativa dos indivíduos em todos os campos da vida social e principalmente naquele da cultura. O interesse dos situacionistas pelas questões urbanas é uma consequência da importância dada por estes ao meio urbano como terreno de ação, de produção de novas formas de intervenção e de luta contra a monotonia, ou ausência de paixão, da vida cotidiana moderna. A Internacional Situacionista pretendia novas propostas de apropriação da cidade por meio da participação ativa de seus habitantes. As proposições dos situacionistas também serão desenvolvidas no Capítulo 3 dessa tese.

atualidade das práticas modernas hegemônicas para quando foram propostas. É como se o mundo transmutasse, mas como o modo de pensar e fazer projetual não se atualiza e em decorrência mantém-se os mesmos dispositivos, ferramentas, metodologias vemos passar de uma estética moderna a uma estetização contemporânea.

Acreditamos que investir numa pedagogia comprometida com a criatividade diante das adversidades é trabalhar para ampliar a nossa formação para além dos ditames hegemônicos. Essa diversidade e entrecruzamentos de poderes, saberes e subjetividades nas diferentes esferas e escalas contribuiria para a formação de arquitetos urbanistas reativos e inventivos e não meros reprodutores de ideias, teorias e ações exaustivamente difundidas. Tais formações molares correm exteriores aos conflitos do cotidiano e num consenso passivo com a hegemonia do CMI. Importa também compreender a miríade sob a qual constitui-se tal hegemonia. Por isso, na introdução dessa tese referimos à desatenção ou à conveniência dos arquitetos urbanistas na reprodução assujeitada e acrítica em relação ao pensamento molar/maioria disseminado pelo CMI.

Essa emancipação e alienação à vida corrente se reflete no uso formal, estetizante, pouco criativo de metodologias, tecnologias, materialidades e suas consequências na construção de paisagens distanciadas, repetidas. Daí nos referirmos a essas posturas como «desencarnadas». Junto a essas totalizações, «verdades», métodos fechados e tutelados vemos os reducionismos e as repetições de toda natureza na construção desses territórios ao contrário de uma autonomia que se faria pela proposição de novas e outras pedagogias projetuais e construtivas a cada problema que a realidade nos colocasse. Essa outra pedagogia ratifica uma postura politicamente emancipadora do purismo canônico no nosso campo, uma vez que a ela subjaz uma vontade por processos educacionais que reflitam num comportamento ativo dos futuros arquitetos urbanistas junto aos seus próprios meios sociais. Trata-se de relacionarmos as coisas, os materiais e operacionalizarmos referências culturais, desejos e necessidades; é uma ação de fazer fazendo e de invenção plástica sobre as referências. Estamos nos remetendo a vasos comunicantes entre determinadas localidades e seus microsaberes, micropoderes, singularidades a circularem por entre a subjetividade hegemônica no campo da arquitetura e urbanismo de caráter globalizante.

No ambiente acadêmico faz-se necessário que o pensamento crítico atravessasse e afete as disciplinas práticas como as teóricas e técnicas. Essas, muitas vezes passam sem serem indagadas quanto a seus modos de “reprodução” de saberes. A franca incorporação dos projetos por uma variada gama de usuários também depende da linguagem do próprio projeto. A potência dessas incorporações está nas maneiras de abordar, fazer conhecer um sítio específico, os processos participativos envolvidos, assim como as estratégias de desenho, de representação, de tecnologias, materialidades e processos construtivos elencados. Sabemos que muitas vezes uma construção arquitetônica pode deflagrar-se a partir de materiais e tecnologias disponíveis e não “incondicionalmente” o seu reverso. Pois, ironicamente, grande parte das cidades brasileiras é edificada por seus construtores/moradores através dos processos de bricolagem. O desenho também não se presta somente como ferramenta prospectiva e de negociação entre arquitetos, urbanistas, engenheiros ou como representação final a ser vista (aprovada ou não pelo cliente), mas constitui também numa potente plataforma relacional e interativa entre arquitetos, urbanistas, técnicos, comunidades, habitantes, a mão-de-obra implicada na construção dessas arquiteturas. Basta explorarmos as estratégias projetuais propostas pela arquiteta Lina Bo Bardi para reconhecermos no desenho uma ferramenta a potencializar os projetos como campo aberto às contribuições e inferências dos envolvidos no trabalho, sejam eles mestres de obra, marceneiros, telhadeiros, serralheiros, bem como a participação da comunidade concernida. A arquiteta atuava diretamente no canteiro, usava tecnologias novas e simultaneamente incorporava a capacidade de elaboração dos próprios pedreiros e dos mestres de obra. Projetar no canteiro e trabalhar as soluções “in loco”, parece ser uma maneira de fundir canteiro e desenhos. Esses fornecem índices das expectativas quanto ao uso e a apropriação do espaço projetado e, através deles compreende-se melhor aquilo que se verifica com a arquitetura em pleno funcionamento. Os desenhos do arquiteto urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos⁹⁴ também nos faz reconhecer nesses um catalisador/ dispositivo pedagógico e de participação popular para os habitantes envolvidos, bem como a relação do arquiteto Sérgio Ferro com os modos de produção de arquiteturas. Há uma equalização, um reinventar de ferramentas, de estratégias, meios, materiais, técnicas a cada novo projeto, colocando-se novamente o problema para resolver a questão.

⁹⁴ Os procedimentos projetuais e construtivos desenvolvidos pela arquiteta Lina Bo Bardi e pelo arquiteto urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos serão apresentados no capítulo 3 dessa tese.

Trata-se de outros procedimentos, outras dinâmicas baseadas numa lógica múltipla, escapando à linearidade com a qual em grande parte os projetos de arquitetura e urbanismo são desenvolvidos. Cada projeto é uma resolução circunstancial. É como se para cada projeto o problema se apresentasse novamente, não seguindo um repertório de soluções e linguagens, liberando tudo para ser reinventado. O projeto não é um mero método a ser seguido de modo a resultar em obras mais ou menos competentes e belas dependendo do virtuosismo do arquiteto em questão. Mas projetar consiste num conjunto de agenciamentos que junta, sobrepõe, contrapõe, aproxima (macro e micropoderes, subjetividades, singularidades, aparelhos de Estado, máquinas de guerra, processos de territorialização, desterritorialização, reterritorializações, máquinas desejanter, saberes estratificados e por vir, devir). Nesse sentido o arquiteto urbano é um aglutinador de vários processos onde seu comprometimento não é somente plástico, mas técnicos, sociais inerentes às suas responsabilidades políticas. Esse engajamento tenaz ao cotidiano, ao contrário do desencarnamento, pretende constituir-se enquanto um processo educacional que se reflita num comportamento ativo da população junto ao seu próprio meio social, ratificando sua postura incorporada, politicamente emancipadora. O que defendemos não diz respeito à eliminação de um conjunto de procedimentos em razão do outro. Não seria razoável pensarmos numa substituição e na adesão integral a um sistema de valores por outro.

Exemplos das correlações entre desenho, projeto, canteiro, produção de arquiteturas, urbanidades podem ser também observadas em projetos de planificações e esquadrinhamento de paisagens, onde as ferramentas de desenho e de prospecção desses territórios estão diretamente relacionadas à tábula rasa, às maquetes vistas de cima, à paisagem manipulada. Esse jeito demiurgo de ver está diretamente relacionado às suas ferramentas projetuais e também ao conteúdo dessas construções. Há, portanto um circuito coerente desencadeado desde as ferramentas escolhidas para a abordagem, o conhecimento de uma determinada realidade, os instrumentos e meios para a sua representação/desenhos, assim como seu resultado. O que observamos hoje em algumas “metodologias” é que apesar de adotarem categorias de projeto vinculadas às noções de tábula rasa e olhar demiurgo incluem em suas estratégias a questão da participação dos habitantes dos sítios concernidos. Sabemos que a inclusão dessa categoria se faz pelas exigências de agentes financiadores desses projetos e

obras. Vemos então, não a internalização dos desejos e necessidades desses habitantes nesses projetos, mas sim a cooptação do que seriam processos participativos em arquitetura e urbanismo. Nesses casos, reconhecemos a banalização acerca do que constituem processos participativos para a construção de arquiteturas e urbanidades, esvaziamento da grande importância/potência contida nesses processos coletivos de produção de arquiteturas e cidades.

Sobre a formação acadêmica poderíamos dizer, grosso modo, que essa tem sido mais ferramental do que ética. É preocupante o modo automatizado como se está facilitando a sobrecodificação dos valores hegemônicos que acabam por construir arquiteturas e cidades. Introjeção de conceitos como, por exemplo, a estrutura binária que acaba em última instância, ajudando na naturalização de cidades em guerra, polarizada em seus pares antônimos, em suas dicotomias: bolhas, bolsões de cidades dos pobres e cidades dos ricos. É sobre automatismos e processos de naturalização que temos muitas vezes construídos nossos olhares em relação às realidades e a seus conflitos. Há, todavia, um simbólico dominante que constrói engrenagens de poder e de subjetividades invisíveis, embutidas em nosso cotidiano e pelas quais passamos como simples receptores/reprodutores acríticos.

A seguir identificaremos duas categorias que acreditamos serem emblemáticas e fundantes dos processos projetuais e construtivos dos arquitetos urbanistas desde os modernos e amplamente disseminados nos dias atuais. Acreditamos que o uso indiscriminado, axiomático das categorias “olhar demiúrgico” e “tábula rasa” para quaisquer realidade que nos demanda proposições acabam por agenciar e resvalar em posturas desencarnadas.

2.10. Dispositivos projetuais hegemônicos

2.10.1 Olhar demiúrgico



FIG. 11: Alusão ao olhar vertical e demiúrgico dos arquitetos urbanistas. Fonte MARQUES,2010.

Se percorrermos sucintamente as origens da profissão do arquiteto, observamos traços severamente hierarquizantes e de posturas demiurgicamente desencarnadas. A arquitetura, como profissão, começou não com a construção da casa dos mortais comuns, mas sim com a construção do palácio ou castelo, do templo e do túmulo. A “arquitetura com arquiteto” ou a “arquitetura de elite” surge em oposição à arquitetura que hoje que é denominada de vernácula. (BICCA, 1979: 135). A primitiva cidadela, habitação fortificada do senhor de uma cidade, é uma obra com um propósito instrumental – capacidade de resistir a um assédio – e um propósito simbólico – o de introduzir respeito, obediência e temor; como observa Munford, “[...] na cidadela, o novo caráter da cidade é óbvio: uma mudança de dimensões destinada a aterrorizar e assustar aquele que a olhava. (MUNFORD, 1982:77-78). Esse tema exigiria, assim, uma competência especial para ser concretizado, e essa dificilmente acreditava ser encontrada num artífice comum. Por outro lado, a consolidação dos mitos religiosos também contribuiu para o aparecimento do construtor profissional. A necessidade da construção de um templo colocava uma questão desconhecida pela sociedade arcaica: competia a cada indivíduo construir a própria casa, mas a quem competiria construir a casa de uma divindade? Construindo um templo, ou mesmo uma tumba, o homem não está mais construindo para si próprio, mas para terceiros; isso configura, de certa

maneira, uma prestação de serviço⁹⁵. Assim sendo, a construção do templo – e não da casa, embora constituindo uma experiência singular, representava um passo importante para a definição da profissão do construtor, ou de um conhecimento diferenciado da construção da própria casa. Percebemos, que as origens da profissão do arquiteto supostamente surgiram a partir do momento em que houve o desejo de um ambiente artificial sofisticado, já que os edifícios de considerável tamanho ou com certo grau de complexidade devem ser concebidos por alguém antes de começar sua construção (KOSTOF, 1984:9). Esse era o caso dos templos e dos palácios que alojaram os primeiros monarcas.

Uma tipologia arquitetônica nova exigia um tipo de abordagem ainda não experimentado e implicava em um acréscimo no plano do conhecimento. Que tipo de edificação seria adequado a uma entidade sobre-humana? Muitas tradições míticas atribuem à própria divindade o enunciado daquilo que considerava digno de sua especial condição. O conhecimento de como construir o templo dar-se-ia por “revelação divina”. As sagradas escrituras fazem inúmeras referências a esse tipo de fenômeno. Moisés recebeu de Deus, pessoalmente, pormenorizadas especificações sobre a construção do tabernáculo: “[...] e me farão um santuário, e habitarei no meio deles. Conforme a tudo o que eu te mostrar para modelo do tabernáculo, e para esse

⁹⁵ A atividade da construção do abrigo para o próprio uso não caracteriza uma profissão, que existe, somente quando essa atividade configura uma prestação de serviço, e uma ocupação permanente, base da subsistência daquele que a exerce. Não se pode falar em “arquitetos” quando nos referimos às sociedades primitivas ou àquela na qual a construção do abrigo é uma tarefa do próprio interessado. Para haver prestação de serviço é necessário que a divisão social do trabalho já esteja implantada na coletividade; ou que alguma pessoa ou entidade – o cliente – encomende a um membro do grupo a realização de uma tarefa que escapa às suas aptidões ou que, por quaisquer razões, seja preferível mandar executar por outrem, que receberá um pagamento – o que significa a mesma coisa que divisão de trabalho. A divisão social do trabalho, por sua vez, pressupõe uma organização social inconcebível sem seu ambiente apropriado, que é a cidade. A urbanização e a divisão social do trabalho são fenômenos correlatos; Munford resume essa correlação afirmando que “[...] A composição humana da nova unidade transformou-se igualmente mais complexa; além do caçador, do camponês e do pastor, outros tipos primitivos introduziram-se na cidade e emprestaram sua contribuição à sua existência: o mineiro, o lenhador, o pescador, cada qual levando consigo os instrumentos, habilidades e hábitos de vida formados sob outras pressões. O engenheiro, o barqueiro, o marinheiro surgem a partir desse fundo primitivo mais generalizado, em um ou outro ponto da seção do vale: de todos esses tipos originais, desenvolvem-se ainda outros grupos ocupacionais, o soldado, o banqueiro, o mercador, o sacerdote. Partindo dessa complexidade, criou a cidade uma unidade superior”. (MUNFORD, 1982:37-38). Mas o “engenheiro” a que alude Munford não surgiu antes do arquiteto, até porque tais designações, com as diferentes atribuições claramente definidas, somente passaram a existir nas vésperas do Renascimento. “[...] A divisão social do trabalho não criou apenas a cidade como espaço vital que se opõe à aldeia e ao campo. Do mesmo processo também resultou o nascimento da “arquitetura com arquiteto” ou “a arquitetura de elite”, se assim o desejarmos, em oposição à arquitetura que hoje chamaríamos de vernácula”. (BICCA, 1979:135).

modelo de todos os vasos, assim mesmo o fareis.”(ÊXODO, cap.25, vers.8-9). Dentro dessa tradição, o conhecimento necessário à execução de uma empreitada como a edificação do santuário poderá ser também uma dádiva divina. Cabem várias inferências a partir desses registros, que não ocorrem apenas na tradição bíblica: afirmar que o plano do templo foi elaborado pelo próprio deus e por ele comunicado ao sacerdote é uma estratégia eficaz na obtenção de apoio necessário à materialização do empreendimento, além de desencorajar eventuais modificações no projeto inicial. Numa atitude de elevada vaidade, o próprio criador/ demiurgo poderia ser eleito patrono da categoria – afinal, chamam-no de “Arquiteto do Universo.” Quando nessa tese falamos do arquiteto demiurgo estamos nos referindo ao caráter megalomaniaco da utilização do termo feito por Platão no *Timeu*⁹⁶, e em seguida por Plotino, para designar a divindade organizadora do universo, novamente ”Deus arquiteto do universo, no sentido platônico⁹⁷.

A construção do templo, da tumba, do palácio estabeleceu a ideia da atividade edificatória num sentido que a exclusiva construção do abrigo não conseguiu proporcionar. A atribuição de significado, de valores subjetivos e rituais, na arquitetura, teria começado na edificação de tipologias arquitetônicas nas quais os aspectos práticos não fossem os predominantes.

“[...] As palavras desenhar, projetar e construir são conceitos arquitetônicos clássicos. Contudo, definem também ações humanas genéricas. Etimologicamente, a palavra desenho está relacionada nas línguas latinas com o *desígnio*. Desenhar significa traçar um signo e isso quer dizer, simultaneamente, realizar uma vontade, cumprir um desígnio. O ato de projetar e desenhar se relaciona com uma vontade originária de atribuir um significado e, por conseguinte, uma finalidade ou um destino às coisas, e através delas, uma razão à própria vida humana. Desse ponto de vista, desenhar e construir são metáforas existenciais e cósmicas. Platão definiu o universo como uma construção arquitetônica projetada a partir de um desenho geométrico e uma vontade demiúrgica. A geometria definia

⁹⁶ No *Timeu*, Platão nos diz que o artífice ou demiurgo cria o universo com base nas formas que contempla e a partir deste conhecimento organiza a matéria. É deste modo que o Cosmo vem a existir. Mas o demiurgo não é ele próprio o criador nem das formas, nem da matéria, ambas sendo pré-existentes ao ato de criar e independentes dele, mas apenas introduz ordem no mundo.

⁹⁷ Ao contrário do sentido original do termo que vem precisamente do grego *dêmiourgos* – *arquiteto, artesão, que trabalha para o público*, da família do termo grego *dêmos*, em sua origem: “parte de um território que pertence a uma comunidade”.

uma ordem racional do cosmos. O demiurgo representava a força sagrada de sua criação.” (SUBIRATIS, 2002)

Constatamos que nessa concepção demiúrgica, o ato de projeção arquitetônica abraça uma indissolúvel unidade entre a natureza, o reino espiritual da beleza, os saberes e a criatividade humana. Observamos também que a arquitetura sempre esteve relacionada à durabilidade. Os povos da Antiguidade construíram para a eternidade; a referência temporal que era o tempo dos deuses. Constatamos que ainda nos dias de hoje, os arquitetos urbanistas têm uma preocupação com o tempo durável, quando pensam numa construção arquitetônica, pensam em algo resistente e feito para permanecer. Suas práticas estão relacionadas ao tempo *Cronos*, e, talvez, mantenham um “encanto” megalômano pelo eterno.

“[...] Que se dobra ao esquema do espaço, ajeitando toda coisa temporal sob o conceito abstrato de espaço de tempo. Metáfora que subentende toda atividade no tempo como um fio (o fio do tempo), enlaçando suas figuras diversas na forma de um desenho, de um plano ou de uma arquitetura. Fita cortada aqui e ali de ausências e de esquecimentos, que volta à sua fonte ou corre em direção ao seu fim. Em suma, o espaço, matéria primeira do arquiteto e da arquitetura, submeteu o tempo à própria “essência”, e só trabalha com ele mediante a interposição de uma figura espacial.” (CAUQUELIN, 1987:69).

Essa relação com o tempo *Cronos*, linear, sequencial ou mesmo o apego pela durabilidade é compreensível se considerarmos a proposição da arquitetura como abrigo do corpo do homem, da sua fragilidade física frente às forças imperativas da natureza. Assim, se abordarmos os aspectos financeiros dispendidos para a sua construção desde os palácios às casas dos homens comuns, a arquitetura é um bem de valor economicamente elevado. Caro ao rei, ao governante, ao favelado. Apesar das arquiteturas efêmeras, nos dias atuais, cada vez mais frequentes, vemos que a relação dos arquitetos urbanistas com o tempo transcorre na direção da introjeção do tempo *Cronos*. É interessante observarmos que linearidade e regularidade temporal, relações de causa e efeito subjaz as estratégias projetivas e construtivas dos arquitetos urbanistas. Nessa perspectiva, o desencarnamento em relação aos momentos, acontecimentos vindos de quaisquer lugares ou protagonizados por diferentes vozes é poupado do processo projetivo porque ameaça a previsibilidade e a cadência cronológica do projeto. Assim, projeto e obra fazem-se desprovidos desses fluxos

singularizantes. A incorporação desses acontecimentos⁹⁸ são fissuras, riscos propícios a macularem a integridade do projeto e sua conseqüente execução e por isso devem ser encobertos. Vemos que sob diferentes aspectos e em diferentes momentos os fluxos do devir atravessam a linearidade dos processos de concepção e produção de arquiteturas. Percebemos também que de modo recorrente arquitetos urbanistas protegem seus processos projetuais e construtivos de tais fluxos. Nos deixarmos afetar e sermos acometidos por essas linhas de forças do devir vindas de interlocutores diversos é assumirmos posturas e modos de ações incorporados, ao passo que sucumbi-los ou deles nos resguardar é optarmos pelo desencarnamento.

Todo o esforço projetivo, principalmente o que nos foi deixado como herança pelos arquitetos urbanistas modernos, dirige-se ao uso dos planos, das retículas, dos marcos, dos mapas, da regularidade, isso como base para as criações e relações espaciais. Nessa mesma direção, o fazer desse profissional está calcado no tempo *Cronos*, linear, calculado e previsível, ao contrário do emprego do tempo *Kairos*, o tempo do momento. A utilização de saberes no campo da arquitetura e do urbanismo como paradigmas totalitários e universais a se repetirem, indiscriminadamente, sempre a favor do tempo sequencial, rígido e do planejamento do espaço, exclusivamente programado, acaba, sob certas circunstâncias, cortando os fluxos do devir, bloqueando processos criativos que se fariam pelo engajamento de parcerias de diferentes naturezas, sejam elas sociais, tecnológicas, estéticas ou políticas. A abstração do tempo e do espaço com ênfase num mundo distante e idealizado a despeito das singularidades imediatas, encaminha-nos em direção às posturas desencarnadas. Essa noção de desencarnamento está associada ao projeto arquitetônico e urbanístico tradicional. Tal como vem sendo praticado desde os dogmas modernos e sua conseqüente desatualização, os projetos convencionais nesse âmbito confrontam ou desconsideram as potencialidades imanentes do já existente, fixando formas por antecipação, inibindo ações imprevistas, e, sobretudo, impedindo uma participação real e efetiva da sociedade.

Se num primeiro momento, as demandas por posturas mais incorporadas parecem se destinar aos territórios opacos, uma vez que os investimentos de infraestrutura e de

ordem molar são mais escassos nesses territórios, o mesmo se aplica aos espaços luminosos. Esses se encontram sobrecodificados, constituindo-se em paisagens demasiadamente planificadas e esquadrihadas pelos poderes hegemônicos. À custa da falta de investimentos, de esforços e todas as dificuldades que encontram os espaços opacos das nossas cidades, esses parecem gozar de uma construção mais coletiva de cidade, por mais que se saiba que essa escassez acarrete em carência de serviços urbanos básicos. Não estamos advogando em prol de uma abdicação dos processos projetuais e sim de sua necessária adaptação às singularidades das realidades em circulação. Espaços luminosos e opacos demandam por suas especificidades inerentes, da reinvenção e flexibilização de dispositivos projetuais e construtivos.

Já a mitologia grega aponta para um virtual patrono da profissão da arquitetura ao nos referirmos a Dédalo⁹⁹ como arquiteto, escultor, artífice. A Dédalo atribui-se a autoria do palácio do Rei Minos, em Knossos, na ilha de Creta. Reza a lenda que Dédalo assassinara seu discípulo e sobrinho Telo, dono de relevante potencial criativo. Condenado pelo crime exilou-se em Creta, onde, além de ter construído o labirinto, favoreceu o amor da rainha com o touro da lenda. Quando Minos descobre a traição de Dédalo, que ajudara Ariadne e Teseu, decide fechá-lo em seu próprio labirinto. Dédalo, sem seu projeto de construção, é incapaz de achar a saída, tornando-se estrangeiro e encarcerado com seu filho Ícaro em seu labirinto. Há um desconhecimento e estranheza de Dédalo em relação a sua própria obra, sem o plano de construção, a leitura e compreensão do labirinto não se faz possível. Carece do

⁹⁹ Na Mitologia Grega, Dédalo era um notável arquitecto e inventor cuja obra mais conhecida é o labirinto que construiu para o Rei Minos, de Creta, aprisionar o Minotauro, monstro filho de sua mulher. A história do labirinto diz que Poseidon deu um touro para Minos utilizar em um sacrifício. Ao invés de oferecê-lo, o rei guardou o touro para si deixando Poseidon furioso. Como vingança, o rei dos mares fez com que a esposa do rei tivesse desejos pelo touro. Dessa relação nasceu o Minotauro. Personificação do espírito artístico, o mito de Dédalo ilustra a trajetória libertária da arte. Seu filho Ícaro, símbolo do descomedimento, paga com a vida a realização do sonho de voar. Segundo a mitologia grega, em seus primeiros anos a vida do arquiteto Dédalo (em grego, engenhoso, hábil ou criador) foi um ato de descobrimento dos materiais, formas, volume e do próprio espaço. Sentindo-se superado em talento pelo sobrinho e aprendiz Perdiz, matou-o e fugiu. Em Creta, na corte do rei Minos, uniu-se à escrava Naucrates e com ela teve um filho, Ícaro. Minos lhe encomendou a criação do labirinto de Cnossos, que deveria conter a fúria do Minotauro. Mais tarde, o arquiteto e seu filho são lançados no labirinto. Dédalo, no entanto, constrói para si e para o filho dois pares de asas de penas, ligadas com cera, para fugirem. Recomenda a Ícaro que não voe muito perto do Sol nem do mar. Mas Ícaro, deslumbrado com a beleza do firmamento, sobe demasiado e o Sol derrete a cera de suas asas, precipitando-o nas águas do mar Egeu. A ilha aonde seu corpo foi levado pelas ondas ganhou depois o nome de Icária.

mapa para se guiar, olhar do alto reivindica uma visão totalizante. Não é por acaso que Dédalo sai de seu labirinto pelo alto “voando”.

Na própria ideia do labirinto existe também uma pirâmide. Essa faz parte do labirinto, representa a fuga, o voo, a saída, o cume. “[...] Para dominar o labirinto, é preciso ganhar altura, a fim de poder, do cume da pirâmide, perceber o seu mapa. Mas, a partir do momento em que vemos a totalidade do labirinto, este deixa de ser labiríntico tornando-se piramidal. O labirinto só é labiríntico se é fragmentário: a totalidade é da ordem da pirâmide. Só se pode ter do labirinto uma visão fragmentária. Se chegássemos a ver o labirinto num único olhar, em lugar dos habituais fragmentos de visão, teríamos o plano, dominaríamos o labirinto, que não mais seria labiríntico. “[...] O percurso é sempre fragmentário; o plano, unitário, totalizante, pois é ele que transforma o labirinto em prisão. [...] O plano impede a surpresa, mata a vida do labirinto, fechando-o numa pirâmide.”(JACQUES, 2001:91). No caso de Dédalo, não é o labirinto que é a prisão, mas o próprio projeto, o seu planejamento e os mecanismos usados. O projeto, a vista do alto, a visão total sucumbe à possibilidade de experiência do labirinto.

“[...] Em oposição à pirâmide da razão, os cantos obscuros da experiência são como um labirinto, onde todas as sensações, todos os sentimentos são ampliados, mas de onde não se tem qualquer visão de conjunto para indicar o lugar da saída. [...] Falar do labirinto e de sua práxis significa insistir em seus aspectos subjetivos: ele é pessoal e pede uma experiência imediata.” (TSCHUMI, 1975:140).

Os arquitetos urbanistas desligados das realidades concernidas querem poder ver do exterior, do alto, o labirinto e também toda a sociedade, como Icaro e Dédalo. A vista do cume, aérea, demiúrgica nos lança a uma visão controladora do todo, totalizadora que desencadeia em ações na direção de manipulações e uma grande hierarquização em relação aos territórios abordados. As escalas diminuem até que esses territórios caibam em nossas antigas pranchetas, nos formatos dos A5(s) aos A0 (s), das plantas bidimensionais aos mapas, ou às telas dos computadores. Ou mesmo nas maquetes, nas perspectivas ou modelos digitalmente tridimensionais, seja lá em que base, meio ou escala for o que se repete é a ideia demiúrgica, de ação suprema sobre uma dada realidade. Não que essa instrumentalização de representação não seja estratégica e não tivesse a sua grande importância, o que se faz necessário é pensarmos que a sua

capacidade virtual de totalizar, homogeneizar uma dada realidade acaba por desencadear ações reducionistas e autoritárias sobre a multiplicidade do que está ali representado e de algum modo diagramatizado, desencarnado. As escalas que vão desde tantas – das <1:5000, 1:100, 1:50, 1:20 ou mesmo as 1:1 > representadas através de protótipos nos ateliers de projetos não carregam efetivamente o mundo da vida real, impossível de ser ficcionalizado nos nossos arsenais sofisticados de representação.

Vemos que esse instrumental é grande aliado das práticas do arquiteto demiurgo, parece que esses processos já foram de certo modo “naturalizados” nos modos de pensar e agir dos arquitetos urbanistas ao longo de muitos e muitos anos. Retomando a mitologia, o próprio Dédalo se vê refém e estrangeiro de sua obra, sua compreensão só se faz da vista do alto e é de onde arquiteta sua fuga.

Essa visão vertical, se por um lado é um hábil instrumento para diagramatização e representação de um dado território, se vê insuficiente para subsidiar processos projetuais acerca de uma realidade específica se for empregada como única ferramenta nesse processo. Porque trabalha no nível da representação não incluindo as experimentações, vivências, singularidades do lugar em questão. Essas enredam o tempo dos momentos, dos movimentos, dos acontecimentos, das ações do cotidiano, do imprevisto. O ponto de vista do alto delega uma enorme autoria e poder ao arquiteto urbanista/demiurgo e sucumbe as vozes dos habitantes transformando-os em passivos espectadores. A postura demiúrgica, autoral, “de cima” também trabalha a favor do saber molar, macro, cunhado verticalmente para a construção de arquiteturas e cidades sobrepondo-se aos fluxos de poderes e saberes inerentes a essas subjetividades singularizadas.

Um exemplo que pode ser citado acerca do dispositivo, ferramenta projetual “olhar de cima” é o Panótico¹⁰⁰ analisado por Michel Foucault. Através desse, Foucault vai

¹⁰⁰ Pan-óptico é um termo utilizado para designar um centro penitenciário ideal desenhado pelo filósofo Jeremy Bentham em 1785. O conceito do desenho permite a um vigilante observar todos os prisioneiros sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados. O nome aplica-se também a uma torre de observação localizada no pátio central de uma prisão, manicômio, escola, hospital ou fábrica. Aquele que estivesse sobre esta torre poderia observar todos os presos da cadeia (ou os funcionários, loucos, estudantes, etc), tendo-os sob seu controle. O termo é

identificar o modo de funcionamento das estratégias de poder, sua interiorização pelos indivíduos sob essa influência, além do modo de constituição dos saberes ligados às normas estabelecidas. Talvez essa seja a versão mais radical ou quase literal de um espaço que se faz a partir de uma verticalidade e que exerce seu poder máximo a partir dessa hierarquização. Certamente que quando os arquitetos urbanistas se valem desse dispositivo não objetivam a construção do Panótipo. O exemplo citado diz respeito a um uso abusivo desse tipo de dispositivo e suas consequências arquitetônicas. O olhar demiúrgico enreda a noção de “paisagem-objeto” muito difundida pelos arquitetos urbanistas modernos.

“[...] um tipo de paisagem que se olha, se usa e se explora, porém com a qual jamais se estabelece uma relação de igualdade. [...] Uma posição asséptica, estática e contemplativa, que materializa um domínio sem possessão. [...] Vistos desde cima, em planta, sem escala, não somente os humanos se transformam em objetos, mas nós humanos ficamos reduzidos a movimentos compulsivos sem experiência nem subjetividade: prontos para uma macroexploração.”(ABALOS, 2004)¹⁰¹.

Na perspectiva demiúrgica, o território é um meio físico visto de um ponto de vista superior, em planta, sob a visão de um pássaro, suficientemente longe para poder abstraí-lo, tornando-o silencioso, mudo, tornando-se objeto, “coisa”. A vista aérea é um recurso antigo na geografia, amplamente difundido após a invenção do avião, pelos geógrafos do início do século XX. Remete-se à construção do mundo em miniatura, a elaboração de uma representação gráfica em forma de mapa. Transforma o mundo num imenso panóptico. A vista vertical é a posição do sujeito em situação

utilizado na obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, para tratar da sociedade disciplinar, e pelos teóricos das novas tecnologias, como Pierre Lévy e Dwight Howard Rheingold, para designar o possível controle exercido pelos novos meios de informação sobre seus usuários. O Panóptico de Bentham descrito por Foucault no livro *Vigiar e Punir* demonstra como uma estrutura espacial (objetiva) pode produzir valores humanos (subjetivo). Através da análise arquitetônica Foucault relaciona a forma de se ordenar os corpos no espaço com controle de comportamento. “O Panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retrainar os indivíduos. O Panoptismo impõe uma única conduta à multiplicidade humana através da repartição do espaço e do tempo. O Panóptico é um modelo de máquina abstrata (social), que parte de uma máquina concreta (arquitetura), e cria relações e formas de ser no mundo. As máquinas são sociais antes de serem técnicas. Ou melhor, há uma tecnologia humana antes de haver uma tecnologia material. No caso do Panótipo, é a prisão o dispositivo que promove o assujeitamento dos corpos e produz subjetividades dominantes de acordo com cada formação histórica. Ver: FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. Vol.1: *a vontade de saber*. E ver ainda: FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1997.

¹⁰¹ABALOS, Iñaki. *O que é paisagem?* Vitruvius. Arquitectos, n 049, mai. 2004. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitectos/arq049/arq049_00.asp. Acessado em 25/01/2010.

demiúrgica, onipresente e superior. Uma vez que radicalmente distanciado do mundo, o ponto de vista aéreo é um ponto fora da experiência ordinária, expurgando qualquer apreensão da cotidianidade em questão. Através desse “olhar sem olho” não se nota as inscrições miúdas da vida corrente, mas apenas as mudanças bruscas, a violência da geometria da escritura no território feita real. Esses “olhos” ou essas máquinas de ver se resignificam e sofisticam-se de acordo com as intenções e tecnologias disponíveis de cada época: mapa, planta, GPS/Global Positioning System. Paul Claval lembra a limitação da percepção vertical: “ela às vezes leva a esquecer os objetos que realmente importam na vida das pessoas.” (CLAVAL, 2004:25).

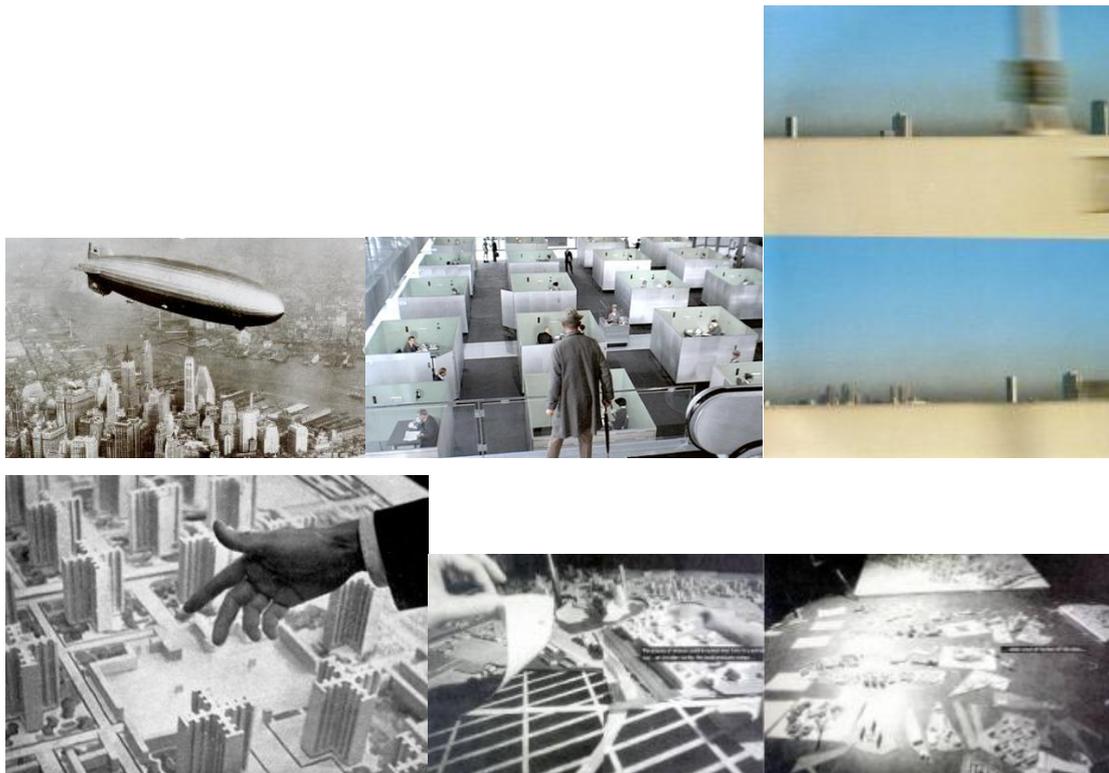
“[...] o fenômeno *teletopológico* sempre é fortemente marcado por suas distantes origens guerreiras, ele não *aproxima* o sujeito e o mundo... mas, à semelhança do antigo combatente, ele antecipa o movimento humano, imprime velocidade a todo deslocamento do corpo em um espaço aniquilado”. (VIRILIO, 2002: 21).

Elegemos nessa tese o olhar demiúrgico como categoria de análise para explorarmos as posturas desencarnadas e por cremos que esse privilegia o caráter autoral e totalizante em torno da figura do arquiteto urbanista a despeito do arsenal de forças contingentes e circunstanciais que transcorrem no processo de produção arquitetônica e urbana. O conceito de “tábula rasa” também escolhido como outra categoria de análise justifica-se por configurar-se como estratégia projetual recorrente, hierarquizantes e homogeneizadoras de paisagens amplamente utilizada pelos arquitetos urbanistas no exercício formal de suas atividades.

2.10.2 O desejo de tábula rasa

Tábula rasa constitui uma segunda categoria, dispositivo projetual ao qual associamos as posturas desencarnadas dos arquitetos urbanistas desde os modernos.

“[...]Tabula rasa do latim, "folha em branco". *Tabula* se refere a uma superfície de pedra para se escrever, *Rasa*, feminino de *Rasus*, significa apagado, i.e. "em branco." Tabula rasa. Filos. No empirismo mais radical, estado de indeterminação completa, de vazio total, que caracteriza a mente antes de qualquer experiência.. [...] Tábua rasa. S.F. Superfície plana preparada para receber uma inscrição, porém onde nada ainda se gravou. Quadro ou tela antes de receber as tintas.” (FERREIRA, 1986: 762).



FIGS 12,13,14 ,15: Exemplos de Tabula Rasa: la ville radieuse corbusiana, os espaços standartizados evocados por Jacques Tati em Mon Oncle e a genery city analisada por Rem Koolhaas.

Em urbanismo consideramos a noção de tábula rasa como um posicionamento que inclui ações, projetos, tomadas de decisões, de ruptura em relação às experiências ou concepções anteriores. A noção de tábula rasa envolve o desejo de abrir espaço para a criação e destruição através da ruptura no que diz respeito a uma ordem existente.

Remontando sucintamente ao final do século XIX, num cenário de fortes transformações urbanas provocada pela industrialização e por seus reflexos sobre as cidades, observamos se esboçando a formulação das bases do desejo de tábula rasa como modo de pensamento e ação urbana. No fim do século XIX os modos de vida urbana passam por profundas transformações. As principais cidades do mundo veem suas populações aumentadas significativamente por se tornarem centros de produções econômicas. Faz-se necessário que essas cidades se expandam em função do acréscimo da classe operária cada vez mais numerosa, do aumento da função econômica e política, bem como necessitam se adaptar às novas tecnologias de transporte e de produção.

Um dos mais emblemáticos exemplos de re-estruturação das cidades ante a demanda pela criação da nova cidade industrial no final do século XIX é a obra de reformulação de Paris, através do Plano Haussmann¹⁰². A reforma de Paris se dá como uma operação que tem no conceito de tábula rasa a sua matriz. À custa da destruição e construção de uma nova forma urbana, sobre uma parte de cidade anterior, de origem medieval, destruiu-se grande parte da Paris medieval e sua urbanidade, para se criar uma nova urbanidade parisiense, tornada modelo para outras tantas capitais no mundo.

Esse mesmo mote de transformação das cidades na era industrial orientou e elegeu o conceito de tábula rasa como base para os projetos urbanísticos em várias cidades no mundo a exemplo não só de Paris pelas intervenções de Haussmann, mas também de Cerdá em Barcelona e Wagner em Viena. Esse modelo foi reproduzido não só em outras capitais europeias, mas também nas Américas, como é o caso do Rio de Janeiro.

No Brasil, é a cidade colonial que é destruída. A imagem colonial foi um dos principais símbolos a serem apagados pelas remodelações urbanas de Pereira Passos¹⁰³. Podemos reconhecer nos projetos de Wagner, como em Cerdá e em Haussman ações embrionárias de ideias e modelos que, levados a suas máximas, conduziram o surgimento do modelo moderno de cidade ou ao urbanismo moderno.

Nesse contexto, evidenciava-se e fortalecia-se a defesa pela preponderância de um modelo cultural sobre o outro, a questão da unidade cultural baseada em soluções eficientes, a hegemonia europeia percorreu o pensamento dominante da época e que resvalou intensamente no campo da arquitetura e do urbanismo. O conceito de tábula rasa constitui, portanto, mecanismo hábil e competente a direcionar as ações urbanísticas nesse cenário que se anunciava.

¹⁰² George Eugene Haussmann (Paris, 1809-1881): prefeito de Paris entre 1863 e 1869, anos em que elabora e dirige um plano de re-estruturação urbana denominada Plano Haussmann.

¹⁰³ Prefeito do Rio de Janeiro entre 1903 e 1906 e inspirado nas reformas de Haussmann empreendeu a reforma urbana Pereira Passos, período conhecido como “Bota - abaixo”. Essas obras visavam o saneamento, o urbanismo e o embelezamento, a fim de atrair capital estrangeiro e dar ao Rio de Janeiro ares de cidade moderna e cosmopolita.

O descontentamento em relação à cidade industrial, no início do século XX, voltou a demandar as propostas de transformação da forma da cidade. A busca por alternativas urbanas pelos especialistas está associada à grande crise nas cidades no final do século XIX, devido à deplorável situação das classes pobres nos cortiços, situações recorrentes nos grandes centros urbanos da Europa e dos Estados Unidos. As formulações urbanísticas tinham por meta sanear a vida na cidade industrial e pautaram-se pela reformulação utópica de um mundo novo, refutando-se o modelo anterior. Os planos e projetos urbanísticos objetivavam possibilitar melhores condições de habitabilidade, os edifícios da cidade moderna eram mais altos, adensados e as construções passaram a ser dispostas como elementos independentes sobre o espaço livre. O espaço público passou a existir como vazio entre objetos isolados. A rua foi transformada em sistema independente para circulação e acessos, não mais para pedestres e animais, mas para automóveis e transporte de massa. Na direção da simplificação e padronização, Le Corbusier disseminou a ideia da criação em massa de casas, culminando em um novo modo de vida, novo espírito de época a demandar por novas maneiras de se pensar, projetar arquiteturas e cidades, suplantando os velhos conceitos de morar em defesa da máxima corbusiana a “casa máquina”¹⁰⁴. Padronização e criação de um novo estilo, limpo, preciso e universal vão de encontro ao tema do fim do ornamento formulado por Loos¹⁰⁵, e caracterizam o movimento moderno que se anuncia devido às necessidades por se recriar as bases para os novos modos de vida diante das novas possibilidades técnicas, sociais, econômicas. “[...] Tal como Loos rejeita o ornamento e, com isso, propõe a tábula rasa em relação a todo um núcleo cultural, toda a arquitetura e a cidade antecedentes serão afastadas como modelos superados, ultrapassados no movimento moderno. (MOREIRA, 2002:20)

¹⁰⁴ “[...] Nós devemos criar o espírito da produção em massa. O espírito da construção de casas produzidas em massa. O espírito de viver em casas produzidas em massa. O espírito de conceber casas produzidas em massa. Se eliminarmos de nossos corações e mentes todos os conceitos mortos relativos à casa, e olharmos a questão por um ponto de vista crítico e objetivo, nós deveremos chegar a “casa máquina”, a casa produzida em massa, saudável (moralmente, também) e bela, do mesmo modo que as ferramentas e instrumentos de trabalho que acompanham nossa existência são belos.” (CORBUSIER: 1986)

¹⁰⁵ O arquiteto tcheco Adolf Loos escreveu em 1908 o ensaio/manifesto intitulado "*Ornamento e delíto*", no qual criticava o uso abusivo da ornamentação na arquitetura europeia do final do século XIX.

A tábula rasa será a proposição moderna fundamental, uma condição básica para a implementação das mudanças por vir. A noção de tábula rasa moderna refere-se a um poder de decisão sobre o que destruir e o que manter/resguardar, bem como o que introduzir “de novo” sobre um dado território. A tábula rasa moderna implica numa desafiante condição de potência frente à construção do porvir, potência criativa frente à história reiterando a atitude demiúrgica do arquiteto urbanista.

O lançamento de um dos mais importantes documentos do movimento moderno, a Carta de Atenas, dá-se em plena Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto de destruição, a tabula rasa, em sua implementação foi viabilizada pela própria guerra através da destruição de grandes áreas nas cidades a serem reconstruídas. O movimento moderno pautou-se na desconsideração das culturas, das subjetividades singularizadas em uma crença maior no poder transformador da arquitetura e do urbanismo. Conseqüentemente trabalhou no sentido da desqualificação dos homens comuns no que diz respeito aos aspectos ligados à vida urbana e elegeu especialistas como aqueles que “viam a cidade” e que dispunham de conhecimento, cientificismo, métodos eficientes para a resolução dos seus problemas, bem como seriam eles os propositores demiurgos de novos modos de vida. A tábula rasa implica, portanto, numa recusa das experiências não-modernas, das experiências do “passado” o qual se desejava superar ou extinguir.

“[...] Um bom exemplo disso é o trabalho do arquiteto Henry Van der Velde, que desenhava não apenas a casa, mas tudo que estaria dentro dela: maçanetas, colheres, garfos, chaleiras, tapetes, móveis e o vestido da mulher iria habitá-la. [...] Também nesse contexto, a Bauhaus na Alemanha e a Vkhutemas na União Soviética pretendiam alcançar não um cliente específico, mas sim o maior número possível de usuários, que morariam em habitações eficientes, fariam o seu chá em xícaras com design geométrico, sentariam em uma cadeira de linhas retas, e ascenderiam uma luminária igualmente eficiente, para lerem um livro.” (FIGUEIREDO, LINO, VILLELA: 2009).

Nesse sentido, nessa tese atribuímos à tábula rasa, condição de categoria associada às posturas desencarnadas dos arquitetos urbanistas. O desencarnamento relacionado às posturas que desconsideram as subjetividades singularizadas, às máquinas desejantes constituintes desses territórios e que legislavam em prol de uma subjetividade molar, hegemônica que em tempos modernos se propôs a construir universalmente habitações, cidades, modos de vida preeminente “idealizados” a despeito das

especificidades em circulação. As posturas desencarnadas trabalham em prol de um habitante abstrato reiterando a noção de tabula rasa a planificar as singularidades individuais e coletivas em prol de um homem ideal, modular, esquadrinhado.

“[...] O usuário é abstrato para o projetista, porque abstrair significa subtrair e o projetista recolhe as características do usuário de estatísticas genérica e vagas representações próprias ou, no melhor dos casos, de um curto momento de contato direto. O projetista cria o cenário tido por ideal para esse usuário abstrato, observando preceitos de conforto e funcionalidade, por sua vez baseados em sistematizações genéricas, tais como as registradas no "Neufert" – a bíblia da medida exata de objetos, seres humanos e movimentos, e o livro mais vendido de arquitetura em todos os tempos. Sobre os usuários, essa previsão cuidadosa tem um efeito sedutor: ela promete aconchego e conforto e evoca as imagens de vida familiar bem ordenada que a indústria cultural se encarrega de propagar. Apenas depois de algum tempo de uso instalam-se os conflitos, porque os acontecimentos concretos sempre ultrapassam o roteiro abstrato para o qual o espaço foi projetado. [...] O que se projeta não são os espaços e suas qualidades, mas invólucros perfeitos para pessoas e eventos inexistentes. Única exceção a esse procedimento são arquiteturas ditas de vanguarda. Enquanto isso, as Cohabs, MRVs, Caixas e outras instituições similares continuam operando com o pressuposto inquestionável de que o melhor que se pode fazer pelos supostos usuários das moradias produzidas em massa é acondicioná-los com precisão em estojos”. (KAPP: 2007)

No interior das práticas de exclusão das pré-existências promovido pelo urbanismo moderno, uma série de questionamentos, proposições e experimentações foram desenvolvidas por arquitetos urbanistas ao longo dessa história recente e de diversas procedências promovendo um fértil debate internacional. Os questionamentos em torno dos modos de ações desencarnados surgem internos ao próprio debate moderno. Os primeiros sinais de descontentamento têm início dentro dos CIAMs (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna). Uma das primeiras evidências nessa direção deu-se no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM 8), realizado em Hoddesdon em 1952 cujo tema era: “[...] O coração¹⁰⁶ da cidade: em direção a humanização da vida urbana” em referência aos núcleos urbanos. No CIAM 8, José Sert reconhecia que:

“[...] muitas cidades do passado possuem formas e padrões definidos e eram construídas em volta de um núcleo que geralmente era um fator determinante para essas formas. Eram as cidades que faziam os núcleos, mas em retorno, eles faziam da cidade uma cidade e não um agregado de indivíduos”. (SERT, 1952)

¹⁰⁶ Nesse caso, Sert compara o centro da cidade ao coração dos seres vivos.

No CIAM 8 fica latente para alguns arquitetos urbanistas que a cidade produzida pelo urbanismo moderno carece de qualidades ligadas ao encontro, à reunião, à vida coletiva por mais controverso que isto pareça. Esse debate internacional sobre arquitetura e urbanismo moderno evidencia que a espontaneidade presente nas cidades “do passado” é um atributo que o emprego do cientificismo não conseguiu produzir. É interessante percebermos que já nesse momento os arquitetos urbanistas se dão conta de que algo faltava às partes recém-construídas da cidade moderna e o CIAM procura por esses valores ao seu redor, na cidade não-moderna. Esse movimento já havia sido percorrido por Camilo Sitte, há meio século. Se a tábula rasa é um rolo compressor a suprimir diferenças através de sua potência devastadora, os debates a partir do CIAM 8 e mais veementemente no CIAM 9 vão assumir preocupações com os modos de ações mais comprometidos com as realidades concernidas, mesmo que muitas vezes através de posturas também modelizadoras.

Esses descontentamentos e críticas surgem interiores ao próprio movimento moderno para depois externalizar-se através de práticas, metodologias, outras maneiras de pensar e construir no intuito de se fazer arquiteturas e cidades através de posturas mais incorporadas às subjetividades de diferentes realidades. Trata-se de tentativas, muitas vezes, cooptadas pelo pensamento dominante, umas constituíram-se em resistências, outras não se desdobraram e algumas desapareceram. Esses ensaios, movimentos, experiências serão desenvolvidos no capítulo 3 dessa tese sob o nome de posturas incorporadas.

Podemos afirmar então, que o desejo de tábula rasa manifesta-se desde os tempos modernos e que vem por quatro vezes na nossa história sendo atualizada. Num primeiro momento, no final do século XIX, surge como estratégia para a expansão das cidades e para a criação dos tipos, modelos ou padrões urbanos e arquitetônicos. Predomina a ideia de ruptura com o passado em nome do moderno e do progresso. Estilo puro, simples, sem ornamento, a urbanidade das massas e do anonimato, das grandes praças, avenidas são características desse período. Wagner pensando na expansão da cidade, Loos defendendo o fim do ornamento e a reformulação de Paris são exemplos emblemáticos para reconhecermos nesse período a noção de tábula rasa.

No segundo momento, já no século XX, o desejo de tábula rasa encontra uma rejeição ainda maior aos modos de vida do passado (seus objetos, formas, princípios). Há uma supressão da condição anterior para a implementação da ordem moderna¹⁰⁷. Como desdobramento da produção industrial surgem o urbanismo funcionalista e eficiente e os conjuntos habitacionais a se multiplicarem na Europa – são imagens emblemáticas dessas práticas.

Em tempos modernos, a noção de tábula rasa, a busca por construir e controlar os modos de vida expandem-se tanto na esfera doméstica quanto pública – vão desde o urbanismo à arquitetura e ao design.

“[...] Arquitetos como Henry van de Velde ou Otto Wagner projetaram casas que levam ao extremo o princípio ordenador: *um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar*. Adolf Loos os criticou repetidamente por isso, em especial numa crônica intitulada "De um pobre homem rico", cujo protagonista, um apreciador das artes, sofre na pele a ditadura da prescrição arquitetônica: ao fim e ao cabo, sente que está morto, pois não pode mais se transformar, não pode adquirir novos gostos, nem pode mais ganhar presentes ou comprar coisas, pois todos os lugares de sua casa já estão devidamente preenchidos e qualquer alteração destruiria a harmonia da obra do arquiteto. [...] Contudo, nessa forma de tratar o interior da moradia também ainda há a especificidade que então se atribuía às obras de arte. A lógica do espaço é a lógica dos objetos que o integram, mas tais objetos se destinam a expressar algo da singularidade de seus donos. Van de Velde e outros contemporâneos de Loos não projetam para a moradia de massa, mas para pessoas concretas a cujos hábitos se dedicam obstinadamente. O procedimento é problemático porque desconsidera a possibilidade de a vida e os desejos dos moradores se modificarem; o casulo cabe ao dono, se e somente se esse permanecer sempre idêntico a si mesmo. Mas, ao mesmo tempo, ele tem a qualidade de ainda não ser casulo genérico para seres humanos abstratos. Essa última situação só se instala no momento em que os mesmos profissionais de arquitetura antes dedicados às moradias da alta burguesia passam a entender também a moradia popular como seu campo de atuação, isto é, na década de 1920. [...] No fim, o que sobra das primeiras ambições da arquitetura em relação à moradia de massa é um ambiente doméstico em que o sujeito deve simplesmente se recompor (descansar, alimentar-se, higienizar-se, procriar), da mesma maneira que no ambiente de trabalho deve ser parte da engrenagem produtiva. (KAPP: 2007)

Nos dias atuais vemos o desejo de tábula rasa se atualizando paradoxalmente atreladas às práticas associadas à preservação, esse constituiria o seu terceiro momento.

¹⁰⁷ Em “Urbanismo” livro de autoria de Le Corbusier, este inicia o texto com uma página branca, a imagem da tábula rasa, pois só a partir do vazio se pode pensar o novo.

“[...] Em geral, nas práticas ligadas à preservação, mesmo nas intervenções de reabilitação urbana, segue-se valorizando os espaços do passado como cenário, ainda que, para ser fruído pela cultura predominante, seja preciso desvinculá-lo de toda a sua rede de relações anteriores. Não são as urbanidades que se deseja preservar, mas uma dimensão formal, material. A preservação, como a conhecemos, é, a cada dia, mais vinculada a uma lógica da tábula rasa: para preservar o que se considera patrimônio histórico, no contexto do modelo econômico capitalista, muitas vezes é necessário suprimir usos e população e inserir novos usos e públicos economicamente mais valorizados. Com isso, desvincula-se modo de vida e forma urbana: o chamado patrimônio histórico é esvaziado de sua urbanidade e reapropriado por atividades como shopping centers, lojas, centros culturais, museus e habitações de melhor nível econômico.” (MOREIRA, 2002:68).

O conceito de parque temático¹⁰⁸ é um caso de tábula rasa operacionalizando a preservação da forma urbana. Outro exemplo de emprego do desejo de tábula rasa nos dias de hoje diz respeito às práticas do *new urbanism*. Nesse há uma tendência de retorno às formas do passado, anteriores, que não diz respeito à recuperação de materialidades, mas de princípios. O *new urbanism*¹⁰⁹ reproduz o subúrbio tradicional americano sob condições de alta segurança, fechamento e controle.

Se o desejo de preservação deslizava como contraponto ao desejo de tábula rasa durante os tempos modernos vemos esse ser cooptado nos dias atuais onde se equivalem. Podemos nos remeter ao conceito de cooptação desenvolvido por Deleuze e Guattari (1995). Há certo aniquilamento e esvaziamento das forças vitais do desejo de preservação ao tutelar e subsidiar intervenções contemporâneas comprometidas com a construção de territórios simulacros, vazios de urbanidades, calcados e justificados em materialidades e estetizações. Posturas não mais geridas por uma vontade de construção social de arquitetos urbanistas e sim pelos interesses hegemônicos do CMI. Tábula rasa como ferramenta projetual empregada não como mote de mudança para a construção de um futuro utópico, idealizado ainda que controlador e exaustivamente prescritivo, mas para a construção de territórios

¹⁰⁸ Parque temático, áreas de lazer onde toda a decoração ou cenografia e demais componentes do espaço seguem um tema explicitando o modo pelo qual a simples preservação das formas do passado assume uma dimensão caricatural, experiência pasteurizada, manipulada cenograficamente e estetizante. No Brasil, o caso do Pelourinho, em Salvador-BA é um exemplo emblemático a ser citado desse tipo de prática desencarnada com resultados homogeneizadores, pasteurizantes e gentrificadores.

¹⁰⁹ São exemplos dessas práticas no Brasil de construção das cidades “protegidas” os “alphavilles” em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte a se alastrar sobre o nosso território como possibilidade de habitação e modos de vida para as classes mais privilegiadas economicamente e que desejam o recorte em relação à vida urbana vigente dentre outros apelos.

simulacros, simulados. O desejo de transformação social fica abalado. Apesar de manterem-se os modos de ações desencarnados muda-se o pano de fundo e as forças que impulsionaram tais posturas. De atitudes desencarnadas modernas de apelo político, social e utópico a modos de ações desencarnados esvaziados dessas preocupações. Desmancham-se as utopias sociais e perduram a couraça desencarnada, estetizante e demiúrgica dessas atitudes. Esse esvaziamento é bastante recorrente nos dias de hoje. Afeta não só os contextos urbanos de interesse patrimonial, bem como coloniza as estratégias projetuais e construtivas dos arquitetos urbanistas ao agirem nas favelas e demais ambiências muitas vezes imbuídos por desejos de estetização e de práticas desencarnadas a serviço da subjetividade hegemônica do capitalismo mundial integrado. Essa acaba por agir na formação e nas práticas dos profissionais desse campo transformando saberes e fazeres numa imensa tábula rasa.

O outro momento de desejo por tábula rasa a subsidiar modos de ações desencarnados a serem considerados nessa tese diz respeito às formulações elaboradas pelo arquiteto Rem Koolhaas¹¹⁰. Em um de seus textos ele faz provocações aos modelos urbanos de influência europeia, baseados no controle urbano e na preservação da cidade, propondo modos de abrir espaços nas cidades consolidadas para a construção do novo, numa retomada dos procedimentos modernos de tábula rasa:

“[...] A noção de cidade passou por uma mudança radical no final do século XX. Após Aldo Rossi, somos incapazes de imaginar que uma cidade possa existir sem história. Mas hoje existe uma vasta porção da humanidade para quem viver sem história não coloca nenhuma questão em especial. Poderíamos ir mais além: viver sem história é uma aventura apaixonante para eles. Esta observação deveria nos levar a revisar um certo número de dogmas ou teorias de arquitetura e urbanismo, e talvez, re-examinar a validade (ou não) de um dos mecanismos mais importantes do século 20: tábula rasa, a ideia de começar do zero, sem a qual os arquitetos modernos dos anos 20, como Le Corbusier, acreditavam que nada era

¹¹⁰ Com uma tripla formação como jornalista, arquiteto, formado na Architectural Association School of Architecture, em Londres, e roteirista, Koolhaas coordena o projeto Mutations, juntamente com Stefano Boeri e Sanford Kwinter, entre outros, em parceria com o Harvard Project on The City, uma pesquisa sobre os efeitos da modernização sobre a cidade, estudando a cada ano uma determinada região do planeta que tenha atravessado mudanças radicais. Seu primeiro livro foi publicado em 1978, *Delirius New York: A retroactive manifesto* por Manhattan. Segundo Koolhaas, o livro documenta a relação simbiótica entre a cultura metropolitana mutante de Nova York e sua arquitetura única. Seu segundo livro, publicado em 1995, *SMLXL*, em colaboração com o artista gráfico Bruce Mau, é um conjunto de textos e imagens, que se tornou uma espécie de bíblia dos jovens arquitetos no mundo inteiro. Ali Koolhaas desenvolve sua exaltação ao XL (*extra-large*) a grande escala, além de conceitos como o de *cidade genérica*, e o texto *What ever happened to urbanism?*, em que trata do que ele considera a incapacidade do urbanismo de lidar com a condição urbana contemporânea.

possível. Uma posição como essa claramente demonstra um extremo otimismo, um otimismo que a década seguinte demoliu completamente. Mas talvez precisemos re-avaliar o uso da tabula rasa – talvez tenhamos que ser mais seletivos em nossas estratégias de urbanização, em vez de permanecer ansiosos conservadores incapazes de especular em termos do novo.” (KOOLHAAS, 2000:309).

Ao recuperar a ideia de tábula rasa como estratégia de ação na cidade, Koolhaas retoma os procedimentos, mas não as motivações e os desafios da tábula rasa moderna. Nesse contexto, lança o conceito da cidade genérica. Postula a cidade genérica como um estágio avançado da aceleração dos processos contemporâneos de produção do espaço urbano. A concepção do que vem a ser a cidade genérica é também uma crítica a determinações do urbanismo europeu, sobretudo, no que diz respeito à preservação de noções que reintegram o discurso do urbanismo pós década de 60, tais como história e identidade. A perspectiva de uma urbanidade genérica pressupõe uma não singularidade de modos de vida, o que, apesar do esforço de homogeneização e de criação de uma única cultura de massa pelo Capitalismo Mundial Integrado ainda não se realizou inteiramente. Apesar desses investimentos as visões de mundo particularizadas, as subjetividades singularizadas ainda persistem. Mesmo que se aniquilem a materialidades das cidades, as singularidades estão também em suas imaterialidades, na cultura e nos modos de vida que carregam. Nessa perspectiva, o genérico na vida urbana vê-se reduzido às estratégias de dominação e de expansão do poder no território. Reconhecemos então, uma contradição no discurso da cidade genérica, ela é, a princípio, descrita como um modo de descontrole, uma forma de urbanização quase espontânea, onde os arquitetos urbanistas não são mais fazedores de cidades, mas seus “*meros súditos, seus torcedores*”¹¹¹, para ressurgir em forma de estratégia imperialista, submetida às grandes forças da macroeconomia, ela visaria à materialização do império.

Na passagem do moderno aos dias atuais permanece o desejo pela tábula rasa. A crença no progresso e no desenvolvimento é substituída pelo apogeu do lucro, da supremacia dos interesses financeiros a qualquer custo finalizando-se assim o tempo das utopias. Constatamos um retorno a uma ruptura e a uma pseudorruptura em

¹¹¹ Stefano Boeri, em mesa redonda no Laboratório urbano São Paulo, Arte-cidade, abril de 2002, evidencia a questão de que nem a arquitetura nem a arte têm como função resolver problemas.

relação aos debates anteriores. Koolhaas propõe a *tábula rasa* para permitir a aceleração do *status quo* pautado numa visão sarcástica e continuísta desse *status quo*. Enfim, podemos concluir que no fim do século XX o uso da *tábula rasa* no sentido de preservar o mesmo, está assim contribuindo para destruir o singular.

Resta inserirmos, de modo mais contundente, em nosso debate a perspectiva de ir além. Um legado deixado de lado, debate inconcluso no final de século XIX e em meados do século XX, nos momentos em que os modos de ações, posturas e pensamentos de arquitetos urbanistas apontaram para além das dicotomias, ao proporem novos modos de atuação arquitetônica e novas possibilidades para a vida urbana, sobretudo, através dos utópicos dos anos sessenta e que serão de modo especial estudados no próximo capítulo dessa tese. O estudo desse debate se deve pela urgência de propostas alternativas que se desdobrem em ações reais.

Na passagem do movimento moderno ao estado contemporâneo vemos os arquitetos urbanistas, através de suas posturas desencarnadas, passarem de propositores engajados, apesar de controladores pela excessiva prospecção sobre as possibilidades de transformações dos territórios a cumpridores de tarefas demandadas pelas macroeconomias hegemônicas, mesmo quando protagonizadas por clientes pontuais dentro de uma microlocalidade. Assistimos a um assujeitamento e a um desvanecer do caráter propositivo e prospectivo desse profissional. O processo de estetização difundido pela arquitetura e urbanismo eruditos pode estar relacionado à abordagem contemporânea se considerarmos a arquitetura enquanto materialidade desvinculada de suas urbanidades correlatas. Nesse cenário, resta, portanto uma proeminência dos aspectos formais diante de uma simplificação das noções que abrangem o campo da arquitetura e do urbanismo. Passa-se uma *tabula rasa* não somente sobre os territórios, mas antes, sobre a própria formação, construção do espectro de saberes desenvolvidos e reproduzidos no âmbito acadêmico. Esse se vê também esquadrihado, planificado desencadeando posturas desencarnadas na prática desses profissionais. Essa produção arquitetônica e urbana estetizante alimenta as demandas da sociedade do espetáculo. No viés escolar, ferramentas projetuais tais como *tabula rasa* e olhar demiúrgico acabam por requalificar-se, reciclar-se contribuindo em ações caricaturais na realidade exterior do mundo cotidiano. Apesar de caricaturais do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo críticos, esses modos de ações e suas construções não

devem ser subestimados, uma vez que constroem parte considerável das paisagens contemporâneas e detêm cada vez mais investimentos econômicos para suas realizações. Essas respondem às solicitações das classes sociais proprietárias de capital financeiro e que devido à sua força econômica acabam de certo modo interferindo no *status quo* da profissão.

Por mais que se possa dizer que tais práticas respondam às solicitações do mercado promovidas pela subjetividade dominante do CMI, podemos nos perguntar se é só essa repetição apolítica e construção material de objetos que a sociedade espera desses profissionais. Dessa maneira, estamos correspondendo aos desejos e necessidades das populações como arquitetos urbanistas contribuindo para uma imagem também caricatural do nosso exercício profissional? E se assumimos uma visão reducionista das possibilidades dos nossos campos de ação, em contrapartida o mundo contemporâneo também nos responde com fluxos moleculares, micropolíticos, minoritários, nômades a infiltrarem na realidade opaca, construindo novos e outros diálogos para com as cidades e novas territorialidades. As associações, hibridismos entre saberes, poderes e subjetividades de diferentes naturezas e escalas seriam uma saída em direção às práticas incorporadas para que essas possam reverberar na construção singular de ambiências urbanas, domésticas, privadas, públicas. Ações incorporadas, maleáveis a percorrerem os campos hegemônicos, estriados criando associações e trocas não somente “na praça pública como reza o sonho moderno” ou no deserto genérico contemporâneo, mas em lugares não categorizados que se fazem pela inventividade dos fluxos do devir, da vontade de viver junto, espaços das mais diferentes naturezas resgatando-se o sentido social, político, ético, estético da nossa profissão nas visões macro e microfísicas.

Vemos desde os anos sessenta fluxos do devir a atravessarem esse bloco molar e dominante. Se num primeiro momento o pensamento hegemônico é infiltrado por questionamentos internos aos próprios CIAMs, hoje, enredadas em outros contextos históricos reconhecemos demandas moleculares a nos solicitar por descermos de nossas posturas totalitárias, demiúrgicas, estetizantes. Esses movimentos micropolíticos e microfísicos constituem possibilidades de contaminarmos os saberes macro, tutelados e construirmos posturas incorporadas pelas singularidades das pessoas, seus modos de existir, suas realidades e cotidianos. Os dispositivos olhar

demiúrgico e tábula rasa rejeitam observações moleculares, íntimas e singulares das vivências cotidianas de homens e mulheres em diferentes universos urbanos. Mas, da vida cotidiana jamais se extrai tipologias de cidade, padrões de comportamento, esquemas espaciais ou teorias prescritivas. Em Lefebvre:

“[...] o cotidiano é o maior universal e a mais única condição, o mais social e o mais individualizado, o mais óbvio e o mais escondido. [...] Entretanto, o cotidiano é conceito; estabelecido e consolidado, designa afinal uma solitária referência para o senso comum.” (LEFEBVRE, 1998: 32-37).

Contrariando a natureza dos dispositivos “olhar demiúrgico” e “tábula rasa” podemos constatar que os espaços, as arquiteturas, as urbanidades por serem submetidos, sempre, às dinâmicas cotidianas acabam não convergindo em unidade de um sistema. A radicalidade do conceito de espaço em Lefebvre assenta na construção de uma tríade, que aponta sua complexidade: “o espaço material”, o espaço que é percebido: situa-se entre a rotina diária e a realidade urbana, suas rotas, os ramais, rizomas que ligam esses lugares; “o espaço conceituado”, abstrato, em geral designado pelos arquitetos, urbanistas, cientistas; “o espaço vivido”, as concepções de realidades que condicionam as ações. São os espaços dos habitantes, dos usuários, das vivências e Lefebvre os denomina de espaço de representação. Essas noções estão em circulação e coexistem na realidade da vida corrente. Assim, não se pensa a cidade ou a arquitetura num isolamento hermético. Apesar dessa constatação, é recorrente vermos arquitetos e urbanistas recortando seus interesses em torno dos espaços abstratos/conceituados, enquanto a realidade fica como que a espera de suas criações, intervenções. Essa noção baseada, em demasia, na realidade como algo estéril, desprovida de pré-existências e aguardando o ato inaugural do arquiteto para criá-la ou recriá-la encontra nos dispositivos tábula rasa e olhar demiurgo, potentes e hábeis aliados. Vemos mais uma vez poderes engendrando saberes que por sua vez constroem subjetividades. Saberes, poderes e subjetividades definindo que as especificidades de ferramentas projetuais e construtivas trabalhem em prol de seus interesses. Daí elencarmos tábula rasa e olhar demiurgo como categorias a agenciar as posturas desencarnadas dos arquitetos urbanistas principalmente tendo em vista o recorte das práticas modernas aos modos de ações contemporâneos.

2.11. A herança moderna e as máquinas contemporâneas

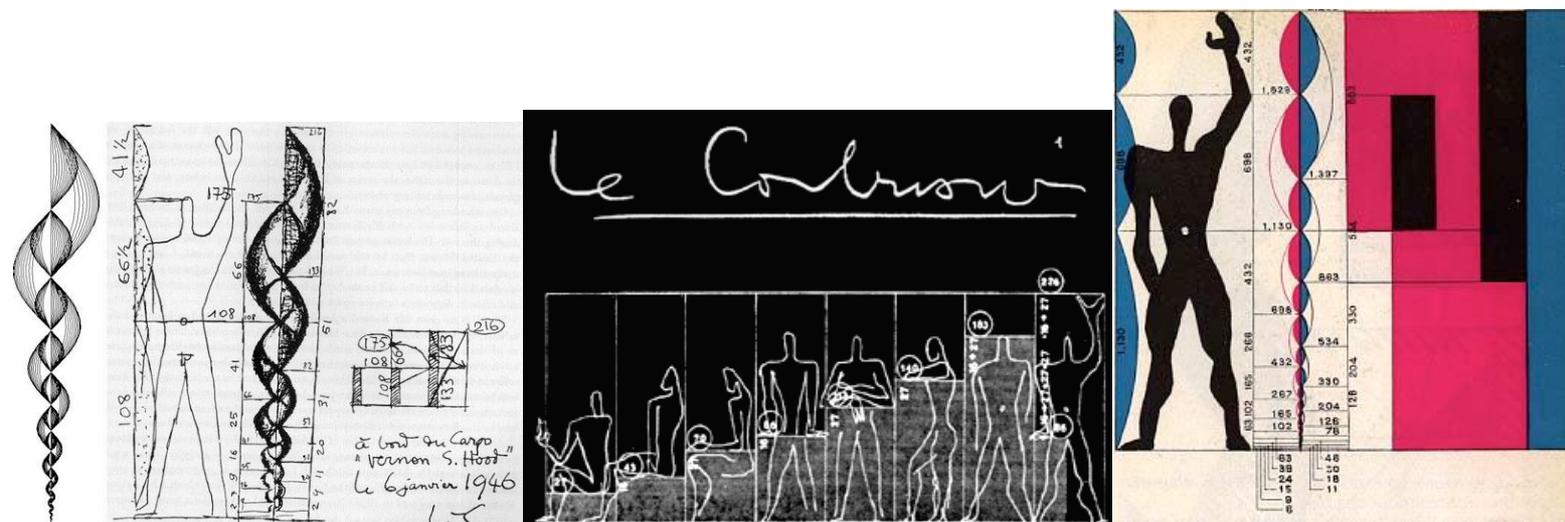


FIG. 16: Le Modulor. Fonte: CORBUSIER 1995.

Em “Projecto e Utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo” texto publicado em 1973 por Manfredo Tafuri, observamos uma discussão em torno das etapas fundamentais da história da arquitetura e do urbanismo modernos, a fim de se contribuir para definir “realisticamente” o papel do arquiteto na sociedade contemporânea. Quais as tarefas que o desenvolvimento do capitalismo, naquela época, impunha à arquitetura? Qual a possibilidade de uma ideologia estritamente disciplinar sobreviver ao confronto com o universo sem qualidade, gerado pela sociedade capitalista? Haveria uma alternativa possível no interior das estruturas que condicionam o próprio caráter do projeto arquitetônico? São essas as linhas percorridas por Tafuri nesse ensaio. Ele elabora esses escritos como uma avaliação e ampliação de um ensaio incluído na revista “Contropiano” com o título *Per una critica dell’ideologia architettonica (Para uma crítica da ideologia arquitetônica)*.¹¹² Essa obra específica de Tafuri contribui para o debate sobre a formação dos arquitetos urbanistas com ênfase no movimento moderno visto em seus processos de construção, ideologias, utopias e dissoluções. A partir de uma análise que se inicia no

¹¹² Logo após a publicação do referido ensaio em 1969 surgiram numerosas tomadas de posição, mais ou menos violentas, relativas às teses e temas nele contido. Tal artigo foi considerado uma homenagem a uma atitude apocalíptica, como “poética da renúncia”, como denúncia extrema de uma “morte da arquitetura”.

século das luzes o autor indaga-se sobre o fazer do arquiteto urbanista enfrentando o tema da ideologia arquitetônica.

“[...] Formação do arquitecto como ideólogo do social, individualização do campo adequado de intervenção na fenomenologia urbana, papel persuasivo da forma nos confrontos com o público e autocrítico nos confrontos com a investigação própria, dialéctica, - ao nível do inquérito formal – entre o papel do “objecto” arquitetónico e o papel da organização urbana: são estas as constantes que ocorrem no interior da “dialéctica do Iluminismo”. (TAFURI, 1985:13).

A arquitetura nesse período renuncia a um papel simbólico, pelo menos no sentido tradicional e, para evitar a sua própria destruição – descobre a sua vocação científica. Nas estratégias de projeção dos arquitetos iluministas, não encontramos os arquétipos de ordem, mas a aceitação do caráter antipropectivo do espaço urbano. Nessa medida, o apelo ao naturalismo significa simultaneamente, o apelo à pureza original do ato de configuração do ambiente e a compreensão do caráter antiorgânico, por excelência, que é próprio da cidade. A arquitetura aceita tornar “política” a sua própria obra. Enquanto agentes políticos, os arquitetos devem assumir a tarefa de invenção contínua de soluções de vanguarda. Nesse sentido, o papel da ideologia torna-se determinante. O utopismo é definido nos seus significados autênticos. As propostas arquitetônicas do século das luzes não têm nada de irrealizável, nem é por acaso que toda a vasta teorização dos filósofos da arquitetura não contém qualquer utopia social em apoio ao reformismo urbano preconizado pelo puro nível formal. O realismo iluminista não é desmentido sequer pelos sonhos arquitetônicos em escala gigantesca.

“[...] A exaltação dimensional, a depuração geométrica, o primitivismo ostentado, que constituem as constantes desses projectos, assumem um significado concreto quando postos à luz daquilo que pretendem ser: não tanto sonhos irrealizáveis, como modelos experimentais de um novo método de projectar” (TAFURI, 1985:19).

A desarticulação da forma e a antiorganicidade da estrutura são os principais princípios postulados pelo Iluminismo. Às ambiguidades do século das luzes observa-se a introdução de um novo tipo de utopismo (diferente do seu conceito tradicional): a utopia implícita nos feitos realizados, na realidade das “coisas” construídas e realizáveis. Assim, pela análise elaborada no ensaio de Tafuri, o final do utopismo e o nascimento do realismo não são momentos mecânicos no interior do

processo de formação da ideologia do “movimento moderno”. Pelo contrário, nesse momento eles sobrepõem-se e compensam-se.

“[...] O declínio da utopia social determina a rendição da ideologia à política das coisas realizadas pela lei do lucro: à ideologia arquitectônica, artística e urbana resta a utopia da forma, como projeto de recuperação da totalidade humana numa síntese ideal, como posse da desordem através da forma”. (TAFURI, 1985:39).

A arquitetura diretamente relacionada à realidade produtiva é reduzida à condição de mercadoria. A arquitetura moderna postula o *design* como ferramenta primordial do projeto objetivamente comprometido com a reorganização da produção, da distribuição e do consumo relativos à nova cidade capitalista. A improdutividade intelectual é algo que pesa sobre o século das luzes e a racionalização global do universo produtivo e o seu domínio social constitui a nova tarefa do intelectual. O estatuto científico tem como proposta primeira o controle, trabalhar para a transformação da realidade em tipos ideais, a avaliação da realidade com bases ideais. O intelectual e também o arquiteto em tempos modernos têm por projeto reconhecer o irracional que existe no sistema, identificar a dialética positiva e negativa subjacente e promover sua complementaridade. O tema dominante é o de um futuro em que todo o presente seja projetado, planejado, estriado, de um domínio racional do futuro e da eliminação dos riscos que esse carrega. Estamos nos remetendo, então, a construção de uma utopia racional que conduz a uma visão estrutural da totalidade que há de vir a existir.

O projeto dessa subjetividade no qual estão imbuídos os arquitetos urbanistas é o de construir objetos que são estranhos à realidade, que transcendem a existência atual, mas que nem por isso deixa de contribuir para a consolidação da ordem existente. Percebemos que o trabalho intelectual de vanguarda dos primórdios do século XX tem essa contradição - a utopia como modelo inserido na dinâmica real dos processos político-econômicos e o seu caráter de antecipação experimental projetada no futuro. O projeto no qual se lançam as vanguardas modernistas e aí também e, veementemente, os arquitetos urbanistas caracteriza-se pela crença no processo de incessante re-estruturação do real – entre a racionalidade do projeto, as suas ferramentas de ação e a consciência social da necessidade de desenvolvimento. No início do século XX a nova tarefa do intelectual consistia em trabalhar em prol da

racionalização global do universo produtivo e do seu domínio social. Tafuri (1985) citando Weber¹¹³ reforça a ideia de uma utopia realizável. O estatuto científico tem um único dever, o do “autocontrole”, que é “o único meio para se evitar os equívocos, distinguir com exatidão a relação lógico-comparativa da realidade com tipos ideais em sentido lógico, da avaliação da realidade com base em ideais. Imbuídos nesse espírito de época, os intelectuais e dentre esses, os arquitetos urbanistas acreditam num futuro em que todo o presente seja projetado, de um domínio racional do futuro e da necessidade de se eliminar *os riscos* que esse comporta. Podemos dizer que o pensamento dominante emana de uma utopia racional e leva a uma visão estrutural da totalidade que existe e que virá. A própria subjetividade vigente orienta para a construção de objetos que são estranhos à realidade e que transcendem a existência atual, mas que nem por isso deixam de contribuir para a consolidação da ordem existente ou de se fazer construir em prol dessa ordem almejada ou pretendida.

Essa análise tem por objetivo fazer conhecer o caráter do projeto dominante do trabalho intelectual das vanguardas dos primórdios do século XX e, também evidenciar os fundamentos do projeto modernista dos arquitetos urbanistas desse período. Esse pensamento progressista que tem a utopia como modelo inteiramente inserido na dinâmica real dos processos político-econômicos, e o seu caráter de antecipação experimental projetada no futuro fundamentaram e deixaram marcas profundas na formação dos arquitetos urbanistas ainda nos dias de hoje, guardadas as devidas e necessárias atualizações. Em tempos modernos a utopia deve operar no domínio da programação, esse é o processo de reestruturação do real – entre a racionalidade do projeto, os seus instrumentos de atuação e a consciência social da necessidade de desenvolvimento. Nessa direção e continuando a análise desencadeada por Tafuri:

“[...] Se o sujeito é agora o Sistema, a liberdade do valor é liberdade da própria subjetividade. A relatividade do valor não deve ser objecto de “ciências sacras”. A dessacralização da actividade intelectual é apenas a premissa necessária ao correcto funcionamento daquela actividade, no pensamento de auto-racionalização do Sujeito. (TAFURI, 1985: 44)”.

¹¹³ WEBER, Max. *Il metodo delle scienze storico-sociali*. In: TAFURI, Manfredo. *Projecto e Utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Lisboa: Presença, 1985:41.

Nesse contexto, o trabalho intelectual das vanguardas modernistas empenha-se em assumir a liderança do “resgate social”. Esses esforços oscilam entre a consciência de sua perfeita autonomia e a da sua rigorosa dependência em relação ao sistema, ao capital. Essas vanguardas mergulham nessa contradição dada como necessária e inevitável, do incondicional e condicional, utópica e realista, que vê a sua finalidade confinada a si mesma e que se limita a querer servir. O movimento é da ambiguidade onde a cadência é a dialética, o pensamento binário, dual é sempre limitado a optar entre duas direções. Resgatando as especulações de Foucault identificamos o campo do saber nesse momento atravessado pelas noções de racionalidade, estrutura, pragmatismo, funcionalidade, produtividade, verticalidade (no sentido que Milton Santos¹¹⁴ nos aponta) e podemos identificar também que ciência, experiência e conhecimento estão consequentemente imbuídos desse espírito. Como num espelho tais conceitos refletem nas maneiras de se pensar e agir dos arquitetos urbanistas nesse período e é sobre essa tábula que ainda emergem as doutrinas que orientam nosso conhecimento e nossas práticas nos dias atuais. A abordagem dessa perspectiva tem nessa tese o objetivo de trazer à tona alguns aspectos relacionados à historiografia do projeto de arquitetura dos modernos aos nossos dias para que possamos perceber seus movimentos de contextualização, atualização, enrijecimento em relação à vida cotidiana dos espaços luminosos e opacos das cidades. A ideia é identificar a sua linhagem ao longo do seu percurso, seus desdobramentos e esvaziamentos em dias correntes.

Na defesa de um trabalho político essas vanguardas convergem quanto ao “profissionalismo” do trabalho intelectual.

[...] 1) de um lado, o reconhecimento por parte do trabalho intelectual de que é essencialmente *trabalho*, e portanto não recuperável por um movimento revolucionário; a autonomia de tal trabalho é explicitamente reconhecida como *relativa*: somente quem assume um empenhamento político ou econômico poderá ditar um *sentido* às elaborações das disciplinas intelectuais. 2) do outro, um trabalho intelectual que se nega a si mesmo como tal e se considera como pura *ideologia*; que pretende substituir a organização política, ou exaltá-la, ou criticá-la do interior.

¹¹⁴ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização do pensamento único e à consciência universal*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Sempre, em qualquer dos casos, com o objetivo de abandonar o trabalho produtivo para se colocar frente a este como sua *consciência crítica*. [...] Surge portanto o problema da mediação entre essas duas posições. [...] O significado último de tais movimentos é apenas um. As vanguardas intelectuais devem agora ocupar a área da qual até aqui se tinham mantido diligentemente afastadas: a área do *trabalho*. Não sendo mais possível manter o distanciamento do trabalho produtivo que no passado assegurava a *sacralidade* da pesquisa intelectual, resta apenas dar voluntariamente um passo que implica, porém, a destruição dos próprios papéis clássicos.” (TAFURI, 1985:49).

Sobre esse tema Tafuri continua especulando. O capital mais avançado nos anos 20 e 30 busca pelo trabalho dos intelectuais.

“[...] Nós – escreve - Henry Ford – precisamos de artistas que tenham em conta exigências do sistema industrial, de professores que o conheçam. De homens capazes de transformar a massa informe num todo são e harmonioso, tanto do ponto de vista político como social, industrial e ético. Sacrificávamos demasiado os dotes criativos e desperdiçámo-los empregando-os em fins menores: precisamos de homens que se proponham um programa de trabalho para realizar tudo que é bom, justo e desejável”. Ford não pretende que o intelectual participe directamente no controlo dos ciclos de produção, mas que seu contributo se traduza numa clara e explícita “atribuição de sentido” a esse mesmo ciclo. Ao entrar na esfera do trabalho, a produção ideológica é simultaneamente atraída e repelida. Por um lado, é-lhe solicitada a produção de modelos globais. A racionalização não deve dissociar-se de fins sociais: os modelos inovadores devem responder as exigências que façam simultaneamente parte dos momentos de re-estruturação interna aos ciclos e dos momentos de circulação da mercadoria. Por outro lado, a ideologia deve incidir directamente sobre a socialização dos consumos. Acolhida na esfera do trabalho produtivo – mas ainda não transformada ela própria em trabalho produtivo – a elaboração intelectual é compelida a tornar a produção ideológica mais funcional.” (TAFURI, 1985: 50).

Essas ideias constituem as bases do capitalismo democrático – sistema de economia privada que visa o ordenamento e planificação de toda a sua estrutura principalmente no que diz respeito às cidades. O trabalho intelectual aqui pretende e está imbuído de partir em busca de novas descobertas históricas. Nesse contexto de época, essas descobertas ou tarefas históricas possuem duas direções bem definidas. Em primeiro lugar é o diálogo com o capital e em segundo lugar o diálogo místico com as massas. A ideologia assume o papel de buscar unificar sujeito e objeto da produção, de transpor os momentos de contradição para apresentar modelos de funcionamento integrado de capital e trabalho. Sobre essa questão é importante ressaltar que a convergência entre vanguardas intelectuais e capital avançado não é indício de fenômenos generalizados, pelo contrário, essa convergência revelou-se bastante limitada e provisória incidindo sobre setores marginais do desenvolvimento.

“[...] A autonomia do trabalho intelectual corresponde à perpetuação do projecto de recuperação da Subjectividade expropriada pela divisão capitalista do trabalho. O trabalho intelectual como “serviço de classe” é projecto de restituição – por via indirecta – dessa mesma Subjectividade à classe expropriada.” (TAFURI, 1985:52).

Arte, literatura, arquitetura e urbanismo são instrumentos de recuperação da totalidade imaginada e desejada e como transposição desta para o novo sujeito histórico posto – a classe operária. “[...] Em todas as vanguardas históricas, a autonomia da construção formal deixa de insistir no projeto de controle da experiência cotidiana através da forma. Agora se dispôs a aceitar que é a experiência que domina o sujeito e o cria”. (TAFURI, 1985:52). Trata-se de planificar o desaparecimento do sujeito, anular a resistência do individual frente às estruturas de dominação e de reiterar a submissão voluntária e pacífica às essas forças de dominação. A salvação continua Tafuri, já não se encontra na “revolta”, mas na rendição incondicional.

“[...] Quando a sociedade inteira parece modelada pela fábrica, quando a forma do idêntico parece ter-se realizado e circula por todo o sistema, descobre-se que essa semelhança é repugnante ao pensamento: que este deve procurar sempre uma margem de diferença, para além de si mesmo, e viver para essa diferença. Para tal, está até disposto a sacrificar-se a si próprio, a considerar-se como mercadoria circulante, função pura na circulação geral das mercadorias. [...] A utopia da vanguarda reside precisamente na projectada recuperação de uma “aparência unitária da condição humana”, assegurada por um trabalho intelectual que se salva apenas no momento em que destrói seus próprios fundamentos.”. (TAFURI, 1985:53).

Nesse momento do capitalismo democrático, a subjetividade por esse produzida incita à anulação do sujeito, dos processos de singularização que acabam por incentivar a planificação de diferenças, a promoção de repetições, modelos, consensos, esquadrinhamentos, estratificações que incidem nos diferentes campos da vida cotidiana, precisamente na questão do projeto de arquitetura e urbanismo e nas paisagens por esses edificadas. O esforço dos arquitetos urbanistas dirige-se à massa homogênea, ao homem ideal(izado) – tipo, destituído de singularidade e por isso identificado nesse estudo como modos de ações desencarnados.

Acreditava-se nessa época que a única maneira existente era a de se anular o sujeito humano, singular, particular no sujeito do desenvolvimento. Na direção que Foucault

nos aponta, vale reconhecermos e encadearmos relações entre a macropolítica daquele período, a formação no campo do saber que essa engendra e identificar o caráter do conhecimento científico e das experiências desenvolvidas. No nosso campo o olhar cientifista, pragmático e genérico ganha suas respostas e justificativas, bem como as posturas estetizantes e demiúrgicas. É sob esse paradigma que Le Corbusier constrói, justifica e reintera a sua imagem sobre a *ville radieuse*, cena representativa do ato demiúrigo de projetar a arquitetura e o urbanismo e a criação das primeiras paisagens genéricas. Alimentando a construção dessas paisagens genéricas está a modelação do «homem burguês» como tipo «absoluto».

«[...] A luta contra o homem é condicionada pelas exigências do desenvolvimento ; só se esse último encontrar obstáculos – devidos ao apego dos «preconceitos» tradicionais – é que poderá repropor-se uma mitologia do humano. Mas deverá tratar-se de uma mitologia cínica e regressiva, funcional apenas para fazer desaparecer resistências igualmente débeis e incômodas.»(TAFURI, 1985:55).

Dentro desse contexto histórico, os arquitetos e as escolas modernistas buscam introduzir a ideologia do plano num *design* cada vez mais profundamente ligado à cidade. Defendem veementemente a sua necessidade. Esses profissionais opõem ao caos, ao empírico, ao cotidiano o princípio da forma. Para eles não há maneira de reconquista da totalidade (do ser e da arte) que não dependa da problematicidade da própria forma. Caos e ordem são confirmados como «valores» da nova cidade industrial. Caos abordado como dado e ordem como objetivo e projeto. A ordem confere significado ao caos através do projeto e o traduz em valor ou liberdade. Técnica da montagem e uso «sistemático» do imprevisto são premissas dos projetos que se anunciam. O lugar que representa o improvável é a cidade. O informe da cidade deve ser resgatado extraindo-lhe as potencialidades progressitas. Esses são os axiomas que constituirão as bases das doutrinas arquitetônicas e urbanísticas modernas e que resvalam na contemporaneidade.

Essa ideologia não se sobrepõe às operações que estão ligadas ao ciclo de produção, mas é interior às próprias operações. A arquitetura hegemônica e moderna que se constrói nesse momento contém uma margem de utopia, mas trata-se de uma utopia funcional aos objetivos de reorganização da produção que se pretende alcançar. A arquitetura vê-se entre realismo e utopia. Arquitetura, urbanística e *design* se relacionam horizontalmente em zonas de proximidades.

«[...] A utopia reside na sua obstinação em esconder que a ideologia da planificação só pode realizar-se na construção predial se indicar que é fora dela que o verdadeiro Plano pode tomar forma; ou, que uma vez entradas no horizonte da reorganização da produção em geral, a arquitetura e a urbanística, serão objectos, e não sujeitos, do Plano. [...] Corbusier enuncia claramente a seguinte alternativa: a arquitetura – ler: a programação e a reorganização planificada da produção de edifícios e da cidade como organismo produtivo – deve sobrepor-se à revolução.» (TAFURI, 1985:68-70).

Na era da planificação a ideologia arquitetônica ganha uma precisão técnica e nessa esteira o arquiteto urbanista assume função também puramente técnica. O projeto arquitetônico e urbanístico são métodos de planificação adequados ao conceito de estrutura idealizada da cadeia de montagem. Os métodos do trabalho industrial infiltram nas maneiras de pensar o plano, o projeto e refletem-se nas propostas de consumo dos objetos, habitações, arquiteturas, cidades. A cultura arquitetônica desse momento segue seu percurso – do elemento padronizado à célula, ao bloco, à cidade confundindo-se a uma cadeia de montagem. Essas planificações, serializações, racionalidades, verticalidades, ênfase na organização e na produtividade não se sobrepõem às operações geradoras da subjetividade dominante, mas é interior a essas operações. Podemos retomar Guattari discorrendo sobre os processos de semiotização, produção da subjetividade – estratificação e modelização do corpo social nos seus mais diferentes campos – o indivíduo, a família, os grupos, as cidades. Tudo isso reconfigurando e infiltrando também nos modos de pensar dos arquitetos urbanistas, no modo de elaboração dos seus projetos e afetando a própria experiência estética. O conjunto da cidade moderna pretende constituir-se, na sua estrutura, numa grande máquina social. A célula e seu valor-tipo representam a estrutura de base desse programa produtivo, dessa cidade, da qual é excluída qualquer componente tipológico anterior. Essas células enquanto elementos reprodutíveis ao infinito encarnam conceitualmente as estruturas fundantes da cadeia de produção, que dispensa os conceitos tradicionais de lugar e espaço caros ao campo da arquitetura e do urbanismo. Vimos surgindo e impondo-se o conceito de tábula rasa, conceito esse que vem sendo atualizado e potencializado ao longo das décadas posteriores e que tem adquirido função especial na arquitetura e urbanismo contemporâneos. A subjetividade hegemônica nesse contexto trabalha no sentido de dominar a multiplicidade do cotidiano e vale-se da lei, da regra, constrói axiomas, os matizes e

as diferenças são apagados, a busca é por transformar o caos em forma lógica, unívoca e matemática. Essas noções acabam por constituir as novas tarefas a que essa fase de reorganização produtiva chama os arquitetos e urbanistas.

Assim, o arquiteto produtor de objetos passa a ser uma figura inadequada. Nesse caso, a função adequada a esse profissional diz respeito à de elaborador de modelos de organização no ciclo de produção da cidade capitalista. É possível reconhecer as origens da formação dos profissionais da área nesse momento baseada em princípios exclusivamente tecnicistas, comprometidos com a relevância de aspectos funcionais e organizacionais. À margem dessa cidade/máquina capitalista vê-se em contrapartida, as cidades históricas e territórios de produção acumulando e multiplicando as suas contradições. Nesse momento, a formação e a prática dos arquitetos urbanistas já primavam pela recusa da contradição como premissa de objetividade e racionalização da programação, estando esses territórios, portanto, fora do centro de atenção desses profissionais. Nesse cenário, em relação ao papel do arquiteto urbanista vê-se um impasse:

“[...] Entre a destruição do objecto e a sua substituição por um processo de viver como tal, operada pela revolução artística da Bauhaus e pelas correntes construtivistas, e a exacerbação do objecto própria do ambíguo ecletismo expressionista não há possibilidade de diálogo. Mas não nos deixemos confundir pelas aparências. Trata-se de uma dialética entre intelectuais que reduzem o próprio potencial ideológico à instrumentalização de programas avançados por um sistema produtivo em vias de organização, e intelectuais que dão resposta às “necessidades secundárias” da burguesia europeia.”(TAFURI, 1985: 77).

O outro papel assumido pelo arquiteto urbanista (nem tão diferente assim) diz respeito a unir e relacionar poder administrativo e proposta intelectual: o papel do urbanista ou do planejador urbano ganha fôlego. Arquitetos urbanistas assumem cargos políticos na administração das cidades – incumbem-se de buscar organizar a cidade/máquina de maneira global. Segundo Tafuri, a coincidência de autoridade política e intelectual tem um objetivo de simples mediação entre estruturas e superestruturas. E isto reflete-se claramente na própria organização da cidade. Essas práticas deixaram intactas de suas intervenções os territórios (em sua maioria os opacos), abdicando de enfrentar as contradições de uma cidade que não é controlada nem re-estruturada enquanto sistema face aos deslocamentos dos centros produtivos

no território... constituição de paisagens abandonadas ou à margem...paisagens espalhadas, paisagens do adeus....

As forças hegemônicas de saber e poder modernos investem, por um lado, nas disciplinas, nas regulações, na anátomo-política do corpo, visto que, a arquitetura e a urbanística moderna trabalham para um corpo “modulor” idealizado e também disciplinado, esquadrihado à exaustão, desencarnado. E por outro investem na massa, na população, na espécie, nas performances do corpo, nos processos da vida – é o modo que o poder (moderno e hegemônico) encontrou de investir na vida de ponta a ponta. Ainda separadas no início, a disciplinarização dos corpos e a regulação da população acabam confluindo. A arquitetura e o urbanismo trabalham diretamente sobre essas duas instâncias. A primeira acomodação teria sido em cima do corpo individual (a partir do corpo idealizado, esvaziado de singularidade, desencarnado) e a segunda acomodação, sobre os fenômenos globais, a população (o urbanismo moderno procurou através da utopia dos “planos” dar respostas aos problemas que se anunciavam). Vale lembrarmos Foucault sobre as exigências de ajuste do capitalismo.

“[...] Este não pode se garantir senão ao preço de uma inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e através de um ajuste dos fenômenos de população aos processos econômicos. Numa outra passagem, Foucault lembra que a velha mecânica do poder de soberania tornou-se inoperante diante da explosão demográfica e da industrialização. [...] A primeira tomada de poder sobre o corpo feita sob o modo da individualização, lembra Foucault, segue-se uma segunda tomada de poder, desta vez massificante, totalizante”. (PAL PELBART, 2003:57-58)

Observamos uma tomada de poder sobre o corpo, feita sob o modo da massificação, totalizante. Nesse sentido, o desencarnamento não qualifica somente as posturas dos arquitetos urbanistas, mas uma vez investidas intensamente sobre os corpos dos homens fazem com que esses se tornem eles mesmos uma desencarnação. Assiste-se a um total assujeitamento da esfera singular aos preceitos cientificistas, subjetivos, pragmáticos responsáveis pelo bem comum.

Seguindo certa cronologia que perpassa a busca pela constituição de um arquiteto hábil a se relacionar com a visão de mundo que se tem nessa época vale nos ocuparmos das ideias emblemáticas e heróicas de Le Corbusier. A tentativa parece

juntar num só propósito estilhaços do arquiteto e do urbanista criando imperativos/imperadores.

“[...] Absorver aquela multiplicidade, mediar o improvável com a certeza do plano, compensar organicidade e desorganicidade agudizando-lhes a dialética, demonstrar que o nível máximo de programação produtiva coincide com o máximo de “produtividade do espírito”, são objetivos delineados por Le Corbusier com uma lucidez sem paralelo no âmbito da cultura progressista europeia, com a consciência da frente tripla em que a arquitetura moderna deve combater. Se a arquitetura é agora sinônimo de organização da produção, também é verdade que a distribuição e o consumo são fatores determinantes do ciclo, para além da própria produção. O arquiteto é um organizador, não um desenhador de objectos: este lema de Le Corbusier não é um slogan, mas um imperativo, que liga iniciativa intelectual e *civilisation machiniste*. Enquanto vanguarda daquela *civilisation*, o arquitecto, ao antecipar-lhe os planos (mesmo que setoriais), deve articular a sua acção em diversos binários. *L’appel aux industriels* e a tipologia são as propostas feitas à empresa produtiva, a procura de uma autoridade capaz de mediar a planificação da construção e a planificação urbanística com programas de reorganização civil é tentada a nível político com a instituição dos CIAM; a articulação da forma no seu nível máximo é aproveitada com a finalidade de tornar o público sujeito ativo do consumo. Mais precisamente, a forma assume a função de tornar autêntico e natural o universo não-natural da precisão tecnológica.”(TAFURI, 1985:86).

A especificidade desse universo tecnológico¹¹⁵ em voga aborta ‘o aqui e o ali’ – e essa estratégia de abordagem da realidade abdica das relações contextuais, bem como enfatiza o axioma de tábula rasa, que por sua vez endossa as práticas demiúrgicas. As preocupações sociais dos arquitetos urbanistas modernos não os eximem de terem empreendido posturas desencarnadas no exercício de suas atividades práticas e teóricas. A projeção de “homem e coletivo ideal” a despeito da “vida como ela é” e toda a produção de saberes, poderes e subjetividades decorrentes construíram uma imensa base para a disseminação de práticas arquitetônicas e urbanísticas descoladas de singularidades, alheias às diferenças culturais e individuais. A visão que esses arquitetos urbanistas absorvem do mundo bem como suas experimentações transcorrem na ordem molar. Os saberes exercidos por esses profissionais dotados de

¹¹⁵ À escala do objeto singular é necessário ter em conta as exigências da contínua revolução tecnológica, do *styling*, do consumo rápido, ditadas por um capitalismo dinâmico em expansão. A célula residencial, teoricamente consumível em tempos breves, pode ser substituída em função de cada mudança das exigências individuais – de cada mudança das exigências individuais – de cada mudança das exigências induzida pela renovação dos modelos e dos *standarts* residenciais ditados pela produção.

conhecimento específico e superior têm por objetivo intervir e afetar as realidades do mundo, mas esse movimento é de mão única no sentido de afetar e não ser afetado. Numa visão molar,

“[...] a crise da arquitectura moderna começa no preciso momento em que o seu destinatário natural – o grande capital industrial – supera sua ideologia de fundo, pondo de parte as superestruturas. A partir deste momento, a ideologia arquitetônica vê esgotados os seus próprios objetivos. A sua obstinação em querer ver realizadas as suas hipóteses tornam-se, ou numa mola para a superação de realidades retrógradas, ou em incômoda perturbação.” (TAFURI, 1985:92).

Sem abandonar a “utopia do projeto” e num impasse inegável, o paradigma arquitetônico renuncia a desempenhar um papel impulsionador no que diz respeito às cidades e às estruturas de produção. Entre utopia e desenvolvimento, diante da incapacidade de analisar as causas efetivas da crise do *design*, e voltando toda a atenção aos problemas internos do mesmo, a crítica volta-se para a produção sintomática de invenções ideológicas, na tentativa de oferecer novos propósitos à relação entre “técnicas de produção visual e utopias tecnológicas”. Os arquitetos urbanistas, nesse momento de crise do movimento moderno, renunciam à grande tarefa de buscar resolver as contradições da cidade, em transformá-la em máquina totalmente organizada, sem desperdícios e disfunções. Não se trata mais da cidade como superestrutura, pelo contrário, a arte é agora chamada a dar um rosto superestrutural à cidade.

“[...] Pop art, op art, análise sobre a *imageability* urbana, *esthétique prospective*, convergem no seguinte objectivo: dissimular, resolvendo-as em imagens polivalentes, as contradições da cidade contemporânea, exaltando figurativamente a complexidade formal que, lida com parâmetros adequados, mais não é que a explosão das dissensões insanáveis que escapam ao plano do capital avançado. A recuperação do conceito de arte é, portanto funcional para este novo papel de cobertura.” (TAFURI, 1985:93).

As novas ideologias urbanas que se anunciam caracterizam-se pelo utopismo arquitetônico e super tecnológico e por processos de estetizações (primado das questões formais sobre as demais forças constituintes da arquitetura e das cidades). A arquitetura tem a pretensão de poder definir unicamente com os instrumentos disciplinares que lhe são próprios, as estruturas primárias da cidade. Essa crença na arquitetura como conjunto estruturador e primeiro da urbanística moderna evidencia

o privilégio do conceito de espaço abstrato (de domínio de especialistas arquitetos, urbanistas, cientistas) sobre as demais noções de espaço desenvolvida por Lefebvre. Isto é, revela-se um saber-poder hierárquico do especialista arquiteto urbanista sobre as outras maneiras de produção do espaço urbano advinda de atores diversos. Vale lembrar a tríade desenvolvida por Lefebvre: o espaço material/ percebido (rotinas diárias e realidades urbanas), o espaço conceituado, abstrato (em geral, designado por especialistas – arquitetos urbanistas) e o espaço vivido (os espaços dos habitantes, dos usuários, das vivências). Lefebvre denuncia a impossibilidade de se pensar o espaço sem que essas variáveis e seus diversos desdobramentos sejam considerados. Assim, vemos nesse momento uma cultura arquitetônica insistindo no desperdício da forma e na recuperação de uma dimensão específica dos temas artísticos na esteira da necessidade de uma crescente integração da elaboração formal no ciclo da produção. Presenciamos, nesse momento, a busca de “novos e outros alicerces” para a linguagem arquitetônica.

Diante de um mundo interpelado, cada vez mais, pela utilização capitalista da ciência e da automação, diferentes tipos de linguagens apresentam-se no mundo contemporâneo como sistemas de comunicação, nascidos a partir de um plano de desenvolvimento onde a sua função é articular, com a máxima eficiência e extensão, “um projeto de planificação global do universo produtivo”. Segundo as especulações de Tafuri a única utopia que se torna possível dentro desse contexto que se inicia nos anos 60 é a *utopia tecnológica*. Essa utopia constitui-se dissociada do mundo cotidiano. Abstrações, cientificismo e distanciamento da realidade são características da utopia tecnológica.

“[...] Se de facto o sistema comunicativo apenas remete para as leis da sua própria estrutura interna, se a arquitetura só pode ser interpretável – nos seus aspectos específicos – como experimentação linguística, se esta última se realiza apenas através de uma *obliquidade*, de uma ambiguidade de raiz na organização das suas componentes, se, finalmente, o “material” da linguagem é indiferente, e o que conta é somente o modo como os vários materiais reagem entre si, então não existirá outra via coerente para além do formalismo mais radical e politicamente agnóstico: o mais distanciado – por opção livre e consciente – da própria realidade que permite à arquitetura existir.” (TAFURI, 1985:106-107).

Esse trabalho autofágico da arquitetura acaba por reverberar na construção do refúgio formalista, abrigo para muitos dos arquitetos urbanistas contemporâneos e suas

posturas desencarnadas. Essa desencarnação ou exterioridade em relação ao real distanciam essas arquiteturas e urbanidades “excludentemente” estetizantes e tecnológicas de uma desejável e necessária abordagem política.

O caráter desencarnado das hipóteses modernas também lança sementes no que vamos presenciar em tempos atuais. A análise desencadeada por Tafuri desenvolve-se em torno da subjetividade hegemônica, macro dos arquitetos urbanistas, mas lembramos que internos a essa, circularam e infiltraram singularidades, subjetividades moleculares contrárias e críticas a esse debate bem como a essas práticas. Esses «outros» modos de ação serão citados e analisados no próximo capítulo dessa tese sob o nome de posturas incorporadas. Vale ressaltarmos que se essas infiltrações são praticadas por arquitetos urbanistas em pequena escala e por outro lado no campo das resistências vemos por toda parte uma imensidão de habitantes a se embaterem e confrontarem com esses paradigmas/modelos definidores de modos de morar e construir cidades e arquiteturas.

É fato que a subjetividade dos arquitetos urbanistas contemporâneos é de origem modernista e, que de certa maneira ainda orienta nossos modos de perceber e intervir na realidade cotidiana.

“[...] A urbanística moderna – enquanto tentativa utópica de salvaguardar uma *forma* para a cidade, ou antes, um princípio de forma inserido na dinâmica das estruturas urbanas – não conseguiu realizar os seus modelos. Mas no âmbito das estruturas urbanas e territoriais, todo o contributo das vanguardas históricas vive com uma particular pujança. A cidade, como estrutura publicitária e autopublicitária, como conjunto de canais de comunicação, torna-se uma espécie de máquina emitindo mensagens constantes: o indeterminado oferece-se na sua forma específica, apresenta-se como única determinação possível para o conjunto urbano”. (TAFURI, 1985:113).

Na maior parte das vezes os arquitetos urbanistas desde os modernos agem no sentido da produção projetual e construtiva com base em modelos eminentemente estáticos, seguindo estratégias de remoção de desequilíbrios. Mas, cada vez mais se torna demanda e exigência do próprio desenvolvimento capitalista passar da utilização de modelos estáticos para a elaboração de estratégias dinâmicas/império nomadizado. É necessário reconhecer, mesmo no setor das técnicas da planificação, os novos fenômenos e as forças protagonistas da contemporaneidade. Referimo-nos à crise daquilo que podemos definir como crise da ideologia do equilíbrio, no âmbito das

disciplinas relativas à programação e sobre a qual estão fundadas as formações e práticas dos arquitetos urbanistas no âmbito molar, hegemônico.

“[...] Para os arquitectos, a descoberta do seu declínio como ideólogos activos, a constatação das enormes possibilidades tecnológicas utilizáveis para racionalizar as cidades e os territórios, juntamente com a constatação diária de sua dissipação, o envelhecimento dos métodos específicos do projectar, mesmo antes de poder verificar as suas hipóteses na realidade, geram um clima de ansiedade que deixa entrever no horizonte um panorama muito concreto e temido como o pior dos males: o “declínio do profissionalismo” do arquitecto e a sua inserção, já sem obstáculos tardo-humanísticos, em programas onde o papel ideológico da arquitectura é mínimo”. (TAFUR, 1985:121).

Uma vez fragilizadas as ideologias disciplinares, o que resta nesse cenário é a necessidade real de recolocar os novos papéis desses profissionais no âmbito das novas formas do desenvolvimento do capitalismo. A despeito dessa demanda de atualização e reinvenção do papel desses profissionais vemos sobreviver estratégias projetuais anacrônicas. Se tomamos o campo da arquitetura e do urbanismo percebemos que o pensamento estruturalista fundado na crença binária e arborescente edificou saberes e paradigmas nos séc. XIX e XX sobre o qual o planejamento de grande parte de nossas cidades e arquiteturas, bem como a subjetividade do ensino de arquitetura e urbanismo está fundamentado. O mundo moderno tendo no modelo estruturalista seu quadro de referência elegeu noções de organização hierárquica, evolução, unidade, identidade, dialética, princípio e fim, bem e mal, lógica da exclusão (pensar por oposições), percepção dual do mundo, totalidade - dentre outros conceitos como o quadro de referência a influenciar as maneiras de existir de toda a sociedade e por consequência constituiu o plano de onde emanam ainda os conceitos/subjetividade fundantes da formação dos arquitetos e urbanistas nos tempos atuais.

No âmbito do planejamento urbano, vemos passar pensamentos e práticas relacionados ao planejamento integrado em tempos modernos ao planejamento estratégico, a cidade genérica, o *new urbanism*, o urbanismo extra-large dentre outras frentes em tempos mais recentes. A urbanística moderna, expressão das sociedades industriais, e a contemporânea, relacionada com a realidade das sociedades pós-industriais, isto é, do mundo globalizado, do “capitalismo flexível”, da sociedade de consumo, sociedade do espetáculo. Observamos que a urbanística moderna (na sua

perspectiva hegemônica) cunhou seus enunciados, agenciamentos, máquinas abstratas a partir do princípio ontológico da crença na presença de um Ser. No sentido de uma Unidade territorial, um Todo, um Organismo a ser criado e resultante da convergência de diferentes disciplinas e de decisões que deveriam expressar, no sentido global, unitário, uma desejável adequação, a mais próxima possível do acerto, da Verdade científica, uma utópica visão e crença no crescente progresso. Planejadores, arquitetos, urbanistas acreditavam propor soluções corretas às situações extremamente complexas. Através de padrões e modelos almejavam a resolução de problemas em sua Totalidade. Entretanto, a partir dos anos cinquenta, face aos resultados obtidos vemos desenvolver-se críticas contundentes a esses postulados fundados na crença no poder da razão científica, das tecnologias até então disponíveis. Ideário excludente e reducionista no que diz respeito às complexidades dos conflitos presentes na época e as subjetividades individuais e coletivas.

“[...] Direta ou indiretamente, a partir dos anos 50, o pensamento “Estruturalista” fomentou ideias e teorias sobre as cidades, relevando a questão de suas funções (Cidade funcionais de inspiração lecorbuseana dos anos 20), considerando-as impróprias e falsas quando relacionada com a complexidade de valores culturais que eram então esquecidos no planejamento e desenvolvimento das cidades. Com sua lógica, embora ainda binária, o Estruturalismo, atacou os axiomas do Planejamento Integrado, tanto em seu determinismo funcional quanto histórico, e isso, em decorrência desse planejamento admitir um progresso predestinado como missão e a pressuposição de uma nova ordem social, de uma evolução social linear. Vinculado à noção de Estrutura, esse pensamento, reconheceu as limitações impostas pelas diferentes correntes do pensamento moderno, principalmente as ideias funcionalistas, entretanto, apesar das críticas que formulou, reconhecendo a complexidade existente e as dificuldades implicadas em resolver os problemas emergentes, permaneceu refém, não apenas da lógica binária e de seu repertório conceitual, mas também, da dinâmica e das articulações e conexões de seus elementos compositivos estruturais, os quais ficaram enclausurados à guisa de um Sistema fechado, como um Todo, um Ser, nos moldes do pensamento ontológico clássico. O pensamento estruturalista pode ser entendido como o fim e início de um momento de ruptura e ao mesmo tempo, a vertente mais elaborada do pensamento moderno.” (MAGNAVITA, 2006:3)

Numa perspectiva também hegemônica, mas despida de interesses sociais e buscando afinar cada vez mais ao estágio em que se encontra o capitalismo atual (globalizado e competitivo) vemos a arquitetura e a urbanística contemporânea assumindo, definitivamente, a conotação mercadológica de uma produção de bens de consumo. Seja através do planejamento estratégico, ou do urbanismo extra-large, das cidades genéricas, do *new urbanism* percebemos que essas novas facetas do planejamento

urbano contemporâneo trabalham a partir das demandas da sociedade de consumo, da sociedade do espetáculo. Nesse cenário, o marketing urbano tornou-se hoje o mais eficiente instrumento de controle social e do planejamento das cidades que aspiram competir em nível regional, nacional e internacional. Nessa competição por altos investimentos (advindos do capital privado ou quando muito, em parceria com recursos do Estado) os projetos são demandados aos arquitetos urbanistas pertencentes ao “Star System” do campo numa abrangência internacional. Desses são exigidas propostas criativas, autorais no sentido de promover cenários de espetacular conotação e ao mesmo tempo, atender às novas funções cujo objetivo consiste em incrementar o consumo de bens materiais e imateriais. Mas, geralmente a despeito das doutrinas modernas ou contemporâneas, a primeira atrelada a interesses sociais e a segunda esvaziada dessas preocupações, vemos que no âmbito hegemônico, tanto a formação quanto as práticas desses profissionais encontram-se vinculadas ao instrumental conceitual da lógica binária e ao modelo de pensar arborescente (árvore/estrutura). O preocupante é que esse tipo de pensamento está baseado na lógica da exclusão (ou isto, ou aquilo) constituindo um olhar reducionista sob o que está colocado em questão que são realidades tão complexas e conflituosas que expurgam por sua natureza uma abordagem recortada, desencarnada de seus vários fluxos constituintes.

A arquitetura, a urbanística, seja ela moderna ou contemporânea, mas ambas hegemônicas enredam saberes específicos. Saberes que constituem um território próprio onde ocorrem agenciamentos maquínicos e de enunciação, atravessados pelas relações de poder, composição de forças, fluxos, intensidades, relações essas caracterizadas pela invisibilidade que possuem. Saberes formatados por sobrecodificações sucessivas. Lembramos que essas sobrecodificações são realizadas, no universo acadêmico pelos docentes e na prática profissional por especialistas da área, agentes ministeriais e empresariais entre outras participações. As sobrecodificações são efetuadas pelo Aparelho de Estado através de medidas relacionadas à promulgação de leis, diretrizes, dispositivos, atribuições profissionais, etc.. Sob a égide de “Diretrizes e Bases da Educação” se estabelecem categorias de ensino, currículos, disciplinas, normas, dispositivos, exigências etc. Com base nelas, as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, elaboram regimentos, redes curriculares, planos de cursos, etc., ou seja, máquinas abstratas, porém, de regra,

binárias. (MAGNAVITA:2006)

Ressaltamos que a subjetividade promovida pelo CMI (Capitalismo Mundial Integrado) faz com que todos nós pertençamos a um mesmo Império econômico atravessado por “*n*” linhas de fratura, no qual há dominantes e dominados que obedecem a ditames complexos. A hegemonia da civilização ocidental não foi conquistada somente pela força de seus valores, ideias e religiões, mas também pelo uso da força, ou seja, pela sua capacidade de aplicar a violência de maneira organizada e racional. Poderíamos vislumbrar até que ponto essa pretensiosa universalidade ocidental, imposta muitas vezes pela força, obedece a um padrão pouco universal, o do homem-macho/branco-racional. Não é difícil de perceber porque mulheres, negros, índios, loucos, homossexuais dentre outras minorias e derivas custaram a serem reconhecidos como sujeitos de direito. Um certo universalismo humanista pode facilmente camuflar a dominação de um padrão dito majoritário que lhe serve de sustentação, com suas regras implícitas do que deve ser considerado humano, racional, sensato a despeito dos combates derivados das diferenças, das singularidades. Esse quadro molar de onde partem axiomas a afetar os nossos modos de existências, partem de um modelo consensual com suas crenças em torno da verdade, da ciência, do progresso, do mercado, da democracia. Essa hegemonia constituída pelos valores citados dentre outros incidem sobre os modos de vida em diferentes lugares, culturas, subjetividades objetivando sempre reforçar seu quadro de força. Esse é um dos motivos que faz com que consenso seja um bem a ser buscado por diversas sociedades contemporâneas. O desejo de consenso é um dispositivo disseminado mundo afora em prol do aparelho de Estado, do CMI, do império uma vez que aborta diferenças, singularidades e seus conseqüentes conflitos. Novamente, vemos a noção de tabula rasa reaparecer.

No campo da arquitetura e do urbanismo não seria diferente. Somos afetados em relação à construção de saberes, subjetividades, posturas pelo quadro molar. Nesse sentido, podemos dizer que nossos saberes são esquadrihados, sobrecodificados pelos ditames hegemônicos. No Brasil, como em diversas outras sociedades, as formações acadêmicas, geralmente estão diretamente atreladas às realidades exteriores e distantes. A absorção de valores exógenos às diversas subjetividades singularizadas esparramadas pelo território brasileiro nos levaria a apontar ou

reforçar a relação dos modos de ações desencarnados de arquitetos urbanistas. Nessa tese em momentos anteriores apontamos como prováveis causas das ações desencarnadas, o emprego desatualizado e desituado de dispositivos e ferramentas projetuais e construtivos formulados na e para a realidade moderna, bem como, a sua relação com o quadro molar. Esse é constituído pelos saberes, poderes e subjetividades hegemônicas. Não estamos subestimando a potente capacidade de antropofagizar da nossa cultura, tanto no âmbito popular quanto erudito, mas de qualquer modo vale salientar que a atual produção arquitetônica e urbanística vive momentos de desencarnamento ou esvaziamento de singularidade nas suas propostas tendendo para a produção homogeneizadoras condizentes com o desejo de consenso disseminado pela subjetividade hegemônica do CMI.

Historicamente, conceitos hegemônicos (derivadas de homem-macho/branco-racional) tais como: ser, unidade, identidade, razão, verdade, bem, belo, ordem, infinito, espaço, tempo, organismo, essência subordinam noções tais como diferença, multiplicidade, irracional, erro, feio, caos, etc. Muitas desses conceitos hegemônicos constituem as palavras-chaves a orientar as formações, discursos e práticas dos arquitetos urbanistas mundo afora disseminados desde o apogeu moderno.

“[...] Mesmo admitindo a diversidade de expressões formais, historicamente codificadas em diversos estilos, a arquitetura manteve-se confinada à tríade vitruviana. As noções de firmeza, utilidade e beleza, pela sedução secular que possuem, continuam a orientar os incautos e mestres acadêmicos pelo fato de caracterizarem a chamada “essência” da arquitetura. Entretanto, essas noções, inseridas num quadro mais complexo de relações, dizem muito pouco sobre a arquitetura quando esta é entendida como multiplicidade incomensurável de conexões entre componentes de natureza heterogênea.” (MAGNAVITA, 2003:66)

Para melhor identificar o diagrama de forças de poder que em grande parte definem as subjetividades dos arquitetos urbanistas contemporâneos talvez valha à pena retomar o aforismo 34 do livro clássico de Guy Debord “A sociedade do espetáculo” de 1967 onde está anunciado: “O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem”. A espetacularização urbana em dias correntes protagoniza uma das características mais marcantes do pensamento urbanístico contemporâneo. Pensamento esse demandado pela subjetividade molar do CMI e produzido pela subjetividade dos arquitetos urbanistas atuais em seu espectro hegemônico. Nos dias

correntes, em geral, o discurso arquitetônico e urbanístico do poder e da subjetividade macro está enredado aos postulados preconizados pelo marketing urbano, pela urbanização generalizada, por movimentos de patrimonialização desenfreada, estetização que nos arremessa à crise de noção de cidade através das ideias de “não cidade”. Importa assinalar que esses diferentes motes têm dimensões globais, tendem a homogeneização, a espetacularização urbana, ao desencarnamento, são extremamente hierarquizados e primam pela não participação dos habitantes das realidades concernidas.

“[...] seja por congelamento – cidade-museu e patrimonialização desenfreada – seja por difusão – cidade genérica e urbanização generalizada. Essas duas correntes do pensamento urbano contemporâneo, apesar de antagônicas, tendem a um resultado bem semelhante e que pode ser chamado de “espetacularização” das cidades contemporâneas. A corrente mais conservadora, pós-modernista tardia ou neo-culturalista, radicaliza a preocupação com as culturas pré-existentes, e preconiza a petrificação ou o pastiche do espaço urbano, principalmente de centros históricos, provocando a museificação e patrimonização, e também o surgimento da cidade/parque-temático e de uma disneylização urbana, exemplos típicos da cidade-espetáculo. A corrente dita progressista, neo-modernista, retoma alguns princípios modernistas – sem a mesma preocupação social ou utópica dos primeiros modernos – principalmente a ideia de *Tabula Rasa*, e faz a apologia da grande escala (XL2) e dos espaços urbanos caóticos, geralmente periféricos ou de cidades da periferia mundial: *junkspaces*, cidades genéricas, cidades-shoppings ou espaços terminais do capitalismo selvagem, que também são mostrados de uma forma totalmente espetacular.” (JACQUES, 2004:23).

Esse rolo compressor homogeneizador do pensamento dominante/verticalidade constituinte do saber erudito do arquiteto urbanista vem por três momentos da história gerando um processo de espetacularização urbana: “[...] o momento inicial, de embelezamento ou modernização das cidades em que se começa a moldar as imagens urbanas modernas; em seguida se começa a vendê-las como simulacros, - o caso de Las Vegas estudado por Venturi é clássico; e hoje o que se vende é a imagem de marca da cidade” (JACQUES, 2004: 25). É importante perceber que esses movimentos de “espetacularização urbana” acabam por gerar no âmbito da arquitetura e do urbanismo processos de gentrificação, exclusão social, cidades partidas resultantes das forças da subjetividade hegemônica capitalista. Apesar da necessidade de rever o quadro de referência de onde emanam as subjetividades atuais o que se vê é que de acordo com as doutrinas ora modernista, ora pós-modernista, ora neo-modernista - encontramos o arquiteto como *um vigilante sanitário*, ou *como*

construtor de monumentos, entre covardias mais ou menos consistentes, mas de vocações para pirâmides.

A palavra de ordem que se estabelece em tempos modernos e que se estende desde então aos dias atuais vai de encontro ao crescente esquadramento das paisagens, estandarização dos objetos cotidianos e a tentativa de padronização dos modos de vida. Inspirados em Guattari vários pensadores contemporâneos insistem na dimensão semiótica do capitalismo. “[...] Na velocidade da digitalização generalizada, a economia ressemiotiza todos os âmbitos da vida, colonizando vastas esferas da cultura, a inteligência, a atenção, a emoção, o tempo, o espaço, o próprio corpo.” (PÁL PELBART, 2003: 135). Outros pensadores insistem na predominância da linguagem e dos símbolos na economia atual, fazendo da comunicação o núcleo do processo produtivo.

“[...] Em todo caso, nesse contexto pós-moderno”, a comunicação aparece como um instrumento fundamental do controle imperial (depois da bomba e do dinheiro). A comunicação, inteiramente desterritorializada, recobre o globo e valida a subsunção real da sociedade ao capital. Entretanto, apesar dessa narrativa “totalitária” que supõe um controle maciço do imaginário, da percepção, da subjetividade numa sociedade de controle, que prescinde de mediações e opera diretamente, maquinicamente, no cérebro e nos nervos, re-encontramos, mesmo nessas descrições de saturação, um meio de pluralidade e de acontecimento. Como diz Guattari, ao mesmo tempo em que estamos “presos numa ratoeira”, somos destinados às mais insólitas e exaltantes aventuras.” (PÁL PELBART, 2003:135).

A partir desse quadro molar no qual se apresenta a contemporaneidade: sociedade de controle, sociedade do espetáculo, sociedades disciplinares em que medida nesse contexto, poderíamos reinaugurar processos subjetivos, singularizados, posturas incorporadas no que diz respeito às práticas arquitetônicas, urbanas, estéticas, sociais, políticas? Como no interior da narrativa por demais unilateral da sociedade do espetáculo e da sociedade de controle podemos infiltrar nesse campo reabrindo-o para outras cartografias? Como infiltrar no quadro molar, desencarnado buscando construir práticas e posturas incorporadas à realidade miúda, cotidiana fazendo comunicar num comum sensível a diferença dos indivíduos? Contribuições nessa direção é o mote para as discussões que se seguem nessa tese.

Quando nas “Conversas com Kafka” Janoush diz ao escritor tcheco que vivemos num mundo destruído, este responde: “Não vivemos num mundo *destruído*, vivemos num mundo *transtornado*. Tudo racha e estala como no equipamento de um veleiro destroçado”. Rachaduras e estalos que Kafka dá a ver, que a situação contemporânea escancara, e que não passam apenas entre as civilizações, mas no interior de cada uma delas. Talvez o desafio seja de intensificar esses estalos e rachaduras do Império, mas também do Estado-nação, das classes, dos gêneros, das identidades, das arquiteturas, do urbanismo para dar a ver nas linhas de fraturas diversas a potência de mescla, de recombinação presentes na vida real, incorporada.

Vamos às linhas de fuga...

Cap. 3/ Posturas Incorporadas



FIG 17. Alusão aos arquitetos urbanistas que assumem posturas incorporadas nas cotidianidades em jogo. Fonte: ERR, 2003.

3.1 Singularidade e a violação da subjetividade

A subjetividade encontra-se em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos – ela é essencialmente fabricada e modelada no registro social – assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. Podemos vivê-la oscilando por entre relações de alienação e de opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou por relações de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria de seus componentes, produzindo um processo que pode ser denominado de singularização¹¹⁶. Percebemos que o objetivo da produção de subjetividade pelo capitalismo mundial integrado (CMI) é de bloquear os processos de singularização e instaurar processos de individuação. A crise mundial na qual estamos

¹¹⁶ O termo “singularização” é usado por Guattari e Rolnik (1993) para designar os processos disruptores no campo da produção do desejo: trata-se dos movimentos de protesto do inconsciente contra a subjetividade hegemônica, através da afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outra percepção, etc. Chama-se a atenção para a importância política de tais processos dentre os quais se situam os movimentos sociais, as minorias - enfim desvios de diferentes espécies.

imersos é a crise dos modos de semiotização do capitalismo, pensando não só nas semióticas econômicas, mas em todas as semióticas de controle social e de modelização da produção da subjetividade. Uma das características desta crise, é que ela não se situa apenas nas relações sociais explícitas, mas envolve formações do inconsciente, formações religiosas, míticas, estéticas. Trata-se de uma crise de modos de subjetivação, dos modos de organização e de sociabilidade, das formas de investimento coletivo de formações do inconsciente que escapam às explicações estruturalistas. Essa crise é mundial, mas ela é apreendida, semiotizada e cartografada de diferentes maneiras de acordo com o meio, com cada indivíduo.

Guattari (1982) nos convida a fazer a leitura do social desde o desejo, fazer a passagem do desejo ao político na multiplicidade, na heterogênesse dos modos de subjetivação. Nessa perspectiva vamos assistindo à construção de uma teoria do desejo no campo social, onde a economia política¹¹⁷ e a economia libidinal são inseparáveis. A economia libidinal é a subjetividade da economia política. O inconsciente é maquínico – inconsciente da produção de máquinas do desejo no campo social. Volatiza-se a barra que separa um campo privado do desejo de um campo público da realidade cotidiana. A produção de “fluxos esquizo”¹¹⁸ na economia do desejo é a mola propulsora de mutação pessoal/social, condição de história. (GUATTARI: 1992).

“[...] De uma maneira geral, deve-se admitir que cada indivíduo, cada grupo social veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, quer dizer uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também míticas, rituais, sintomatológicas, a partir da qual ele se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições e suas pulsões. (GUATTARI: 1992:322)”.

Acerca da noção de desejo Guattari segue dizendo:

“[...] Ao desejo não falta nada. O desejo não depende da lei. O desejo não é sinônimo de transgressão. O desejo é pura positividade. Não é que você tenha um inconsciente, você deve produzir um inconsciente. Produzir o

¹¹⁷ Política como referente ou fundada pelas dimensões estéticas e analíticas que estão sempre implicadas nas três ecologias: do meio ambiente, do sócius e da psiquê.

¹¹⁸ “[...] Fluxos esquizo são sistemas de cortes que não são apenas a interrupção de um processo, mas a encruzilhada de processos. A esquizo traz em si um novo capital de potencialidade”. (GUATTARI: 1992:322).

inconsciente não é fácil, não é em qualquer lugar, não é como um lapso, um trocadilho ou até mesmo com um sonho que se produz um. Nada que ver com lembranças reprimidas, nem com fantasias. O inconsciente não é um teatro, mas uma fábrica, ele não representa, ele maquina, ele produz e conecta e escoar por toda parte. O inconsciente é uma substância a ser fabricada, a fazer circular, um espaço social e político a ser conquistado. Tudo é uma questão de desejo. (PÁL PELBART: 2003, 153-154).

A tentativa do controle social através da produção da subjetividade em escala planetária se choca com fatores de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanente que Guattari (1992) denomina de Revolução Molecular (máquinas de guerra, máquinas de desejo, máquinas abstratas).

Para Foucault (DELEUZE, 2005) as singularidades são “enunciados” e nesse sentido não há apenas singularidades presas em relações de forças, mas singularidades de resistência, capazes de modificar essas relações, de invertê-las, de mudar o diagrama da zona de subjetivação. No sentido foucaultiano a singularidade é do campo da microfísica – é molecular. O que caracteriza esses movimentos moleculares não é somente uma resistência contra o processo geral de serialização da subjetividade capitalista, mas também a tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares, processos de singularização subjetiva¹¹⁹. É necessariamente nessa perspectiva que a noção de devir está relacionada.

A ideia de revolução molecular diz respeito sincronicamente a todos os níveis: infrapessoais (o que está em jogo no sonho, na criação, etc); pessoais (aquilo que os psicanalistas chamam de Superego); e interpessoais (a invenção de novas formas de sociabilidade na vida doméstica, amorosa, profissional, na relação com a vizinhança, com a escola). As rádios livres, a contestação do sistema de representação política, o questionamento da vida cotidiana são vírus contaminando o corpo social em sua relação com o consumo, com a produção, com o lazer, com os meios de comunicação, com as cidades, com a cultura. São revoluções moleculares criando mutações na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos e dos grupos sociais. A revolução molecular consiste em produzir as condições não só de uma vida coletiva,

¹¹⁹ “O traço comum entre os diferentes processos de singularização é um devir diferencial que recusa a subjetivação capitalista. Isso se sente por um calor nas relações, por determinada maneira de desejar, por uma afirmação positiva de criatividade, pela multiplicidade dessas vontades. É preciso abrir espaço para que isso aconteça. O desejo só pode ser vivido em vetores de singularidade”. (GUATTARI, 1993: 47).

mas também da encarnação da vida para si próprio, tanto no campo material quanto no campo subjetivo (GUATTARI: 1982).

Guattari (1982) emprega o termo revolução associada à ideia de processo. Produzir algo que não exista, produzir uma singularidade na própria existência das coisas, dos pensamentos e da sensibilidade. É um processo que acarreta mutações no campo social inconsciente, um processo de singularização existencial. A revolução é vista nessa perspectiva como uma repetição que muda algo, uma repetição que produz o irreversível.

“[...] O que é uma repetição? Há na Modernidade quatro grandes pensadores da repetição: Kierkegaard, Nietzsche, Heidegger e Gilles Deleuze. Os quatro mostraram-nos que a repetição não é o retorno do idêntico, do mesmo enquanto tal que retorna. A força e a graça da repetição, a novidade que traz, é o retorno em possibilidade daquilo que foi. A repetição restitui a possibilidade daquilo que foi, torna-o de novo possível. Repetir uma coisa é torná-la de novo possível. É aí que reside a proximidade entre a repetição e a memória. Dado que a memória não pode também ela devolver-nos tal qual aquilo que foi. Seria o inferno. A memória restitui ao passado a sua possibilidade. É o sentido desta experiência teológica que Benjamin via na memória, quando dizia que a recordação faz do inacabado um acabado, e do acabado um inacabado. A memória é, por assim dizer, o órgão de modalização do real, aquilo que pode transformar o real em possível e o possível em real.” (AGAMBEN, 1998 :66)

A revolução molecular ou os processos de singularização não podem ser afetados especificamente nem num nível macrossocial, nem num nível microssocial, nem tampouco num nível individual. Toda problemática micropolítica consiste, exatamente, em tentar agenciar os processos de singularidade no próprio nível onde eles emergem. E isso para frustrar sua recuperação pela produção de subjetividade capitalista – seja pela grande rede dos equipamentos coletivos, seja por estruturas de reapropriação pela ação militante. A ação militante também está exposta a riscos de modelização igualmente opressora. Então, uma micropolítica analítica das singularidades teria que atravessar essas diferentes estratificações.

Os pontos de singularidade, os processos de singularização são as próprias raízes produtivas da subjetividade em sua pluralidade. Neste âmbito distinguimos as noções de singularidade e de identidade. Na perspectiva traçada por Guattari e Deleuze (1995) a noção de identidade está frequentemente vinculada ao reconhecimento. Identidade e

singularidade implicam noções completamente diferentes. A singularidade é um conceito existencial; já a identidade é um conceito de referenciação, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros esses que podem ser imaginários. A identidade é aquilo que faz passar a singularidade em maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável. Quando vivemos nossa própria existência, a vivemos com as palavras de uma língua que pertence a milhões de pessoas; a vivemos como um sistema de trocas econômicas que pertence a todo um campo social; nós a vivemos como representações de um modo de produção totalmente serializado. No entanto, nós vamos viver e morrer numa relação totalmente singular com este cruzamento. (GUATTARI, 1993:74).

A questão das identidades não diz respeito apenas a processos de identificação, mas também a ideia de que haveria pontos de singularidade subjetiva aquém da instância simbólica e das estruturas identificatórias. Adota-se a noção de desejo como função de singularidade nos processos psíquicos. O ponto em que as problemáticas do inconsciente e por isso também desejantes se entrelaçam com as problemáticas políticas está exatamente na ideia de que não se trata apenas de subjetividades identificáveis ou identificadas, mas de processos subjetivos que escapam às identidades. Neste sentido, Guattari (1993) opõe à ideia de reconhecimento/ de identidade a ideia de singularidade, de processos transversais, de devires¹²⁰ subjetivos que se instauram através dos indivíduos e dos grupos sociais. E eles podem fazê-lo, porque eles são processos de subjetivação, eles configuram a própria existência dessas realidades subjetivas. Mas eles não podem existir em si, e sim num movimento processual; é isso que lhes dá a sua potência de travessia em todas as estratificações – materiais, de sentido, de sistemas maquínicos e assim por diante. “[...] Assim, poderíamos dizer que quando uma problemática de identidade ou de reconhecimento aparece em determinado lugar, no mínimo estamos diante de uma ameaça de bloqueio e de paralização do processo.” (GUATTARI, 1993: 74).

3.2 Acerca do Devir

¹²⁰ A ideia de “devir” está ligada à possibilidade ou não de um processo se singularizar.

A subjetividade contemporânea designa um campo de complexidade crescente. Ali se cruzam vetores que até recentemente pertenciam a domínios do saber estanques, demolindo as clássicas fronteiras entre o psíquico e o social, o subjetivo e o político, a esfera inconsciente e a produtiva, a invenção de si mesmo e do mundo. Cresce a cada dia o descompasso entre as matrizes teóricas ainda hegemônicas/modernas e a experiência subjetiva do contemporâneo. A produção das cidades contemporâneas e todo o seu arsenal ocorrem num sistema aberto, feito de matérias diferentemente formadas, de datas e velocidades muito diversas, onde existem linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação.

Estamos imersos numa rede cada vez mais acentrada e complexa. Para uma nova geografia, novas estratégias se fazem necessárias. Podemos perceber que novos paradigmas, novas subjetividades emergiram, outras maneiras de se viver, outros saberes e poderes que são campos de força a construir, contaminarem, modificarem nossas sociedades, cidades, ambiências, habitações que não mais se edificam sob uma lógica binária - outro plano de imanência vigora ou melhor passa a coabitar, coexistir sobre as trincas e/ou as tramas um dia construídas pelo pensamento modernista.

As subjetividades contemporâneas derivam para outras e novas noções: descontinuidade, dessemelhança, diferença, ruptura, multiplicidade, dinâmica, totalidade fragmentária, heterogeneidade, imprevisibilidade são algumas das muitas características que o mundo hoje carrega.

A subjetividade ela mesma situa-se na adjacência de focos de produção múltiplos, heterogêneos. É apenas a partir dessa heterogeneidade constitutiva, micro e macrocômica, povoada de elementos técnicos, semióticos, energéticos que a produção de si é pensada. Há, portanto, um novo zigue-zague de linhas de força a ser compreendido e que se move em diferentes ângulos de acordo com as contingências locais e em mudança.

O desencanto pós-moderno não soube apreender o sentido das mutações hoje em curso. A subjetividade esgarçada por todos os lados pede novas ferramentas teóricas,

“outras” direções. As formas inerciais de pensar, de existir, de subjetivar-se e de relacionarem não abarcam a complexidade da realidade contemporânea, mas ainda persistem. O fato é que continuamos impregnados por dicotomias tais como consciente/inconsciente, acaso/necessidade, natureza/cultura, infraestrutura e superestrutura, etc.

“[...] No entanto, o tecido fibroso de nossa realidade transbordou em muito esses pares, introduziu no meio deles dobras insuspeitadas, revelando uma tessitura em tal medida complexa que apenas um pensamento já instalado nessa multiplicidade pode aí orientar-se. Como expor-se então às novas forças em jogo nesse universo polimorfo, numa época em que a megamáquina capitalista não cessa de produzir novas formas de controle social e subjetivo, novas formas de miséria e horror? Como abrir-se para a vitalidade das subjetividades emergentes, nesse contexto? Como cuidar dos vetores que atravessam a Multidão? Eis um propósito: não se ater ao fascínio complacente da globalização, nem ao pessimismo atávico em relação aos abismos sociais, culturais e tecnológicos do planeta, mas dar-se meios para lidar com o nascente, operá-lo, corporificá-lo, reconhecer-se nele e por meio dele resistir ao mortífero”. (PÁL PELBART, COSTA, 2003: 11).

No contexto contemporâneo, vemos que as relações de saber e poder construíram outras subjetividades que demandam pela construção de outros conceitos, outras possibilidades de referência para se pensar a arquitetura e o urbanismo. Faz-se necessário “atualizar” os conceitos “arquitetura” e “urbanismo” a partir das práticas cotidianas nas quais nos inserimos, levando em consideração os vetores de singularidades em questão, a fim de vislumbrarmos possibilidades de outro(s) devir(es) arquitetos urbanistas capazes e hábeis a enfrentar os desafios que a contemporaneidade nos coloca. Trata-se de deixar-nos atravessar por outros saberes:

“[...] Esse saber declinado em várias escalas, da espacial à relacional, que eu chamo de *ruse* urbana, transforma a maneira de ser dos habitantes no espaço, de passiva em ativa. A *ruse* é uma habilidade construída, fabricada, pensada; um *savoir-faire*, uma astúcia para desviar dos obstáculos e achar uma poética, no sentido de Holderlin e de Heidegger, do habitar. “O homem habita em poeta”, diziam. A *ruse* urbana faz parte dessa ontologia do habitar heideggeriano, que subverteu os dogmas do movimento moderno na arquitetura e que propôs novamente os homens como habitantes e não mais como utilizadores do espaço. As *ruses* urbanas demonstram, com efeito, diametralmente, o inverso do que mencionou Le Corbusier em sua “Carta de Atenas”. Uma cidade perfeita, sem os homens. As *ruses* urbanas mostram, em compensação, que o espaço humano, o de nossa existência, vai além dos limites do objeto moderno. [...] As pessoas habitam o espaço público, mesmo que ele seja cada vez mais concebido para não separar, elas vão além de qualquer obstáculo espacial que impeça qualquer apropriação, para construir uma poética lá onde sequer nasceria uma figueira.” (BIASE, Apud

Nas franjas, na margem do pensamento estruturalista, determinista, prescritivo no âmbito da arquitetura e urbanismo outras maneiras de se habitar, gerir, planejar, empreender a arquitetura e urbanismo afloram a partir de subjetividades “outras” diversas daquelas que ainda dominam o âmbito da formação desses profissionais da área. Assim, para novas e múltiplas maneiras de produção de cidades há de se trabalhar para vislumbrar o arquiteto urbanista do devir.

A demanda por esse *devir* está intimamente relacionado com a “ecologia”¹²¹ através da qual o mundo se apresenta na atualidade. É preciso que esses profissionais estejam atentos e sensíveis a outros fluxos de subjetividades emergentes, moleculares¹²² - que estão a todo o momento a atravessar a subjetividade dominante e perceber nelas outros enunciados, outros agenciamentos, linhas de fuga, processos de desterritorializações, devires e também outras maneiras de construir seus saberes. A abordagem de noções pós-estruturalistas implica em construir análises dos processos de produção da cidade segundo não uma linha arborescente de evolução, mas segundo uma lógica dos múltiplos singulares¹²³ (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Buscar compreender os processos que percorrem a produção da subjetividade contemporânea, as relações de saber e poder na formação dos arquitetos urbanistas, na produção da arquitetura, das cidades e identificar as distâncias entre essas partes, vislumbrar os deslocamentos dos discursos e práticas em relação aos múltiplos agenciamentos em jogo é preciso percorrê-los como o avesso um do outro.

A noção de devir é utilizada nessa tese no sentido deleuziano em que diz que todos os devires são moleculares. “É que devir não é imitar algo ou alguém, identificar-se com ele. Tampouco é proporcionar relações formais. [...] Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche,

¹²¹ Ver: GUATTARI, Félix. *As três Ecologias*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

¹²² Segundo Guattari (1993) os mesmos elementos existentes nos fluxos, nos estratos, nos agenciamentos, podem organizar-se segundo um modelo molar ou segundo um modelo molecular. A ordem molar corresponde às estratificações que delimitam sujeitos, objetos, representações e seus sistemas de referência. A ordem molecular, ao contrário, é a dos fluxos, dos devires, das transições de fases, das intensidades.

¹²³ Segundo Deleuze e Guattari (1995) o que está em jogo não é uma lógica do desenvolvimento, do que funda ao fundado, dos princípios às consequências.

extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em via de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo”. (DELEUZE, GUATTARI, 1997: 64). O termo devir está intimamente ligado à economia do desejo. Os fluxos de desejo procedem por afetos e devires, independente do fato de que possam ser ou não calcados sobre pessoas, sobre imagens, sobre identificações. O desejo entendido como construtivismo. Desejar é construir um agenciamento, construir um conjunto, construir uma região, é realmente agenciar. O desejo é construtivismo, é devir...

O devir é molecular, porque todo devir é sempre um devir-minoritário. Por maioria não se compreende uma quantidade relativa maior, mas a determinação de um estado ou de um padrão em relação ao qual tanto as quantidades maiores quanto as menores serão ditas minoritárias: homem-branco, adulto-macho, etc. (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

Podemos pensar em “maioria” como o paradigma ensinado nas escolas de arquitetura e urbanismo que constituem o pensamento hegemônico do campo disciplinar. Consequentemente tais “ensinamentos” ao serem protagonizados pelos grandes ateliês e agências de projeto mundo afora acabam por serem potencializados e retroalimentados.

No entanto, é preciso não confundir minoritário enquanto “devir” ou processo, e “minoria” como conjunto ou estado. Segundo Deleuze, reterritorializamo-nos, ou nos deixamos reterritorializar numa minoria como estado; mas desterritorializamo-nos num devir. “De certa maneira, é sempre “homem” ou uma estrutura molar, que é o sujeito de um devir; mas ele só é tal sujeito, ao entrar num devir-minoritário que o arranca de sua identidade maior”. (DELEUZE; GUATTARI, 1997: 88). Assim, um devir minoritário só existe através de um termo *médium* e de um sujeito desterritorializados que são como seus elementos.

“[...] Só há sujeito do devir como variável desterritorializada da maioria, e só há termo *médium* do devir como variável desterritorializante de uma minoria. [...] Devir-minoritário é um caso político, e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa. (DELEUZE;

Assim, entendemos que a demanda por um devir outro arquiteto urbanista é de natureza molecular - pequenas guerrilhas, linhas de fuga - na relação com a subjetividade do pensamento dominante, constituído “maioria”, entidade molar onde repousa o saber e o poder da disciplina. Segundo a lei arborescente, é esse Ponto Central (saber da disciplina dominante) que se desloca em todo o espaço ou sobre toda a tela. Segundo Deleuze é a submissão da linha ao ponto que constitui a arborescência. O Devir é rizomático, não é uma árvore classificatória nem genealógica.

“[...] Não se rompe com o esquema de arborescência, não se atinge o devir nem o molecular, enquanto uma linha for remetida a dois pontos distantes, se for composta de pontos contíguos. Uma linha de devir não se define nem por pontos que ela liga nem por pontos que a compõem: ao contrário, ela passa entre os pontos, ela só cresce pelo meio, e corre numa direção perpendicular aos pontos que distinguimos primeiro, transversal à relação não localizável entre pontos contíguos ou distantes. Um ponto é sempre de origem. [...] Uma linha de devir só tem um meio. Um devir está sempre no meio, só se pode pegá-lo no meio. Um devir não é nem dois, nem relação de dois, mas entre-dois, fronteira ou linha de fuga, de queda, perpendicular aos dois”. (DELEUZE; GUATTARI, 1997: 93).

O “outro” arquiteto urbanista estaria implicado com a construção de saberes tutelados/estriados, mas também com saberes nômades/espacos lisos, afetados pelas múltiplas subjetividades moleculares gestados por devires/processos de desterritorialização¹²⁴. Sistemas molares que constituem a disciplina da arquitetura e do urbanismo (conhecimento formal/saber da “maioria”) infiltrados/cruzados/arrebatados por fluxos moleculares que dizem respeito às diversas maneiras de habitar, edificar, produzir e gerir as cidades em diferentes subjetividades. Acreditamos nessa tese que esses devires, máquinas de guerra, máquinas desejanter apontem no sentido de ampliar as possibilidades de ações dos arquitetos urbanistas – trata-se de pensar e agir não só na perspectiva macro, mas também de abrir-se a micropolítica das circunstâncias e ocasiões. Sob tais circunstâncias é desejável a invenção de outras peças, um novo jogo. Na perspectiva deleuziana ao invés do xadrez (jogo imperial,

¹²⁴ Para Deleuze e Guattari (1995) o território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga. A transversalidade dessas linhas de fuga tem a ver com o devir.

guerra institucionalizada) o *go* chinês: mais próximo da guerrilha, sem afrontamento, no limite, sem batalha.

Tal processo tende a desestabilizar a crença no plano moderno e no processo de projeto linear e totalizador. Essa micropolítica carrega consigo outros saberes, experiências, materialidades, tecnologias, hábitos, pessoas, tempos que uma vez atravessando nossos modos de pensar e fazer arquiteturas e cidades acabam por construir outros universos estéticos e funcionais. São relações de trocas, conflitos, negociações não só no tempo presente das ações, mas que reberveram na constituição de novos saberes. Esses geram resultantes da fusão da formação molar e pelo aprendizado micropolítico entre capturas, cooptações mas também cooperações abre-se mão de qualquer pureza seja formal, estética, técnica, autoral dentre outras categorias. Na verdade, ‘pretensa’ pureza, pois não há arquitetura que se faça a despeito dos habitantes, ‘da vida lá fora’ - o que existe são projetos desencarnados de gente.

Em inúmeras situações arquitetônicas e urbanas projetadas por profissionais do meio vemos os moradores se confrontarem com suas moradias, seus locais de trabalho, lazer de modo a incorporá-los pela insistência e habilidade conquistadas nas rotinas do dia-a-dia. Mas é de se observar e estranhar esse processo de luta corporal entre a construção e aquele que habita – apesar de todo discurso entorno da cidade genérica - estaríamos ironicamente diante do “antiprojeto”, da contra-arquitetura, da não cidade. É oportuno repensarmos uma passagem de Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* acerca do revide da cidade/espço do sedentário diante do excesso de estriagem: as cidades voltando-se contra elas mesmas e retomando a condição de espaço liso/nômade.

“[...] a cidade é o espaço estriado por excelência; a cidade seria a força de estriagem que restituiria, que novamente praticaria espaço liso por toda parte, na terra e em outros elementos – fora da própria cidade e também nela mesma. A cidade libera espaços lisos, que já não são só os da organização mundial, mas os de um revide que combina o liso e o esburacado, voltando-se contra a cidade: imensas favelas móveis, temporárias, de nômades e trogloditas, restos de metal e de tecido, *patchwork*, que já nem sequer são afetados pelas estriagens do dinheiro, do trabalho ou da habitação. Uma miséria explosiva, que a cidade secreta, e que corresponderia à fórmula matemática de Thom: ‘um alisamento

retroativo¹²⁵. Força condensada, potencialidade de um revide?” (DELEUZE; GUATTARI, 1997: 188-189).

Nos questionamos se o “excesso de estriagem” de planificações, de saberes codificados em esferas molares e investidos sobre todos os territórios econômicos, sociais, culturais, pessoais, urbanísticos, feitos a qualquer custo e refutando os diversos fluxos de singularização não seriam também responsáveis pela criação dessas cidades terminais? O menor aceno de soluções para essas questões estão distantes do alcance das práticas arquitetônicas e urbanísticas. Obviamente que se por um lado não conseguimos resolvê-las, por outro lado conseguimos intensificá-las arrastando as cidades ainda mais para a margem ou buscando com potencial criativo colaborar para a construção de um modo de vida urbana menos devastada.

“[...] Deleuze disse um dia, que cada ato de criação é sempre um ato de resistência [*O ato da criação* por Gilles Deleuze]. Mas o que significa resistir? É antes de mais nada ter a força de des-criar o que existe, des-criar o real, ser mais forte que o fato que aí está. Todo ato de criação é também um ato de pensamento, e um ato de pensamento é um ato criativo, pois o pensamento define-se antes de tudo pela sua capacidade de des-criar o real”. (AGAMBEN, 1998: 66)

Não se trata ingenuamente do enfrentamento do sistema molar no âmbito da formação e das atuações dos arquitetos urbanistas, mas de apostas nos saberes nômades¹²⁶, processos de desterritorializações, microações moleculares atentas às manobras e invenções da vida comum.

“[...] Considerando o repertório conceitual e a lógica utilizada na forma de pensar, as máquinas de ensino podem ser, em sua grande maioria, tanto máquinas abstratas binárias construídas no âmbito do pensamento

¹²⁵ Esta expressão aparece em René Thom, que a emprega em relação a uma variação contínua onde a variável reage sobre seus antecedentes: *Modèles mathématiques de La morphogenèse*, 10 -18 p.p.218-219. (DELEUZE; GUATTARI, 1997:189).

¹²⁶ Segundo Deleuze e Guattari “[...] o nômade não tem pontos, trajetos, nem terra, embora evidentemente ele os tenha. Se o nômade pode ser chamado de desterritorializado por excelência, é justamente porque a reterritorialização não se faz depois, como no migrante, nem em outra coisa, como no sedentário (com efeito, a relação do sedentário com a terra está mediatizada por outra coisa, regime de propriedade, aparelho de Estado). Para o nômade, ao contrário, é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso ele se reterritorializa na própria desterritorialização. É a terra que se desterritorializa ela mesma, de modo que o nômade aí encontra um território. A terra deixa de ser terra, e tende a tornar-se simples solo ou suporte. A terra não se desterritorializa em seu movimento global e relativo, mas em lugares precisos”. (DELEUZE, GUATTARI: 1995).

arborescente e de natureza axiomáticas, sedentárias, quanto, com sua presença minoritária, diferentes máquinas abstratas as quais visam um Devir-outro, portanto, não são sobrecodificáveis e se encontram sempre à deriva, nômades, navegando em espaços lisos nunca antes percorridos, utilizando novas lógicas e afetividades”. (MAGNAVITA, 2006:11)

O tempo ou a “história” do devir não é cronológica. Poderíamos nos questionar sobre um certo tom messiânico do devir, então, sobre essa noção nos interessa refletir:

“[...] A história messiânica define-se antes de mais nada por dois caracteres. É uma história da Salvação, é preciso salvar alguma coisa. E é uma história última, é uma história escatológica, em que alguma coisa deve ser consumada, julgada, deve passar-se aqui, mas num tempo outro, deve, portanto, subtrair-se à cronologia, sem sair para um exterior. É essa a razão pela qual a história messiânica é incalculável. Na tradição judaica há toda uma ironia do cálculo, os rabinos faziam cálculos muito complicados para prever o dia da chegada do Messias, mas não paravam de repetir que se tratavam de cálculos proibidos, pois a chegada do Messias é incalculável. Mas, ao mesmo tempo, cada momento histórico é aquele da sua chegada, o Messias é sempre já chegado, está sempre já aí. Cada momento, cada imagem está carregada de história, porque ela é a pequena porta pela qual o Messias entra”. (AGAMBEN, 1998 :66)

É desejável observarmos a produção dos homens comuns na sua lida cotidiana, todos e qualquer um criam na densidade social da cidade, nas conversas, nos hábitos, nos modos de morar, no lazer, no trabalho. Cada variação por mais micro que seja, ao reproduzir-se, difundir e ser imitada torna-se quantidade social, e assim pode instigar e promover outras invenções e novas formas de cooperação, novas associações. Estamos nos referindo à potência da multidão, na sua multiplicidade de inteligência coletiva, produção de saberes, tecnologias, desejos, crenças, habilidade de construir associações, cooperações que o Império busca regular, controlar, dominar, esquadrinhar. Estamos assim nos referindo à potência de vida da multidão.

O que vem à tona, portanto, é a biopotência do coletivo, a riqueza biopolítica da multidão. É nesse corpo vital coletivo reconfigurado pela economia imaterial da últimas décadas que se desenham nos dias de hoje as possibilidades para a construção de novos saberes, micropoderes, subjetividades. Em vez de serem somente objeto de exploração por parte do Império, são potencialidades imanentes e expansiva que o Império se esforça em cooptar e dominar. Infiltram microfisicamente e espairadas inteligências, imaginações, criatividade, conectividades, afetividades – subjetividades singularizadas e extra-econômica antes confinadas no domínio exclusivamente pessoal e privado, no máximo artístico.

Estamos nos referindo ao conceito de biopolítica. Biopolítica¹²⁷ designa essa inserção do corpo e da vida, bem como de seus mecanismos, no domínio dos cálculos explícitos do poder, fazendo do poder-saber um agente de transformação da vida humana. A biopolítica deixa de ser prioritariamente a perspectiva do poder e de sua racionalidade refletida tendo por objeto passivo o corpo da população e suas condições de reprodução, sua vida. Essa deixa de ser definida apenas a partir de processos biológicos que afetam a população e passa a abranger o esforço compartilhado da coletividade, a cooperação social e subjetiva no contexto da produção material e imaterial contemporânea.

“[...] A biopolítica como poder sobre a vida toma a vida como um fato natural, biológico, como zoé, ou como diz Agamben, como vida nua, como sobrevida. É o que vemos operando na manipulação genética, mas no limite também no modo como são tratados os prisioneiros da Al Qaeda em Guantánamo, ou os adolescentes infratores nas instituições de “reeducação” em São Paulo. Mas os atos de auto-imolação espetacularizada que esses jovens protagonizam em suas rebeliões, diante das tropas de choque e das câmaras de televisão, parecem ser a tentativa de reversão a partir desse “mínimo” que lhes resta, o corpo nu, e apontam numa outra direção. Muito cedo o próprio Foucault intuiu que aquilo mesmo que o poder investia – a vida – era precisamente o que doravante ancoraria a resistência a ele, numa reviravolta inevitável. Mas talvez ele não tenha levado essa intuição até as últimas conseqüências. Coube a Deleuze explicitar que o poder sobre a vida deveria responder o poder da vida, a potência “política” da vida na medida em que ela faz variar suas formas e, acrescentaria Guattari, reinventa suas coordenadas de enunciação. De maneira ampla e positiva, essa potência da vida no contexto contemporâneo equivale precisamente à biopotência da multidão”. (PÁL PELBART: 2003, 25).

Talvez valha algumas considerações sobre a noção de multidão evidenciando o seu caráter plural, afastado de uma centralidade dominante, resistente, insubmisso, indomável à uma unidade política. O conceito de multidão se opõe à noção de povo. Esse concebido como um corpo público animado por uma vontade única. Se a multidão emana do Uno já o povo tende à unidade, totalização. A multidão opõe-se também ao conceito de massa. Vale lembrar Elias Canetti (1995) já citado no capítulo anterior ao referir-se ao conceito de massa enquanto conjunto esvaziado de singularidade, onde agem as forças da igualdade homogênea entre seus membros. Por seu viés homogêneo, compacto, inidirecional, contínuo vemos ao longo da história

¹²⁷ O termo biopolítica foi atribuído por Foucault para designar uma das modalidades de exercício de poder sobre a vida, vigentes no séc. XVIII. A biopolítica tem por objeto a população enquanto massa global afetada por processos de conjunto. (FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976) , (trad. de. Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2000).

incidir sobre as massas o poder dominante seja ele ligado ao Estado, a religião, a educação, etc. Já a multidão encarna uma noção de massa não conformada. A investida nessa tese nos conceitos de biopolítica e multidão justificam-se uma vez que nesse momento estamos em busca do entendimento acerca das situações contemporâneas, as forças neles atuantes, o Império nomadizado, a subjetividade em jogo e as pulsões de singularização emergentes na cena atual. É preciso percorrer um caminho nos rastros das forças de singularização contemporâneas posto que nelas residem os potenciais do devir.

Nesse sentido, o entendimento da biopolítica bem como o de multidão (refratária, centrífuga, própria, resistente, indomável ao poder dominante, molar) acaba por constituir-se por minas de subjetividades singularizadas uma vez que rejeitam, resistem e reinventam suas vidas nas frestas da subjetividade hegemônica.

As forças entre dominações existentes na cena atual podem ser reconhecidas através das investigações de Foucault. Para esse, ao lado das lutas tradicionais contra a dominação de um povo sobre o outro e contra a exploração de uma classe sobre a outra vivenciamos também a luta contra as formas de assujeitamento de singularidades na subjetividade molar. Como pensar as subjetividades em revolta? Ou como vislumbrar a emergência das forças de singularização, do devir num território subjetivo tão esquadrihado, estratificado, mortificado pelas relações de poder desde o âmbito macropolítico, macroeconômico, microfísico até a colonização da esfera do nosso inconsciente? Cabe lembrar que a subjetividade molar está em circulação em todos os campos da vida? Sejam eles políticos, econômicos, culturais, semióticos, estéticos, afetivos, inconscientes – é a modelização dos modos de vida. Nesse sentido, as noções de povo e massa estão intrinsecamente atreladas às subjetividades dominantes restando à multidão a possibilidade de fazer emergir e gerir modos de vida alternativos, moleculares, microfísicos, singularidades. Às singularidades adequam-se mais as estratégias de infiltração do que o combate direto com a subjetividade hegemônica. Uma vez que os movimentos de singularização se fazem na esfera microfísica – pequenas e muitas inscrições espalhadas na vida corrente cabem a elas agir a exemplo das máquinas de Guerra não no confronto, mas na infiltração, na surdina, táticas de guerra na relação com o aparelho de Estado.

Ao lado do poder, há sempre a potência, por isso torna-se desejável cartografar as estratégias de reativação vital, de constituição de si, individual e coletiva, de cooperação e autovalorização das forças sociais no circuito formal da produção: ao lado da dominação, há sempre a insubordinação.

São vários os pensadores contemporâneos, dentre eles Toni Negri, Giorgio Agamben, Paolo Virno, Jean-Luc Nancy, Maurice Blanchot que vão referir-se hoje a uma crise do comum. Contornos como esfera pública, modos de associações consagrados, comunitários, nacionais, ideológicos, partidários, sindicais que asseguravam alguma consistência aos laços sociais na contemporaneidade perderam sua pregnância e encontram-se fragilizados. A expropriação do comum numa sociedade do espetáculo diz respeito à expropriação da linguagem.

“[...] Quando toda a linguagem é seqüestrada por um regime democrático-espetacular, e a linguagem se automiza numa esfera separada, de modo tal que ela já não revela nada e ninguém se enraíza nela, quando a comunicatividade, aquilo que garantia o comum, fica exposta ao máximo e entrava a própria comunicação, atingimos um ponto extremo de niilismo. Como desligar-se dessa comunicatividade totalitária e vacuizada? Como desafiar aquelas instâncias que expropriaram o comum, e que o transcendentalizaram? É onde Agamben evoca uma resistência vinda, não como antes, de uma classe, um partido, um sindicato, um grupo, uma minoria, mas de uma singularidade qualquer, do qualquer um, como aquele que desafia um tanque na Praça Tienanmen, que já não se define por sua pertinência a uma identidade específica, ou seja de um grupo político ou de um movimento social. É o que o Estado não pode tolerar, a singularidade qualquer que o recusa sem constituir uma réplica espelhada do próprio Estado na figura de uma formação reconhecível. A singularidade qualquer, que não reivindica uma identidade, que não faz valer um liame social, que constitui uma multiplicidade inconstante. Singularidades que declinam toda identidade e toda condição de pertinência, mas manifestam seu ser comum – é a condição diz Agamben, de toda uma política futura. (PÁL PELBART: 2003, 38).

É a potência da multidão com sua inteligência coletiva, com sua capacidade de criar associações, cooperações, com a sua habilidade de estabelecer laços sociais, afetivos, desejantes que constitui-se cada vez mais como fonte de riqueza do próprio capitalismo. Ao mesmo tempo que essa vida ordinária é alvo de cooptação capitalista é igualmente esse comum que os extrapola, atravessando-lhes em múltiplas direções. Segundo Deleuze e Guattari interessa buscarmos na contra-mão do seqüestro do comum, na expropriação do comum, na transcendentalização do comum, pensar o comum ao mesmo tempo como imanente e como construção.

Tensionando a cena contemporânea vemos a multidão contra o Império, sua força de criação de valor, de trabalho imanente, suas modalidades de cooperação, de comunidade e também de êxodo, de escape, de deserção. Compreendemos que é a multidão que em última instância gera, inventa, produz fontes e energia, valores que o Império busca cooptar, modular, capitalizar. As posturas dos arquitetos do devir estão enredados nesse contexto. Imersos nas miríades que constituem a hegemonia do Império considerando os recursos de que dispõe (dominação, hegemonia, racionalidade, pragmatismo, plano, subjetividade molar) e as múltiplas singularidades decorrentes das práticas das multidões (micropolíticas, subjetividades moleculares, infiltrações, rizomas, etc). É nessa trama diversa e adversa que os arquitetos urbanistas do devir se encontram construindo a cada dia engenhocas de saber e fazer na busca por re-singularizar suas subjetividades. Subjetividades singularizadas, afetadas pelo jogo de força e tensão entre Império e multidão. Nesse sentido os arquitetos do devir estariam implicados com uma formação híbrida: hegemonia atravessada pelas linhas de fuga, pelos percursos alternativos e constitutivos. Estão em jogo tanto os saberes, poderes, subjetividades hegemônicas quanto a natureza dos acontecimentos, os processos, o cenário de atividades, resistências, vontades e desejos das comunidades que se colocam diante de nós seja de modo passivo ou ativo. Esse devir arquiteto urbanista não encontra métodos a serem aplicados sobre uma dada realidade, a verdade não está na predestinação do plano, na prescrição do enunciado, mas na experiência do tempo presente, da invenção. Pois, trata-se da vida, na sua dimensão de produção e de reprodução, que o poder investe, e que no entanto é o caldo a partir do qual emergem os contra-poderes, as resistências, as linhas de fuga. Nessa perspectiva, a resistência está ligada imediatamente a um investimento constitutivo no domínio biopolítico e à formação dos dispositivos cooperativos de produção e de comunidade.

Ao arquiteto urbanista do devir não caberia apenas determinar a natureza dos processos em curso, mas igualmente sondar as forças subjetivas implicadas, as vontades e os desejos que problematizam, recusam ou confrontam a ordem hegemônica, as linhas de fuga que forjam percursos alternativos.

Nessa perspectiva interessa abordarmos nosso campo de atuação mais como uma geografia do que como uma história, isto é, o fato de consideramos o pensamento não

por intermédio de uma dimensão histórica linear e progressiva, mas privilegiando a constituição de espaços, de tipos não apenas heterogêneos, mas, sobretudo antagônicos. Talvez por isso muitas das estratégias projetuais bem como de abordagem de uma dada realidade no âmbito das posturas incorporadas têm o jogo como ferramenta processual. Jogo no sentido da plasticidade e da singularidade.

“[...] Jogo *s. m.* Exercício, manejo, artes, astúcia; modo de proceder, habilidade. transação. *jogo de azar*: o que só depende do acaso. *jogo de palavras*: trocadilho. *jogo de vaza*: os (de cartas) que dependem ao mesmo tempo do acaso e do cálculo. *jogo lícito*: o que não depende só do acaso. *entrar em jogo*: entrar em ação. *estar em jogo*: estar em risco ou dependente de alguma coisa.

Jogar - Conjuguar *v. tr.* Manejar com destreza. *Fig.* Aventurar. arremessar, dirigir.*v. intr.* Dar-se ao jogo, mover-se, funcionar. ajustar, combinar, condizer. balançar. *v. pron.* Atirar-se, arremessar-se.” (BUARQUE DE HOLANDA, 1998: 497)

Então sobre o arquiteto urbanista do devir podemos dizer da necessidade de pensar a arquitetura e as cidades investigando a história, no sentido de que o seu trabalho busca não apenas o conhecimento erudito das sociedades passadas, mas, antes, a melhor compreensão de nós mesmos pela confrontação com o que já não somos. Além do eixo da atualidade, faz-se desejável a abordagem do eixo da mobilidade. Não basta a compreensão de nossa sociedade historicamente situada na perspectiva da sua diferença com o que a precede, como também não basta sugerir possibilidades de transformação no que ela pode vir a ser. Também não se faz satisfatória a abordagem da história vista sob a perspectiva de protagonistas molares na construção de arquiteturas e cidades, mas desenterrando o que parece escondido nas saliências da memória, nas micropolíticas do dia-a-dia, trata-se de uma história que reivindica direitos ignorados.

Sobre a situação atual de nossas cidades contemporâneas talvez possamos dizer que o Império¹²⁸ se nomadizou. O novo capitalismo em rede¹²⁹, que privilegia as conexões, a mobilidade, a fluidez, produz também novas formas de exploração e de exclusão:

¹²⁸ Império (latim *imperium*, -ii, ordem, comando, instrução). *s. m.* Estado governado por um imperador. *Por ext.* Nação, estado. *Fig.* Autoridade, mando, poder. Influência significativa. = ascendente. Domínio, empresa ou organização econômica de grande dimensão. (BUARQUE DE HOLANDA, 1998: 464)

¹²⁹ Cf. BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Éve. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard, 2000: 96.

“[...] O que Castel chamou de desfiliação, e Rifkin de desconexão. A ameaça de ser desengatado – sabemos que a maioria se encontra nessa condição, de desplugamento efetivo da rede. O problema se agrava quando o direito de acesso às redes, como o diz Rifkin (e agora se trata não só da rede no sentido estrito, tecnológico e informático, mas de redes de vida num sentido amplo) migra do âmbito social para o comercial. Em outras palavras: se antes a pertinência às redes de sentido e de existência, aos modos de vida e aos territórios subjetivos dependia de critérios intrínsecos como tradições, direitos de passagem, relações de comunidade e trabalho, religião, sexo, cada vez mais esse acesso é mediado por pedágios comerciais, impagáveis para uma grande maioria. O que se vê então é uma expropriação das redes de vida da maioria da população pelo capital, por meio de mecanismos cuja inventividade e perversão parecem ilimitadas.”
(PÁL PELBART, 2003: 21).

Mas é preciso enxergar que essas redes expropriadas, esses territórios de sentido comercializados não constituem uma massa inerte e passiva a mercê do capital, mas fazem-se enquanto conjunto vivo de estratégias. Como ou de que maneira viabilizam-se outras redes que não comandadas pelo capital? Redes essas infiltradas, atravessadas, rivalizadas com as redes dominantes? Como então no interior dessa megamáquina de produção de subjetividade engendram-se outras maneiras de se agregar, de trabalhar, de habitar, de construir, de criar territórios existenciais alternativos àqueles proporcionados pelo capital? De que dispositivos e recursos dispõem uma pessoa ou um coletivo para afirmar um tempo próprio de ocupar um espaço doméstico, urbano, de estabelecer novas e outras maneiras de socialização, de produzir bens e conhecimento e fazê-los circular? Como reconhecer modos de subjetivações singularizadas, emergentes, focos de enunciação coletiva, inteligências grupais, máquinas desejantes, máquinas de guerra, devires que escapam à vontade de consenso, a emergir, infiltrar no cotidiano de nossas cidades? Como detectar novos desejos, novas crenças, novas associações, novas formas de cooperação, novos modos de produção de saberes, de subjetividades, novos modos de construção de territórios existenciais, urbanos, arquitetônicos?

[...] Conta Kafka que o Imperador da China mobilizou todas suas forças na construção de uma Muralha esburacada contra os nômades vindos do Norte, enquanto eles já estavam instalados no coração da capital. (KAFKA:1999). Essa deliciosa narrativa nos permite introduzir um primeiro paradoxo. Por mais poderoso que seja, um Império já é vazado por todos os lados, infiltrado por todos os poros e subvertido desde o seu centro por esse Outro vindo de longe. Se o Império insiste tanto em demarcar-se e defender-se dessa alteridade que o rasga por dentro é porque, de algum modo, ela já está desde sempre em seu próprio coração, e seu rumor não pode ser abafado. A polarização binária que o Império

propõe, portanto, é uma tentativa de compensar a permeabilidade, a contaminação, a miscigenação que a própria dilatação das fronteiras do Império provocou. (PÁL PELBART, 2003: 120).

3.3 Incorporados

No campo dos modos de ações incorporados algumas figuras são convocadas, como a imanência do desejo, as dobras da subjetividade, uma ética da resistência, da invenção, da singularidade, do acontecimento. Utopia? Talvez... Mas faz-se preciso distinguir as utopias imanentes, libertárias e revolucionárias daquelas totalitárias. As experiências citadas e a serem desenvolvidas no desenrolar desse capítulo não se referem a um tempo futuro e uma forma ideal. Constituem-se em tentativas de infiltrações a atravessar o *status quo*, fizeram-se e/ou fazem-se entre o conceito e o meio presente, entre um movimento infinito e o que há de real (aqui e agora). Potência criativa, resistência, avaliação crítica da realidade arquitetônica e urbana e tentativas de construção de máquinas de Guerra figuram ao lado de fragilidade, ingenuidade, romantismo, cooptações, contradições e mesmo totalizações. Neste contexto sobretudo conturbado que essas práticas foram e continuam sendo realizadas.

3. 4 Cartografia das infiltrações.

Procuramos nesse estudo cartografar na história recente da arquitetura e do urbanismo, a partir da crise do movimento moderno, as maneiras de pensar e agir de arquitetos urbanistas propositores de outras “práticas” de produção material, construtiva, arquitetônica e urbana diferentes das preconizadas pelo pensamento dominante no campo da arquitetura e do urbanismo. Essas experimentações são processos micropolíticos às vezes associados à macropoderes, ora cooptados, ora marginais, estratégicos e táticos, ora desaparecidos.

Nesse âmbito, podemos observar a investida de arquitetos urbanistas mundo afora infiltrados em subjetividades culturais e em geográficas diversas. Essas investidas moleculares, na maioria das vezes desarticuladas entre si pela dificuldade de

circularem registros dessas experiências tinham como denominador comum a busca por modos de ações mais flexíveis, cuja tendência era considerar a intervenção como suporte técnico aberto às circunstâncias singulares, contextuais e não mais como um ciclo metodológico fechado em si, delimitado pela rígida objetividade do projeto e da obra, enquanto finalidades tradicionais da arquitetura e do urbanismo.

Apesar do pensamento dominante privilegiar outras práticas, podemos reconhecer atitudes micropolíticas de arquitetos urbanistas abrindo-se a outros universos científicos, estéticos, filosóficos, em busca de renovação que lhes permitissem reativar os mecanismos de motivação social e científica endurecidos pela secura dos anos inabaláveis de convicção moderna.

Uma questão aparecia como tensionadora desses debates no âmbito da introdução de reflexões inovadoras, mesmo que no espectro marginal. Essa referia-se a busca a um novo olhar sobre a participação dos habitantes, usuários, no caso específico da habitação, na elaboração dos projetos. Vale lembrar que nesse momento “moderno” estavam sendo construídos as grandes barras ou conjuntos habitacionais nas periferias das grandes cidades espalhadas por toda parte. Edifícios que seguiam a cartilha corbuseana da *Unité d’Habitation*¹³⁰. A nova tendência desses poucos arquitetos urbanistas infiltrados nas suas localidades era incorporar nas suas práticas projetuais e construtivas os habitantes, os usuários na sua especificidade sociológica, quer individual, quer coletiva. Esses interesses vinham emergindo e desenvolvendo-se desde o pós-guerra, como contraposição à ideia moderna de homem novo, padronizado do ponto de vista físico e social. Esses arquitetos urbanistas buscavam reinventar seus saberes e suas subjetividades incorporados às singularidades dos habitantes, moradores, usuários bem como das realidades em evidência.

¹³⁰ As *Unités d’Habitation* são grandes edifícios modulares projetados por Le Corbusier após a II Guerra Mundial, originados de um programa de reconstrução do governo francês. A primeira unidade implantada, e a mais conhecida delas, foi a da cidade de Marselha, elaborado entre 1947 e 1953. O projeto também ficou conhecido pelo termo *Cité radieuse* (cidade radiosa), visto que procurava recuperar em um edifício monumental a dinâmica da vida urbana. O termo significa literalmente unidade de habitação, mas o projeto é reconhecido internacionalmente pelo termo em francês. O conceito de unidade de habitação foi adaptado posteriormente em diversos outros projetos de caráter modernista por arquitetos em todo o mundo. Por esse motivo, o projeto original costuma ser referido pelo nome original.

A crença na influência que os planos ou projetos arquitetônicos e urbanísticos poderiam ter na conformação social dos espaços, ou mesmo no comportamento dos indivíduos, deu início de modo ainda frágil, um percurso de investigação sociológica, antropológica que, muito embora se detivesse em domínios abrangentes como as culturas populares teve nas questões da periferia e da participação ativa dos cidadãos na construção da cidade uma frente de referências privilegiada.

Ao longo dos anos 60 vai, assim, ganhando consistência crítica a necessidade de afetar a concepção projetual e construtiva da arquitetura e das cidades pelas subjetividades específicas dos usuários/habitantes e dos contextos concernidos. Esse debate foi intensificado, à medida que, do campo prático da arquitetura e do urbanismo ia se particularizando o tema da habitação e, mais ainda, quando o que estava em jogo era a questão de propostas para a crise habitacional. Nesse debate, sobressai novamente a crítica à superficialidade das relações entre a forma e a função proposta pelos modernos.

No pano de fundo dessas discussões estava também a tentativa de se criar novos métodos, mais conscientes, mais rigorosos em relação às especificidades subjetivas dos usuários da arquitetura e das cidades, sobretudo, àquelas que tinham sido abafadas, esquecidas ou ignoradas pelos modos de pensar e projetar modernos. Essas aproximações inscrevem-se no círculo das intenções de incorporar as subjetividades singulares daqueles envolvidos nos territórios bem como as especificidades desses próprios territórios.

Nos anos 60, vemos que a crítica ao movimento moderno estava presente de uma forma objetiva e assumida. Era patente a consciência de que a crise habitacional, como de resto tantas outras não se resolveria com postulados universais, com manifestos funcionalistas ou com culturalismos herméticos, mas sim com uma atuação singular e contextualizada sobre as virtualidades locais. Também se dirigiram críticas à formação e prática dos arquitetos urbanistas. A esses profissionais,

vinculavam-se apreciações que oscilavam entre a descomedida objetividade mercantil¹³¹ e a inaptidão para abraçar outras competências que não as do desenho.

Diante da crise mundial referente à questão habitacional, podemos reconhecer esforços de arquitetos urbanistas que apostavam em aproveitar recursos econômicos, materiais ou organizacionais já existentes (muitas das vezes em contextos de arquitetura informal) e otimizá-los, canalizando-os no sentido da melhoria da qualidade de vida dessas comunidades, mais especificamente no que diz respeito à habitação. Para isso, contavam mais com as tecnologias e materialidades locais (o *low-tech* ao invés do *high-tech*) do que propriamente com as soluções construtivas avançadas, vindas do exterior. Nessa perspectiva, todo o auxílio que viesse de fora deveria ser sempre sensível às dinâmicas existentes, potencializando-as e sendo potencializado, conferindo e absorvendo um saber-fazer, afetando e sendo afetado.

A reação desses arquitetos urbanistas difusores de posturas incorporadas via no processo de urbanização, que tinha começado por ser um processo de civilização, transformar-se num processo de dominação. Passando para as experiências vividas nos países em vias de industrialização, esses processos de dominação pressupunham também a aplicação simplista de esquemas urbanos europeus em sociedades de subjetividades bastante distintas. As soluções urbanas eram, assim, frequentemente impostas, mais como uma espécie de signo de superioridade e como instrumento de poder.

Contrariando o primado tecnocrático vigente, essas posturas incorporadas admitiam que o progresso técnico não estaria necessariamente vinculado ao progresso social. Então, o principal problema residia no conhecimento dos mecanismos de mudanças das subjetividades sociais, e de evolução das necessidades e das aspirações, para buscar conceber uma organização do espaço suficientemente flexível, capaz de adaptar-se progressivamente às novas conformações da sociedade.

¹³¹ “[...] O arquiteto era capaz de dar uma contribuição acertada para projetar um prédio industrial, uma casa dispendiosa, mas quando consultado sobre problemas de finanças, economia, legislação, administração, desenvolvimento de técnicas, produção de materiais, grilagem e muitas outras facetas de urbanização, ficava embaraçado”. (ABRAMS, 1967: 119).

Muitos desses propositores de outras práticas arquitetônicas e urbanas preconizavam novos meios de estudo que lhes permitissem analisar as relações entre os comportamentos da vida prática e suas aspirações e refletir sobre as transformações econômicas, demográficas, sócio-institucionais e os modos como se confrontam com as mudanças de sistemas de valores e visões de mundo. Todas elas testemunhadas pela análise dos conteúdos da imprensa, da literatura, do cinema e de outros meios. Nessa esteira, a proposta desses arquitetos era substituir o modo de decisão autocrático, exclusivo da hegemonia, por outro, mais democrático, que permitisse criar canais de comunicação entre os diversos envolvidos. As decisões arquitetônicas e urbanas não poderiam correr o risco de responder diretamente aos desejos do momento, expressas nos questionamentos destinados aos habitantes e usuários, mas deveriam, tentar ajustar-se progressivamente aos processos de evolução estudados de um modo infinitamente mais complexo.

Essas posturas incorporadas estariam imbuídas no sentimento de que a projeção e construção de arquiteturas e cidades em vez de serem pensadas para os habitantes – fossem pensadas com eles – e por eles. Esse era o primeiro passo para construir uma sociedade e um espaço que permitissem aos homens de diferentes classes aproveitarem verdadeiramente as vantagens materiais e culturais que advinham do desenvolvimento da produção.

A ideia de uma participação mais ativa dos moradores e usuários da arquitetura e das cidades surgia, pela via das ciências sociais, como uma forma de conferir maior base de credibilidade à disciplina, alargando a sua capacidade de interferência social, tradicionalmente limitada ao papel de resposta às encomendas do poder. Mas, estimulado por essa abrangência de base social, o sentido do debate disciplinar tendia sempre para considerar que, para além dessas constatações, haviam incentivos metodológicos capazes de auxiliar na construção de processos participativos em arquitetura e urbanismo.

A partir do fim da década de 60 e início dos anos 70 o tema de um novo compromisso da arquitetura e das cidades para com as singularidades das aspirações das comunidades vai se intensificando. Várias são as vozes que se anunciam por uma

participação mais ativa das pessoas nos projetos que decidirão os destinos dos seus bairros, das suas cidades.

Ao longo dessas décadas vários foram os estudos e reflexões que buscavam dar consistência teórica à problematização das necessidades reais dos habitantes. Observamos nesses anos, uma aproximação dos arquitetos aos saberes das ciências sociais. Tornou-se cada vez mais frequente o recurso às disciplinas que pudessem ajudar a “incorporar” as singularidades dos habitantes, dos lugares aos processos de projeção e produção de arquiteturas e urbanidades, disciplinas como a sociologia urbana, a antropologia, a psicologia dentre outros campos.

Assim, o debate arquitetônico e urbanístico durante os anos 60 e 70, subsidiados pela antropologia e sociologia focava nas relações psicológicas e sociais dos indivíduos e das suas comunidades. Em 1977, o historiador e crítico da arquitetura Michel Ragon publicou o livro-manifesto *“L’architecte, le Prince et la Démocratie”*,¹³² no qual prenuncia o fim do arquiteto ao estilo “miguelangeliano”, o autor demiurgo que trabalha para o príncipe, e a chegada de um novo profissional, que trabalha para o homem comum, que renuncia ao uso de uma linguagem técnica hermética, que compartilha e se submete às necessidades e desejos da comunidade organizada. Michel Ragon acusava os mestres do movimento moderno de terem fornecido aos poderes armas de coerção, que lhes permitiam fazer uso de uma “ideologia” – “[...] idéologie de la contrainte urbaine et de l’habitat carcéral”. (RAGON, 1977: 35). Pensava que, embora de uma forma involuntária e ingênua, ao fazerem uso de ideias aparentemente progressistas, estavam na realidade a atribuir poder político aos instrumentos arquitetônicos e urbanísticos necessários a uma política repressiva e segregacionista. Michel Ragon agradecia aos sociólogos, antropólogos e filósofos por terem feito os arquitetos urbanistas reconhecerem os “equivocos” existentes no caminho por onde tinham enveredado. (RAGON, 1977: 36-39). Nos dias atuais podemos nos arriscar a afirmar que esse debate em convulsão nos anos 60, 70 acabou sendo substituído por posturas ainda mais desencarnadas dos arquitetos urbanistas. Atualmente, vemos uma atitude conformista e submissa desses profissionais frente às demandas do poder hegemônico. Vemos grande parte dos arquitetos urbanistas

¹³² RAGON, Michel. *L’architecte, le Prince et la Démocratie*. Paris: Albin Michel, 1977.

contemporâneos consumindo passivamente as demandas do poder dominante. Não que seja razoável abdicar de se projetar e construir para as solicitações da sociedade do espetáculo, mas é problematizá-la e perceber nos seus enclaves fissuras e demandas subjacentes em seu interior nos reclamando por posturas inventivas, reativas no sentido de re-habilitar as responsabilidades inerentes ao exercício da nossa profissão.

3.4.1 Situacionistas

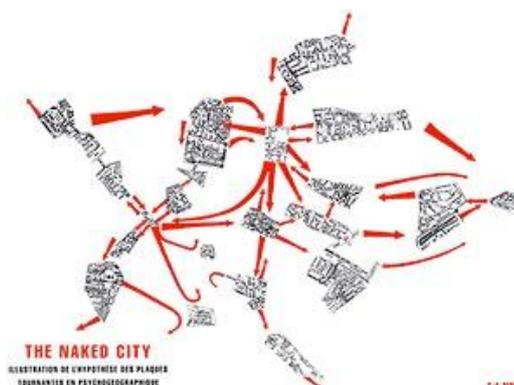


FIG.18 *The Naked City*, illustration de l'hypothèse des plaques tournantes, assinado por Guy Debord em 1957.
FONTE: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp176.asp

À medida que aproximava o final da década de 60 as reflexões em torno da arquitetura e da cidade bem como em outros domínios buscavam ampliar o campo de abordagem em direção a uma perspectiva mais social, as práticas sociais também estavam mais engajadas no embate com os poderes hegemônicos e tenderam a influenciar, de modo direto, os temas e os limites do debate disciplinar mais específico.

Em maio de 1968¹³³ a hegemonia do poder foi questionada e com ele os modos de produção das sociedades nos seus diferentes campos. Quando em Maio de 68 as ruas

¹³³ Maio de 68 em Paris foi o epicentro de um levante estudantil mundial. Estudantes batalharam intensamente com a polícia, milhões de trabalhadores estiveram em greve. Pode-se dizer que esse foi o início de uma nova era do capitalismo, que manifestava uma correlação demográfica nova, na qual o peso da juventude era maior, acompanhada de transformações na maneira de produzir tornando obsoletas as maneiras anteriores da divisão social do trabalho. Era notável, que o mundo aumentava o seu caráter tecnoburocrático. Havia uma oposição entre a modernização técnica e econômica e as formas de organização social cultural arcaica cuja função era manter as tradições e os princípios e não permitir mudanças. Há uma ruptura entre a produção de conhecimento e a utilidade social do indivíduo

enchiam-se de manifestantes, há muito que as reflexões sobre as questões da arquitetura e da cidade ocupavam o centro do debate. Já haviam, nessa época, diferentes movimentos em oposição às limitações de uma visão disciplinar quase que exclusivamente funcionalista.

Asger Jorn e Constant fundaram em 1948 o *Cobra*, dissolvido em 1951; em 1953 forma-se o MIBI, *Mouvement Internationale pour une Bauhaus Imaginiste*, em oposição à *Gestaltung de Ulm*, fundada em 1950 e tida como a nova *Bauhaus*. A Internacional situacionista foi criada em julho de 1957, em Cosio d'Arroscia, na Itália a partir da fusão de 3 grupos: a Internacional Letrista, o Movimento Internacional por uma Bauhaus Imagista e a Associação Psigeográfica de Londres.

Surgia assim, o Situacionismo, um movimento europeu de crítica social, cultural e política que reuniu poetas, arquitetos, cineastas, artistas plásticos. Seu início data de julho de 1957, com a fundação da Internacional Situacionista, em Cosio d'Arroscia, Itália. O grupo se definia como uma "vanguarda artística e política", apoiada em teorias críticas à sociedade de consumo e à cultura mercantilizada. Liderados por Guy Debord, os situacionistas eram contra o espetáculo, a cultura espetacular e a 'espetacularização' em geral, ou seja, contra a não-participação, a alienação e a

e do conhecimento adquirido, no contexto da vertiginosa transformação das tecnologias e obsolescência do modo de produção. Isso afeta a universidade e a lógica do desenvolvimento de conhecimento. O saber produzido em forma de ciência e técnica é determinado pelas necessidades da produção de mercadorias, e o que era produzido em forma de ciência social estava a serviço do poder instituído. Ninguém pode reivindicar para si esse movimento: ele foi amplamente espontâneo e os inúmeros grupos organizados e nele envolvidos, (trotskistas, maoístas, guevaristas, anarquistas, situacionistas) influenciaram, mas não determinaram os seus rumos. Havia uma crítica radical à fusão do indivíduo na totalidade entendida como partido ou estado, que foi determinante na luta por um movimento sem dirigentes, sem hierarquia, sem disciplina partidária, ou outra qualquer. Os desdobramentos da inquietude transformada em ação foram corrosivos para a aparente estabilidade das sociedades capitalistas industrializadas. Ao conseguir mobilizar grandes contingentes e afetar todos os que estavam no entorno os envolvidos conseguiram, no mínimo, estimular a crítica da sociedade e propor reformulações. A originalidade da forma de fazer política estava imbricada no despojamento das organizações, da hierarquia e da disciplina e na adoção da irreverência, do desejo e da coletivização como formas mais profícuas de transtornar a ordem estabelecida. E a originalidade no pensar do cotidiano esteve tanto em perceber o papel social da mercadoria e sua propagação como espetáculo quanto em reformar as interações sociais por ela reprimidas a partir da desprivatização do espaço. A mundialização dos processos vividos ocorre a partir do momento em que há meios nos quais eles possam ser compartilhados e se influenciar mutuamente. A revolução em curso em 1968 estabelecia pontos de convergência com várias outras insatisfações e reivindicações ao longo do mundo, isso a tornou parâmetro e modelo para inúmeras explosões moleculares semelhantes.

passividade da sociedade. O principal antídoto contra o espetáculo seria o seu oposto, a participação ativa dos indivíduos em todos os campos da vida social e principalmente naquele da cultura. O interesse dos situacionistas pelas questões urbanas é uma consequência da importância dada por estes ao meio urbano como terreno de ação, de produção de novas formas de intervenção e de luta contra a monotonia, ou ausência de paixão, da vida cotidiana moderna. A (IS) Internacional Situacionista pretendia novas propostas de apropriação da cidade por meio da participação ativa de seus habitantes.

Debord, ao redigir em 1957 o *Rapport sur la construction des situations et sur les conditions de l'organisation et de la tendance situationiste internationale*, elege a noção de *situation construite* como instrumento privilegiado do programa. A crítica situacionista ao urbanismo se dava exatamente pelo caráter antiparticipativo deste, e o interesse dos situacionistas pelas questões urbanas, pelo contrário, ocorria pela importância dada por eles às cidades como terreno de ação, de produção de novas formas de participação e de luta contra a passividade da sociedade.

Entre os arquitetos e artistas, as perspectivas iniciais sugeridas pela noção de *situation construite* surgiram como reação à produção pós-guerra e à influência das figuras tutelares do movimento moderno, precisamente a de Le Corbusier.

Práticas como a "deriva"¹³⁴, a "psicogeografia"¹³⁵ e o "desvio" promoviam as perambulações ao acaso pela cidade e estimulavam as reinterpretações do espaço com base na experiência vivida. As práticas e intervenções no espaço urbano tiveram como fonte a crítica da vida cotidiana; por isso o urbanismo e a arquitetura constituíram dimensões fundamentais para letristas e situacionistas.

Não por acaso a plataforma que marcou o início das atividades da Internacional Situacionista intitulou-se "Para um urbanismo unitário". Os situacionistas propunham a idéia de um novo tipo de urbanismo, o UU (Urbanismo Unitário) – unitário no

¹³⁴ A deriva é uma técnica de apropriação do espaço urbano pelo pedestre através da ação de andar sem rumo.

¹³⁵ A psicogeografia seria uma geografia afetiva, subjetiva, que buscava cartografar as diferentes ambiências psíquicas provocadas basicamente pelas deambulações urbanas que eram as derivas situacionistas.

sentido de que é contra a segregação do *zoning* moderno – um urbanismo altamente participativo, feito pelos cidadãos.

A revista *Internacional Situacionista*, 1958/1969, apresentou as formulações teóricas do grupo e acompanhou as atividades de seus membros. Do conjunto, apreendem-se duas críticas fundamentais.

A primeira crítica diz respeito à vida cotidiana e à sociedade do espetáculo mercantil. Foi na crítica à arte contemporânea que o movimento inicialmente construiu sua crítica a sociedade do espetáculo. Recusavam uma arte fechada apenas nos seus propósitos estilísticos e formais. Queriam uma arte de ambiência, uma arte que negasse o sentido da própria arte, que afirmasse aos homens as impossibilidades contemplativas, uma arte como criação permanente e permanentemente reconstruível. Tinham um ponto de vista dialético da arte, assumindo a tarefa de “superar” a arte, ao abolir a noção de arte como uma atividade especializada e separada e transformando-a naquilo que seria parte da construção da vida cotidiana.

A superação da arte só viria pela transformação ininterrupta do meio urbano. O que demandava fazer do urbanismo e da arquitetura as ferramentas da revolução do cotidiano. Segundo o programa Situacionista a imaginação deveria tomar de assalto o vazio existencial da cidade, subvertendo um cotidiano cego pelo hábito, restituindo significando aos espaços. Não se poderá falar, contudo, de uma arquitetura situacionista, mas talvez do desejo de criar uma prática situacionista da arquitetura e sobretudo da cidade. Prática que deveria perder seu caráter alienado do cotidiano, e o arquiteto urbanista deveria, então, adquirir uma individualidade criativa mais liquidificada, banalizada que limitasse a sua dimensão demiúrgica. Um arquiteto situacionista, o holandês Constant chegou a propor um modelo de cidade, New Babylon (Nova Babilônia), fazendo maquetes e plantas, o que foi vivamente questionado pelo grupo na época e culminou na sua saída do grupo. Os situacionistas acreditavam que somente a revolução social e cultural engendraria a revolução urbana, e não o contrário, como os arquitetos modernos acreditavam.

A segunda crítica situacionista incide sobre a cultura como "mercadoria ideal do capitalismo avançado". A idéia da servidão posta pela "sociedade do lazer" encontra-

se esboçada na obra maior da teoria situacionista, *A Sociedade do Espetáculo*, 1967, de Guy Debord. Foram os situacionistas, e centralmente Guy Debord, que fizeram a crítica mais contundente à sociedade “espetacular mercantil”¹³⁶ em que tudo se associa à mercadoria e essa se dá como espetáculo. Toda a vida é envolta por uma imensa acumulação de espetáculos.

3.4.2. TeamX



FIG. 19. Team X. FONTE: www.team10online.org/

O Team X constituiu-se por um grupo de jovens arquitetos modernos que iniciaram a crítica aos preceitos dos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), principalmente em relação ao urbanismo, ao contestar a Carta de Atenas redigida por Le Corbusier. O grupo, liderado, pelo holandês Jacob B. Bakema e composto pelos britânicos Alion e Peter Smithson, pelos franceses Georges Candilis, Alexis Josic e Sadrach Woods, pelo italiano Giancarlo De Carlo, pelo holandês Aldo Van Eyck, dentre outros, procuraram estabelecer as bases da crítica à velha guarda do

¹³⁶ “[...] A sociedade do espetáculo é o mundo das pseudo-necessidades, do consumo, o mundo em que o viver tornou-se uma representação caricata espetacular dos bens de consumo, “o mundo em que a cultura é redefinida por um processo de comercialização, transformada num campo de investimentos, especulação e consumo como qualquer outro, criando uma indústria que se esforça por compensar o extremo empobrecimento da vida social, cultural e emocional, arrebatando as pessoas para uma celebração permanente das mercadorias saudadas como imagens, como novidades, como objetos eróticos, como espetáculo”. A mercadoria se torna o centro absoluto da vida social e as trocas entre os sujeitos passam a ser indiretas, tendo por intermediária a imagem.” (DEBORD, 1997:96).

modernismo, através da condenação do funcionalismo e da exploração de “métodos” capazes de extrair dos novos universos tecnológicos todas as suas potencialidades vitais.

O Team X se envolveu em debates no interior dos CIAMs — após a segunda guerra mundial. O segundo CIAM, ocorrido em 1933, lançou a proposta da “Cidade Funcional” fixando os princípios do urbanismo funcionalista que seria registrado na “Carta de Atenas”. Nos CIAMs que se seguiram, entre 1947 a 1953, a crítica à esterilidade abstrata da “cidade funcional” teve início e amadureceu a ponto de ocorrer uma cisão no IX CIAM, quando as quatro categorias funcionalistas da “Carta de Atenas” foram duramente criticadas. O Team X protagonizou uma polêmica internacional que envolvia os urbanistas, muitos dos quais tinham um ponto de vista semelhante ao seu.

O grupo propôs, ainda nos anos 1950, recolocar nos projetos o homem real das ruas no lugar do *Modulor*, homem ideal, de Le Corbusier e da “velha guarda” dos CIAM. As questões das diferenças individuais passaram a ser estudadas no lugar do coletivo ideal. A idéia principal era de devolver a cidade a seus habitantes. O grupo era heterogêneo e eclético mas tinha a convicção comum de ir contra a doutrina da Carta de Atenas¹³⁷. Buscavam insistentemente alternativas ao modernismo ao longo de toda sua existência.

O último evento de divulgação do Movimento Moderno foi o X Congresso Internacional de Arquitetura Moderna realizado em Dubrovnik em 1956, sob a direção do TEAM X. A partir do VII CIAM, realizado em Bergamo (Itália), já haviam aparecido as primeiras divergências com relação aos rumos do Movimento. No IX Congresso, em 1953, em Aix-en-Provence, os arquitetos Peter e Alison Smithson, Aldo Van Eyck, Bakema e Candilis reivindicariam para eles a organização do X CIAM, cujo tema seria "O Habitat", no qual introduziriam os conceitos de identidade e crescimento urbano. Mesmo com o final dos CIAM manteve-se uma

¹³⁷ A Carta de Atenas, divulgada quase oito anos após sua redação, é um texto dogmático e polêmico, formulando exigências e estabelecendo os critérios para organização e gestão das cidades. Foi elaborada durante o IV CIAM, num cruzeiro entre Marselha e Atenas, em 1933, e publicada em 1941, por sintetizada por Le Corbusier. (LE CORBUSIER, 1993).

série de encontros e “desencontros” internacionais como, de Ottero (1959), ainda sobre a direção do TEAM X.

O Team X viria através do confronto e da polêmica, característicos da tradição vanguardista, propor as alternativas para a procura de um novo humanismo, e também para os meandros de um posicionamento crítico próximo do pensamento situacionista. De algum modo, quase todos eles referenciaríamos esse pensamento no exercício de suas reflexões e práticas.

Bakema demonstrou tal pensamento, desde cedo, através de suas afinidades com o grupo *Cobra*, mas também no seu empenho em buscar transformar o indivíduo social passivo em indivíduo “ator”. Aldo Van Eyck, amigo de Constant e também próximo do grupo *Cobra*, procurou sempre referir-se à complexidade individual do homem, sob uma aparência de simplicidade, à imagem dos membros das comunidades primitivas *Dogon*, entretanto problematizados pela contribuição antropológica. Candilis também se referia ao ato de construir como algo que se confunde com a própria vida, e que, nessa condição se define como um ato coletivo, que diz respeito a todos sem exceção (CANDILIS:1998). Os Smithsons viriam a desenvolver experiências em torno de uma linguagem arquitetônica que não só tolerasse a mudança, mas que também a sugerisse. Entre essas experiências vale salientar as propostas e respostas aos programas habitacionais, como o concurso Golden Lane Housing Competition, de 1952, e o complexo dos Robin Hood Gardens, de 1966-1972, as mais representativas de uma ideia de estrutura elástica, flexível, que pudesse privilegiar os espaços de encontro e uma nova ideia de densidade habitacional e urbana. Giancarlo De Carlo empenhar-se-ia num caminho experimental de atualização permanente da ideia de participação dos habitantes na construção de arquitetura, sem, portanto abdicar da sua função de arquiteto. Esse caminho de confronto polêmico com a realidade social culminaria com um bem sucedido complexo residencial em Terni, Villagio Matteotti, de 1970-1975.

O Team X, introduziu dentro do corpo doutrinário do Movimento Moderno conceitos que permitiram acomodar uma diversidade maior de subjetividades. E para isso alguns recorreram ao estudo das culturas primitivas coletando informações sobre os padrões de estruturação espacial. Aldo Van Eyck foi para a África estudar o povo

Dogon; Paolo Soleri para o Arizona fundar Arcosanti; Candilis trabalhou no Marrocos e no Peru; Bernard Rudofsky montou em 1964 a célebre exposição "Arquitetura sem arquitetos". Os Smithson's, em 1967, em seu clássico livro: *Urban Structuring* reuniram os estudos que realizaram sobre padrões de identidade, organização e mobilidade. Os Smithson's, juntamente com Aldo van Eyck, Bakema, Candilis, que estudavam os padrões das sociedades primitivas acabaram por propor padrões novos de composição e organização formal como, a rua corredor externa e aérea, formas novas de associação volumétricas, formas abertas, acopláveis para estruturação do crescimento, aproximando-se assim dos metabolicistas japoneses, das propostas do grupo *Archigram* e das demais utopias tecnológicas. As propostas e realizações do Team X, ou as de seus membros individualmente, têm necessidade de serem contextualizadas no âmbito de arquiteturas construídas, de uma confrontação com o real que pouco ou nada tem a ver com os projetos utópicos irrealizáveis ou mesmo com a negação radical do exercício da arquitetura dentro do quadro vigente das condições de produção, atitudes tão caras ao pensamento situacionista. Tratava-se afinal, em quase todos os casos, de rever as premissas dessa prática, mais do que questioná-la a fundo, ao ponto de chegar à recusa, ou à impossibilidade. O Team X nunca emitiu cartas com determinações, conclusões ou dogmas, por não acreditar na validade, nem na representatividade deste tipo de instrumento.

3.4.3 Bernard Rudofsky

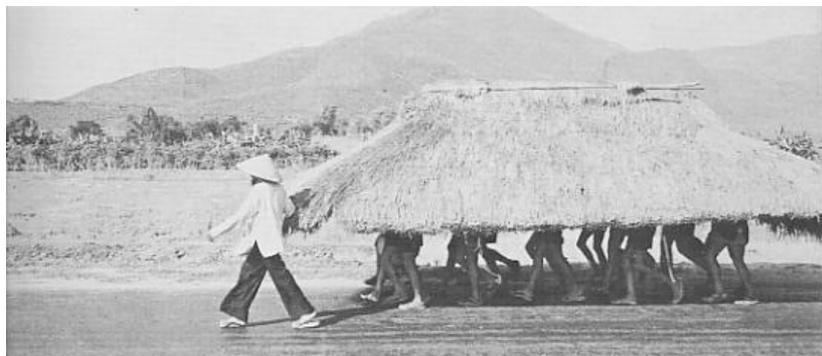


FIG:20 Arquitetura transportável no Vietnã. Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br>

Em 9 de novembro de 1964 foi inaugurada no *Museum of Modern Art* em Nova Iorque a exposição intitulada *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*¹³⁸. Proposta e realizada pelo arquiteto urbanista austríaco Bernard Rudofsky, a mostra trazia um vasto número de exemplos da arquitetura vernacular¹³⁹. Tratava-se, portanto de trazer a luz uma perspectiva diversificada da arquitetura vernacular de diferentes culturas. Essa proposta surgia da necessidade de trazer ao conhecimento grandes exemplos arquitetônicos, urbanos e paisagísticos construídos por seus próprios habitantes e não pelos arquitetos urbanistas. Daí o título referir-se a uma arquitetura sem *pedigree*, sem arquitetos, vernacular, na contramão das exposições de obras eruditas, “de autor”, assinadas pelos profissionais da área. Essa mostra pode ser considerada quase que como uma contra-exposição através da qual Bernard Rudofsky apresentou em grandes fotografias em preto e branco um amplo panorama de uma arquitetura ainda não formalizada e tampouco classificada, onde desaparecem os padrões universais e a figura protagonista do arquiteto.

Segundo Rudofsky:

“[...] a História da Arquitetura e as suas antologias pouco mais faziam do que elaborar listagens do *who's who* dos arquitetos que tinham conseguido ver os seus projetos monumentais contruídos, listas de edifícios de e para os privilegiados, das casas dos deuses verdadeiros e dos falsos, dos palácios dos príncipes do mercado e dos príncipes de sangue.”
(RUDOFSKY: 1964)

A exposição propunha-se divulgar outra faceta da atividade, cujo sentido era menos o da autoria artística ou financeira, e mais o da razão, funcional e simbólica, comunitária, das obras em apresentadas. Essa mostra confronta a supervalorização da autoria personalizada do objeto arquitetônico. Citando Belluschi, Rudofsky diz numa passagem em que define “communal architecture”:

“[...] a communal art, not produced by a few intellectuals or a specialists but by the spontaneous and continuing activity of a whole people with a common heritage, acting under a community of experience.”
(RUDOFSKY: 1964)

¹³⁸ *Architecture without architects (A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture)* foi realizada pouco mais de trinta anos após a exposição do Estilo Internacional no MoMA de Nova Iorque.

¹³⁹ Na falta de um nome específico, Rudofsky denomina essa arquitetura, de acordo com cada caso, de vernacular, anônima, espontânea, indígena ou rural.

Arquitetura e organização do espaço como coisa comum, como parte da comunidade, em contraposição a supervalorização da autoria, eram conceitos contundentes do objetivo da exposição, que viria a contribuir para a caracterização de certo espírito de época. O objetivo da mostra não foi fazer uma historiografia da arquitetura sem arquitetos e nem estabelecer tipologias, mas sim romper com a sedimentada ideia de arquitetura oficial, comercial e universal e dessa forma oferecer um ponto de partida para a exploração do vasto domínio das ideias que apresenta. A intenção de Rudofsky era expor o espectador moderno às diversas possibilidades de concepção de vida na variedade da arquitetura vernácula ou primitiva e criar meios para questionar os padrões pré-estabelecidos.

Durante a segunda metade da década de 60, ecoavam mesmo que molecularmente questionamentos que tendiam considerar a prática arquitetônica como resultado direto das necessidades e desejos dos habitantes, usuários, sem passar pelo crivo da autoria e da imposição de um especialista ou de uma equipe técnica. Por outro lado, era uma posição resultante do crescente reconhecimento da diversidade cultural, da multiplicidade das subjetividades singularizadas na qual o mundo se apresenta bem como pela convicção que a presunção universalista do movimento moderno tinha resultado num dos seus maiores equívocos. A exposição foi uma investigação da arquitetura não codificada cujo interesse era expandir a visão sobre o exercício de construir.

O resgate desse tipo de construção - colocado às margens da história da Arquitetura - aponta para uma reconsideração das particularidades de cada lugar e também para os aspectos da liberdade criativa e espacial que afluíam no contexto social e cultural dos anos 60. Era um confronto e um questionamento do caráter demasiadamente autoral da obra arquitetônica como ato demiúrgico. Uma crítica contundente à arquitetura erudita alienada dos modos de construção dos homens comuns nas suas lidas cotidianas. Nesse sentido, a exposição no MOMA de Bernard Rudofsky evidenciou diferentes conjuntos de obras frequentemente esquecidas ou desprezadas pelas referências acadêmicas e pelo recorte erudito nesse campo. Essa exposição,

pequena máquina de Guerra, de Bernard Rudofsky viria, sobretudo, trazer à luz a arquitetura como produção da comunidade e da organização social. Mais do que “uma Arquitetura sem Arquitetos” evidenciava uma arquitetura sem o *star system* da historiografia tradicional.

3.4.4 Giancarlo De Carlo



FIG: 21 Habitação em Terni, Itália. Arquiteto: Giancarlo De Carlo. Fonte: <http://giancarlodecarlo.blogspot.com/2009/11/habitacoes-em-terni-italia-habitacoes.html>

A vida do arquiteto urbanista italiano Giancarlo De Carlo esteve sempre enredada pelas relações entre o movimento anarquista, a política, a sociedade e a arquitetura. Giancarlo De Carlo se graduou em 1949, em Veneza. Trabalhou com Franco Albini no Plano para Reggio Emilia e em seguida para o INA CASA¹⁴⁰, o programa habitacional italiano do pós-guerra. Politicamente, se aproximou do movimento anarquista, que o influenciou decisivamente.

De Carlo integrou o grupo italiano no CIAM em 1952. Sua postura crítica diante do *International style* o aproximou dos Smithsons, de Van Eyck e outros arquitetos, que formariam o TEAM X. A sua adesão ao grupo veio acompanhada de um profundo descontentamento com os postulados funcionalistas abstratos do CIAM e da busca por uma arquitetura de linguagem mais simples e cotidiana, influenciada pelas referências da tradição italiana e mais próxima do repertório cultural popular.

¹⁴⁰ O INA CASA será citado mais adiante nesse capítulo.

Entre os arquitetos do Team X foi o que mais valorizou o caráter político da arquitetura. Os dois procedimentos fundamentais que ele propunha para chegar a uma arquitetura de todos eram o compromisso com o padrão cultural da comunidade e a participação do usuário no processo de concepção da obra. Através de procedimentos como trabalhar para o Estado, estabelecer uma relação da obra com a realidade social e política enfrentada, inserir a comunidade como agente no processo de projeto e realizar um projeto coerente com o contexto do seu entorno e com o repertório cultural de seus usuários, De Carlo firmava sua opção profissional de realizar arquitetura como processo político. Essa postura era facilitada em um período em que o governo italiano através do INA CASA estava intervindo maciçamente na construção civil onde a questão da participação era requisito para a elaboração dos projetos arquitetônicos.

De Carlo pretendeu estabelecer a relação com o padrão cultural popular pela utilização de uma linguagem que dialogasse com as formas de expressão arquitetônica do local. Neste sentido, era importante que a arquitetura resguardasse a identidade da comunidade, através do uso de elementos da arquitetura vernacular, dos materiais empregados, da imagem das formas construídas, mas também dos espaços criados para uso coletivo da comunidade. Com o aprimoramento dessa idéia na sua experimentação prática, a valorização dos aspectos culturais do local tornou-se central para a elaboração de métodos de estudo e concepção de projetos situados na leitura histórica dos contextos, fundamentais para revelar a “natureza intrínseca” da situação. Esses métodos foram a principal contribuição do ILAUD, fundado por ele em 1976, um Laboratório Internacional de Arquitetura e Desenho Urbano que agregava diversas escolas de arquitetura européias e americanas para desenvolvimento de técnicas de projeto em desenho urbano.

Outro procedimento de projeto experimentado e defendido por Giancarlo De Carlo como resposta ao seu questionamento com relação ao dogmatismo do funcionalismo na arquitetura moderna foi o projeto participativo. A participação do usuário no processo de projeto era uma tentativa de ampliar as bases de consolidação de espaços democráticos. Pretendia realizar processos participativos em que os usuários se manifestassem em relação ao projeto antes da sua execução. Os usuários/habitantes eram convidados a intervir no processo de diagnóstico e concepção do projeto. Outro

objetivo foi ampliar as referências e repertório arquitetônico das populações envolvidas nos projetos. Popularizar o acesso à arquitetura, inserindo métodos de trabalho interdisciplinares e aprimorando o diagnóstico da situação local através da intervenção dos próprios moradores, chegando a resultados mais adequados à realidade em questão. As fases do projeto consistiam em: a definição do problema, a elaboração da solução e a avaliação dos resultados. A definição do problema é a fase de contato inicial entre arquiteto e comunidade. Nesse momento, ele propunha a elaboração de um diagnóstico da comunidade e da área do projeto. O diagnóstico propunha a incursão de profissionais de outras áreas tais como: sociólogos, antropólogos dentre outros. A elaboração da solução implicava no processo de desenho, a discussão das soluções espaciais e a troca de repertório arquitetônico entre comunidade e arquiteto (buscava-se a ampliação do repertório da comunidade, a inclusão conceitual sobre a arquitetura e a discussão sobre aspectos relativos ao meio ambiente dentre outros desdobramentos que se fizessem desejáveis e/ou necessários). De Carlo desenvolveu três grandes experiências participativas: o Plano para Rimini, o Bairro Matteotti, em Terni, e as moradias para pescadores em Mazzorbo, na Laguna Vênetas. De Carlo via a participação como uma luta pela construção de uma racionalidade dialógica na arquitetura. Uma racionalidade construída não a partir dos anseios e conceitos dos arquitetos, mas sim, da coletividade. Porém, não abdicava do exercício profissional do arquiteto rejeitando possíveis reduções no sentido do arquiteto assumir o papel de um tradutor dos anseios coletivos. Insistia que o arquiteto devia trazer a inovação, enriquecendo o debate participativo, superando o repertório existente daquela coletividade.

Para ele a arquitetura é a arte de se construir espaços para se viver junto. Questionado de como teria sido a participação popular nos projetos e planos participativos que desenvolveu De Carlo respondeu:

“[...] Nos casos em que houve diálogo, a participação é sempre diferente. Não pode ser a mesma, porque se uma parte se transforma, muda tudo. Se eu falo com os operários de Terni é uma coisa, se eu falo com os pescadores de Burano ou Mazzorbo é outra. Outra cultura, outro modo. Em cada caso é preciso encontrar o modo. Não é um modo que existe que está escrito e que se aplica a todas as situações. Alguns fazem participação assim, mas isso não é participação, é engodo demagógico. É preciso inventar.” (DE CARLO, 2002)

Quando questionado sobre a questão da participação, aspecto fundamental das suas práticas, De Carlo citou algumas estratégias e dispositivos por ele empreendidos nos processos de produção de suas arquiteturas:

“[...] Quando fui a Terni pela primeira vez, levei cinco projetos de casas, não de casas populares, mas de casas na escala humana, contemporâneas, de arquitetos de vários países. Quando mostrei os projetos, a reação dos operários foi: “Isso não são casas para nós, são coisas caras!”; e eu disse: “deixemos o dinheiro de lado; vocês querem viver bem ou não?” Pois este é o ponto: não podemos escolher a arquitetura pelo que custa, mas pelas necessidades humanas. E então mudaram rapidamente de pensamento”. Depois, quando se passa esta fase, se começa a falar de verdade das coisas que precisam, como vêm as coisas. É uma grande lição. O seu modo de falar da janela é diferente do nosso. Para nós arquitetos, a janela é uma questão técnica e estética. Para eles, é uma questão de vida: a luz, o vento, a chuva que entra e precisa enxugar, se tornam todo outro modo de ver as coisas, muito formativo para um arquiteto. Foi um grande sucesso, ficaram contentíssimos. As coisas mais fenomenais ali são os jardins que fizeram nos terraços. No princípio, eu discordava um pouco, mas depois entendi que era o seu modo de representar-se. Inicialmente pequenos jardins, agora tem alguns preocupantes, com plantas grandes, mas isso foi um grande sucesso.[...] Quando a direção da fábrica me pediu que fizesse o projeto, eu disse que sim, mas com participação. Depois, quando viram que a participação é coisa séria, ficaram irritados. Na ocasião, os operários ficaram sabendo de uma mudança nos postos de trabalho da fábrica e quando pediram para conversar com a direção, a resposta foi que o assunto não cabia aos operários. “Mas como? Participamos para o projeto das casas, temos que participar também dos postos de trabalho, é a mesma coisa!” Havia nascido a ideia de que participavam de tudo, o que era um grande sucesso para mim, por haver reportado esta convicção, e um grande medo para a direção da fábrica.” (DE CARLO, 2002)

3.4.5 Hassan Fathy



FIG: 22 New Gurna, Egipto, Arq. Hassan Fathy. Fonte: <http://arquitecturasdeterra.blogspot.com/2008/10/save>

O tema do aproveitamento dos recursos endógenos das populações, seja como solução de subsistência, ou como reação à desgastada homologação, material e plástica, proposta pelo movimento moderno, apresentava-se como possibilidade a ser buscada por arquitetos urbanistas interessados em construir outros modos de ação projetuais e construtivas.

Hassan Fathy, arquiteto egípcio construiu parte significativa de suas práticas em torno das possibilidades de renovação dos meios tecnológicos utilizados nas construções de casas de camponeses pobres no Egito¹⁴¹. Ciente de que as técnicas e os materiais importados do Ocidente eram inadequados e muito dispendiosos para a habitação rural, empenhou-se em demonstrar que os recursos tradicionais deveriam ser usados nas construções modernas e que a adaptação às novas condições de vida se conseguiria através do projeto e não com a alteração dos materiais e dos sistemas construtivos. Em 1946, contactado pelo *Department of Antiquities* para projetar um grande conjunto arquitetônico e urbanístico para 7000 pessoas que habitavam em Gourna, nas ruínas da antiga Tebas. Hassan Fathy propõe habitações juntamente com alguns edifícios públicos, tais como uma mesquita, um mercado coberto, escolas e um teatro. As casas foram construídas ao redor de um pátio e organizadas segundo unidades de vizinhança com acessos comuns às ruas principais.

Trabalha-se com materiais tradicionais e com a orientação técnica de geólogos e engenheiros a fim de se otimizar, do ponto de vista técnico, as soluções adotadas. Uma parte significativa da obra incorporaria o trabalho dos futuros moradores. Essa participação objetivava criar vínculos mais diretos entre habitantes e suas casas, sua cidade bem como seria usada como meio de reduzir os custos da construção.

“[...] Não se quebravam os laços de continuidade com o sistema rural da autoconstrução e reforçava-se o apego à obra pelo esforço investido em sua concretização”. (FATHY, 1980)

O projeto de Gourna enfrentou, no entanto, consideráveis dificuldades para ser posto em prática. A oposição dos xeiques, detentores do poder local e a excessiva morosidade burocrática do *Department of Antiquities* egípcio atrasaram todo o

¹⁴¹ Ver: FATHY, H. *Construindo com o Povo: arquitetura para os pobres*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

processo de realojamento. Além disso, pairava certo ambiente de desconfiança para com um projeto que envolvia métodos e materiais tradicionais, num momento em que os postulados modernos se assumiam como única maneira razoável de construir. Enfim, menos da metade do projeto se realizou, mas a experiência ficou como um marco pioneiro da autoconstrução “assistida”. No que diz respeito ao aproveitamento dos recursos endógenos dos países pobres, as experiências de Hassan Fathy¹⁴² no Egito tiveram um efeito dinamizador.

3.4.6 Lina Bo Bardi



FIG: 23 Lina Bo Bardi e o design popular. Fonte: <http://www.institutobardi.com.br/i>

A abordagem do pensamento e das ações singulares de um arquiteto urbanista e seu conjunto de preocupações pode contribuir para a construção de um quadro mais amplo e diversificado da arquitetura, do design, do urbanismo. É nesse sentido que abordamos as posturas incorporadas de Lina Bo Bardi.

¹⁴² Em 1957 Hassan Fathy deixou o Egito para trabalhar em vários projetos para o Oriente Médio, numa firma sediada em Atenas. Regressou no princípio dos anos 60 e desenvolveu outros trabalhos, dentre os quais se destacou a cidade de New Bariz, no oásis de Kharga, que não chegou a se concretizar por causa da guerra em 1967. Só na década de 70 começou a editar de modo sistemático suas experiências.

Nas palavras de João Cabral de Melo Neto, a obra de Lina, possuía todos aqueles ingredientes de ser “a palo seco”, aceita o seco não por resignação, “mas o emprega porque é mais contundente”. Apresenta, portanto, uma estética despida, crua, fruto de um processo de devoração antropofágica, de vínculos profundos com um conteúdo social da arquitetura e de uma pesquisa e uma procura antropológica. A arquiteta desembarca no Brasil e, dando-se a ser devorada por nossa subjetividade popular, fez uma arquitetura que soube se inserir num processo de continuidade histórica, que soube digerir, ao sabor da tradição de uma cultura construtiva endógena propriamente brasileira sem deixar de ser afetada por forças, saberes e subjetividades exteriores.

“[...] A aproximação de Lina ao saber popular de nossa cultura brasileira não se faz ao modo típico do branco europeu ao aborígene, mas ao modo de Guimarães Rosa ao sertanejo” – há um vínculo interno, um diálogo travado no nível da invenção da linguagem e não da sua estereotipização: faz-se ao modo antropofágico.” (JORGE,1997).

Da mesma maneira que Guimarães Rosa disse que do “sertão” não se podia fazer literatura do tipo corrente, a inventividade e incorporação na arquitetura produzida por Lina Bo Bardi afastam uma visão de uma espécie de estetização estereotipada. É a possibilidade de recuperação de aspectos do projeto moderno sem desencarnar ou sublimar o desenvolvimento próprio de uma evolução singular da arquitetura brasileira em direção as técnicas e materialidades locais. Como no “cinema novo” também a sua arquitetura apresentava linhas autências de pesquisa e trabalho:

“[...] Livremo-nos das culpas da imitação, regenerando o estrangeiro, e da sujeição ao mito da fidelidade a uma arquitetura terceiro mundista. Combatemos a aridez criativa dessas posições com a fantasia autenticamente popular.” (JORGE,1997)

As afinidades de Lina Bo Bardi com o pensamento do cinema novo¹⁴³ ficam claras quando estas propunham a libertação definitiva dos padrões europeus e americanos. A cultura cinematográfica deveria descolonizar-se e afirmar-se como representação de

¹⁴³ O Cinema Novo nasceu em 1952, no I Congresso Paulista de Cinema Brasileiro e no I Congresso Nacional do Cinema Brasileiro. Nestes eventos foram debatidas idéias que já tinham começado a brotar nas conversas entre cineastas inconformados com a derrocada dos grandes estúdios cinematográficos paulistas. De seus desejos de ver um cinema realizado com maior realismo, mais substância e mais barato, inspirado pelo Neo-realismo dos cineastas italianos e pela ‘Nouvelle Vague’ francesa, surgiu o movimento brasileiro, intitulado Cinema Novo. Os filmes seriam voltados à realidade brasileira e com uma linguagem adequada à situação social da época.

uma antropologia nova, de um homem novo. Era a possibilidade de recuperação de aspectos do movimento moderno da arquitetura não conflitando com a evolução da arquitetura moderna brasileira em direção à incorporação às técnicas e aos modos de construção tradicionais e populares da arquitetura cotidiana dos homens comuns do campo, das favelas, das periferias informais.

“Uma cadeira grumixaba e taboa é mais moral do que um divã de babdos”. (BO BARDI,1994). Foi o que disse Lina Bo Bardi ao reconhecer no objeto popular a sua funcionalidade, em concorrência com os postulados do design moderno, portanto distante da gratuidade dos adereços burgueses. A arquiteta aposta num projeto racionalista sensível aos trópicos. Uma arquitetura que saiba inserir-se num processo de continuidade histórica, recuperando e valorizando o que há de espírito construtivo, simples e funcional em um país, a fim de revelar traços de multiplicidade e de subjetividades em circulação no Brasil. Esse foi o sentido do seu trabalho demonstrado pela dedicação às exposições de objetos e manifestações populares. Essas seleções e escolhas não só reconheciam as contribuições criativas dessa prática, mas, sobretudo as potencializavam, ao apresentar os modos de produção das linguagens em geral e da arquitetura em particular, configurando desta maneira mais claramente a instância política de sua atuação, orientada no sentido de relacionar macro e micropoderes, saberes, subjetividades e singularidades.

A astúcia de um banquinho que remete a posição de sentar-se sobre os calcanhares, a posição de cócoras do caboclo, abraçado as suas próprias pernas, atesta o conteúdo da experiência popular, não como romantismo folclórico, mas como experiência de simplificação. Lina certamente desejou despir as manifestações populares de toda aura sentimental que a distancia de uma efetiva práxis social e da possibilidade e desejo de inserí-las nas relações de produção e de consumo. Não se trata de comercializá-las como fetiche, como *souvenir* de um tempo e lugar distante ou como singularidades exóticas de uma pseudoprática artesanal, mas de extrair de suas soluções a inventividade, para ampliar o repertório da produção industrial, nutrida pelo saber regional.

A produção de Lina Bo Bardi em suas diferentes faces (arquitetura, design, urbanismo, produção teórica) renuncia à mitologia da beleza clássica. Talvez reflita a sua formação no design milanês e depois o seu mergulho tenaz na realidade brasileira. Sua poética estava sempre cheia de referências afetuosas ao Brasil. Em “Tempos de Grossura: o design no impasse”, texto publicado em 1994, Lina define “[...] grossura como produção do povo, é o que há de mais autenticamente brasileiro, rebelde e desvencilhado dos padrões que chegam de fora de nós, de maneira imperativa”. (BO BARDI, 1994). Grossura para ela é a obra do Aleijadinho, antes da chegada dos europeus; o chapéu de couro do cangaceiro; ou um bule feito com lata de manteiga salgada. Para ela esses elementos compõem a subjetividade brasileira vista sob o ângulo das singularidades comprometidas com a materialidade popular. Diante desses objetos, utensílios, arquiteturas vernáculas, populares; não desejava fazer uma apologia ao folclore. Ao contrário, criticava a visão do folclore como algo “carimbado” com a marca do paternalismo da chamada alta cultura. Para ela, o caminho da produção da arte e da arquitetura no nosso país passaria necessariamente por uma ontologia dos nossos espantos, condição que pode oferecer possibilidades de invenção. Um mergulho no local, para poder suplantar as forças arcaicas que o encerram. Na sua multiplicidade de olhares, abordagens e interesses, Lina reconhecia no local e no exterior, ramais comunicantes onde os saberes (molares e moleculares) deveriam transitar, sobrepor, misturarem. [...] Trata-se de uma certa mestiçagem que podemos reconhecer em suas posturas incorporadas, prenes das diferentes facetas das realidades brasileiras.

O diálogo particular que Lina estabeleceu com as características específicas de cada lugar, de cada comunidade singular que iria construir e/ou habitar revelou-se no modo de apresentação dos projetos. Os croquis constituíam uma narrativa literária onde dialogava com distintos interlocutores, através de suas anotações, evocando ideias e imagens próprias da subjetividade singularizada em questão, voltando-se mais à demonstração dos fundamentos do projeto do que a sua melhor e espetacular representação, não raramente com anotações do tipo: “[...] ou se vocês encontrarem uma melhor solução podem modificar”. A ênfase nas ideias, a coerência entre elas e as imagens geratrizes do projeto buscaram evitar a retórica do desenho pelo desenho e desmitificam o ato criador em direção a uma pedagogia do projeto.

Utiliza-se da materialidade brasileira como um dado na informação estética, trata-se também de um elemento político que ratifica o compromisso social de seus modos de ações incorporados. Constrói-se a partir de uma espécie de relicário de restos e gestos (circunstancial, tático e estratégico ao mesmo tempo) propícios de uma arquitetura que se faz fazendo. E porque se faz fazendo prova que além de possível é legítima. Talvez Lina desejasse despertar a solidariedade da sociedade brasileira, ou talvez só aspirasse ao anonimato, a uma condição em que a autoria estivesse diluída entre as pessoas envolvidas na construção e seus habitantes. Lina nos chama para o ato, o fato, a vida, para a “filosofia da devoração”.

3.4.7 Sérgio Ferro



FIG 24. Sobre o desenho e o canteiro discussões propostas por Sérgio Ferro. Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha162.asp>

Sérgio Ferro é arquiteto urbanista, ex-professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. Nas décadas de 60 e 70, integrou com Rodrigo Lèfevre e Flávio Império o Grupo Arquitetura Nova. Juntos desenvolveram uma crítica teórica e prática das contradições da produção arquitetônica capitalista, sob o viés teórico marxista. Elaboraram uma crítica à produção arquitetônica instituída no Brasil de uma forma geral. Devido à sua militância política e a perseguição do regime militar foi afastado da Universidade de São Paulo e exilou-se na França, estabelecendo-se em Grenoble e lecionando na École d’Architecture dessa cidade.

Até a segunda metade dos anos 70, os textos de Sérgio Ferro, mantiveram-se herméticos, sem muita circulação e sem gerar uma reflexão mais profunda sobre a

contribuição que esta visão poderia dar aos novos rumos da nossa profissão.

A sua reflexão mais contundente encontra-se em *O Canteiro e o Desenho*¹⁴⁴ (1979), onde

“[...] constata que, no modo de produção capitalista, os objetos arquitetônicos são mercadorias resultantes do processo de valorização do capital, e o desenho arquitetônico convencional é uma condição para transformar o produto arquitetônico em forma-mercadoria, isto é, um instrumento de divisão do trabalho no canteiro, necessário para a formação da mais-valia capitalista. Deve-se, então, desmistificar o papel do desenho arquitetônico. Segundo a crítica de Ferro, a produção da arquitetura sob o capitalismo submete o trabalho a um desencontro programado e violento, que o separa e reúne, aliena e re-totaliza, tendo o desenho como mediação necessária entre o trabalhador e o seu produto. O desenho domina a produção no canteiro de obras, possibilitando este tipo de imposição pelo capital e tornando o canteiro heterônomo: o comando vem de fora e se materializa no desenho. (BASTOS,KAPP: 2006)

Como nos coloca Ferro “o desenho vem de fora e chega pronto” construindo uma relação exógena buscando escamotear ou contraditoriamente revelando os registros sociais, econômicos, políticos sob os quais são construídas arquiteturas e cidades desde os modernos. É interessante retomar Foucault (2005) onde diz que o poder enquanto exterioridade não fala, mas faz falar. Neste caso problematizado por Sérgio Ferro podemos reconhecer o dispositivo desenho deixando passar os agenciamentos de poder, saber e a subjetividade molar do CMI investida sobre os modos de produção das mais diversas ambiências.

“[...] Para nós, não há dúvida possível, é porque o canteiro deve ser heterônomo sob o capital que o desenho existe, chega pronto e de fora.” (FERRO, 1979:11).

Ferro segue problematizando as relações de opressão no canteiro de obras, como a separação radical entre o trabalho intelectual e o manual. Dissociações entre o saber e o fazer enredadas e justificadas por relações de poder.

“[...] Ao procurar definir a produção no canteiro moderno nos termos da teoria de Marx, Ferro constata que ela se aproxima mais da forma manufatureira do que da forma industrial, pois depende diretamente da habilidade artesanal dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, submete essa habilidade a uma avançada divisão e reorganização do trabalho, que aliena o trabalhador do conhecimento do produto. A totalidade do processo, antes presente no artesanato, está agora contida apenas no desenho do arquiteto. [...]”

¹⁴⁴ Ver: FERRO, Sérgio. *Sérgio Ferro: Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: CosacNaify, 2005.

Para Ferro, esse movimento contraditório de separação e reunião, heteronomia do canteiro e autonomia da mercadoria, esconde um terceiro termo: a luta de classes; o que significa que a superação da sociedade de classes levaria também à superação do atual papel do desenho arquitetônico”. (BASTOS,KAPP: 2006)

As subjetividades sob as quais foram construídas essas arquiteturas são escamoteadas do seu produto final através de seus acabamentos. Busca-se então uma aparência que abdica das singularidades sob as quais esses processos de construção foram realizados. Trata-se de mais uma vez os processos desencarnados recorrerem ao conceito de tábula rasa. Apagamento dos registros dos processos de manufatura dessas ambiências onde subjaz também o processo de dominação encoberto. São relações de poder que revelam-se sob uma estética tecnológica. As relações sociais de produção e a representação da forma dominada pelo capital conformam a técnica.

“[...]Contudo, Ferro entende que, mesmo na situação vigente, a arquitetura pode operar transformações no canteiro, começando por tentar reconstituir a consciência do trabalho sobre a obra. Ferro defende ainda que não seria necessária uma regressão ao artesanato, mas uma superação do produto da arquitetura como forma-mercadoria, dando assim um novo sentido à produção. O novo desenho deveria seguir a divisão respeitada das equipes, a liberdade de improviso no trabalho (restringindo a exatidão apenas para os componentes modulados), a clareza construtiva (entendimento do objeto, com a manutenção dos traços de trabalho, transformando cada obra num veículo pedagógico) e a prioridade às condições de trabalho” . (BASTOS,KAPP: 2006)

Importa reconhecermos nos dispositivos projetuais e construtivos dos quais se utiliza as práticas arquitetônicas como agenciamentos a serviço de interesses que estropiam a nossa formação reducionista. Absorvemos acriticamente esses dispositivos de abrangência mais ampla que os domínios da técnica e da representação.

“[...] É necessária uma visão politizada para analisar se o processo de projeto atende a demandas reais e democráticas ou àquelas criadas pelo sistema heterônomo de produção. A arquitetura por si só não é capaz de regenerar as relações de produção, mas deve buscar a conscientização da função do projeto. O processo incluiria a devolução do trabalho intelectual ao manual, hoje separado pelo desenho. A boa função do desenho de arquitetura é mediar grupos de interesses, ser um instrumento de comunicação. Para isso, é preciso haver uma abertura do conhecimento técnico, hoje dificultada pela especialização. Como colocado por Arantes, “a iniciativa da constituição de uma cultura arquitetônica comum, entre arquitetos e a população, é um dos desafios para o novo desenho.” (ARANTES, 2002:180).

Diante da recente análise e maior divulgação de seus escritos, com a arquitetura e a

política se misturando para propor alternativas que busquem dar um novo protagonismo para os novos sujeitos coletivos, na e para os trabalhadores produtores do espaço urbano, vemos com a sua contribuição surgirem métodos para possibilitar o projeto participativo da habitação coletiva, para desalienar o trabalhador da construção civil do objeto do seu trabalho ou para incorporar processos autogestionários na produção do espaço urbano. Vemos hoje com a maior divulgação e maior aprofundamento

3.4.8 Christopher Alexander

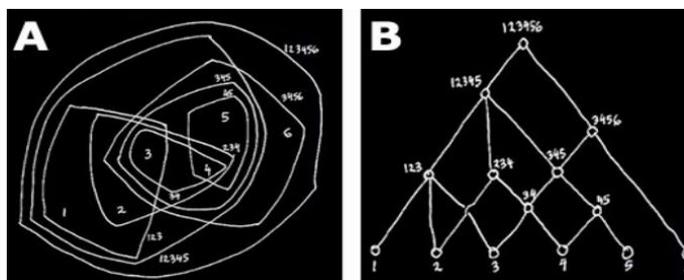


FIG 25: a semi-treliça proposta por Alexander.
Fonte: <http://www.patternlanguage.com/leveltwo/ca.htm>

Arquiteto e matemático de origem austríaca, Christopher Alexander publicou em Havard em 1964, um ensaio, intitulado *Notes on the synthesis of form*¹⁴⁵. Através desse ensaio formulava uma série de possibilidades de adequação entre forma e função, recorrendo a processos matemáticos e a um amplo e sofisticado rol de referências que percorria os saberes específicos da própria arquitetura, da arqueologia, da psicologia, da sociologia. Esse ensaio, mesmo visto à luz da sua contextualização histórica, constitui uma referência na maneira de abordar o método de projeto e das premissas que lhe são inerentes, mas não deixa, contudo, de suscitar algumas questões relativas às suas ambivalências. De certo modo, o recurso a um processo matemático¹⁴⁶ de avaliar o fenômeno da concepção da forma pressupõe uma ideia clara de sublevação contra o método tradicional dos arquitetos: a tentativa tateante e

¹⁴⁵ Ver: ALEXANDER, Christopher. *Notes on the synthesis of form*. Cambridge, Mass., Havard University Press, 1964.

¹⁴⁶ Basicamente através da Teoria dos Grafos, uma teoria de natureza combinatória com aplicações práticas em diversos ramos de atividade. Entre a vastíssima bibliografia citada a esse propósito por Christopher Alexander, no seu *Notes on the synthesis of form*, sobressai o estudo de Claude Berge, *Théorie des grafes et ses applications*, Paris, 1958.

intuitiva do desenho. Usando a lógica, Alexander parece querer deduzir um método universal, no qual é introduzido um conjunto notável de variáveis derivadas das circunstâncias específicas do contexto em questão. Procurava, assim, um caminho através do qual pudesse assegurar uma abordagem de projeto de certo modo “protegido” das idiossincrasias de um “autor” e da sua “inspiração”, uma metodologia que pudesse ser amplamente aplicada, desde que as múltiplas variáveis da realidade em jogo fossem devidamente introduzidas. Em suma, uma ideia eminentemente “moderna” do exercício da arquitetura, veiculada através da validação generalizada de um método, embora aprofundado e particularizado por um eloquente rol de variáveis específicas.

Se numa primeira análise, Christopher Alexander transmitia essa ideia de procura de um método “científico”, que pudesse contrapor aos recursos tradicionais dos arquitetos, torna-se também evidente a intenção de superar a distinção sequencial entre forma e função, proposta pela velha via funcionalista. Tratava-se também, de uma crítica às redutoras simplicidades dos programas funcionalistas convencionais, e da construção de proposições no sentido de uma análise mais complexa e mais abrangente das necessidades dos habitantes, usuários, nas suas mais diversas possibilidades de interação.

Christopher Alexander, em 1965 escreve um texto - quase manifesto - contra o urbanismo moderno, *A City Is Not a Tree*. Nesse texto faz uma aproximação entre as estruturas de planejamento das cidades e as estruturas arborescentes do pensamento. Sua crítica visava às primeiras construções das cidades modernas, que ele nomeou de “artificiais” e legisla em prol das cidades “naturais”, ou seja, as cidades vernáculas, não projetadas.

A cidade não é uma árvore [The City is not a Tree]: com este título, Christopher Alexander buscava explicar que o desenho urbano não pode ter origem num simples processo de decisões sucessivas, que se bifurcam como galhos; a cidade é um semirreticulado [*semirretículo*], dizia, e este termo matemático significava que a forma urbana provém de um tecido permeado por escolhas e acasos. O rechaço ao padrão *arborescente* era uma crítica ao mecanicismo tecnocrático e, simultaneamente, uma defesa da complexidade dos organismos urbanos, de tal modo que a negação da

árvore 'semântica' supunha – paradoxalmente – uma afirmação da árvore biológica: em sua dimensão termodinâmica e metabólica, a cidade é uma árvore, seus processos de crescimento possuem o vigor e a fragilidade dos organismos vivos, e suas alterações artificiais, de podas ou enxertos devem fazer-se com o conhecimento e a cautela do jardineiro.

Seu texto interessa, sobretudo, por buscar compreender a lógica que estrutura uma cidade: para ele, a lógica da árvore, para a cidade projetada, e a semitreliça, para as cidades não projetadas (ou não totalmente planejadas). Assim, ele começa seu manifesto:

“[...] A árvore à qual o título faz alusão não é uma árvore verde, com folhas; é o nome de uma estrutura de pensamento. Semitreliça é o nome de outra estrutura, mais complexa. Para relacionar essas estruturas abstratas com a essência da cidade, formularei, a princípio, uma distinção simples. Chamarei de cidades naturais as que se desenvolveram de maneira mais ou menos espontânea e no decorrer de um longo período. E chamarei de cidades artificiais as cidades ou partes de cidades que foram criadas deliberadamente por arquitetos e urbanistas.” (ALEXANDER, 1965)

Alexander buscou provar por meio de diagramas que as cidades ditas artificiais seguem efetivamente uma estrutura de árvore e que as ditas naturais seguem a estrutura de semi treliça, mais complexa.

“[...] Qual é, então, a natureza íntima, o princípio organizador que distingue a cidade artificial da cidade natural? Vocês devem ter adivinhado pelo meu título o que acho que seja o princípio organizador. Creio que a cidade natural se organiza em semitreliça, ao passo que, quando organizamos uma cidade artificialmente, nós a organizamos como uma árvore.” (ALEXANDER, 1965)

Na visão de Alexander, os arquitetos urbanistas organizam a cidade como uma árvore porque estão habituados ao sistema de pensamento que funciona no esquema arborescente. Essa forma de pensamento é bastante simples, binária, reduz as possibilidades de reflexão sobre as arquiteturas e o urbanismo de maneira mais complexa e os arquitetos urbanistas se tornaram incapazes de refletir de forma mais aberta, múltipla que seria a de um sistema de pensamento em semitreliça.

“[...] Agora, por que tantos arquitetos conceberam cidades parecidas com árvores, se a estrutura natural é sempre a de semitreliça? Foi

deliberadamente, pensado que a estrutura em árvore serviria melhor aos habitantes da cidade? Ou foi porque eles não podiam fazer diferente, por serem prisioneiros de um hábito mental, prisioneiros talvez de uma maneira de funcionamento do cérebro, por não conseguirem conceber a complexidade de uma semitreliça em nenhuma forma que seja mentalmente conveniente, uma vez que o cérebro tem uma predisposição esmagadora para ver, onde olhamos estruturas em árvore e não pode escapar à concepção da árvore? Tentarei convencê-los de que é por essa segunda razão que foram propostas e construídas árvores-cidades que é por isso que os arquitetos, limitados, como têm de ser, pela capacidade dos cérebros de formar estruturas intuitivamente acessíveis, não podem conceber em só um ato mental a complexidade da semitreliça.” (ALEXANDER, 1965)

Se analisarmos sob uma perspectiva de como grande parte das cidades brasileiras é construída na base da informalidade, cidades não planejadas (enredando ocupações através da autoconstrução, alheios ao planejamento urbano) essas ainda são mais complexas que as cidades naturais, na lógica da semitreliça de Alexander, uma vez que esses territórios estão em constante formação, não são tão fixas como as cidades ditas formais.

“[...] A cidade projetada – a cidade árvore, como a árvore e o pensamento em árvore está fortemente enraizada num sistema-raiz, imagem da ordem; a cidade não completamente projetada, a cidade arbusto, funciona como um sistema radícula mais complexa; e a favela, a cidade sem projeto, a cidade-mato, segue o sistema rizoma, que Alexander teria muita dificuldade para demonstrar em seus diagramas matemático-geográficos, que finalmente também são racionais, cartesianos, ou seja, arborescentes.¹⁴⁷” (JACQUES, 2001: 107)

O sistema de pensamento do rizoma é o oposto da árvore, raiz. O sistema rizoma encarna o pensamento da multiplicidade, em oposição ao pensamento binário, arborescente. O sistema rizoma não tem modelo; e não se trata simplesmente de substituir a imagem da árvore pela imagem do rizoma. O que importa é mais o processo que a imagem formal. Sobre o princípio da multiplicidade:

¹⁴⁷ Ver as polêmicas da época em relação a esse texto. Artigo de 1966 de Cédric Price (mentor dos arquitetos do Grupo Archigran): “Não tenho nada contra a ideia de propor uma espécie de estenografia da concepção operatória, mas é preciso distinguir uma estenografia que se limita a esclarecer ou a reforçar os processos de pensamento em relação a uma interação necessária de uma estenografia que, levada demasiado longe, começa a tornar-se um indicador supersimplificado do planejamento ou da forma física desejável. É aí que está a fraqueza inerente à proposta das semitreliças ou até de qualquer fórmula matemática.” *Archigran* nº 3. Ver também a crítica de um dos primeiros arquitetos modernos a revalorizar a arquitetura vernácula, Aldo Van Eyck: “ É por isso que as cidades não devem e não podem ser como um ordenamento que, inoportunamente, sugere a árvore, ao fim e ao cabo, não é uma árvore sem seus habitantes. Habitantes – os pássaros, bichos, os insetos – que fazem com que uma árvore seja também uma semitreliça. De resto, uma cidade é tampouco uma árvore, que ela, decididamente, não é uma árvore. Isso dispensa palavras e matemáticas.” Ver: VAN EYCK, Aldo. *Le sens de la ville*, Paris. Seuil, 1969:111.

“[...] o múltiplo, só quando é efetivamente tratado como substantivo, como multiplicidade, deixa de ter qualquer relação com o Um como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo. As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudo-multiplicidades arborescentes”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995)

A noção de multiplicidade diz respeito ao movimento contínuo de conexões que transforma pontos em linhas. A lógica arborescente segue a lógica do decalque, ou seja, a lógica da reprodução sem fim (repetição do mesmo). Ao contrário da decalcomania da árvore existe a carta ou a cartografia do rizoma. O decalque volta sempre ao mesmo enquanto a carta segue as diferenças (é uma repetição diferente). Se o decalque é um modelo, como a árvore – a carta faz parte do rizoma: é processo. Esses conceitos são de grande importância no nosso campo projetual e construtivo. A carta ao privilegiar os processos, é assujeitada à sua exterioridade, sendo aberta, adaptável, conectável. Carrega a natureza das linhas de fuga, das desterritorializações, das máquinas de Guerra, do devir. O decalque organiza, ordena, estabelece o modelo ao cessar o movimento, é sempre territorializado, sedentário, codificado e sobrecodificado.

O movimento incessante do processo, da carta e a sua deriva levam à ideia de transbordamento que por sua vez implica também na ideia de infiltração. O rizoma enquanto figura conceitual que engendra a ideia do processo e do movimento. Essas são duas noções que ameaçam a integridade do projeto no sentido daquele que visa à repetição de modelo (a guisa do decalque, da arborescência). Ao contrário do decalque (que reproduz, repete as formas e os espaços conhecidos), a carta, o rizoma, o mato criam outros espaços novos, infiltram por entre frestas, são sempre mutáveis. Uma cartografia da infiltração, do transbordamento, da ocupação, do escoamento¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Nessa direção vale citar o exemplo de jardins em movimento do paisagista francês Gilles Clément. Nessa proposta ele se vale do caráter de mobilidade, desterritorializante do mato-rizoma-carta-movimento. Clément propõe uma concepção de jardim que difere dos jardins tradicionais, principalmente dos jardins franceses, ligados totalmente à ideia de ordem estática. Nesses, as plantas espontâneas, não previstas no projeto devem ser podadas, eliminadas. Clément propõe outra concepção de jardim. Sua experimentação acontece no terreno baldio, abandonado. Ele faz o “elogio do terreno baldio” (*éloge de la friche*) e desenvolve sua experiência transformando-o em um jardim onde o mato cresce espontaneamente. “[...] Oportunidade: o terreno baldio já existe. Intenção: seguir o fluxo dos vegetais, se inscrever na corrente biológica que anima o lugar e orientá-la. Não considerar a planta como objeto acabado. Não a isolar do contexto que a faz existir. Resultado: o jogo de transformações desordena constantemente o desenho do jardim. Tudo está nas mãos do jardineiro. É ele quem concebe. O movimento é sua ferramenta, o mato seu material, a vida seu conhecimento”. (CLÉMENT, 1994: 5).

3.4.9 Kevin Lynch

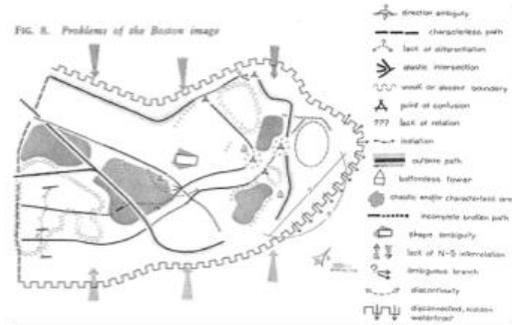


FIG 26 Imagem dos problemas de Boston.

Fonte: <http://klynch.com/>

Kevin Lynch¹⁴⁹ irá se preocupar em como a cidade – material – é percebida pelos seus habitantes. Considerou necessária a realização de uma pesquisa de percepção da cidade pelos seus habitantes antes da elaboração de um planejamento urbano. Ele procurou estudar estes aspectos como conceitos básicos para a elaboração de projetos no campo do desenho urbano.

“[...] O projeto deixa de ser objeto na medida em que pela mediação da psicologia experimental e do questionário, o habitante torna-se, diante do planejador, um tipo de interlocutor.” (CHOAY: 2005, 48).

Essa abordagem busca uma percepção não do planejador, mas do habitante que

Nessa experiência estão relacionados à aceitação do acaso, do transbordamento, da invasão e difere-se substancialmente de um paisagismo tradicional. Não se identifica com a metodologia de projetos no embate com as pré-existências, lançando mão dos dispositivos tábula rasa e olhar demiurgo. Ao contrário é o jardineiro que vai desenhando o jardim e incorpora o estado dinâmico e orgânico do terreno, valendo-se do seu desenvolvimento espontâneo e involuntário. Sua estratégia projetual e construtiva é “saber fazendo”[...] fazendo intervenções mínimas, seguindo o movimento e ao mesmo tempo orientando-o.“[...] O que diferencia o jardim em movimento do terreno abandonado é o gerenciar o movimento, ou seja, orientar segundo uma vontade estética ou funcional, mesmo sem projeto estabelecido. O que Clément propõe, em resumo, seria fazer das cartas vegetais uma cartografia aberta do jardim e da paisagem, em lugar do decalque dos modelos bem enquadrados dos jardins tradicionais. O terreno baldio é o jardim-rizoma em devir: Clément o valoriza transformando-o realmente em jardim, conservando sua estrutura rizomática; segue suas linhas de fuga e aproveita as desterritorializações. Para preservar o rizoma, é preciso, portanto, preservar o movimento, seguir os fluxos.” (JACQUES, 2001: 139)

¹⁴⁹ Uma das suas maiores contribuições consiste no livro intitulado *"A Imagem da Cidade"* publicado em 1960. Esse é o resultado de vários estudos ao longo dos anos sobre a percepção dos ambientes urbanos e sobre como os habitantes organizam a informação que lhes é transmitida pelo espaço urbano, como as pessoas percebem e organizam informações aleatórias quando trafegam pelas cidades. A *"Imagem da Cidade"* (1960) tem uma durável influência nos campos de planejamento urbano (especialmente no âmbito do desenho urbano), arquitetura e na psicologia de ambientes com ênfase na morfologia urbana, análises perceptivas, visuais e comportamentais. Ver: LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

percebe o espaço por funções afetivas, práticas e laços existenciais, mesmo que se limite a uma percepção visual. Lynch defende o conceito de legibilidade do espaço: este precisa ser facilmente legível para seu transeunte. Com isso, critica também o urbanismo modernista, por não propor uma clareza em seus espaços. Problematisa a morfologia urbana em termos de significações do espaço.

“[...]Nenhuma prática das artes plásticas, nenhum conhecimento da geometria pode conduzir a concepção de um projeto legível, só pode fazê-lo a experiência da cidade.” (CHOAY: 2005 48).

Objetivando descobrir as singularidades de cada cidade através de seus próprios habitantes, ele buscará reforçar os significados existentes ao invés de negá-los. A boa forma da cidade engloba, para Lynch, categorias como “a vitalidade, o sentido, a adequação, o acesso e o controle, além do que designa por metacrítérios – a eficiência e a justiça.” Esse controle da cidade seria, uma apropriação pública dos espaços públicos, o que Lynch chamou de “direito de presença”. (MAGALHÃES:2007,103).

3.4.10 Lucien Kroll.

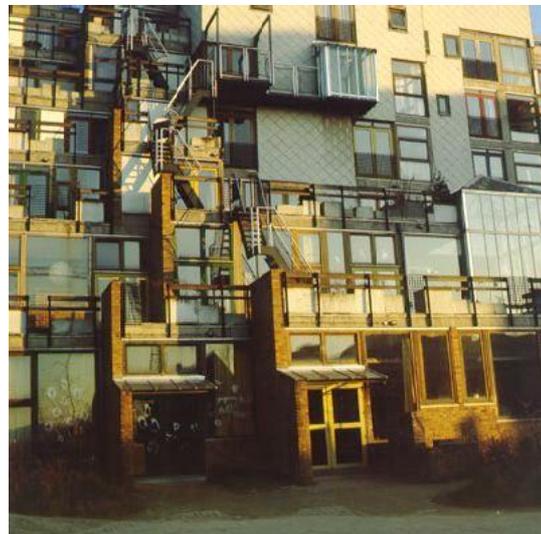


FIG 27 Lucien Kroll, La Meme, 1970-78. Projeto participativo para os edifícios estudantis da Faculdade de Medicina da Universidade de Louvain, na Bélgica.

A participação – do latim *participatió*: ter parte em – é entendida como a possibilidade de intervenção de grupos de usuários no projeto arquitetônico, favorecendo a posterior apropriação dos mesmos e qualificando o ambiente construído.

O processo projetual e/ou construtivo participativo em arquitetura desenvolveu-se a partir das ideias de negação do exclusivismo do arquiteto e do designer como técnico especializado, renunciando-se à produção e imposição de modelos de comportamento, evocando-se as capacidades criativas dos usuários e o coletivismo. No contexto participativo, o arquiteto é visto como um maestro, conduzindo e direcionando forças, mas sem impor seus próprios desejos e escolhas.

Em estreita sintonia com o clima dos anos 60, 70 que tiveram nos levantes estudantis de maio de 68 seu episódio mais emblemático, a arquitetura passa a refletir sobre outra visão de mundo, mais humanística, que tomou forma em uma "nova arquitetura pensada em função dos usuários e de suas possibilidades de participação nos espaços públicos e privados" (MONTANER, 2002: 127). Já nos fins dos anos 70 esse pensamento subversivo seja em política, sociedade, arte ou cultura, também atingiu o meio arquitetônico, abalando alguns cânones do movimento moderno.

Entre os arquitetos que se destacaram no desenvolvimento de propostas participativas, temos como exemplo o processo de trabalho adotado pelo arquiteto belga Lucien Kroll, que defende um sistema de decisão descentralizado, acreditando que,

“[...] O arquiteto por si só não é capaz de abandonar sua concepção de cultura pré-formada, criada por imagens mentais autoritárias e carregadas: ele deve internalizar a *desordem* das pessoas que fazem uso de suas criações. Isto só será atingido através da participação calorosa da comunidade (mesmo que um grupo bem pequeno).” (KROLL, 2005).

Em uma conferência em Montreal, intitulada de maneira muito significativa "Arquitetura homeopática e Urbanismo animal", Kroll dizia aos arquitetos que se preocupam com a perda de controle da construção: "não controle nada!", ou "deixe que as coisas sejam feitas...". Trata-se claramente de valorizar a liberdade individual e a prioridade das decisões pessoais dos usuários no campo da arquitetura e do urbanismo. Trata-se de denunciar, de maneira explícita, a incapacidade crônica dos tecnocratas no enfrentamento de situações altamente complexas, e sua tendência a se fixar em soluções abstratas, padronizadas ou formais, que nunca chegam a corresponder exatamente à realidade concreta. Kroll busca pela descentralização da produção dos projetos arquitetônico-urbanísticos e pela participação dos interessados na tomada de decisões, valorizar a espontaneidade dos indivíduos, a renúncia ao

controle e "o deixar fazer". Para ele os arquitetos modernos perceberam que o planejamento racionalista e funcionalista baseado no olhar demiúrgico e na tábula rasa dificilmente poderia ser conciliado com uma perspectiva participacionista.

Para Kroll, de modo geral, os arquitetos, raras vezes problematizam os conflitos entre o desejo de planificação e a participação, pois, para eles, a participação do cliente tradicionalmente se resumia num "programa de necessidades" que, de certa forma, faria parte do problema a ser resolvido. Somente na medida em que os arquitetos modernos foram obrigados a distinguir os usuários dos clientes, é que começaram a se colocar a possibilidades desse tipo de conflito. Os partidários do Movimento Moderno em Arquitetura esperavam atender adequadamente, às necessidades dos usuários. Contudo, estavam convencidos de que só poderiam fazê-lo seguindo os parâmetros de um planejamento racional, constituído pelos recursos da técnica e da ciência.

Crítico às planificações e as totalizações difundidas pelo planejamento prescritivo em arquitetura e urbanismo, Kroll debruça sobre especulações acerca de um processo participativo, baseado em uma dinâmica estruturada a partir de um planejamento da participação e que se desenvolve em direção à colaboração através da integração de mídias digitais. O modo como Lucien Kroll pensa e experimenta a participação aponta o caminho em direção a um processo baseado na *colaboração* estruturada, suportado pelas tecnologias digitais. Kroll estrutura o processo a partir de um "plano de interação", onde os usuários finais interagem em diversas etapas, participando de discussões e confrontando o objeto através de prototipagem em diferentes estágios. Em 1981 o "Atelier D'Urbanisme D'Architecture et D'Informatique" (AUAI) de Lucien Kroll desenvolveu um aplicativo CAD (Computer Aided Design) que permite a ampliação das possibilidades de diálogo entre os atores do processo de design. Desde então Kroll e sua equipe têm o computador como aliado durante o processo de projeto. Kroll vê o computador também como tecnologia de comunicação gráfica na arquitetura, especialmente como instrumento facilitador do diálogo, como interface de intercâmbio de informação.

Ele descreve suas experiências com a construção baseadas na compreensão do processo sob uma perspectiva sistêmica, os métodos de construção industrializados e o uso de design auxiliado por computador. Através de seu trabalho, Kroll mostra

como essas tecnologias avançadas podem ser potentes se forem utilizadas para criar variedade e complexidade. O usuário, para Lucien Kroll, é o tema central do processo de projeção. Projetos como a Faculdade de Medicina da Universidade de Louvain (projeto 1973- 1974) somente foram possíveis através de um processo complexo, envolvendo clientes, futuros habitantes e arquitetos, sendo o trabalho coordenado a partir de um modelo tridimensional.

Já nessa época Kroll e sua equipe utilizavam o computador como um meio de comunicação, inter-relacionando os diferentes atores e atividades. O objeto arquitetônico é para Kroll e outros arquitetos que adotaram o design participativo, um uma construção susceptível, que pode mudar e ser adaptado constantemente durante o processo de design. O que é novo a partir dos anos 1960 é a maneira pela qual a informação e a comunicação se desenvolveram. Naquela década, influenciado pelas ideias de Norbert Wiener, Marshall Mc Luhan, Kroll fala da importância do *medium* como mensagem.

A questão central do trabalho de Lucien Kroll está no interesse pelo projeto participativo em arquitetura e urbanismo. Em seus diferentes projetos os habitantes, usuários (permanentes e/ou efêmeros) se envolvem na sua elaboração, e ele inicia o projeto quando a maioria dos conflitos está resolvida entre os diversos atores e o programa já tem flexibilidade e complexidade suficientes.

3.4.11 SAAL/ Serviço Ambulatorial de Apoio Local



FIG 28. Operação SAAL na cidade do Porto/Portugal FONTE: <http://www.snpcultura.org>

O Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) foi um programa de construção de habitações de interesse social realizado durante o II Governo provisório de Portugal, logo após a revolução de 25 de Abril de 1974¹⁵⁰. O SAAL foi um programa de assistência à construção de habitação promovida por associações de moradores, lançado como experiência piloto por iniciativa legislativa do então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do II Governo Provisório, o arquiteto Nuno Portas¹⁵¹. Tinha como propósito a construção de casas para milhares de pessoas que viviam em habitações precárias, como forma de responder às necessidades habitacionais das classes populares. O SAAL seria composto por um corpo técnico especializado que em fase experimental trabalharia em face às graves carências habitacionais designadamente nas principais aglomerações. Um dos principais objetivos do SAAL era construir programas de construção convencional em curto prazo e se destinava a apoiar, através das Câmaras Municipais, as iniciativas de populações com problemas habitacionais e de infraestrutura urbana.

Através do Serviço de Apoio Ambulatório Local¹⁵², o Estado apoiava as autarquias e as populações interessadas, procurando minimizar os problemas da habitação das populações desprivilegiadas economicamente, que viviam em barracas e bairros de lata. O SAAL consistiu, portanto num programa de assistência à construção de habitação promovida por associações de moradores que visava apoiar as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação/requalificação dos seus bairros através do investimento de seus próprios recursos de mão-de-obra. Surgiu como um serviço descentralizado que, através do suporte projetual e técnico dado pelas “brigadas” que atuavam nos bairros degradados, foi construindo novas casas e novas infraestruturas, foi oferecendo melhores condições habitacionais. Podemos considerar a produção que se seguiu como a expressão mais coerente de

¹⁵⁰ Revolução dos Cravos é o nome dado ao Golpe de Estado Militar que derrubou, sem grande resistência das forças do Governo, o regime ditatorial herdado de Oliveira Salazar e os acontecimentos históricos, políticos e sociais que se seguiram, até a aprovação da Constituição Portuguesa, em Abril de 1976. Em Portugal, nomeou-se “Dia da Liberdade” o dia 25 de Abril de 1974.

¹⁵¹ Nuno Portas como Secretário de Estado da habitação e urbanismo assegurou condições para o estabelecimento de estruturas como o SAAL ou, posteriormente, os GAT (Gabinetes de Apoio Técnico).

¹⁵² O programa SAAL inspirou-se em experiências similares da qual a mais conhecida é o movimento dos «pobladores» do Chile do tempo de Salvador Allende.

uma “Arquitectura do 25 de Abril.

Nesse processo cooperativo foram construídos bairros de norte a sul do país. Nesse momento, aparelho de Estado, moradores de bairros pobres (barracas, ilhas ou clandestinos) e técnicos ligados às questões da habitação e do planeamento que por diversas formas vieram a se relacionar, ficavam a partir de então e de modo diferente, frente a frente.

“[...] Teoria + planeamento = democracia. As correntes marxistas de Henri Lefèbvre e Manuel Castells legitimaram política, científica e academicamente acções em que a arquitectura, o planeamento urbano e o conhecimento técnico se colocaram a serviço das populações e da sua luta pela transformação das relações sociais, em prol do bem estar colectivo e individual. As Operações SAAL são a expressão de um posicionamento claro de projectistas, decisores políticos e população perante o desenho da sociedade.” (FERNANDES, 1976)

Essas experimentações ocorreram num momento de agitação política, na qual as comunidades concernidas bem como o corpo técnico envolvido, descobriam o seu poder transformador. Mais do que as polémicas levantadas, o que nesse caso importou foi a energia com que populações (antes apáticas) se lançavam num processo de transformação, conscientes das suas forças e capacidade de decisão, apoiadas por arquitetos urbanistas que viram neste movimento outro campo de experimentação para os seus projetos, para a construção de novos saberes e exercício prático.

“[...] O poder das pessoas. Associados aos SAAL, ocorreram fenómenos de participação popular colectiva, com destaque para a importância das cooperativas de habitação que agruparam os moradores dos bairros degradados, das ‘ilhas’ e os residentes de prédios sub-alugados, por vezes em processos que passaram pelas ocupações de casas devolutas. A época assistiu a uma alteração no papel social das mulheres, que passaram a ter outra importância no domínio público.” (FERNANDES, 1976)

Participaram do SAAL arquitetos, engenheiros, juristas, geógrafos e moradores de bairros “degradados” associados em comissões, engajados numa luta por habitação digna.

“[...] Projecto urbano: proximidade informada pela multidisciplinaridade. Os detentores de formas especializadas do conhecimento e das competências técnicas de habitação e urbanismo [arquitetos, engenheiros, sociólogos, juristas, geógrafos...] foram fundamentais na definição de estratégias necessárias ao cumprimento dos objectivos do movimento, bem como nas alianças que estabeleceram com as comissões de moradores, num processo nem sempre fácil. Foram obrigados a discutir as concepções estéticas e as preferências dos moradores, procurando soluções técnicas de

baixo custo, de modo a configurar e personalizar o habitat de acordo com as vivências.” (FERNANDES, 1976)

Esse serviço propunha apoiar as iniciativas dos próprios moradores, normalmente por via de Comissões de Moradores e/ou de Cooperativas de Habitação que careciam de apoio técnico e financeiro que lhe era prestado pelos serviços e técnicos do SAAL. Esse constituía-se em brigadas técnicas de intervenção cujo trabalho era a de acompanharem de perto, juntamente com os moradores interessados, todo o processo de construção ou de reconstrução das habitações. Uma vez que o acompanhamento era realizado diretamente com os habitantes e no próprio local o apoio prestado será designado de «ambulatório» que nada tinha a ver com «o trabalho de gabinete». Foi graças a essas ações que se desencadeou um considerável movimento de moradores em Portugal nos anos de 1974 e 1975 visando melhorar suas moradias.

Nuno Portas, Álvaro Siza, Eduardo Souto de Moura, Gonçalo Byrne, Nuno Teotónio Pereira e Raúl Hestnes, são alguns dos arquitetos urbanistas que integraram as equipes/brigadas do SAAL.¹⁵³ O forte apelo emancipador empreendido pelo SAAL fez com que em 27 de outubro de 1976 um despacho encerrasse e interrompesse o seu processo e suas ações.

O SAAL representou o 25 de Abril nos bairros das cidades portuguesas adquirindo uma importância especial na cidade do Porto, onde se desenvolveu e expandiu mais suas ações. Quando foi extinto em 1976 tinham sido elaborados naquela cidade projetos que envolviam cerca de 16.442 famílias, ou seja, cerca de 60.366 habitantes. Já estavam em fase de construção 320 habitações, enquanto 1.752 estavam prestes a iniciar as obras. O SAAL foi criado em 31/7/1974 e extinto em 31/10/76, tendo, durante a sua breve existência, sido lançados um total de 170 operações em todo o país, envolvendo 41.665 famílias.

Segundo seus integrantes o SAAL foi extinto pelas forças direitistas que tomaram o

¹⁵³ “[...] O reconhecimento internacional das operações SAAL, consubstanciado em conferências e publicações especializadas, deu a arquitectos como Vítor Figueiredo, Siza Vieira, Alexandre Alves Costa, Manuel Vicente, Souto Moura, Manuel Tainha, Gonçalo Byrne ou Nuno Portas, entre muitos, notável visibilidade internacional, nomeadamente na Itália e na Espanha. Esse foi o impulso crucial, senão para o desenvolvimento da Arquitectura moderna portuguesa, mas para um conjunto de carreiras individuais”. (FERNANDES, 1976)

poder devido o seu caráter político emancipador. O SAAL mostrou que, acerca das questões habitacionais, foi possível construir uma lúcida consciência social por parte das camadas mais pobres da sociedade. A dinâmica revelada pelo movimento de moradores só poderia ser comparada ao movimento sindical. O SAAL trouxe ao debate a importância das tramas urbanas e da memória coletiva como parâmetros de avaliação dos elementos importantes da história da constituição das cidades. A noção de forma urbana extrapola a questão das formas arquitetônicas arranjadas sobre uma tábula-rasa. As estratégias do SAAL estavam implicadas com as graves carências habitacionais e buscava constituir-se enquanto programa de construção convencional em curto prazo apoiando-se nas iniciativas das populações em seus processos de autoconstrução. Por diferentes vezes as ações propostas pelas brigadas foram criticadas em função da suposta ingenuidade dos anos que precederam a revolução.

A questão fundante do projeto SAAL era: construir casas para as centenas de milhares de pessoas que viviam em barracas quando a ditadura chegou ao fim. No Porto, em Lisboa, em Setúbal, no Algarve as ações vão assumir características e percursos diferentes uma vez que essas se fazem a partir de processos abertos vulneráveis às especificidades do meio, das comunidades e dos arquitetos urbanistas envolvidos.

Num processo desse gênero as subjetividades dos arquitetos urbanistas, as singularidades das populações, os limites da participação, o papel dos técnicos e dos intelectuais e a vontade política configuram uma rede bastante complexa e a demandar por infindáveis processos de negociação.

“[...] Direito à habitação // Direito à qualidade de vida. Com a dinâmica empreendida pelas operações SAAL, as populações tiveram a oportunidade de discutir a importância da qualidade do espaço residencial e das infraestruturas fundamentais, reivindicando equipamentos urbanos e sociais instalados no local de modo a que se criassem raízes para desenvolver formas de sociabilidade ancoradas na apropriação do espaço público. Transportes públicos adequados, espaços de lazer para crianças, escolas, creches, espaços verdes, centros de dia para idosos, centros de saúde, espaços desportivos e de lazer eram preocupações integradas numa ideia de «direito ao lugar».” (FERNANDES, 1976)

As operações do SAAL permitiram discutir arquitetura, democracia e cidade. Essas ações canalizaram manifestações de necessidade social, emergência artística, energia coletiva e misturaram utopias sociais, arquitetônicas, urbanísticas. Constituiu-se

enquanto experiência pouco hermética ou asséptica onde as partes envolvidas trocaram, inverteram e também assumiram contundentemente seus papéis.

“[...] Parte-se do princípio de que as iniciativas devem ter origem nas populações interessadas e que o grau de organização interna dessas populações, o seu dinamismo e a sua posição reivindicativa são fatores preponderantes para a determinação das prioridades de apoio. [...] Instrumentos essenciais de actuação serão as brigadas de construção. Da constituição naturalmente variável, consoante as tarefas que forem chamadas a desempenhar, serão formadas para apoio a um aglomerado ou vários, localizados na mesma zona. As brigadas deverão dispor de grande autonomia relativamente aos organismos oficiais, para que possam intervir mais como intérpretes das populações organizadas junto desses que ao contrário. [...] Considera-se fundamental que as brigadas, embora procurando solidarizar-se com as populações, não se substituam a estas e às respectivas estruturas organizativas, limitando a sua intervenção a aspectos técnicos.” (PEREIRA, 1976).

Mas a social-democracia, aliada às forças reacionárias da direita, conseguiu aniquilar a rede orgânica do SAAL, substituindo por organismos estatais de mais fácil controle. Em um ano e meio, através das operações do SAAL, brigadas de arquitetos e moradores fizeram habitação social de urgência. (PORTAS: 1979)

“[...] O despacho de Outubro de 1976 para muitos ficou designado por “extinção do SAAL” e para outros de simples “repor do processo no seu lugar”, não oferece grandes dúvidas que, subjectivamente, se pretendia desacelerar as operações iniciadas e desencorajar novas iniciativas, dando a impressão de que apenas se estavam a corrigir excessos que, aliás, não se objectivaram, ainda que não custe admitir que nalguns casos tivessem existido, provavelmente menos graves que os de outros programas que não mereceram até hoje tão ruidoso zelo de administração.” (PORTAS, 1979).

“[...] O despacho de 27 de Outubro considerou que “algumas brigadas SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do Fundo Fomento de Habitação (FFH) e das próprias autarquias locais às Câmaras Municipais não foi facultada a possibilidade do seu contributo, nem ao FFH foi solicitada a ajuda técnica conveniente para este tipo de operações, nem os terrenos se conseguiram com a celeridade que o processo impunha, nem o número de fogos construídos até esta data tem qualquer significado”. O despacho determinou a nomeação e imediata entrada em funções de Comissários do Governo, encarregados de instalar gabinetes de apoio às autarquias e manter informado o MHUC. A imprensa anunciava finalmente que o SAAL passava a estar sobre o controle exclusivo das Câmaras Municipais.[...] O Estado promoveu, numa primeira fase do período revolucionário, modos de intervenção urbana urgentes, que envolveram a participação dos cidadãos; criou, nessa altura, determinadas condições de base para uma acção continuada [quadro de valores, legislação, apoio militar]. Posteriormente, as dinâmicas sociais [burocracia, desencontros processuais, desigual envolvimento local, complexo e instável processo político ao nível nacional] foram o retrato de um Estado dividido entre o apoio e o abandono de um assinalável movimento social.” (FERNANDES,

Vale exemplificarmos como ações do SAAL o percurso do Bairro da Bouça no Porto. Inicialmente a área estava destinada a construção de um empreendimento para funcionários do Ministério da Justiça, com projeto do arquiteto Alvaro Siza, mas moradores vindos de outras partes da cidade ocuparam as construções que haviam no local e acabaram por ficar com o terreno e com o projeto.

“[...] Vim para aqui em 1979, isto ainda nem estava pronto. Não havia electricidade nem saneamento, tinha de ir a um quarto de banho improvisado - e já vim para aqui com cinco filhos. Morava numa ilha na Rua da Peneda que estava em ruína e, quando se deu o 25 de Abril, juntei-me com outros moradores. Ocupamos uma antiga tinturaria que tinha deixado de laborar, e fizemos ali a nossa sede com um infantário, uma cooperativa de alimentação e um salão de festas. Depois fomos para as casas. O nosso lema era 'Casas para Todos. Houve "barulhos e ferradelas" quando as primeiras 56 casas foram distribuídas, "mas as pessoas acabaram por entender que esta era só a primeira fase" explica Sr Cardoso morador do bairro da Bouça.

Durante 25 anos, a primeira fase era tudo o que havia. Na década de 90, finalmente, a Associação de Moradores da Bouça conseguiu que tanto o projeto quanto a sua construção fossem retomados. Os moradores pobres que estiveram anos à espera daquelas casas acabaram por ter de resolver a vida de outra maneira - e as casas que eram para eles foram compradas por pessoas sem problemas financeiros. Quando as chaves das 72 casas da segunda fase começaram a ser entregues, em 2006, já poucos associados apareceram. A associação acabou por ter de leiloar as 60 habitações por preços baixos que foram compradas pela classe média. As pessoas perderam a vontade de morar na Bouça quando perceberam que ia demorar muito tempo e, também, quando o crédito à habitação transformou a construção privada numa alternativa viável.

"[...] As pessoas desmobilizaram quando perceberam que a casa não era realizável, e passado pouco tempo até era difícil falar com elas sobre o assunto: era como se o SAAL nunca tivesse existido. Mantiveram recordações da festa, que foi bonita: da manifestação não sei onde, do piquenique não sei quê, disso não se esquecem, do que se divertiram com o processo. Quem esteve lá dentro lembra-se disso e também se lembra "do desespero, dos bloqueios, da luta quotidiana, de as pessoas quererem as casas e elas não chegarem, da reacção da direita" - e, no caso de Alves Costa, "da bomba no serviço, da bomba no carro, de mudar de caminho muitas vezes à noite, quando voltava para casa depois das reuniões com os moradores". Quem está de fora, lamenta que a experiência do SAAL não tenha resistido à "normalização democrática": "Quando eu estava a estudar, o processo SAAL era uma coisa presente ainda. Muitos dos meus professores fizeram brigadas e foi aí que ensaiaram tipologias e linguagens

que são muito a imagem da Escola do Porto até hoje. (LOPES, 2010)

Circulam atualmente algumas questões acerca do SAAL principalmente diante de um possível processo de gentrificação em curso.

Poder-se-á, então, falar no SAAL como suporte e instrumento da conquista do poder pelas massas populares? Teve os técnicos, a consciência da nova encomenda social expressa nas reivindicações das massas populares que então se organizavam? Teve os técnicos, na sua generalidade, a consciência de que o saber de que eram portadores facilmente se constituiria em fator de dominação se as relações com os moradores não fossem estabelecidas em termos progressistas, isto é, na perspectiva da passagem para os moradores dos instrumentos fundamentais (técnicos, científicos e outros) para o controle efetivo de processo? Terão as novas condições e relações de trabalho conduzido a padrões de qualidade diferentes e melhores? A criação de uma nova metodologia do desenho entendendo o planejamento, projeto e construção, como síntese de uma atividade multidisciplinar constante entre técnicos e moradores terá caracterizado a especificidade da sua ação? Terá sido, pois, a principal contribuição dos técnicos o estabelecimento de uma nova metodologia de intervenção na cidade como aquela que é definida a partir da participação ativa da população? Estas novas condições conduziram o SAAL para o interior das lutas urbanas arrastando consigo a necessidade de alteração da sua lógica de intervenção. Poder-se-á, então, falar no SAAL como suporte e instrumento da conquista do poder pelas massas populares?

“[...] “Estás pronto para outra?” Esta é a frase final de Álvaro Siza na pomposa inauguração (tantos anos depois, meu Deus!) de um Bairro do Porto, renascido a partir da operação Saal. Que esse bairro seja hoje um ninho de “yuppies” dá bem a ideia do que aconteceu aos sonhos colectivos de todos nós com os movimentos sociais do 25 de Abril-caóticos, anárquicos, mas colectivos e solidários – contrariando por uma vez a frase de Conrad: “ Vivemos como sonhamos–sozinhos” (O Coração das Trevas). Eu próprio participei, com a ajuda do Alexandre Alves Costa e do Sérgio Fernandez, numa dessas operações. Hoje volto à frase de Conrad. Não por qualquer “spleen” à la Baudelaire. Talvez por melancolia dessa memória colectiva, que nos dá a ver, a pensar, a sonhar outra vez. Não deixa, aliás, de ser significativo que um jovem arquitecto português esteja, em Zurique, a defender uma tese que se intitula, precisamente, “Melancolia e Arquitectura”. Talvez o Álvaro Siza–todos estes anos passados possa subscrever a frase conradiana “Vivemos como sonhamos sozinhos”. E é pena, para ele e para nós. Fica alguma esperança, em forma de pergunta: “Estás pronto para outra? ”Quem sabe? Talvez os sonhos, sobretudo na arquitectura, espaços urbanos e habitacionais, voltem a ser colectivos.

Numa outra, e diferente, “operação SAAL”. (LOPES, 2010)

3.4.12 INA-CASA



FIG 29 Complexo residencial Tiburtino, Roma.
Fonte:<http://itopiarometheeternalcity>.

Instituído quatro anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Plano INA-CASA - o plano nacional italiano para habitações destinadas aos trabalhadores, (Istituto Nazionale Dell Assicurazioni), também conhecido por Plano Fanfani, em homenagem ao seu ideólogo, desenvolveu-se por dois períodos de sete anos e gerou uma extensa produção arquitetônica e urbanística que veio conformar a periferia das cidades italianas e a pôr em prática muitas experimentações arquitetônicas no âmbito da habitação popular.

Mais de um terço dos arquitetos urbanistas italianos, escolhidos através de concurso, trabalharam como profissionais liberais neste programa habitacional cujos objetivos eram, além de solucionar a carência de habitações, incentivar a construção civil e criar postos de trabalho que pudessem diminuir a forte taxa de desemprego pela qual passava a Itália, no pós-Guerra¹⁵⁴. A tradição cultural italiana, fortemente enraizada no significado histórico dos tecidos urbanos, fez com que um conjunto de preocupações relativas às inserções nos sítios históricos, à manutenção da

¹⁵⁴ ANGISSOLA, Luigi Beretta (a cura di), *I 14 Anni del Piano Inacasa*, Roma, Staderini Editori, 1963, p. XVI, XVIII.

especificidade cultural das comunidades a serem realojadas e a própria singularidade da imagem arquitetônica e urbana concernidas para cada caso, estivessem presentes nas normas do programa INA-CASA.

Uma nova geração de arquitetos urbanistas ansiosos por experimentar uma nova linguagem com as classes populares, tidas como protagonistas do programa e de toda a reconstrução do pós-guerra, foi chamada a elaborar os projetos que, no curto período de 14 anos, orientaram a construção de mais de 300 000 habitações distribuídas por centenas intervenções urbanas.

Na maioria dos projetos, a linguagem arquitetônica proposta buscava uma ressonância no imaginário popular, não só das plantas informais, referenciando-se as formações urbanas “espontâneas”, mas também através do recurso a técnicas construtivas artesanais (ferro forjado, abóbadas à romana, etc.). Nesta direção, a mais conhecida das intervenções (aquela que ficou conhecida internacionalmente) foi o complexo residencial “Tiburtino”, em Roma, projeto dos arquitetos Ludovico Quaroni, Mario Ridolfi, Carlo Aymonio, Mario Fiorentino dentre outros. Mas também surgiram propostas que experimentavam implantações e linguagens sem renegar absolutamente a influência do “Estilo Internacional”, como o complexo residencial “Forte Quezzi” de Luigi Carlo Daneri e outros, em Gênova, que Manfredo Tafuri consideraria como uma das mais interessantes experiências arquitetônico-urbanísticas da Itália do pós-guerra. Podemos também citar o conjunto de habitações unifamiliares do complexo residencial “S. Rosa”, em Lecce, de P. Rossi De Paoli, B. Barletti e outros.

A predisposição normativa para a integração ao local, não só urbana e topográfica, mas também cultural, adequando o tipo da habitação aos hábitos e às especificidades dos moradores, levou à sistematização de uma série de espaços previstos em projeto. Desses, o mais conhecido foi o *lavoro*, espaço não convencional destinado às tarefas domésticas, que frequentemente se impunha como o cerne organizacional da habitação¹⁵⁵.

¹⁵⁵ ANGUISSOLA, Luigi Beretta (a cura di), *I 14 Anni del Piano Inacasa*, Roma, Staderini Editori, 1963, p.60

Numa abordagem genérica, podemos afirmar que nas diversas arquiteturas presentes nas intervenções do INA-CASA, prevalecem as ideias de oposição aos cânones disseminados pelo “Estilo Internacional” e a aridez da linguagem funcionalista. As implantações não ortogonais assim como a fluidez, a leveza e a transparência modernas parecem entrar em contradição com a robustez do papel que é atribuído à construção civil na recuperação econômica da Itália do pós-guerra. Talvez pelo desejo de contaminação cultural, como o cinema e a literatura, essas arquiteturas foram identificadas com a expressão “neo-realismo arquitetônico”.

“[...] Mas não podemos esquecer que elas representam também o ensejo populista de, finalmente, lograr a penetração da arquitectura erudita no seio do gosto das populações a servir, de consignar a velha ideia gramsciana da linguagem nazional-popolare, saída do spirito popolare creativo”.
(TAFURI; GRAMSCI, 1975)

Incumbidos de cumprir um papel histórico e, ao mesmo tempo útil e seguro, observamos que optou-se nas intervenções promovidas pelo INA-CASA por propostas formais mais tradicionais arriscando-se pouco no campo das inovações sob o ponto de vista da forma.

Os projetos e as obras do programa INA-CASA representam, uma das mais consequentes reações às normalizações do “Estilo Internacional”. Concebido, sob o ponto de vista legislativo, segundo uma visão do fenômeno habitacional que procurava integrar a recuperação econômica com preocupações de caráter mais culturalista, teve uma grande recepção por uma comunidade de arquitetos urbanistas e planejadores, que se prontificaram a transformar no campo concreto dos espaços construídos essas proposições teóricas. Ao longo desses quatorze anos de vigência do plano, divididos por dois períodos distintos de sete anos cada, muitas das intervenções realizadas pelo INA-CASA foram contemporâneas da produção massificada dos grandes conjuntos habitacionais franceses (cidades dos franceses e dos imigrantes economicamente pobres situadas nas periferias dos centros urbanos), ou mesmo das superquadras de Brasília. O que revela a potencialidade dessa reação italiana frente ao que era o pensamento urbanístico hegemônico da época.

O percurso consolidado pelo INA-CASA deixou uma importante herança na

arquitetura e no urbanismo moderno na Itália. Às ingênuas citações populistas começaram a ceder lugar a novas tentativas de síntese, mais maduras e que não desconsideravam as referências do movimento moderno. Carlo Aymonino e Aldo Rossi construíram as unidades residenciais no Quartiere Gallarate, em Milão, de 1967-1973; Vittorio Gregotti, Franco Purini dentre outros projetaram o Quartiere Zen, em Palermo, em 1969; e Giancarlo De Carlo propõe o bairro Villaggio Matteotti, em Terni, de 1970-1975, atualizando e ratificando experiências projetuais e construtivas participacionistas na contra mão das práticas que se faziam no confronto com as especificidades e multiplicidades das realidades sociais num espectro molecular.

De outras partes do mundo chegavam outros exemplos, influenciados pelas experiências britânicas dos Smithsons através do Robin Hood Garden, de 1966-72; mas também as escandinavas, como as cidades satélites de Estocolmo, particularmente Vallingby, construídas a partir de 1952.

Num ensaio de sistematização da arquitetura habitacional dessa época, Peter G. Rowe “[...] identifica uma crise geral, que corresponde a um momento específico, em que os grandes programas habitacionais, centralizados e tecnocráticos, se auto-destróem ou são voluntariamente interrompidos”. (ROWE, 1995: 229). O processo para recuperação dessa crise, em seu entender, foi percorrido ao longo de duas vias que apontaram na mesma direção: a via da descentralização dos programas, que pressupôs a determinação e a capacidade de iniciativa local para a resolução do problema habitacional, e a da recuperação dos significados arquitetônicos do habitar, que dependeu também do envolvimento em torno de uma questão fundamental: a apropriação dos espaços. Na base dessa crise e desse debate estavam a análise dos feitos arquitetônicos e urbanísticos e que traziam implícitas as críticas à hegemonia moderna mais ortodoxa.

Numa dessas críticas enfatizava-se o processo pelo qual a habitação se definia, se desenvolvia e se efetivava. A participação e a adequação aos recursos locais, mais do que meros condicionantes, eram dados efetivos e que desencadeava motivações específicas para os projetos concernidos. Inscrevem-se nesse roll de posturas, modos de ações incorporados às pesquisas teóricas de Alexander, as pesquisas práticas de Hassan Fathy, as experiências participacionistas de Giancarlo De Carlo, de Ralph

Erskine, esse último de 1969-82 no Byker Redevelopment Project, em Newcastle, na Grã-Bretanha.

O pano de fundo dessas críticas dirigiu-se às posturas desencarnadas da maioria dos arquitetos urbanistas modernos. Independente de categorizações e do conteúdo dado ao postulado moderno parece claro que a produção habitacional da arquitetura em grande escala atravessava durante os anos 60 e princípio de 70, um período caracterizado pela incessante busca de modelos, de métodos e de resultados¹⁵⁶. A questão da habitação social está enredada no desejo de superação do reducionismo programático, particularmente os do funcionalismo, a necessidade de singularização dos moradores e demais usuários, o confronto com a submissão passiva da atividade arquitetônica e urbana frente às determinações da sociedade capitalista e a necessidade de se problematizar as relações entre obra arquitetônica e produto de mercado.

Diante da procura de um corpo disciplinar que pudesse ser resgatado na definição de objetivos sociais mais precisos e incorporados, a arquitetura das ambiências habitacionais viu-se diante de uma problemática difícil que, por vezes parecia tender a colocar em xeque o próprio sentido da atividade arquitetônica.

Mas, se por um lado, o corpo disciplinar da arquitetura se voltava para o campo das ciências sociais e humanas no intuito de aprofundar as complexidades da sociedade em questão, por outro lado a investigação inclinou-se para a simplificação e reducionismo da capacidade construtiva. Sobretudo se isolarmos o campo da habitação popular.

¹⁵⁶ Numa outra corrente crítica, enfatizava-se a tradição arquitetônica e os contextos históricos da disciplina. A tentativa de superar o paradigma moderno da ruptura entre espaços, reforçando a tradição e as suas expressivas conexões com as práticas tradicionais. Podemos situar algumas dessas experiências apesar de não constituírem o cerne da discussão em curso nessa tese. Citamos, portanto: os projetos do IBA de Berlim, que começariam em 1978 sob a direção de Joseph Paul Kleihues, particularmente a obra de Rob Krier, mas também inclui alguns dos tipos habitacionais presentes na obra de Rossevelt Island, em Nova Iorque, de Sert, Jackson e Associados, em 1969-76. Essas obras buscavam sua expressividade no resgate de obras do passado, especialmente de significados neoclássicos. Outra vertente crítica ao movimento moderno seria a do percurso trilhado por Louis Kahn, se ampliássemos a perspectiva temática da habitação popular uma vez que esse era o arquiteto das grandes instituições (igrejas, sinagogas, museus, universidades). Nessa esteira, apesar de que mais tardias, poderiam ser citadas, as experiências de Aldo Rossi, particularmente o complexo de Gallarate, em Milão.

Muitas das tentativas de conseguir uma ação mais incorporada nas áreas onde predominam/predominavam exclusivamente os processos de autoconstrução e/ou autogestão devem também ser vistas à luz da vontade de alcançar esses objetivos.

3.4.13 Carlos Nelson Ferreira dos Santos/ Grupo Quadra



FIG: 30 Brás de Pina, antes e hoje. RJ. Fonte: <http://desfavelizacao.wordpress.com/2008/07/>

Nos anos 60 e início da década de 70, vemos infiltradas, mundo afora, posturas incorporadas de arquitetos urbanistas. Sobretudo na América Latina onde o êxodo das populações rurais para os centros urbanos se fizera sentir com grande intensidade. Principalmente nas décadas de 50, vemos surgir a ocupação, a construção e consequente adensamento de aglomerados habitacionais informais. Essas “cidades informais, campo de luta” instigaram o interesse de profissionais ligados à arquitetura, ao urbanismo e as ciências sociais.

Nesse contexto destaca-se o arquiteto e urbanista carioca Carlos Nelson Ferreira dos Santos que ingressou na profissão nos anos 60 com trabalhos sobre habitação popular (assessor da FAFEG e elaboração de planos de urbanização de favelas para a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades - CODESCO). A trajetória de Carlos Nelson se confunde com a história de suas ações nas favelas cariocas, principalmente, em se tratando de Brás de Pina.

A favela da Brás de Pina¹⁵⁷ ficava situada numa área pantanosa adjacente à costa ocidental da baía da Guanabara no Rio de Janeiro, e em contraste com as favelas nos morros da zona sul. O terreno era plano o que acarretava ainda mais problemas no que diz respeito às questões de insalubridade provocada pela ausência de infraestruturas de drenagem e de escoamento. Vários acontecimentos fizeram com que Brás de Pina começasse a ser citada nos meios de comunicação social. O governo autoritário de Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara, decidira num ato de afirmação política, “acabar” com cinco favelas do Rio de Janeiro. Os seus habitantes seriam realojados em 12 mil habitações edificadas em áreas ainda mais periféricas e distantes. Por sua localização em área de valorização fundiária (industrial e/ou habitacional) Brás de Pina foi uma das escolhidas para a operação “bota abaixo”. Diante de um governo ditatorial e opressor em escala nacional, os moradores de Brás de Pina, habituados aos atos de cooperação e ajuda mútua em função das dificuldades dos alagamentos, resolveram unir-se e organizarem-se em torno da associação de moradores e dos padres para resistir à desapropriação e relocação.

O natal de 1964 seria marcante para a opinião pública carioca, que acompanhava pela imprensa o drama dessas comunidades. Governador, cardeal, moradores, equipes técnicas, polícia mobilizados em torno desses movimentos de resistência. Os habitantes apoiados pela associação de moradores e pelos padres enfrentaram o poder e somente cerca de um terço deles cedeu às pressões do estado e desocupou a favela.

Diante das incertezas que pairavam sobre o futuro dos moradores resistentes, a FAFEG (Federação de Favelas do Estado da Guanabara) decidiu convidar os seus consultores dentre os quais estava Carlos Nelson¹⁵⁸. Esses começam seus trabalhos através de estudos e trabalhos de especulação que denominaram de diagnóstico. Os moradores, porém demandavam por um plano que pudessem negociar ou mesmo confrontar com os argumentos tecnocráticos do governo estadual. Em seguida iniciaram a elaboração de um plano de infraestrutura viária, de saneamento e de abastecimento. Os trabalhos de aterro do pântano continuaram paralelamente, coordenados pela associação de moradores, contando com o trabalho e a colaboração

¹⁵⁷ De modo sucinto, essa experiência de Brás de Pina já foi citada capítulo 2 dessa tese.

¹⁵⁸ Carlos Nelson era acessor urbanístico e habitacional da FAFEG.

de todos, com base em práticas de cooperação comuns no cotidiano das favelas.

Passado algum tempo, novo governador, novas premissas políticas e novas entidades entram em jogo. Vários levantamentos de natureza sócioeconômica, jurídica, urbanística, habitacional, produtiva seriam encomendados a um grupo de trabalho governamental que, já em 1968, se transforma em empresa pública de capitais mistos, a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, a CODESCO, a qual viria a ter funções executivas, de coordenação e de enquadramento jurídico-financeiro dos empréstimos à construção, na urbanização da favela de Brás de Pina. A CODESCO - fundada em 1968, contratou a Quadra¹⁵⁹ para assessorar e executar seus planos urbanísticos e habitacionais, e o primeiro deles foi desenvolvido pelos arquitetos para a favela Brás de Pina. Da quadra fazem parte Carlos Nelson, Sylvia Lavenère-Wanderley, Sueli de Azevedo e Rogério Aroeira Neves.

O trabalho em Brás de Pina seria empreitado pelos arquitetos urbanistas, moradores, associação, Codesco, padre e o governo que antes era inimigo vinha agora se propor como aliado executivo. Começaram assim a ouvir as demandas dos moradores. A primeira proposta estruturante foi a de optar por habitação unifamiliar, apesar das pequenas dimensões dos lotes. Porém os moradores preferiram o pequeno terreno de 120m², desde que a propriedade fosse atribuída à família que o ocupasse. Divididos os quarteirões, os lotes foram definidos em 6,5m de frente. A implantação das infraestruturas começou pelas áreas deixadas livres pelos habitantes que não aderiram à luta. Cada vez que a implantação colidia com um “barraco” existente, efetuava-se a sua transposição para um lote com infraestrutura. Essas habitações eram transportadas, por inteiro ou por painéis, em poucas horas. Por fim, tinha-se um pequeno tecido urbano de base reticulada, limitado pelos grandes eixos viários de ligação ao centro do Rio de Janeiro e também articulado com os bairros vizinhos.

¹⁵⁹ Em 1967 foi criada a secretaria executiva do Grupo de Trabalho, GT 3881, vinculada à Companhia do Progresso do Estado da Guanabara - Copeg, que encarregou o Centro de Pesquisas Habitacionais – Cenpha de realizar um levantamento urbanístico de três favelas cariocas, para o qual Carlos Nelson foi contratado ao lado dos colegas Sylvia Lavenère-Wanderley, Sueli de Azevedo e Rogério Aroeira Neves, com quem fundou a Quadra Arquitetos Associados Ltda. Além do plano urbanístico, a Quadra foi responsável pela elaboração das unidades habitacionais, que começaram a ser construídas em 1969. Por cinco anos, Carlos Nelson trabalhou no canteiro de obras, acompanhando a implantação dos projetos e recolhendo dados para as necessárias adequações. A companhia foi extinta em 1975 e então o arquiteto passou a integrar, como assessor especial e depois diretor, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam, onde permaneceu até sua morte.

Por demanda dos arquitetos urbanistas, todos os habitantes foram convidados a desenhar “plantas” de suas novas casas, de acordo com seus desejos e suas necessidades.

“[...] No prazo de um mês seriam recebidas cerca de trezentas plantas, das mais artesanais às mais trabalhadas. Muitas delas tinham sido encomendadas a profissionais. Depois de sistematizadas do ponto de vista tipológico e de soluções, os diversos modelos foram organizados em áreas distintas. Foram também avaliados e testados num conjunto de regras, que garantiam a adequação entre o “plano urbanístico” e o “habitacional”. (SANTOS, 1981: 67).

Também o escritório dos arquitetos urbanistas que funcionava no local foi transformado numa espécie de stand imobiliário onde os moradores escolhiam seus tipos preferidos.

“[...] Depois dos “barracos” serem replantados nos lotes com infraestrutura, havia a conveniência de começar a fase de construção das novas habitações. Entre as funções da Codesco estava também a de coordenar e canalizar as possibilidades de financiamento dos moradores, para que fossem ativadas as linhas de crédito do Banco Nacional da Habitação - BNH. Embora não fosse uma imposição, as primeiras construções de alvenaria começariam a surgir. A Codesco preconizava a autoconstrução, mas a maioria dos interessados preferia contratar mão de obra, que trabalhava sob sua orientação.” (SANTOS, 1981: 70).

Não havia restrições à construção das habitações propriamente ditas. Sempre que eram solicitados, os arquitetos orientavam, mas a proposta era deixar que a intervenção em nível das opções para a casa própria seguisse as subjetividades singularizadas dos moradores. Influenciados por John Turner¹⁶⁰, os arquitetos urbanistas envolvidos nesses processos projetuais e construtivos, eram de opinião que a normativa para a construção da habitação deveria ser acima de tudo prescritiva e não proscritiva, ou seja, o acompanhamento técnico deveria assistir e aconselhar a obra, nunca criar inibições ou proibições. (SANTOS, 1972). Por isso, quando algumas opções dos moradores lhes pareciam insensatas, como o insistente desejo do morador em inserir uma varanda minúscula, os arquitetos urbanistas davam a sua orientação técnica, mas deixavam os moradores livres para atuar e para construir, dentro da

¹⁶⁰ Um dos inspiradores da política não-remocionista da Codesco foi o urbanista inglês John Turner, que esteve no Rio nos anos 60. É dele a frase que talvez resuma melhor o espírito do Quadra: 'A favela me foi mostrada como um problema e, no entanto, é a solução; os planos de erradicação eram citados como a solução, e são o problema'.

compatibilidade do plano urbanístico.

Turner advoga a inteira liberdade de opções na construção da moradia própria, princípio ao qual correspondia também certa “diminuição” do papel do arquiteto, se visto sob uma perspectiva mais molar e tradicional do seu exercício profissional. Essa talvez “redução” da função do arquiteto se daria também pela incapacidade de introduzir mais-valias técnicas ou arquitetônicas no desenrolar do processo construtivo. Na contramão do pensamento dominante Carlos Nelson achava que eram os saberes tutelados (arquitetônicos e urbanísticos) que tinham a ganhar com as soluções propostas pelos moradores. Acreditava que o exercício projetual e construtivo do arquiteto urbanista estão na possibilidade de se assumir como um processo de acompanhamento e de introdução de benefícios racionais que não se pressupunha. De modo algum, esse exercício encarna a imposição de soluções ou a rigidez normativa, nem por questões funcionais e muito menos estéticas (menos ainda estetizantes). A razão fundante da intervenção técnica em Brás de Pina relaciona-se à necessidade de atribuir infraestrutura urbana àquela área. As proposições no que diz respeito à conformação das habitações consistiam numa orientação que os moradores poderiam se beneficiar ou rejeitar.

“[...] Em 1971, 75% das construções já eram em alvenaria. Hoje, para quem desconhece a história, Brás de Pina integra-se na cidade quase sem distinguir dos bairros de classe-média baixa que a envolvem, mas o processo de urbanização foi atribulado. O estatuto do solo nunca foi resolvido, a Codesco foi sempre tentando adiar a passagem da propriedade para os moradores. Muitos dos moradores, por outro lado, quando se viram integrados nos circuitos formais de utilização do espaço – pagamento de impostos, pagamento das taxas de consumo básico, água, energia, saneamento, burocracia, etc. – desistiram da ideia, venderam seus direitos a outros, geralmente oriundos de casas superlotadas dos bairros vizinhos, e partiram em busca de outra favela. O número de moradores que o fizeram foi tão significativo que começou-se a questionar a legitimidade da operação, uma vez que os usuários originais já não eram atendidos e estava-se a construir para a “gente de fora”. (SANTOS: 1981,74).

Nos relatos de Carlos Nelson, sobre Brás de Pina, refere-se às ações da Codesco no sentido de se autoinstituir como entidade oficial do bairro. Tentava proibir a construção com fins especulativos. Foi inútil, foram construídas lojas, garagens, quartos para alugar, começavam as verticalizações, as casas subiam em altura, viam-se anexos de toda ordem. Com os novos usos vieram também os novos modelos

decorativos: muretas, grades em ferro forjado e azulejos constituíram o passo seguinte do processo construtivo, as casas deixavam de ser estigmatizadas pela diferença e passariam a incluir-se num cânone genericamente identificável com a habitação pequeno-burguesa do subúrbio carioca. (SANTOS, 1981).

Quem anda hoje por Brás de Pina não imagina que há pouco mais de 30 anos o bairro era uma grande favela e que seus moradores correram sério risco de serem removidos para conjuntos habitacionais da Zona Oeste. O caso dessa antiga favela indica uma “outra” maneira de pensar a questão habitacional diferente da remoção dos moradores de comunidades pobres para conjuntos habitacionais afastados do Centro. Brás de Pina serviria depois como inspiração para outros programas urbanísticos do Estado. O próprio Favela-Bairro¹⁶¹, dos anos 90, resgata idéias sugeridas pela primeira vez pelo Quadra.

Posteriormente Carlos Nelson assumiu trabalhos de urbanização de favelas tais como o Morro União no Catumbi (bairro tradicional no centro do Rio de Janeiro ameaçado de demolição para a implementação de um plano de renovação urbana de autoria de Constantinos Doxiadis) e nas favelas Morro Azul (no centro da cidade). Em todos os seus trabalhos práticos e/ou acadêmicos as posturas de Carlos Nelson caracterizaram-se pelo sentido da incorporação, advogava em prol dos moradores no que dizia respeito aos assuntos arquitetônicos e urbanísticos, na direção das ações do “advocacy planning” norte-americanos, nas quais os moradores e usuários interessados recorriam ao serviço de técnicos empenhados em elaborar planos alternativos.

A partir dos anos 60, Carlos Nelson começou a desviar sua atenção das casas, das infraestruturas, dos sistemas viários, e a interessar-se cada vez mais pelas especificidades sociais e individuais dos habitantes dos espaços que, genericamente se designavam por favelas, ou seja, a alteridade urbana do Rio de Janeiro. Dizia ele “[...] fui descobrindo que havia muitos mundos dentro do que, simplesmente, eu designava por um só nome.” (SANTOS, 1981: 13). Nessa época aproximou-se da antropologia urbana como um novo campo disciplinar a subsidiar seus questionamentos e

¹⁶¹ No capítulo anterior identificamos o projeto Favela-Bairro nos moldes como vem se apresentando nos dias atuais como exemplo de aparelho de captura em relação às experimentações do grupo Quadra (vista como máquina de Guerra).

inquietações diante do fazer do arquiteto urbanista. A questão essencial que se assumia como o principal foco da dúvida em relação a atividade de arquiteto, foi a de colocar os temas da habitação e da cidade radicalmente fora do objeto-casa e do objeto-cidade. Diante da avaliação que travou em relação as suas práticas anteriores, principalmente, como por exemplo a Brás de Pina, acreditava que os resultados estavam muito aquém dos objetivos. Por isso, as “melhorias” introduzidas nos espaços urbanos e privados pareciam-lhe muito pouco, ou talvez nada, se limitassem aos objetos em si e não aos sistemas de interação desses objetos com as pessoas e com as comunidades. A crise não era urbana, mas sim inerente ao próprio sistema capitalista, portanto de nada adiantava buscar resolver problemas específicos neste ou naquele bairro, nessa ou naquela cidade, os problemas residiam nas formas de apropriá-la.

Carlos Nelson, nesse trabalho de Brás de Pina, fez uma importante inversão no tratamento vigente sobre o pobre e os favelados: “Primeiro, transformou-os de objeto em sujeitos do trabalho de pesquisa. Segundo, passou a dar, aos investimentos feitos pelos moradores nas favelas, importância do ponto de vista patrimonial e arquitetônico. Terceiro, reconheceu que os favelados sabem o que querem, têm suas prioridades inclusive simbólicas; isso é fundamental no seu pensamento.

3.5 Um debate inconcluso

Os discursos empreendidos pelos arquitetos urbanistas difusores das posturas incorporadas têm em comum a crítica ao pensamento hegemônico considerado:

“[...] ortodoxo, é objeto de uma crítica radical. Ele é responsável pela “Grande Praga da Monotonia” que assola espaços monumentais, padronizados, vazios, sem vida ou sem usuários, enfim verdadeiras “cidadelas da iniquidade”. Trata-se da “anti-cidade” ou da “urbanização inurbana”, fruto de uma pseudo ciência que é incapaz de olhar para a cidade real e aprender as muitas lições que ela pode transmitir a cada instante. Despreza a vitalidade urbana e a interação entre os usos para se fixar em fronteiras formais.” (MARICATO: 2001)

Percebemos também que esses arquitetos urbanistas gestores de modos de ações incorporados colocaram-se veementemente contrários aos projetos que implicam em

remoção da população, como prefere o urbanismo ortodoxo. Tais arquitetos urbanistas se colocaram francamente contra os projetos que implicaram em ações cirúrgicas de remoção e demolição (para a implantação de monótonos conjuntos habitacionais) valorizando revitalizações paulatinas e progressivas que considerem o envolvimento dos moradores e sua manutenção no local, e promovam a reciclagem dos edifícios.

Sabemos também que muitas das experiências¹⁶² apresentadas nessa pequena cartografia configuram-se frágeis, algumas vezes ingênuas e até mesmo paradoxais. Muitas delas ao se confrontarem com os pressupostos modernos e na tentativa de construir outros modos de pensar e agir acabaram gerando contradições. As experiências do Team X bem como as proposições de Christopher Alexander talvez evidenciem de certa maneira algumas dessas ambivalências – esses ao questionarem o dogmatismo moderno acabaram criando também (em certos casos) propostas modelizadoras, ou seja, criticavam o caráter controlador dos pressupostos modernos e sua contundente necessidade de impor métodos e modelos, mas acabaram também criando modelos e métodos embora sob objetivos adversos daqueles que incitavam a ideologia moderna.

Os arquitetos ditos participacionistas – de Giancarlo De Carlo a Lucien Kroll, passando novamente por Christopher Alexander, por Hassan Fathy – encontraram muita dificuldade em propor a participação dos habitantes, principalmente no caso de novas construções, pois para que esse tipo de experiência de fato se realize é necessário uma comunidade - uma rede social é fundamental. Talvez a experiência de Brás de Pina liderada por Carlos Nelson seja um exemplo de rede social constituída.

Nessa perspectiva, Hassan Fahty apesar de ter legislado em prol da necessidade de incorporar as características locais para a construção de suas arquiteturas tenha desconsiderado o aspecto molar também constituinte desses contextos. Isto é, talvez tenha atribuído menor importância ao fato de que naquele momento os postulados modernos se assumiam como “única” maneira razoável de construir” e nesse sentido a

¹⁶² Importa também ressaltar que as experiências elencadas nesse capítulo foram todas construídas na realidade, independente de seu viés utópico.

industrialização da obra, dos materiais, da mão-de-obra eram as palavras de ordem. Certamente que o mérito de sua experiência esteja justamente no fato de que buscava alternativas a esse cenário da industrialização, mas desconsiderá-la ou abdicar de suas coordenadas talvez o confinasse em uma prática fechada sobre si mesma com poucas possibilidades de desdobramento. Ela seria de certa maneira sucumbida pela força dominante não reberverando em outras experiências numa escala mais ampla. É preciso considerar que o pensamento molar em arquitetura e urbanismo é empreendido não só por arquitetos urbanistas, mas também pelas forças econômicas, pelos políticos e pela opinião pública. Essas observações não minimizam a importância dos feitos de Hassan Fathy. Pelo contrário, reconhecemos a pertinência de suas contribuições incorporadas. Apenas acreditamos que um olhar crítico seja necessário afim de empreendermos ações na direção de arquiteturas construídas a partir do saber, dos materiais e de mão-de-obra locais. Talvez a perspectiva traçada por Fathy esteja mais próxima da “marginalidade” do que da “infiltração”.

É difícil também encontrar registros que evidenciem as relações e trocas de experiências entre os arquitetos urbanistas propositores de posturas incorporadas. Na busca por mapear essas práticas verificamos que essas se deram pontualmente e não construíram uma contundente rede de relações entre si. Cartografamos ações pontuais, solitárias, marginais que não se configuraram enquanto redes de relações entre si, apesar de identificarmos nos seus discursos repetidamente críticas consensuais em direção ao movimento moderno. Apesar de terem surgido a partir de questões comuns como a crítica aos postulados modernos e principalmente na busca pela participação dos habitantes nos processos de projeção e produção de suas arquiteturas e cidades elas não construíram amplamente elos entre si. São ações isoladas confrontando com o “gigante” moderno. As posturas incorporadas apresentam as mesmas inquietações quase sempre nas críticas às propostas homonezeizadoras, modelizadoras e totalizantes das práticas arquitetônicas e urbanísticas modernas. Apesar de terem motivos e objetivos comuns, essas experimentações não constituíram entre si uma rede de relações, primaram por ações solitárias agindo em seus contextos isolados. Certamente compartilharam a leitura de autores e teorias em comum, Henri Lefevre, Manuel Castells, John Turner são referências que se repetem significativamente, mas muitas dessas práticas ficaram confinadas nos seus contextos de execuções. Vemos porém que as teorias que incitaram e embasaram essas práticas é que circularam.

Exemplo disso são as relações dos situacionistas com o Team X, assim como John Turner influenciando as ações do SAAL e do grupo Quadra..

Identificamos também que os propositores de modos de ações incorporados que não operaram isoladamente configuraram-se em grupos coesos haja visto os situacionistas e o Team X. Talvez pudéssemos assinalar que além de solitárias e com pouca articulação entre si, esses modos de ação também não construíram uma linhagem significativa.

Observamos que grande parte das posturas incorporadas reverencia a participação dos moradores concernidos. Um mote em comum entre elas é o interesse pela participação do habitante: seja no processo construtivo (mão-de-obra) aos moldes de Hassan Fathy e/ou através dos processos projetuais e construtivos encampados por Lina Bo Bardi e Sérgio Ferro e/ou através dos dispositivos inventados por Lucien Kroll e Christopher Alexander, Giancarlo De Carlo, INA-CASA e SAAL. Elas têm a participação como interesse maior a orientar seus modos de pensar e agir.

Voltemos à afirmação de que a participação efetiva só pode ocorrer de fato onde há uma reivindicação comunitária precedente a qualquer tipo de intervenção. Vemos, por exemplo, que as proposições do grupo SAAL apesar de terem constituído um fértil campo de experimentações, sucumbiram a partir do momento que o poder hegemônico decidiu interromper o processo de construção das moradias. Talvez o SALL não tenha inovado ou construído dispositivos projetuais incorporados apesar da intenção de realizá-lo. No caso, o aparelho de Estado ditou o jogo durante todo o processo. Quando Nuno Portas assumiu a Secretaria da Habitação, o desejo e a necessidade de habitações populares foram ouvidas pelo poder e reverberaram nas diversas construções, principalmente no Porto. Certamente que as circunstâncias da época estavam impregnadas de forte apelo revolucionário. Mas com a saída de Nuno Portas da Secretaria de Habitação as obras pararam e com elas as ações da operação SAAL. O poder se recuperou e retomou o diagrama de força – se reterritorializou. Hoje, algumas unidades de habitação construídas pelas operações SAAL passam por processos de forte especulação imobiliária culminando em processos de gentrificação. Certamente por sua qualidade e porque foram construídas por importantes arquitetos urbanistas portugueses a exemplo do arquiteto Álvaro Siza.

Talvez as experiências em Brás de Pina nos contem outra história. Lá, se o poder é no início, um forte opositor ao processo de urbanização da favela passa num segundo momento a constituir-se como colaborador. Desde o início do processo de trabalho, os arquitetos urbanistas construíram suas estratégias projetuais e construtivas a partir de relações de poder. Primeiramente com a própria resistência da população demarcando “politicamente” seu território através da recusa à relocação designada pelo Estado. Num segundo momento, contratados pela própria federação dos favelados, os arquitetos urbanistas adentraram essa comunidade e elaboraram seu diagnóstico, um “saber” sobre a subjetividade e as singularidades da comunidade, num terceiro momento com o novo governador também avesso às ideias de remoção passaram a trabalhar para a CODESCO, ou seja, governo novamente. Nesse período, começaram a implantação do projeto urbanístico. Diante das imprevisibilidades do poder (ora opositor/ora colaborador) propuseram a urbanização dos lotes sobre os quais a população construiu suas casas, comércios, jardins, espaços públicos, etc. A questão posta foi a de considerar a urbanística da terra/fundiária mais importante do que as formas das construções. A aparência do bairro ficava a cargo dos moradores. Tal imagem construída pelos habitantes também não era uma questão estética dissociada do seu viés político. Buscando evitar que o bairro fosse confundido com uma favela e temerosos diante da possibilidade de uma nova proposta de remoção, eles através de seus arranjos formais e decorativos negaram a estética das favelas. Mesmo que tenha um grau de desejo de pertencimento à cidade formal o fato é que todas as etapas do processo de construção arquitetônico e urbanístico estão atentas e ligadas às relações de poder, ao diagrama de força: Estado, bairro, favela, arquitetos, urbanistas, moradores, padres e suas subjetividades, saberes e poderes.

A arquitetura e o urbanismo não foram vistos como categorias fora das relações de poder. Lembrando que o “poder não fala”, mas “faz falar”. No capítulo anterior afirmamos que a nossa formação de arquitetos urbanistas privilegia as relações de saber e de subjetividade em detrimento das forças de poder. Seguimos dizendo que ao reduzirmos a abrangência das forças de poder nos nossos modos de pensar e agir acabamos por reduzir nossas ações ao campo das estetizações e da autoria.

Poder, saber e subjetividade se alimentam mutuamente. Talvez possamos identificar

que o que o senso comum identifica por posturas inocentes ou românticas como pano de fundo das ações incorporadas refira-se na verdade a essa dissociação e a esse desmerecimento em relação às forças do poder. Os arquitetos gestores das práticas incorporadas parecem atribuir toda a culpa dos males urbanos aos urbanistas desconsiderando que parte dos problemas nesse âmbito são decorrentes da ação dos agentes que participam da produção das cidades, em especial capitais e proprietários imobiliários que buscam estratégias de maximização dos lucros. Esses arquitetos parecem não acreditar na força política desses interesses. Torna-se fundamental em nossas práticas atribuímos valor e interesses à coordenada poder assim como a subjetividade e ao saber. O poder acaba por sua especificidade demandar a construção e reinvenção de outros saberes que conseqüentemente reverberam em outras e novas subjetividades.

A arquitetura e as cidades são construções políticas e não somente estetizantes, estetizadas. Pensar arquitetonicamente e urbanisticamente é pensar politicamente, economicamente, socialmente e não só funcionalmente e/ou esteticamente. Parece-nos que Carlos Nelson apesar de seu desencanto diante da profissão tenha reconhecido e operado com essas variáveis ao propor o agenciamento “urbanização de favelas”. As posturas incorporadas precisam assumir esse diagrama de força em busca da participação e da construção de uma alteridade urbana. O arquiteto do devir estaria comprometido com essas variáveis.

Apesar da ausência de Lina Bo Bardi, mas diante do espanto que ainda nos causa suas arquiteturas, apesar do silêncio de Sérgio Ferro e o quanto ainda teremos que especular acerca do seu enfrentamento diante das formas de produção de nossas cidades, a despeito dessas e das demais práticas incorporadas não terem produzido uma linhagem ampla e expressiva vemos nos dias de hoje arquitetos urbanistas críticos e inquietos em relação aos modos de pensar e agir no campo da arquitetura e urbanismo dominantes recorrendo com frequência aos seus legados.

Por outro lado, as críticas mais recorrentes atribuídas às práticas dos arquitetos urbanistas nomeadas nessa tese de incorporadas principalmente vindas de arquitetos urbanistas que objetivam desmerecer e/ou mesmo banalizar essas experiências são: ingenuidade, utopia irrealizáveis, marginalidade e o pior de todos: romantismo. Sobre

esse último talvez seja pertinente citar Carlos Nelson (um dos arquitetos mais criticados por suas práticas apesar de ter nos deixado o legado do agenciamento: urbanização de favelas). Certa vez disse Carlos Nelson:

“[...] Imagino que os leitores cheguem ao final pensando: ‘esse sujeito deu tanta volta para acabar no romantismo escapista... “No que diz respeito ao romantismo, terão mesmo razão. Estarão entendendo meu antielitismo, pois por tudo o que já observei em *favelas, subúrbios, periferias tão românticas quanto eu*, é a maioria absoluta dessa população. Os pobres, os que não mandam, não têm o discurso do poder, só contam com seu próprio discurso e com ele expressam o que querem, como podem. O problema é nosso: vamos ou não vamos fingir que não entendemos? A propósito, lembro-me do dístico que encontrei pintado no frontão de uma casa de favela: *Meu cantinho, graças a Deus!*” SANTOS, 1984:114).

Considerações Finais



FIG:31. Terreno baldio/ Roça Grande/MG. Fonte: MARQUES, 2009

Sobre a subjetividade dos arquitetos urbanistas contemporâneos...

Qu'est-ce que l'architecture aujourd'hui? O que é arquitetura hoje? Ou o que é arquitetura contemporânea? Essa questão foi colocada em 2007 pela editora francesa Beaux Arts a uma seleção de arquitetos de nome internacional, em sua maioria ganhadores do Prêmio Pritzker¹⁶³ de arquitetura. Dentre eles foram escolhidos: o

¹⁶³ O Prêmio Pritzker é um prêmio anual que tem como objetivo homenagear um arquiteto pelo seu trabalho. Foi criado em 1979 por Jay Pritzker, membro da família Pritzker, sendo muitas vezes chamado de "o Nobel da Arquitectura". Abaixo a lista completa dos vencedores do prêmio:

- 1979: Philip Johnson, Estados Unidos;
- 1980: Luis Barragan, México;
- 1981: James Stirling, Inglaterra;
- 1982: Kevin Roche, Estados Unidos;
- 1983: Ieoh Ming Pei, Estados Unidos;
- 1984: Richard Meier, Estados Unidos;
- 1985: Hans Hollein, Austria;
- 1986: Gottfried Boehm, Alemanha;
- 1987: Kenzo Tange, Japão;
- 1988: Gordon Bunshaft, Estados Unidos e Oscar Niemeyer, Brasil;
- 1989: Frank Gehry, Estados Unidos;
- 1990: Aldo Rossi, Italia;
- 1991: Robert Venturi, Estados Unidos;
- 1992: Álvaro Siza Vieira, Portugal;
- 1993: Fumihiko Maki, Japão;

japonês Tadao Ando, o suíço Santiago Calatrava, Coop Himmelb(l)au (associação constituída pelos arquitetos austríacos Wolf D. Prix e Helmut Swiczinsky), os ingleses Norman Foster e Richard Rogers, os italianos Renzo Piano e Massimiliano Fuksas, o americano Frank Gehry, a iraquiana Zaha Hadid, os suíços Herzog & De Meuron, o holandês Rem Koolhaas, o polonês Daniel Libeskind, os franceses Jean Nouvel, Dominique Perrault e Christian De Portzamparc dentre outros (quase sempre europeus com exceções dos americanos e japoneses). Todos esses profissionais são quase que incondicionalmente conhecidos por arquitetos e urbanistas, por políticos, artistas, pelo público em geral e povoam o imaginário dos estudantes de arquitetura e urbanismo mundo afora e suas obras e discursos integram internacionalmente as publicações e bibliotecas especializadas no assunto. Isto é, representam o discurso hegemônico no campo da arquitetura e do urbanismo contemporâneos, encarnam o que poderíamos nomear de “subjetividade” dos arquitetos urbanistas contemporâneos e que é constituída pelo discurso molar, macropolítico, saber e poder da disciplina nesse campo. Discurso esse que é disseminado e transformado em poder, saber, paradigmas, doutrinas mesmo para aqueles que vivem e trabalham sob circunstâncias outras, significativamente diversas das vivenciadas por esse grupo seletivo de arquitetos urbanistas. Certamente que historicamente o discurso hegemônico sempre existiu (quase sempre vindo de homens, brancos e europeus), mas vale ressaltar o que há em comum entre as falas dos arquitetos componentes desse bloco mesmo que isso seja feito a partir de uma entrevista onde o tom mediático é o que prevalece.

-
- 1994: Christian de Portzamparc, França;
 - 1995: Tadao Ando, Japão;
 - 1996: Rafael Moneo, Espanha;
 - 1997: Sverre Fehn, Noruega;
 - 1998: Renzo Piano, Itália;
 - 1999: Sir Norman Foster, Inglaterra;
 - 2000: Rem Koolhaas, Países Baixos;
 - 2001: Jacques Herzog e Pierre de Meuron, Suíça;
 - 2002: Glenn Murcutt, Austrália;
 - 2003: Jorn Utzon, Dinamarca;
 - 2004: Zaha Hadid, Iraque/ Inglaterra;
 - 2005: Thom Mayne, Estados Unidos;
 - 2006: Paulo Mendes da Rocha, Brasil;
 - 2007: Richard Rogers, Inglaterra;
 - 2008: Jean Nouvel, França.
 - 2009: Peter Zumthor, Suíça

Para esses arquitetos a arquitetura contemporânea é?

“[...]Através da arquitetura, quero fazer o vento dançar, a terra e o céu vibrar”¹⁶⁴ (Tradução nossa)

Tadao Ando¹⁶⁵.

“[...]Para fazer uma arquitetura original e pessoal, devo desenvolver um trabalho que se materialize através da escultura e do desenho. É sobre essa base que criei um vocabulário que transgride a fronteira entre a arquitetura e a escultura.”¹⁶⁶ (Tradução nossa)

Santiago Calatrava¹⁶⁷.

“[...]As estratégias de construção da cidade funcionam sobre a base de contrações intransponíveis. O arquiteto deve escolher uma e reivindicar a responsabilidade sobre ela.”¹⁶⁸ (Tradução nossa)

Coop Himmelb(l)au¹⁶⁹.

¹⁶⁴ “[...]Par le biais de l’architecture, je veux faire danser le vent, vibrer la terre et le ciel.” (ANDO, Apud TRETIACK, 2007: 50)

¹⁶⁵ Referências biográficas: 1941- Tadao Ando nasce em Osaka. 1958 – obtém a licença de boxeador profissional. 1965/1969 – viaja para o estrangeiro. 1969 – funda a sua agência de arquitetura em Osaka. 1991 – retrospectiva no MOMA em Nova Iorque. 1992 – Pavilhão do Japão na Exposição Universal de Sevilha. 1995 – obtém o Prêmio Pritzker. 2000 – ganha o concurso para a Fundação Pinault, projeto abandonado em 2005. Principais realizações: 1975/1976 – Row House, Sumiyoshi, Osaka. 1978/1983- Rokko Housing 1, Kobe, Hyogo. 1979/1984 – Koshino House, Ashiya, Hyogo. 1983/1984 – Time’s I, Kyoto. 1987/1989 – Igreja da Luz, Ibaraki, Osaka. 1989/1991 – Water Temple, região de Awaji, Higashiura, Hyogo. 1992/1997 – Casa em Chicago, Illinois. 1994/1995 – Espaço para meditação, Unesco, Paris. 1997/2002 – Museu de Arte Moderna de Fort Worth, Texas. 2000/2004 – Chichu Museu de Arte, Naoshima, Kagawa. 2001/2003 – 4X4 House, Kobe. 2005/2006 – revitalização do Palácio Grassi, Veneza. Principal projeto em curso: 2007 – Museu do Design, Tokyo. Ler: *Tadao Ando*, Coll., galleries Enrico Navarra/ Patrick Seguin, 2006, 512p.

¹⁶⁶ “[...]Pour faire une architecture originale et personnelle, je dois passer par un travail qui se matérialise par la sculpture et le dessin. C’est sur cette base que j’ai créé un vocabulaire qui transgresse la frontière entre l’architecture et la sculpture.” (CALATRAVA, Apud TRETIACK, 2007: 54)

¹⁶⁷ Referências biográficas: 1951 – Santiago Calatrava nasce em Valença na Espanha. 1968 – entra na Escola Superior de Valença. 1979 – Diplomado pela Escola Politécnica Federal de Zurique. 1983 – Vence seu primeiro concurso (gare de Stadelhofen, Zurique). 1989 – Abre seu escritório em Paris. 2005 - Exposição: “Santiago Calatrava: Sculpture into Architecture” MET, Nova Iorque. Principais realizações: 1987/1992 – Ponte Alamillo, Sevilha. 1989/1994 – Estação de Lyon-Satolas. 1993/1998 – Estação Oriente – Lisboa. 1990/2000 – Terminal do Aeroporto de Bilbao. 1994/2001 – Ampliação do Museu de Arte Milwaukee. 1991/2003 – Auditório, Tenerife. 1999/2005 – Torre Torso, Malmö. 1991/2006 – Palácio das Artes, Valença. 2005/2008 – Trinity River Bridges, Dallas. Projetos em desenvolvimento: 2007 - Fotografý Museum, Doha. 2006/2009 – 80 South Street Tower, Nova Iorque, Tour Fourdham Spire, Chicago. Ler: TZONIS, A. *Santiago Calatrava*. Flammarion, 2005. 239p. Consultar www.calatrava.com

¹⁶⁸ “[...] Les stratégies de construction de la ville fonctionnent sur la base de contractions insurmontables. L’architecte doit en choisir une et en revendiquer la responsabilité”. (COOP HIMMELB(L)AU, Apud TRETIACK, 2007: 58)

¹⁶⁹ Referências biográficas: 1942 – Wolf D. Prix nasce em Viena. 1994 - Helmut Swiczinsky nasce em Poznan, Polónia. 1968 – criação da agência Coop Himmelb(l)au (construir o céu) em Viena. 1988 – abertura de um escritório em Los Angeles. 1992 – exposição (construir o céu) no Centro George

“[...]Tento compor com a técnica de construção e os materiais de maneira positiva e os utilizar como um artista que brinca com os pincéis.”¹⁷⁰(Tradução nossa)
Frank Ghery¹⁷¹

“[...]A arquitetura é de vanguarda a partir do momento em que ela é dirigida aos usuários que são, na maioria esquecidos”.¹⁷² (Tradução nossa)

Zaha Hadid¹⁷³

Pompidou, Paris. 1996 – representam a Áustria na 6º Bienal de Arquitetura de Veneza. 2005 – recebem o American Architecture Award pelo Museu de Arte de Akron, Ohio. Principais realizações: 1988/1998 – Usina Funder III, St Veit, Áustria. 1983/1989 – Open House, Malibu. 1993/ 1998 – Museu de Gröningen, Países Baixos. 1993/1998 – Complexo de salas de cinema UFA, Dresde. 1995/2001 – Habitações Gasometer B, Viena. 1992/2005 – Academia de Belas Artes, Munique. 2001/2006 – Museu de Arte de Akron, Ohio. Principais projetos em desenvolvimento: 2001-2007 BMW Welt, Munique. 2001/ 2008 – Musée des Confluences, Lyon. 2002/2009 – Casa da Música, Aalborg, Danemark. 2003/2011 – Sede do Banco Central Europeu, Frankfurt. Ler: Get of my Cloud – Textes 1968-2005, Coop Himmelb(l)au, Hatje Cantz, 2005, 541p. Consultar www.coop-himmelblau.at

¹⁷⁰ “[...] J’essaye de composer avec les techniques de construction et less matériaux de manière positive, de les utiliser comme un artiste joue du pincel.”(GHERY, Apud TRETIAK, 2007: 86)

¹⁷¹ Referências biográficas: Frank Owen Gehry nasce em Toronto. 1954 – gradua-se na University de Southern Califórnia. 1962 – cria sua agência em Los Angeles. 1989 – recebe o Pritzker Prize. 1992 – recebe o Praemium Imperiale. 2006 – “ Esquisses de Frank Gehry” documentário apresentado no Festival de Cannes, fora da competição. Principais realizações: 1981/1984 – Loyola Law School, Los Angeles. 1986/1989 – Residência Schnabel, Los Angeles. 1987/1989 – Vitra Design Museum, Weil AM Rhein. 1989/1991 – Sede da Agência Chiat/ Day, Veneza. 1990/1994 – The American Center, Paris. 1991/1993 – Frederick R. Weisman Art Museum, Minneapolis. 1991/1997 – Museu Guggenheim, Bilbao. 1996/1999 – Bairro “der neue Zollhof”, Düsseldorf. 1995/2000 – Experiência Music Project, Seattle. Sede do DG Bank, Berlin. 1987/2003 – Walt Disney Concert Hall, Los Angeles. 2001/2005 - Museu MARta, Herdorf, Alemanha. 1998/2006 – Hotel Marques de Riscal, Elciego, Espanha. Projetos em desenvolvimento: Fondation Louis Vuitton pour la Création, Paris. 2007/2012 – Museu Guggenheim, Abou Dhabi. Ler: GEHRY, *F. Gehry talks*. Thames & Hudson, 2005. 240p.

¹⁷² “[...] L’architecture est d’avant-garde lorsqu’elle est tournée vers les usagers qui sont trop souvent oubliés”¹⁷².” (HADID, Apud TRETIAK, 2007: 92)

¹⁷³ Referências biográficas: 1950 – Zaha Hadid nasce em Bagdá, Iraque. 1977 – gradua-se na Architectural Association de Londres. 1983 – vence o Concurso Peak, Hong Kong. 2003 – recebe o Prêmio Mies van der Rohe. 2004 – recebe o Pritzker Prize. 2006 – Exposição no Museu Guggenheim, Nova Iorque. Principais realizações: 1991/1993 – Posto de Bombeiros de Vitra, Weil-am-Rhein, Alemanha. 1999/2001 – Estação de Tramway, Strasbourg. 1999/2002 – Estação de Ski, Innsbruck, 1997/2003 – Centro de Arte Contemporânea Lois & Richard Rosenthal, Cincinnati. 2002/2005 – Centro BMW, Leipzig. 2000/2006 – Centro Científico Phaeno, Wolfsburg, Alemanha. Projetos em desenvolvimento: Habitações, Viena. Museu Guggenheim, Taichung. Centro de Arte Contemporânea Maxxi, Roma. Anexo Museu Ordrupgaard, Copenhague. Centro Cultural e Esportivo de Montpellier. Ler: HADID, Zaha. *Catalogue d’exposition. Guggenheim Museum*, New York, 2006, 316p. Consultar: www.zaha-hadid.com

“[...]A arquitetura vive e sobrevive por sua beleza, porque ela seduz, anima, e também inspira as pessoas.”¹⁷⁴ (Tradução nossa)

Herzog & Meuron¹⁷⁵

“[...]Os resíduos que a humanidade abandona sobre o planeta criaram “Junkspace”, que é o que resta quando a modernização está no fim do seu curso, aquilo que se coagula no processo.”¹⁷⁶. (Tradução nossa)

Rem Koolhaas¹⁷⁷

“[...] Considero a arquitetura, apesar de sua expressão física, como uma atividade mental: desta forma, ela faz parte do cotidiano.”¹⁷⁸ (Tradução nossa)

Daniel Libeskind¹⁷⁹

¹⁷⁴ “[...] L’architecture vit et survit par sa beauté, parce qu’elle séduit, anime, et même inspire les gens”¹⁷⁴. (HERZOG, DE MEURON, Apud TRETACK, 2007: 89)

¹⁷⁵ Referências biográficas: Jacques Herzog e de Pierre de Meuron nascem em Bâle, Suíça. 1975 – graduam-se em arquitetura no Institut fédéral suisse de technologie, Zurique. 1978 – fundam Herzog & de Meuron Architecture Studio. 1991 Harry Gugger e Christine Binswanger se associam, seguidos em 2004 de Robert Höst e Ascan Mergenthaler. 1995 – exposição no Centre George Pompidou, Paris. 2001 – recebem o Prêmio Pritzker. 2004 – Le Schaulager de Bâle. 2006 – exposição no MoMA, Nova Iorque. Principais realizações: 1992/ 1993 – Usina Ricola, Mulhouse. 1994 – Poste d’aiguillage, gare de Bâle. 1995/2000 – Tate Modern, Londres. 2001 edifício 17, rue des Suisses, Paris. 1999/2003 – Magasin Prada, Tokyo. 2000/2003 – Schaulager, Bâle. Laban Dance Centre, Londres. 2002/2005 – Stade Allianz Arena, Munique. De Young Museum, São Francisco. 2003/2005 – ampliação do Walker Art Center, Minneapolis. 2003/2008 – Estádio Nacional de Pequim. Principais projetos em desenvolvimento: 2006/2009 – Filarmônica, Hamburgo. 2006/2012 – Ampliação Tate Modern, Londres. Ler: URSPRUNG, P. (dir.). Herzog & de Meuron: *histoire naturelle*. Éd. CCA/ Lars Müller, 2002, 472p.

¹⁷⁶ “[...] Les résidus que l’humanité abandonne sur la planète ont créé “Junkspace”, ce qui reste quand la modernisation est à bout de course, ce qui se coagule au fur et à mesure”¹⁷⁶. (KOOLHAS, Apud TRETACK, 2007: 112)

¹⁷⁷ Referências biográficas: 1944 – Rem Koolhaas nasce em Rotterdam. 1975 – funda a agência de arquitetura e urbanismo OMA juntamente com Elia e Zeebouwen e Madelon Vriesendorp. 1978 – retrospectiva no MoMa, Nova Iorque. 1995 – publica o *S, M, L, XL*. 2000 - recebe o Pritzker Prize. 2003 – recebe o Praemium Imperiale. 2005 – Prêmio Mies van der Rohe. 2006 – Pavilhão Serpentine, Serpentine Gallery, Londres. Principais realizações: 1985/1991 – Villa Dall’Ava, Saint-Cloud. 1991 – habitações Nexus, Fukuoka, Japão. 1992 – Kunsthall, Rotterdam. 1995/1997 – Educatorium, Universidade d’Utrecht. 1994/1998 – Casa, Bordeaux. 1990/1994 – Eurallille, Lille. 2000/2001 – Museu Guggenheim, Las Vegas. 2001 – Boutique Prada, Nova Iorque. 1997/2003 – Embaixada dos Países Baixos, Berlim. 1999/2004 – Biblioteca Central, Seattle. 1999/2005 – Casa da Música, Porto. 2002/2008 – Sede da Televisão Chinesa, Pequim. Projeto em desenvolvimento: Sede do banco Rothschild, Londres. Ler: KOOLHAAS, R. *L’architecture est une profession dangereuse*. Entretiens. Parenthèses, 2006, 96p. Consultar www.oma.nl

¹⁷⁸ “[...] Je considère l’architecture, malgré son expression physique, comme une activité mentale: ainsi, elle fait partie du quotidien.” (LIBESKIND, Apud TRETACK, 2007: 120)

¹⁷⁹ Referências biográficas: 1946 – Daniel Libeskind nasce na Polônia. 1965 - adquire a nacionalidade americana. 1970 – gradua-se em arquitetura pela Cooper Union for the Advancement of Science and Art, Nova Iorque. 1989 – vence o concurso para o Museu Judaico em Berlim. 2001 – primeiro arquiteto a receber o Hiroshima Art Prize. Principais realizações: 1989/2001 – Museu Judaico, Berlim. 1995/1998 – Museu Felix Nussbaum, Osnabrück, Alemanha. 1997/2002 – Museu Imperial da Guerra,

“[...] Minhas construções tentam jogar com os efeitos da virtualidade, da aparência; pergunta-se se a matéria está presente ou não, cria-se imagens que são virtuais, cria-se ambiguidades.”¹⁸⁰. (Tradução nossa)
Jean Nouvel¹⁸¹

“[...]A arquitetura é uma arte que cria o proibido.”¹⁸² (Tradução nossa).
Dominique Perrault¹⁸³

“[...]A leveza de uma coisa vem com a sinceridade da intenção.”¹⁸⁴
(Tradução nossa)
Renzo Piano¹⁸⁵

Manchester. 1998/2003 – Studio Weil, Mallorca, Espanha. 2000/2005 – The Wohl Center Tel-Aviv, Israel. 2000/2006 – Ampliação do Museu de Denver, Colorado. 1998/2007 – Museu Judaico, São Francisco. Projetos em desenvolvimento: 2003/2012 – Torre da Liberdade, World Trade Center, Nova Iorque. Ler: LISBESKIND, D. Construire Le futur – *D'une enfance polonaise à la Freedom Tower*. Albin Michel, 2005, 352p. Consultar www.daniel-libeskind.com

¹⁸⁰ “[...] Mes bâtiments essaient de jouer sur les effets de virtualité, d'apparences; on se demande si la matière est présent ou pas, on crée des images qui sont virtuelles, on crée des ambiguïtés.”. (NOUVEL, Apud TRETACK, 2007: 144)

¹⁸¹ Referências biográficas: 1945 – Jean Nouvel nasce em Fumel, França. 1967/1970 – assistente de Claude Parent e Paul Virilio. 1972 – gradua-se na Ecole Nationale Supérieure des Beaux-Arts, Paris. 1977 – co-fundador do Syndicat de l'architecture. 1994 – criação dos Ateliers Jean Nouvel. 2000 – Leão de Ouro na Bienal de Veneza. 2001 – exposição, Centre George Pompidou, Paris. Recebe o Praemium Imperiale. 2008 – recebe o Prix Pritzker. Principais realizações: 1981/1987 – Instituto do Mundo Árabe, Paris. 1986/1993 – Opera de Lyon. 1991/1994 – Fundação Cartier, Paris. 1991/1995 – Galeria Lafayette, Berlim. 1993/2000 – Palácio da Justiça, Nantes. Centro Cultural, Lucerne. 2001 – Cité Manifeste, Mulhouse. 1995/2005 - Torre Agbar, Barcelona. Ampliação do Museu Rainha Sofia, Madrid. 1999/2006 – Museu do Quai Branly, Paris. 2001/2006 – Teatro Guthrie, Minneapolis. Principais projetos em desenvolvimento: 2006/2007 - Sala Sinfônica Copenhagen. Complexo aquático, Le Havre. 2006/2008 - Opéra de Seoul. Torre de Doha, Qatar. 2006/2010 – Hotel de ville de Montpellier. Ler: NOUVEL, J.; BAUDRILLARD, J. *Les Objets Singuliers, architecture et philosophie*. Calmanna-Lévy, 2000, 126p. Consultar www.jeannouvel.com

¹⁸² “[...] L'architecture est un art qui crée de interdit.”. (PERRAULT, Apud TRETACK, 2007: 150)

¹⁸³ Referências biográficas: 1953 – Dominique Perrault nasce em Clermont-Ferrand, França. 1978 – gradua-se na Ecole Nationale Supérieure des Beaux-Arts de Paris. 1981 – Cria sua agência em Paris. 1993 – Grande Prêmio Nacional de Paris. 1997- Prêmio Mies van der Rohe pela BNF (Bibliothèque Nationale de France/ Biblioteca Nacional da França), Paris. 2006 – Exposição de seus projetos no Centro de Arquitetura de Viena. 2008 – Exposição no Centre George Pompidou. Principais realizações: 1986/1990 – Hotel Industrial Berlier, Paris. 1989/1995 – BnF (Bibliothèque Nationale de France François Mitterand) Paris. 1991/1999 – Usina Aplix, Nantes. 1992/1999 – Velódromo e piscina olímpica, Berlim. 1997/2001 – Mediatéca de Vénissieux, Lyon. 1996/2002 – Hotel de Ville, Innsbruck. Principais projetos em desenvolvimento: 2002/2007 – Centro Olímpico de Tênis, Madrid. 1996/2008 – Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, Luxemburgo. 2004-2007 – Universidade Feminina de Ewha, Seoul. 2004/2008 – Torre, Viena. 2003/2009 – Teatro Mariinsky II, São Petesburgo. 2007/2009 – Palácio dos Esportes, Rouen. Ler: CAPITANUCCI, V. *Dominique Perrault*. Skira, 2006, 223p. Consultar www.perraultarchitecte.com

¹⁸⁴ “[...] La légèreté d'une chose va de pair avec la sincérité de l'intention” (PIANO, Apud TRETACK, 2007: 154)

“[...] Pergunto-me sobre a forma e sobre a unidade. Essa multiplicidade de ilhas atravessadas.”¹⁸⁵ (Tradução nossa)
Christian De Portzamparc¹⁸⁷

“[...]Os arquitetos não podem resolver todos os problemas ecológicos do mundo, mas podemos imaginar as construções que consomem menos energia e influenciar os transportes através de uma reorganização urbana.”¹⁸⁸ (Tradução nossa)

Norman Foster.¹⁸⁹

¹⁸⁵ Referências biográficas: 1937 – Renzo Piano nasce em Gênova, Itália. 1964 – gradua-se na Escola de Arquitetura do Instituto Politécnico de Milão. 1971 – cria com Richard Rogers seu escritório em Paris. 1977 – funda com Peter Rice o Ateliê Piano e Rice. 1995 – recebe o Praemium Imperiale. 1998 – recebe o Pritzker Prize. 2000 – retrospectiva no Centro Pompidou, Paris. Principais realizações: 1971/1977 – Centre Pompidou, Paris. 1982/1986 – Museu da Coleção Menil, Houston. 1987/1990 – Estádio San Nicola, Bari. 1988/1994 – Aeroporto Kansai, Osaka. 1992/1997 – Fundação Beyeler, Bale. 1991/1998 – Centro Cultural Jean Marie Tjibaou, Nouméa, Nova Caledônia. 1998/2001 – Residência Hermès, Tokyo. 1998/2005 – Museu Paul Klee, Berna. 2000/2006 – ampliação da Morgan Library, Nova Iorque. 1986/2006 – Cité Internationale, Lyon. Principais projetos em desenvolvimento: Museu de Arte Contemporânea de Saraievo. Sede New York Times, Nova Iorque. London Bridge Tower, Londres. Ampliação do Los Angeles County Museum of Art, Los Angeles. Ler: BUCHANAN, P. Renzo Piano Building Workshop – *Oeuvres complètes. Phaidon. 2006, 280p. Volume III.* Consultar www.rpbw.com

¹⁸⁶ “Je m’interroge sur la forme et sur l’unité. Cette multiplicité des îles traversées.” (PORTZAMPARC, Apud TRETJACK, 2007: 160)

¹⁸⁷ Referências biográficas: 1944 – Christian De Portzamparc nasce em Casablanca, Marrocos. 1970 – gradua-se na (gradua-se na) Ecole Nationale Supérieure des Beaux-Arts de Paris. Dirige durante 5 anos a Ecole Spéciale d’Architecture de Paris. 1994 – recebe o Prêmio Pritzker. 1996 – exposição “Scènes d’atelier” no Centre Pompidou, Paris. 2006 – titular da nova cadeira de criação artística no Collège de France, Paris. Principais realizações: Château d’eau, Noisiel. 1975 – conjunto de habitações populares Hautes Formes, Paris. 1983/1987 – Escola de dança da Opera de Paris, Nanterre. 1985/1987 – Café Beauborg, Paris. 1984/1995 – Cidade da Musica, Paris. 1991/1995 - torre Crédit Lyonnais, Lille. 1993/1999 – Palácio da Justiça, Grasse. 1995/1999 – Torre LVMH, Nova Iorque. 1997/2003 – Embaixada da França, Berlim. 1997/2005 – salas filarmônicas, Luxemburgo. Principais projetos em desenvolvimento: 1995/2007 – Quartier Masséna, Paris. 2002/2008 – Cidade da Música, Rio de Janeiro. 2001/2008 – Tour Granite, La Défense. 2001/2009 – Museu Hergé, Louvain-La-Neuve. Ler: DE PORTZAMPARC, C.; SOLLERS, P. *Voir écrire.* Folio Gallimard, 2005, 218p Consultar www.chdeportzamparc.com

¹⁸⁸ “[...] Les architectes ne peuvent résoudre tous les problèmes écologiques du monde, mais nous pouvons imaginer des bâtiments qui consomment moins d’énergie et influencer les transports à travers l’aménagement urbain.” (FOSTER, Apud TRETJACK, 2007: 68)

¹⁸⁹ Referências biográficas: 1935 - Norman Foster nasce em Manchester. 1961 – gradua-se na Manchester University School of Architecture & City Planning. 1967 – funda a agência Foster Ass. Em Londres. 1991 – representa a Grã-Bretanha na Bienal de Veneza. 1999 – recebe o Prêmio Pritzker. 2002 – recebe o Praemium Imperiale de Arquitetura. Principais realizações: 1979/1986 – sede do Hong Kong & Shanghai Bank, Hong Kong. 1984/1993 - Museu de arte moderna, Carré d’Art, Nimes. 1988/1995 – metrô, Bilbao. 1992/1998 – aeroporto Chek Lap Kok, Hong Kong. 1992/1999 – novo parlamento alemão, Reichstag, Berlim. 1996 - 2000 – Millenium Bridge, Londres. 1993/2004 – viaduto Millau. 1997/2005 - Swiss Re Tower, Londres. 1997/2005 – Free University, Berlim. Principais projetos em desenvolvimento: 2004/2007 – Zenith, Saint-Etienne. 2002/2008 – torre Repsol, Madrid. 2003/2008 – aeroporto de Pequim. 1999/2012- museu of fine arts, Boston. 2006/2010 – torre Moscou 2006/2012 – torre nº 2 do novo World Trade Center, Nova Iorque. Ver FOSTER, Norman. *Reflections.* Prestel Publishing, 2006, 208p.

“[...]As construções de hoje estão mais para paisagens em transformação que para templos clássicos nos quais ninguém pode acrescentar nem remover nada.”¹⁹⁰ (Tradução nossa) Richard Rogers¹⁹¹

Mas o que existe em comum entre os discursos, encomendas, projetos e arquiteturas apresentadas por esses arquitetos? A que respondem? A quem interessam? Suas práticas projetuais constituem uma hegemonia? Quais as estratégias utilizadas? Essas reverberam como modelos, paradigmas projetuais? Seus discursos fabricam subjetividades?

Uma primeira questão seria saber: quem fala? Quem no conjunto dos seres falantes tem boas razões para ter essa espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela singularidade? E de quem, em troca, recebe se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o *status* dos indivíduos que têm e - apenas eles - o direito de regulamentar o tradicional - juridicamente definido ou espontaneamente aceito, direito de proferir esse discurso? O status do arquiteto urbanista compreende critérios de competência e de saber; instituições, sistemas, normas pedagógicas, condições legais que lhe dão o direito também lhes fixando limites à prática e à experimentação do saber. Compreende, também, um sistema de diferenciação e de relações (divisão das atribuições, subordinação hierárquica, demanda e troca de informações) com outros indivíduos ou outros grupos que têm eles próprios seu *status* (com o poder público, com a iniciativa privada, comunidades, cooperativas). Compreende, também, certo número de traços que definem seu funcionamento em

Consultar www.fosterandpartners.com

¹⁹⁰ “[...]Les bâtiments d’aujourd’hui sont davantage des paysages changeants que des temples classiques dans lesquels rien ne peut être ajouté ni déplacé”. (ROGERS, Apud TRETJACK, 2007: 170)

¹⁹¹ Referências biográficas: 1933 – Richard Rogers nasce em Florença. 1954 – 1959 estuda Arquitetura na Architectural Association, Londres e na Yale, New Haven. 1977 - funda a agência RRP. 2000 - recebe o Praemium Imperiale de Arquitetura. 2006 - Leão de Ouro na Bienal de Arquitetura de Veneza pelo conjunto de sua obra. Principais realizações: 1971/1977 – Centre Pompidou, Paris (com Renzo Piano). 1978/1986 – Sede do Lloyd’s, Londres. 1992/1998 – Tribunal Superior, Bordeaux. 1997/2005 – Aeroporto de Madrid. 1998/2005 – Corte de justiça, Anvers. Assembléia Nacional do País de Galles. 2003/2006 – Ponte “Neptune’s Way”, Glasgow. Principais projetos em desenvolvimento: 1989/2006 – Terminal 5 do aeroporto de Heathrow, Londres. 2007/2012 – Torre nº 3, novo World Trade Center, New York. Ver: POWELL, K. *Richard Rogers*. Phaidon, 2006, 320p. (Richard Rogers, Kenneth Powell, Phaidon, 2006, 320p.) Consultar: www.richardrogers.co.uk

relação ao conjunto da sociedade (o papel que se reconhece no arquiteto urbanista, conforme seja chamado por uma pessoa, ou requisitado pela sociedade, conforme exerça uma função, ou seja, encarregado de uma função; os direitos de intervenção e de decisão que lhe são reconhecidos nesses diferentes casos, o que lhe é pedido como guardião e responsável pela construção e gestão de arquiteturas, ambiências, cidades destinadas a um indivíduo, a uma família, a um grupo, a uma população; a parte que recebe da riqueza pública ou da de particulares; as formas de contrato, explícito ou implícito que estabelece sejam com o grupo no qual exerce sua profissão, seja com o poder que lhe confiou uma tarefa, seja com o cliente que lhe pediu uma orientação). A fala arquitetônica e urbanística não vem dissociada do personagem, definido por *status*, reivindicando para si o poder de conjurar abrigo, função e beleza¹⁹². Mas sabe-se também que esse *status* foi modificado no final do século XVIII e no início do XIX.

É preciso descrever também os *lugares* institucionais de onde o arquiteto urbanista obtém seu discurso, e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação). Na nossa sociedade, esses lugares são: os ateliês de projeto, os canteiros de obra, as comunidades, os órgãos públicos responsáveis por questões habitacionais e urbanas, a própria cidade (local de observação constante, codificada, assegurada por pessoal diferenciado e hierarquizado), e finalmente, o que se poderia chamar “ a biblioteca” ou campo documentário, que compreende não somente os livros ou tratados, tradicionalmente reconhecidos como válidos, (referentes não só às especificidades do campo da arquitetura e do urbanismo, mas também pertencentes aos domínios: da filosofia, das ciências sociais, da antropologia, história, geografia, tecnologia, arte, às engenharias, dentre outros domínios, mas também ao conjunto de projetos, artigos, publicações e outros meios afins.

¹⁹² Referência à tríade de Vitruvius e que coloca no centro da discussão arquitetural as questões relacionadas à *Firmitas* (durabilidade, abrigo, proteção) em detrimento das *Utilitas* (função) que foram a tônica do início do século passado e das *Venustas* (beleza, encantamento) que foram a tônica das últimas décadas.

Faz-se necessário também observar, as posições desse sujeito arquiteto urbanista se definindo igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos: ele é o sujeito que questiona segundo certa grade de interrogações explícitas ou não e que ouve segundo certo programa de informação; é o sujeito que observa segundo um quadro de traços característicos, que anota segundo um tipo descritivo; está situado a uma distância perceptiva cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente; utiliza instrumentos intermediários que modificam a escala da informação, deslocam em relação ao nível perceptivo e imediato, asseguram sua passagem de um nível superficial a um nível profundo. A essas situações perceptivas é preciso somar as posições que esse pode ocupar na rede de informações (no ensino teórico ou pedagogia arquitetônica e urbanística), no sistema da comunicação oral ou da documentação escrita (como emissor e receptor de práticas projetuais, de proposições, de decisões, de invenções, de formas de ensino).

As diversas situações que podem ser ocupadas pelo sujeito do discurso arquitetônico e urbanístico foram redefinidas no início do séc. XIX com os paradigmas modernistas e agora carecem de uma nova configuração, pois como já referido nessa tese, não abordam a complexidade das questões urbanas que a contemporaneidade nos coloca. Foucault reitera a questão do campo do saber a partir dos seus enunciadores, “quem fala, de onde fala, o que fala e para quem”:

“[...] As modalidades diversas da enunciação não estão relacionadas à realidade de um sujeito – quer se trate do sujeito tomado como pura instância fundadora de racionalidade, ou do sujeito tomado como função empírica de síntese. Nem o “conhecer”, nem os “conhecimentos”. As diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos onde fala. Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva. [...] O discurso, assim concebido, não é manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e o que diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e a sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.” (FOUCAULT, 2005: 60).

No caso da fala dos arquitetos citada anteriormente, optamos por uma publicação mediática de circulação fácil e corrente, onde os arquitetos expõem brevemente seu entendimento sobre a arquitetura. Apesar da superficialidade e reducionismos decorrentes das circunstâncias (o suporte escolhido e o caráter diagramatizado da pergunta) podemos observar que a maior parte dos discursos está imbuída e carregada de preocupações, preementemente estetizantes na direção do “desejo de beleza formal e original”. Percebemos também um esvaziamento das preocupações sociais tão caras ao movimento moderno. Apesar da aparência frágil e despreziosa dessas declarações vemos um campo do saber sendo estratificado e sobrecodificado atravessando mares e colonizando o inconsciente de arquitetos mundo afora a despeito das subjetividades de suas realidades. Não se trata de desconsiderar a necessidade de troca do conhecimento e experiências, mas de ficarmos atentos, afinal no mundo contemporâneo confundem-se linhas de dominação e liberação, de controle e de escape, de comando e de resistência.

A despeito da performance, virtuosismo e poder criativo de alguns dos arquitetos referidos dentro o *star system* da arquitetura contemporânea podemos perceber que tanto a prática quanto o discurso produzido por esses profissionais privilegia os mesmos interesses, estão a serviço dos mesmos poderes, elencam o mesmo tipo de saber e acabam resvalando em subjetividades hegemônicas, canônicas. Observando o caráter das encomendas dos projetos e também de seus protagonistas/clientes reconhecemos a sua homogeneidade e repetição. Numa breve passagem pelas ambiências das cidades contemporâneas identificamos uma imensa multiplicidade de contextos. Principalmente se pensamos nas cidades brasileiras, nas cidades latino-americanas, nos países pobres e/ou em crescimento. Se a nossa formação enquanto arquitetos urbanistas no âmbito acadêmico busca pelo espelhamento nessa arquitetura e nesses modos de projeção e construção praticados pela hegemonia mundial e que são amplamente difundidos nas escolas de arquitetura do mundo todo, podemos identificar que essa formação é atrofiada em relação à miríade de possibilidades e demandas das diferentes realidades. A crítica que esboçamos nessa tese não diz respeito à produção dessas arquiteturas luminosas, mas da sua abordagem como hegemonia a orientar a formação e prática dos arquitetos urbanistas em geral. Afinal, de quem são as arquiteturas que aprendemos ininterruptamente nos ateliês de projeto

nas nossas escolas hoje em dia? Não se trata de uma rejeição à abordagem dessas arquiteturas “luminosas”, mas sim reivindicar o entendimento de que arquiteturas e cidades fazem-se num espectro muito mais amplo do que aqueles nos quais essas paisagens são construídas. Entende-se por espectro as forças econômicas, sociais, políticas, tecnológicas, materiais, desejantes, subjetivas, singulares, dentre outros aspectos a serem incorporados.

“[...] O Estado desempenha um papel muito particular enquanto agenciamento concreto que sobrecodifica todos os segmentos sociais a um só tempo, privilegiando uns e excluindo outros, em um determinado momento histórico. Como agenciamento, ele não produz, mas efetua a máquina abstrata (conjunto de disciplinas e enunciados socialmente codificados), sobrecodificando-a. Essa máquina não é, portanto o próprio Estado. É ela que organiza os enunciados, os discursos dominantes e a Ordem estabelecida de uma sociedade, isto é, os saberes dominantes, as ações sentimentos conformes, os segmentos que prevalecem uns sobre os outros, assegurando a homogeneização dos diferentes segmentos. Essa máquina abstrata não depende do Estado, mas sua eficácia sim, pois ele realiza o agenciamento concreto em um espaço social” (DELEUZE; PARNET, 1998:150-151).

A intensidade da subjetividade hegemônica naturaliza nossos processos projetuais e construtivos, a despeito de nossa capacidade de antropofagizar, repetindo valores e estratégias exógenas ao meio concernido. Nesse sentido, podemos recuperar as considerações de Guattari quando se refere à potência da força subjetivadora do CMI no sentido de que essa coloniza a nossa esfera mais profunda: o inconsciente. As bibliografias, as ementas, as leis, as diretrizes, os conceitos, cânones são reforços a garantir essa cadência, essa colonização e/ou essa sobrecodificação. Por intenção da subjetividade do CMI e/ou desatenção dos profissionais do nosso campo o que vemos são paisagens repetidas, devastadas de vida urbana, ajoujadas ou em confronto cotidiano com seus habitantes, usuários, passantes. Nos escritos que seguem nessa tese apresentaremos algumas experiências que buscam praticar um fazer arquitetônico e urbanístico micropolítico, molecular, pequenas máquinas de Guerra a promover pequenas ranhuras nas práticas acadêmicas no âmbito da formação de arquitetos urbanistas, como resistência a essa hegemonia mundial, difundidas internacionalmente nos ateliês das escolas de arquitetura e urbanismo.

Elencamos experiências¹⁹³ minhas em escolas de arquitetura e urbanismo (uma delas

¹⁹³ Participação no “Ateliê 5”/ disciplina de Planejamento Urbano e Regional do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFBA em 2005/2006 com os professores Paola Berenstein Jacques e

realizada antes do início do processo do doutorado e que, de certa forma fundamentou o desejo e a escrita do projeto) e a demais que se desenrolaram durante o processo de estudo. Optamos por apresentar e analisar experiências nas quais eu tenha participado efetivamente a fim de se construir um debate a partir de vivências. O que legitima a inclusão dessas experiências nessa pesquisa é o fato de que essas constituem pequenas tentativas no desejo de contribuir com o “devir incorporado no ensino/formação de arquitetos urbanistas” nos dias de hoje.

Ambiências íntimas:

Experiência - 1

A primeira experiência deu-se na cidade de Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte/MG entre 2001/2004 junto ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Unicentro Izabela Hendrix.

Ana Fernandes (coordenadoras) Maria Aruane Santos Garzedin, Liana Silvia de Viveiros e Oliveira e César Henriques Matos na cidade de Salvador/ Bahia, assim como a minha participação na disciplina opcional “Regards sur la ville Contemporaine” no Curso de Máster na École Nationale Supérieure d’Architecture de Paris Belleville/ França, em 2007/2008 com as professoras Alessia De Biase (coordenadora), Maria Castrillo Michela Franzoso e Sandra Parvu, assim como a minha coordenação junto ao projeto de extensão universitária “Qualidade Urbana” na Escola de Arquitetura e Urbanismo/ UNI-HENDRIX/ Belo Horizonte no período de 2001/2004 juntamente com os professores Adriano Mattos Corrêa, Iracema Bhering e Manuel Teixeira na cidade de Nova Lima/MG. Somam-se a essas experiências em sala de aula as pesquisas realizadas integrando as equipes da “Cronologia do Pensamento Urbanístico” (PPGAU/FAUFBA e PROURB/FAU-UFRJ) e Les Rénchantements de La Courneuve (LAA – Laboratoire de Recherche de L’École Nationale Supérieure d’Architecture de Paris La Villette).



FIG 32 : Centro - Nova Lima/MG. Fonte: MARQUES, 2003

Em 2001 estabeleceu-se um convênio entre a Prefeitura Municipal de Nova Lima¹⁹⁴/MG e o Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Dessa parceria surgiu o Projeto de extensão— “Qualidade Urbana¹⁹⁵”. Este projeto teve por objetivo propor e desenvolver um plano de ações que buscavam motivar a população, o poder público e as empresas sediadas no município, a atuar como agentes diretamente envolvidos na produção do espaço urbano, no sentido de difundir e praticar iniciativas comprometidas com a qualidade urbana. Acreditava-se na valorização das noções de cidadania, através dessas práticas estimulando a população a se constituir efetivamente como parceira nas demandas referentes à melhoria da qualidade de vida na cidade onde se habita. Participaram

¹⁹⁴ Historicamente, a cidade de Nova Lima foi fundada e se desenvolveu em torno da extração aurífera tendo sido explorada e colonizada pelos ingleses. Esses incrustaram na cidade seus modos de vida, suas práticas materiais e imateriais. As práticas utilizadas por esses foi segregadora e vemos na cidade equipamentos urbanos destinados exclusivamente aos ingleses tais como: bairro, habitação, hospital, cemitério. A questão estilística da arquitetura deixa transparecer essa divisão. O esgotamento da exploração mineral, sentido principalmente através da diminuição das atividades das principais representantes do setor (Mineração Morro Velho e MBR/Minerações Brasileiras Reunidas/SA), levou o município a uma maior diversificação de suas atividades econômicas. Atualmente, Nova Lima tem buscado novas alternativas para se desenvolver e aumentar sua arrecadação. Observamos o incentivo dado à instalação de novas empresas no município e a valorização do turismo como investimento em novas formas de renda. Sendo a multinacional AngloGold e a MBR proprietárias de 73% do território da cidade e, com o declínio da exploração do ouro a especulação imobiliária constitui-se em importante atividade econômica para essas empresas. A cidade de Nova Lima como pertencente à região metropolitana de Belo Horizonte tem a sua zona fronteira justamente onde se concentra a maior parte das terras dessas empresas. Essa região caracteriza-se por zona de expansão da capital, para onde tem se deslocado a classe de maior poder aquisitivo da cidade de Belo Horizonte em busca de condomínios residenciais fechados como é o caso do Alphaville dentre outros empreendimentos de caráter similar. Percebemos então, que a zona periférica de Nova Lima, dotada de áreas de grande valor do ponto de vista ambiental, vem sendo parcelada em condomínios residenciais habitados por essa classe advindas de Belo Horizonte, que não frequentam a sede do município e que não estabelecem nenhuma relação com a cidade. As áreas mais pobres economicamente e carentes de serviços básicos encontram-se na sede do município margeando o centro da cidade.

¹⁹⁵ Professores integrantes da equipe do projeto: Adriano Mattos Corrêa e Monique Sanches (coordenação), Iracema Bhering e Manuel Teixeira (consultores).

dessa experiência, durante 3 anos, mais de trinta estudantes 02 professores/coordenadores e 02 professores/consultores¹⁹⁶. O projeto possuía como sede, uma casa cedida pela prefeitura municipal, no centro da cidade de Nova Lima, onde o grupo além das atividades cotidianas de desenvolvimento da pesquisa, também se reunia com moradores e trabalhadores e promoviam encontros, cursos, eventos, exposições, debates – todos com o objetivo de promover a qualidade da vida urbana na cidade.

O curso de Arquitetura e Urbanismo do Unicentro Izabela Hendrix, através do projeto de extensão “Qualidade Urbana” buscou enquanto agente capaz de conhecer uma comunidade, identificar suas demandas e necessidades, reconhecer suas potencialidades, capacidades, habilidades, disponibilidades e interesses. E a partir desse saber construído propor, desenvolver, incentivar e/ ou agenciar um conjunto de ações que buscavam motivar as instituições, as empresas e a sociedade civil como atores diretamente envolvidos na produção do espaço urbano no sentido de difundir e praticar iniciativas comprometidas com a qualidade de vida na cidade. Elaboramos um “arquivo ambiental” constituído a partir do levantamento de dados, diagnósticos, cartografias, arqueologias que dizem respeito às praticas cotidianas, modos de vida, hábitos da comunidade, as forças políticas, econômicas e sociais de Nova Lima. Nesse sentido, construímos como base para o nosso trabalho cartografias onde identificamos os poderes (micro e macro que definiam os movimentos e as práticas urbanas na cidade). Buscamos investigar e problematizar as táticas e estratégias desenvolvidas por essa coletividade na sua relação com o meio ambiente, os modos como constroem suas moradias, seus locais de lazer, de comércio, as festas, crenças e religiosidades, questões econômicas, sociais, políticas, singularidades culturais e o rebatimento desses aspectos na construção material e imaterial da sua vida cotidiana. Acreditávamos que através da elaboração do “arquivo ambiental” ou da “cartografia de forças” dessa comunidade poderíamos construir uma base de conhecimento que possibilitaria posteriores desdobramentos sejam eles advindos de associações entre comunidade e universidade, setores privados, poder público.

¹⁹⁶ Os professores consultores do projeto “Qualidade Urbana” em Nova Lima foram: Iracema Bhering e Manuel Teixeira – ambos do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Unicentro Izabela Hendrix.

A casa/sede do projeto funcionava de “portas abertas” para a comunidade. O contato com a ela era cotidiano e direto, bem como com o poder público. Orientávamos diretamente a população de baixo poder econômico na lida com suas habitações. Nunca trabalhamos com o projeto tradicional como nos é ensinado na maioria das escolas de arquitetura e urbanismo. A noção totalizadora do projeto tradicional era abortada pelas condições inerentes ao meio dessas comunidades. As condições econômicas daqueles que nos procuravam era bastante precária. As nossas ações eram muitas vezes no sentido de criar possibilidades de soluções relativas à insalubridade dos espaços (iluminação, ventilação), acréscimos (buscando negociar relações com os espaços existentes internos e com a vizinhança imediata), construção de infraestrutura de pequeno custo, potencialização e invenção de espaços públicos e comerciais. Ajudávamos também na direção de solucionar problemas de acessibilidade (trabalhamos nas ruelas, becos e escadarias), organização de mutirões quando a escala das ações se expandia para a coletividade; dentre outras microações que se modificavam de acordo com as especificidades das demandas que nos chegavam. Essas ações sobre o espaço físico foram feitas na maioria das vezes com o recurso e trabalho dos próprios moradores. À medida que as ações se fizeram e com a visibilidade que gerou a prefeitura e as empresas se aproximaram do projeto.

Os planos de ações eram elaborados em conjunto com os interessados e eram compartilhadas com a comunidade do bairro em geral com o objetivo de obter um efeito multiplicador do trabalho uma vez que contávamos com uma equipe pequena diante da quantidade de demandas. Tanto a nossa casa no centro da cidade quanto as sedes das associações comunitárias eram lugares onde elaborávamos e apresentávamos as propostas de ações em determinada casa, comércio. Tais propostas eram tratadas como “exemplos” que poderiam ser seguidos e adaptados pelos demais moradores que enfrentassem problemas semelhantes com as situações apresentadas nas reuniões. Começamos então a perceber que de modo muito pontual e molecular estávamos construindo uma pequena escola junto aos moradores e aos estudantes envolvidos no projeto. O conteúdo a ser trabalhado surgia da especificidade das demandas, dos problemas e potencialidades que nos chegavam. Também de acordo com as necessidades que surgiam fomos detectando carências nossas e das

comunidades e começamos a tecer parcerias. O SENAC¹⁹⁷ foi um dos nossos parceiros ao contribuir com cursos de capacitação para pedreiros, pintores, serralheiros, etc. Nesse caso, não só nos cabia propor ações nesses territórios, mas também precisávamos capacitar os moradores na execução dessas pequenas “urbanituras”. Outra demanda inerente a esses processos é que quando expandiam suas escalas e as ações não estavam mais na esfera privada e lançava-se sobre os pequenos espaços públicos era preciso pensar sobre a gestão dessas ações coletivas ou desses mutirões. Nesse momento, fazíamos parcerias com as secretarias de Ação Social e/ou de Meio Ambiente e/ou Habitação dentre outras de acordo com a especificidade das situações que íamos encontrando. Um exemplo dessas parcerias é que fomos procurados pela empresa Usiminas que tinha por objetivo disseminar o uso da estrutura metálica, produzida por eles, junto a essas comunidades. Na época estávamos trabalhando com os moradores a potencialização e a adequação dos terraços metálicos sobre as casas. Essa prática é muito recorrente nessas paisagens “pobres economicamente” e constitui uma estratégia interessante, pois (uma vez que se tem) há inúmeros problemas de expansão lateralmente das moradias e comércios em função da vizinhança sempre muito próxima, com a verticalização dessas edificações se ganha visada, mais terreno, ventilação, etc. Nesse caso, a nossa incursão era trabalhar junto aos serralheiros locais no sentido de adequar a estrutura e minimizar problemas de aquecimento dessas áreas em função dos materiais usados, nessa época otimizávamos as próteses arquitetônicas muito comuns nessas paisagens.

Dentro da prefeitura funcionamos transversalmente no sentido de buscar conhecer e evidenciar os projetos de cada secretaria e cruzá-los costurando suas propostas e ações. Muitas das vezes identificamos projetos das diversas secretarias se sobrepondo com estratégias e objetivos bastante próximos. De certo modo, construímos dentro da prefeitura um mapa dos diversos projetos de cada secretaria e fizemos propostas no sentido de otimizar esforços e recursos.

Trabalhamos com a ideia de “dar o exemplo”. Cartografamos iniciativas de moradores comuns, do poder público e também de empresas sediadas no município que contribuía positivamente com a cidade. Buscávamos evidenciar para os demais

¹⁹⁷ SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

habitantes bem como para a prefeitura e para o setor privado essas boas ações, esse “dar o exemplo”. O efeito multiplicador e a melhoria na qualidade de vida urbana era o objetivo desse projeto bem como transformá-lo, para os estudantes envolvidos, na oportunidade de aprender fazendo, compartilhando saberes, entendendo as forças de poderes e dialogando com os mais diferentes agentes produtores da cidade: poder público, comunidades, empresas, dentre outros vetores. Objetivamos com esse projeto uma perspectiva propositiva e inventiva do arquiteto urbano diante de determinadas circunstâncias. Uma vez que não dispúnhamos de nenhum ferramental além do nosso conhecimento aberto, da nossa vontade de aprender na negociação, a “costura” entre esses poderes tornou-se a nossa principal estratégia projetual e construtiva. Por isso as parcerias das mais variadas naturezas nos interessavam e nos era fundamental para a viabilização e manutenção do projeto.

Poderíamos ser questionados se nos comunicávamos com os moradores através de desenhos. O desenho enquanto ferramenta projetual, sempre nos foi cara. Mas, na esteira do que nos ensinou Lina Bo Bardi tratava-se do desenho como instrumento prospectivo e também relacional e com interferência dos envolvidos. Talvez, por isso, os nossos desenhos estivessem mais próximos de uma conversa gráfica.

As incursões dos cursos de capacitação nas comunidades para além do morador, intervir em suas moradias e nas de seus vizinhos acabavam também por ensinar-lhes algum ofício que poderia se desdobrar em algumas atividades profissionais. Mestres de obra, pedreiros, marceneiros, serralheiros, jardineiros moradores dessas comunidades assumiram liderança nesses processos de construções nos dias de mutirão. Eles além de liderar as ações comunitárias nos dias intensamente “coletivos” também estavam presentes nas reuniões nas quais muitas vezes se confundiu com o que poderíamos chamar de uma pequena escola comunitária.

Esse projeto de extensão pretendeu contribuir para reduzir as conhecidas distâncias entre a teoria e a prática, entre o saber formal (construído e disseminado nas academias) e o conhecimento informal (construído e disseminado através das práticas do dia-a-dia). As diferenças entre o real e o ideal são dicotomias que afligem, nos dias atuais, instituições de ensino, professores, estudantes, nas mais diversas áreas do conhecimento.

Nesse trabalho, apesar de frágil, experimental e arriscado para todos os envolvidos, vislumbramos outras formas de conexão e relacionamentos diferentes daqueles operados nas escolas em geral. Pensamos no conhecimento não somente em bases hierárquicas, piramidais, mas apostávamos também em saberes coletivos, nômades que se faziam por indivíduos que compõem uma rede. O conceito de rede remete às noções de distribuição, horizontalidade, multiplicidade (de lideranças, saberes, poderes, formações, compartilhamento) e aborta a crença na dualidade, na causalidade, na verticalidade, etc. A nossa preocupação era com um trabalho ‘situado’, objetivando a imersão de estudantes nessa microregião capazes de construir uma cartografia do cotidiano dessa comunidade e a partir desse conhecimento serem propositivos na direção do trabalho por uma alteridade urbana.

Como já foi exposto nessa tese sabemos que a formação do arquiteto urbanista hoje está historicamente relacionada aos espaços (planejados, projetados e acabados) da cidade dita formal. Quando esses profissionais são demandados a agirem em áreas adversas a esses preceitos urbanísticos suas respostas primam geralmente pela não-participação da população nas suas formulações bem como fundamentam suas ações nas dinâmicas da cidade formal e não nas rotinas dessas comunidades ditas informais (espontâneas, informalidade como o que transgride as leis, as regras estabelecidas). Uma das forças que nos direcionava dizia respeito ao desejo de contribuirmos com práticas incorporadas pelos modos de vida das populações concernidas, por suas tecnologias, suas materialidades rearranjadas com a colaboração de profissionais para uma vida urbana melhor.

É fato, que esforços na direção da implementação da arquitetura pública vêm sendo realizados principalmente por universidades federais, mas muitas vezes percebe-se que o objetivo de se aproximar as escolas das realidades de determinadas comunidades “carentes” (no sentido de infraestrutura, serviços, recursos econômicos) tem encontrado dificuldade, pois, não com rara frequência essas escolas têm oferecido prestadores de serviços que buscam responder às demandas dessas populações. Uma grande polêmica ronda essas experiências. As críticas mais contundentes alegam que tais respostas são incumbências dos profissionais já graduados e que não são

atribuições das instituições de ensino. Nessas situações, frequentemente as atividades dos estudantes-pesquisadores constituem-se pela elaboração de projetos ainda dentro dos métodos tradicionais que acabam por propor estruturas condizentes com a cidade formal. O projeto arquitetônico é muitas vezes apresentado como o produto das demandas que lhes são colocadas, os estudantes assumem o papel de prestadores de serviços e a escola busca substituir o papel do estado (de gestor e fomentador no desenvolvimento das propostas arquitetônicas e/ou urbanas). O que observamos muitas vezes é a produção de projetos assistencialistas; a instituição buscando substituir o papel do poder público e os alunos precariamente ocupando o lugar dos profissionais no mercado de trabalho. É necessário, portanto não generalizar, mas problematizar as tensões e questões que cercam as proposições no âmbito da arquitetura pública. É fato que o receio de incorrer nesses equívocos nos acompanhou em nossos trabalhos e talvez por vezes o tenhamos praticado. Mas intuímos que a contundência da nossa imersão no meio onde trabalhávamos nos protegeu de assumirmos posturas assistencialistas e nos aproximou de uma construção coletiva desses pedaços da cidade.

Esse projeto de extensão pretendeu ser micropolítico, microfísico, molecular - buscou aproximar o estudante de arquitetura e urbanismo para a pluralidade e especificidade de contextos reais – numa microrregião/ comunidade: - instigando a invenção e o desenvolvimento de processos e ferramentas para “conhecer” uma dada realidade buscando construir assim, novas relações de saber e possibilidades de conhecimento situadas entre o formal e o informal – sem eliminar diferenças entre as partes e os seus protagonistas, mas querendo inventar, contaminar, interagir, misturar modos de saber, de conhecer. Tratou-se de aproximar, misturar saberes múltiplos – acreditávamos que ganhava a comunidade, ganhava a escola, os estudantes e os demais que estavam de algum modo enredados no cotidiano dessa coletividade. Supúnhamos que com a infiltração da escola junto à comunidade – a escola na comunidade ou a escola como mediadora entre as demandas e as potencialidades internas e externas a esse meio – esses estudantes nas suas mais diversas especificidades construiriam seus conhecimentos através do contato direto com demandas reais e cotidianas que somados aos saberes acadêmicos produziram saberes múltiplos – entre ou para além do saber planejado, prescritivo, estratégico e

espontâneo, tático, circunstancial. Objetivamos formar profissionais mais propositivos, inventivos e aptos às demandas da vida real a partir do conhecimento gerado na própria vida real.

Este projeto foi finalizado em 2004 em função da renovação do quadro político da prefeitura. Apesar das atividades do projeto “Qualidade Urbana” não estabelecerem vínculos ideológicos e/ou partidários com a política vigente durante as suas atividades, a política posterior decidiu interromper os trabalhos do grupo por considerar que a população os associaria ao mandato do prefeito anterior e adversário político. Internamente, os integrantes também optaram pela interrupção por motivos pessoais e individuais. Sabe-se hoje, que estudantes, ex-integrantes do projeto “Qualidade Urbana” expandiram, renovaram e atualizaram as reflexões desse grupo. Exemplo a ser citado foi a implementação do projeto na cidade de Itabirito/ MG por um ex-estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix e ex-membro do Qualidade Urbana. Somos constantemente informados pelos ex-integrantes dos desdobramentos das experiências desenvolvidas pelo grupo em outras instituições, cidades, circunstâncias. Eles quando questionados sobre a importância do projeto “Qualidade Urbana” em suas formações como arquitetos urbanistas respondem com frequência que o projeto representou uma escola para eles. Acredita-se que tal importância decorre da relação próxima desses estudantes com as forças que constituem essa cidade: habitantes, lideranças comunitárias, secretarias municipais, empresas sediadas ali.

O projeto “Qualidade Urbana” não assinou projetos de arquitetura nem construiu praças e/ou equipamentos comunitários e/ou casas, mas problematizou questões relativas aos espaços urbanos numa escala complexa – desde trabalhar acerca desses assuntos nas escolas da rede pública com crianças e adolescentes até o debate com secretários municipais. Hoje, andando por Nova Lima, o que se pode perceber é um pouco do Qualidade Urbana espalhado em “pequenas” construções e intervenções feitas por habitantes e/ou pelo poder público.

Experiência 2

A segunda experiência foi realizada na cidade de Salvador/BA na FAUFBA(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia) entre 2005/2006. Trata-se do “Ateliê 5”¹⁹⁸, disciplina de Planejamento Urbano e Regional do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFBA.

Sobre a ementa da disciplina: A problemática do Planejamento Urbano e Regional no desenvolvimento urbano, centrada na formulação de diretrizes e propostas espaciais de natureza urbanística, com ênfase nos aspectos ambientais e físico territoriais.

Conteúdos mínimos:

- Estudo de planos e projetos de natureza urbana e regional visando o domínio técnico e conceitual dos instrumentos tipo: planos diretores, estratégicos, setoriais e/ou específicos (habitação, transporte, saneamento, educação/saúde, áreas verdes e outros);
- Exercícios de análise e propostas espaciais para uma área objeto de estudos, tendo por base categorias de análise inerentes à dinâmica urbana: meio físico, uso e ocupação do solo, formas de parcelamento, transporte e sistema viário, concentração e dispersão das atividades, oferta e demanda de equipamentos, infraestrutura e serviços, patrimônio ambiental e histórico;
- Construção de cenários alternativos para um assentamento urbano; detalhamento de diretrizes espaciais (pré-plano) em várias escalas de intervenção, enfatizando a morfologia urbana, (apropriação do sítio geográfico, formas de parcelamento, vias e movimentos, plano de massa, concentração /distribuição das atividades, tipologias urbanísticas, relações entre espaços públicos e privados e parâmetros urbanísticos).

¹⁹⁸ Professores envolvidos nesse ateliê: Ana Fernandes e Paola Berenstein Jacques (coordenadoras) Maria Aruane Santos Garzedin, Liana Silvia de Viveiros, Monique Sanches Marques e César Henriques Matos na cidade de Salvador/ Bahia. Integrei essa equipe enquanto professora substituta.

Com o propósito acima mencionado a equipe optou pelo tema: *Intervenções urbanas nas cidades contemporâneas – a cidade de Salvador enquanto laboratório urbano*. Diluídos em seminários teóricos e discussões estavam presentes os seguintes recortes:

- História e Teoria do Urbanismo: Da cidade funcional a cidade genérica;
- História e Teoria do Planejamento Urbano: Do planejamento integrado ao planejamento estratégico;
- História e Teoria da Paisagem Urbana: Da *townscape* ao desenho urbano;

Como conceitos tensionadores a atravessarem as discussões e propostas desse ateliê nós elencamos questões tais como: participação popular, segregação, espaço público, violência e controle na cidade, banalização da paisagem, sustentabilidade, produção corporativa e informal do espaço, dentre outros que se fizeram necessários.

A estratégia adotada assumia a cidade de Salvador como laboratório de investigações, experimentações e proposições urbanas. No intuito de criar situações em que os estudantes se confrontassem e adentrasse a multiplicidade de contextos e ambiências que constituem a cidade estudada, a equipe de professores construiu um jogo; a cidade como um jogo de cartas como dizia o urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos.

“[...] jogo no sentido de: jogo de cartas: que dependem ao mesmo tempo do acaso e do cálculo. jogo de azar: o que só depende do acaso. entrar em jogo: entrar em ação estar em jogo: estar em risco ou dependente de alguma coisa. (AURÉLIO: 2008,497)

Área Central Periferia Corredores, circulações, passagens Novas centralidades Vazios Áreas densas Áreas ralas Centros Históricos Áreas nova expansão urbana Áreas de relocação Áreas consolidadas; Favelas/invasões Condomínios fechados / áreas residenciais Áreas degradadas Áreas abandonadas Áreas flexíveis Áreas precárias Áreas em decadência Áreas em valorização Áreas de valor estável Zona Portuária Zona Industrial Zona Residencial Zona Comercial e de Serviços Zona de Lazer Zona Mista Áreas insalubres Áreas de grande qualidade ambiental e paisagística Áreas formais Áreas informais Áreas sagradas Áreas profanas Áreas onduladas Áreas planas Áreas acidentadas Áreas reticulares Áreas fractais públicas Áreas privadas

Assim, para a construção desse trabalho de investigação tivemos como dispositivo/ferramenta: um jogo. Cada equipe de estudantes, construiu, por meio da associação de cartas de um baralho, tiradas ao acaso, uma situação urbana. A correlação entre as cartas, suas especificidades, suas complexidades acabaram por definir uma situação que foi problematizada pelos grupos através da pesquisa e análise de textos, projetos, planos, experiências, obras, estudos de caso em qualquer outra situação semelhante, em qualquer lugar e em Salvador que evidenciasse o caráter específico da situação urbana designada ou constituída pela associação das cartas do baralho.

Num primeiro momento fizemos o sorteio das cartas acima citadas. Como podemos observar cada carta encarna uma situação urbana específica. Cada equipe de alunos escolheu ao azar um conjunto dessas cartas. Se a princípio problematizaram cada carta, cada situação problema separadamente em seguida é a associação dessas que constituirá uma situação urbana a ser identificada em Salvador. Como o que está posto é o jogo de azar, a deriva urbana, não há como se pré-estabelecer um conjunto harmonioso dessas cartas urbanas. Na maioria das vezes, as associações são paradoxais; é como se uma carta expurgasse a outra. (uma área pode ser ao mesmo tempo de interesse ambiental e degradada). Mas, uma vez que acreditamos que a cidade é território das mais diversas contradições, há sempre na cidade zonas onde essas cartas se arranjam mesmo que à custa de muito conflito. É, portando trabalho investigativo dos alunos problematizar a cidade onde vivem e identificar nela essas áreas protagonizadas na associação entre as cartas. É interessante pensar que os estudantes chegam às áreas onde as possibilidades são infindáveis através de seus conflitos urbanos, suas potencialidades, seus problemas e não da sua idealização.

Com esse jogo/deriva desmoronam as chances do professor impor terreno, tema e programa aos alunos. Antes que o jogo se dê não há como prever quais serão as áreas elencadas. O professor que encomenda projetos em terrenos definidos e com temas pré-estabelecidos vê-se também navegando pela cidade. Não há como prever onde cada grupo de alunos irá atracar. O processo de se perder, de conhecer a cidade ganha um lugar privilegiado quando a estratégia elencada é o jogo. Também vimos emergir nesse ateliê uma diversidade de pedaços de cidade com as mais diversas naturezas e características. As equipes após definirem as áreas de trabalho construíram ferramentas de abordagem para cada situação urbana. Vimos que o ateliê transformou-se num campo de troca de experiências uma vez que estavam em questão áreas muito diversas umas das outras. Essa diversidade de situações urbanas acabou por resvalar não só em diferentes modos de abordagem dessas realidades, mas também demandou por proposições projetuais, tecnologias, materiais e construtivas das mais diversas naturezas. Nesse caso, o professor não incorporou o cliente, mas fez-se inventor de uma ferramenta a lançar os alunos na vida lá fora.

Experiência 3

A terceira experiência constitui-se por um projeto integrado de pesquisa sobre cultura urbana intitulado “Cronologia do Pensamento Urbanístico” que tem por objetivo desenvolver processos de reflexão e pesquisa sobre diferentes tendências do urbanismo contemporâneo. Esse estudo busca trazer à luz os principais debates que construíram o pensamento urbanístico atual (reunindo importantes projetos, publicações, eventos, relacionando informações do Brasil e do exterior numa só base cronológica). O objetivo é promover a circulação de ideias no âmbito da arquitetura e do urbanismo não escamoteando os dissensos nas práticas, posturas e pensamentos dentro do campo disciplinar, dentro e fora do país, fomentando a compreensão do urbanismo contemporâneo através de debates e embates teóricos e/ou projetuais na macro e microescala, na macro e micropolítica

A "Cronologia do Pensamento Urbanístico" consiste em um conjunto de dados que destacam os acontecimentos mais importantes no Brasil e no exterior durante o período de 1800 aos dias de hoje. Seu principal objetivo é abordar a questão do urbanismo de forma abrangente, através do estudo do debate teórico e das propostas práticas de intervenção. Para melhor compreensão da circulação de ideias e seu diálogo com os projetos urbanos, foi criado o site da Cronologia do Pensamento Urbanístico¹⁹⁹ que tem como objetivos: possibilitar a compreensão da circulação de ideias urbanísticas, tanto no âmbito nacional quanto internacional; fazer circular as ideias no Brasil, contribuindo assim para o fortalecimento do campo do Urbanismo no país; tornar-se um portal para a divulgação de novas pesquisas, já que o site estará constantemente aberto a novas contribuições.

A Cronologia tem como foco principal o Urbanismo e contempla o registro de: eventos, projetos, publicações e fatos relevantes. Cada dado registrado é complementado por textos explicativos, páginas na internet, referências bibliográficas, artigos, imagens, áudios ou vídeos, devendo ser alimentada continuamente em função do avanço historiográfico da área e das investigações específicas do grupo de pesquisa.

O site visa oferecer novos insumos para o desenvolvimento de pesquisas e pretende, assim, contribuir diretamente para a formação, em diferentes níveis, dos profissionais da área e, indiretamente, para a consolidação do campo da

¹⁹⁹ A equipe de pesquisa Cronologia do Pensamento Urbanístico trabalha desde 2002 coordenado por Paola Berenstein Jacques no PPGAU/FAUFBA (hoje co-coordenada por Thais de Bhanthumchinda Portela) e por Margareth da Silva Pereira no PROURB/FAU-UFRJ. O principal produto é o site da Cronologia do Urbanismo que está sendo desenvolvido em conjunto pelas duas equipes de pesquisa (UFBA e UFRJ), sendo que a equipe carioca é responsável pelo recorte temporal mais amplo (1800-1950) e a equipe soteropolitana pelo recorte mais contemporâneo (1950-2000) – ver <http://cronologiadourbanismo.ufba.br>. O site também aceita a colaboração de pesquisadores externos que desejem colaborar com o trabalho coletivo, enviando o resultado de suas pesquisas sob a forma de dados cronológicos relativos a eventos, projetos, publicações ou qualquer outro dado considerado relevante para a área; verbetes temáticos sobre movimentos, concursos de projetos ou biografias entre outros e, ainda, links relativos a outros sites de interesse. O trabalho de autenticação dos dados coletados e enviados aos coordenadores das equipes de pesquisa da UFRJ e da UFBA é feito por moderadores de ambas as universidades, e conta com um corpo de consultores, formado também por pesquisadores de outras universidades do país. Essa pesquisa é financiada pelo CNPQ.

arquitetura, urbanismo e paisagismo e com seu diálogo com disciplinas afins. Este trabalho permite visualizar o "pensamento em rede" (as redes intelectuais - técnicas, artísticas e políticas - do pensamento sobre a cidade e o território), que os profissionais nacionais constroem, sincrônica e sistemicamente ao lado de seus colegas de outros países, o que do ponto de vista teórico metodológico é a ambição mais relevante do projeto integrado (UFBA/UFRJ). Cronologia do Pensamento Urbanístico busca portanto, desenvolver o processo de reflexão e pesquisa sobre as diferentes tendências do urbanismo contemporâneo, compreender o pensamento urbanístico através da análise de seus principais debates e embates teóricos e/ou projetuais nas últimas décadas. Cartografar a circulação das idéias urbanísticas através da percepção do "pensamento em rede", ou seja, o estudo da construção das redes intelectuais - técnicas, artísticas e políticas- do pensamento sobre a cidade. Busca os principais "fluxos de resistência" das idéias consideradas hegemônicas. Ao interrogar a história recente do urbanismo, busca compreendê-lo através do estudo do debate teórico ou propostas de intervenção. Transversalmente, a intenção é a de problematizar o campo disciplinar propriamente dito (arquitetura e urbanismo), particularmente em termos dos processos de constituição do pensamento urbanístico e de intervenção sobre as cidades, bem como do papel atribuído a circulação geral de idéias (inclusive de fora do campo disciplinar e do que chamamos de "resistências") nesses processos. Busca subsidiar novas perspectivas de análise e incentivar novos recortes temáticos no movimento de revisão historiográfica em torno da reflexão sobre o urbanismo enquanto campo disciplinar e prática profissional.

O site é concebido como um portal onde cada dado inserido leva, através de páginas secundárias e links, a vários outros tipos de informações correlatas. Essas informações podem ser imagens, no caso de projetos; resenhas, no caso de livros, ou até mesmo outros sites ou ainda textos cedidos por pesquisadores ou profissionais da área que contenham informações relevantes para o aprofundamento dos saberes e da crítica sobre o próprio campo urbanístico. A disposição dos dados em uma linha do tempo permite, entre outros procedimentos, confrontar informações; identificar as temáticas dominantes em um período ou outro; visualizar a circulação de conceitos e dos próprios técnicos e artistas de uma região a outra ou no interior de um mesmo país. Através dessas ferramentas é possível perceber o alcance da circulação de ideias,

vocabulários, temas, planos e projetos e as próprias redes intelectuais de pensamento sobre a cidade e o território, que alimentam a dinâmica destes fluxos. Paradoxalmente a “cronologia” nos revela a anacronia de determinados pensamentos e práticas.

A Cronologia do Pensamento Urbanístico ao revelar e expor os pensamentos e práticas sobre as cidades constitui-se enquanto ferramenta que nos ajuda a conhecer e reconhecer as práticas hegemônicas, as forças territorializantes do aparelho de Estado, bem como, nos possibilita identificar e divulgar as ações das máquinas de Guerra, pequenas ações dos arquitetos do devir.



FIG 33 Apresentação/ A principal função deste campo é apresentar um ou mais documentos (preferencialmente da época a que o assunto se refere). Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/>



FIG. 34 Mais informações/Textos e imagens que completam o texto inicial (apresentação) do assunto abordado. A guia “Mais informações” tem a mesma formatação da apresentação do assunto. Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/>



FIG: 35 Biografias/ Possuem entrada individual, e podem estar relacionadas a vários assuntos simultaneamente. Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br>.



FIG 36 Bibliografias/ Lista das principais bibliografias a respeito do tema ou do assunto. É interessante que as capas dos livros e/ou revistas sejam digitalizadas. Cada item possui entrada individual, e pode estar relacionado a vários assuntos simultaneamente. Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/>

Experiência 4

A quarta experiência constitui-se na pesquisa intitulada “Les Réenchantements de La Courneuve²⁰⁰” desenvolvida no LAA (Laboratoire de Recherche de L’École Nationale Supérieure d’Architecture de Paris La Villette). Essa experiência caracteriza-se por trazer à tona os discursos não consensuais de moradores, arquitetos,

²⁰⁰ Equipe: Alessia de Biase (coordenação) Paola Berenstein-Jacques, Benoîte Decup-Pannier, Olivier Feuillet, Valérie Foucher-Dufoix, Alain Guez Maria Anita Palumbo, Sandra Parvu, Cristina Rossi, Monique Sanches Marques, Ghäita Tauche-Lüthi, Margarida Almeida de Oliveira, Marguerite Bonnin, Maxence Huguenin Dezot, Nancy Ottaviano, Clara Passaro, Martins Helene Villain. Pesquisa financiada pela PUCA (Plan Urbanisme Construction Architecture Ministère de l’Ecologie, du Développement et de l’Aménagement durables da França).

urbanistas, paisagistas, políticos, mídias acerca de um mesmo lugar. O pano de fundo é a discussão em torno das construções, demolições, remoções, relocações de habitações sociais realizadas pelo Estado nas periferias francesas ocupadas em grande parte por imigrantes economicamente pobres.

Precisamente esse estudo dá-se em La Courneuve. Durante os anos 1960, em função do crescimento populacional de Paris, resultado de forte movimento de imigração das suas ex-colônias, La Courneuve, como vários outros subúrbios, foi transformada em área a ser urbanizada rapidamente. Lá foram construídas grandes barras de habitação de interesse social que correspondia à urbanística moderna da época. Desde então, constitui-se por bairro estigmatizado pela opinião pública em geral e principalmente pela mídia.

A literatura existente sobre esse sítio caracteriza-se pelo dissenso. Moradores, arquitetos urbanistas, paisagistas, políticos, mídia, sociólogos, antropólogos dentre outros nos indicam uma grande diversidade de olhares e discursos. É sobre essa história não consensual que se atém a pesquisa “Les Réenchantements de La Courneuve²⁰¹.” Essa se materializa através de um site na internet que se faz enquanto tentativa de tecer relações e ligações de uma história comum e não consensual sobre um dado lugar. Não se trata de buscar construir uma memória coletiva dos “4000 Sud de La Courneuve”, sabemos que esse seria um trabalho de outra natureza e que tem o intuito de evidenciar consensos. O objetivo desse trabalho é recuperar e revelar os discursos dos diversos interlocutores colocando-os lado a lado.

Num momento em que se busca, principalmente no âmbito do planejamento urbano, escamotear o não consensual, essa pesquisa se propõe a trazer à tona discursos contraditórios, plurais visando evidenciar conflitos e construir uma abordagem menos ficcional dessa comunidade. O que se revela é a multiplicidade de vozes, visões, interesses, desejos em jogo que são, nessa pesquisa, mostrados a despeito da

²⁰¹ Ver: www.laa-courneuve.fr

tendência homogeneizadora dos discursos urbanísticos atuais.

Importa então traçar uma visão incorporada de quem são seus habitantes, seus modos de vida, arranjos sociais, subjetivos, singulares, principalmente porque essas áreas passam por processos de desapropriações, implosões, relocações definidas pelo Estado. Acreditamos que “Les Réenchantements de La Courneuve²⁰²” constitui-se em uma rusga infiltrada no *status quo* dos discursos hegemônicos. Sobre esses discursos, mais uma vez, faz-se necessário especular acerca de seus enunciadores, “quem fala, de onde fala, o que fala e para quem” evidenciando o diagrama de forças constituído pelas relações entre poder, saber e subjetividade que opera sobre essa realidade.

Experiência 5



FIG 37: Morador participando de Workshop em La Courneuve.
Fonte: <http://www.laa-courneuve.net/presentation81.html>

²⁰² Participei dessa pesquisa enquanto convidada do LAA (Laboratoire de Recherche de L'École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris La Villette) dentro do Programa de Cooperação Internacional CAPES/COFECUB-2007/2008. Nessa pesquisa coordenei a sessão Débats onde busca-se construir um debate internacional acerca dos grandes conjuntos habitacionais edificados mundo afora e que podem se relacionar com a Cite des 4000 de La Courneuve. Nessa sessão acompanhamos o percurso de vida dessas habitações evidenciando a sua construção, reabilitação, demolições, implosões (quando houver).

A quinta experiência ocorreu em Paris/FR no Curso de Máster na École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris Belleville (ENSAPB) no período de 2007/2008. Enquanto o pensamento hegemônico no campo da arquitetura e do urbanismo estimula abordagens verticais e demiúrgicas das realidades onde os arquitetos urbanistas irão intervir o que identificamos nessa quinta experiência é o desejo e a busca por abordar esses territórios na esfera íntima, cotidiana, minúscula. Seguindo as indicações de Machado de Assis trata-se de praticar um “olhar míope”, que à distância enxerga apenas nebulosidades e, de perto, só vê “coisas miúdas”, os recônditos e interstícios que as “grandes vistas” não alcançam.

Não estamos reduzindo a importância dos levantamentos, mapas, dados e demais aspectos considerados para se formar um conhecimento acerca de determinadas situações urbanas, mas estamos reivindicando a necessidade de se reconhecer as limitações dos diagnósticos que tratam do espaço numa visão macroscópica. Estamos assim solicitando que outras abordagens também se façam. A experiência vivida na Escola de Arquitetura de Belleville nos dá algumas pistas e possibilidades para essas abordagens em zonas proximais.

O contexto de estudo é novamente a “Cité des 4000 Sud de La Courneuve”. A experiência refere-se às atividades desenvolvidas na disciplina de Máster intitulada “Regards sur la ville contemporaine”²⁰³ ou “Les Roulettes” – Projets participatifs aux 4000 sud” — experiência desenvolvida em 2007 e 2008 na Ecole Nationale Supérieure d'architecture de Paris Belleville - ENSAPB/ Paris/ França juntamente com os habitantes de La Courneuve/ Paris/ França). Nesse estudo, trabalhamos no sentido de demandar aos estudantes que criassem novos dispositivos de participação e de possíveis microprojetos para os “4000 Sud de La Courneuve”.

²⁰³ Equipe de professores da disciplina opcional “Regards sur la ville Contemporaine” no Curso de Máster na École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris Belleville/ França, em 2007/2008: Alessia De Biase (coordenadora), Maria Castrillo Michela Franzoso, Monique Sanches Marques, Sandra Parvu, A minha participação nessa disciplina deu-se dentro do Acordo de Cooperação Internacional/ CAPES/COFECUB/2007/2008 – Stage Doctorad).

[...] O processo de construção da cidade, do projeto urbano ou territorial dos urbanistas até as estratégias de apropriação do espaço por parte dos habitantes, se tornam então nossa matéria - prima para a antropologia da cidade contemporânea. Traduzir os processos, compreender os mecanismos e pensar na maneira de mostrá-los (Taussig, 2005) Como se constrói a cidade? Como podemos apreendê-la e restituí-la? Estas perguntas nos interessam pelas materialidades que elas impõem, não somente aquelas de nosso objeto de estudo privilegiado, a cidade, mas também aquelas que dizem respeito à postura do pesquisador: as ferramentas de pesquisa.” (DE BIASE, 2009).

No âmbito do urbanismo e do planejamento urbano vemos o termo participação sendo banalizado e cooptado que nos parece ter perdido a sua força e poder originais de buscar uma construção realmente coletiva das cidades. Nessa captura a noção de participação vem sendo utilizada com sentidos por vezes contraditórios, nos mais variados discursos: de adeptos do planejamento estratégico ou do new Urbanism de empresas multinacionais privadas, de municipalidades das mais distintas cores políticas, do próprio ministério das cidades (estatuto da cidade), de organizações do 3º setor (ONGs), dos bancos (mundial, interamericano de desenvolvimento, etc.). Nessa direção, essa disciplina ao demandar aos estudantes que construam ferramentas que tornem possível conhecer a realidade de La Courneuve contada pelos próprios moradores busca resgatar e retomar a importância da noção de participação para a arquitetura e para as cidades. Inventar dispositivos de voz para os moradores[...] eis o objetivo dessa experiência. Não estamos portanto nos referindo aos inúmeros questionários muitas vezes empregados em pesquisas, na concepção molar, mas na perspectiva “miúda” de que nos fala Machado de Assis.

Para a invenção desses outros dispositivos e para conhecer a comunidade de La Courneuve, não através do olhar demiurgo, vertical, mas também na proximidade, os estudantes propuseram o jogo como interface. Vemos novamente a ideia do “jogo” associada à construção de estratégias participativas em arquitetura e urbanismo. O arquiteto demiurgo não trabalha com o jogo, pois esse resvala inevitavelmente na noção de relação dos envolvidos num dado processo.

Assim, com o objetivo de construir ferramentas para se fazer conhecer os

arranjos subjetivos e singulares dos habitantes de La Courneuve, os estudantes construíram uma maquete que reproduzia o contexto arquitetônico e urbanístico dessa localidade. Uma maquete em grande escala sobre a qual os habitantes pudessem deambular. Ela foi colocada numa manhã de sábado na praça do setor comercial desse conjunto na mesma posição das barras dos prédios. O jogo se fazia à medida que os habitantes se aproximavam das bancas onde estavam as maquetes. Reconhecendo as barras onde situam as suas moradias eles eram convidados a participar e a fazer funcionar essa interface. Ao lado dessas maquetes havia roletas e os estudantes colocavam aos moradores a seguinte questão: “Quais são os tesouros de La Courneuve?” ou se “Se eles recebessem uma pessoa que não conhecesse La Courneuve, suas ambiências, seus arranjos onde o levaria? Ao girar a roleta, pequena engenhoca inventada e construída pelos alunos, é colocada aos habitantes as diferentes circunstâncias sob as quais receberia esse outro/estrangeiro para quem ele irá apresentar La Courneuve.



FIG 38: Montagem das maquetes e realização do Workshop em La Courneuve. Fonte: MARQUES,2008.

Girando a roleta o morador construía - na sucessão das circunstâncias tiradas ao azar - a situação peculiar sob a qual receberia esse outro. Eram várias as possibilidades de circunstâncias em que cada morador receberia o seu visitante. Por exemplo: receber uma pessoa, ou duas, ou seis, ou sete. A idade dessas pessoas, nome, tempo dispendido na visita. Nas roletas era definida também a quantidade de recurso financeiro que o morador disporia para essa visita. Outros aspectos eram definidos ao azar, tais como, a estação do ano (primavera, verão, outono, inverno)²⁰⁴ em que essa estadia se daria. Esse conjunto de condicionantes constituiu para cada habitante as circunstâncias em que receberia esse(s) visitante(s). Através das roletas eram

²⁰⁴ Lembrar que as estações do ano na Europa são bastante definidas.

determinadas a idade do suposto visitante, seu nome, o tempo dispendido na visita, etc.

Uma vez definidas as circunstâncias da visita, os estudantes colocaram aos moradores algumas atividades a serem realizadas durante essa incursão em La Courneuve: passear, escutar, visitar, comprar, comer, beber, dançar, olhar dentre outras ações. A questão era colocada aos moradores da seguinte maneira: Onde você levaria o(s) visitante(s) para passear, comer, comprar, encontrar, dançar? Foi dado a cada morador/ jogador pictogramas referentes a cada uma dessas atividades e ele os colocava sobre a maquete identificando esses lugares em La Courneuve. Nesse percurso, ficava claro que sem dinheiro era possível levar uma pessoa para comer no restaurante da associação comunitária, mas que com algum era possível se deliciar com a comida servida por uma senhora em seu apartamento localizado em uma das barras. Foi também possível perceber que a praça projetada como lugar de encontro pelos arquitetos não é identificada pelos moradores como tal e que os terraços das barras constituem-se em praças suspensas e “com vista” porque está no alto e “tem céu”. Foi possível saber que existem atividades comerciais entre os moradores, que seus apartamentos não são somente habitações e que eles desfrutam de uso misto ao contrário do que reza na Carta de Atenas. Vimos através desse jogo um revelar de relações inesperadas e que contraria as aparências fáceis. A quantidade dos pictogramas colocados pelos moradores sobre as maquetes também nos deram a noção da repetição e densidade das atividades em seus respectivos lugares.

Esse tipo de abordagem refere-se a uma abordagem [...] "pós-disciplinar" da cidade, através de estudos de caso de pesquisas já realizadas, o que nos parece um meio necessário para atingir sua complexidade. Uma compreensão pós-disciplinar de pesquisa implica a construção de uma interação entre pesquisadores que são capazes de adotar o ponto de vista e as regras dos outros (Wallestein, 1996, Joas et Camic, 2004, Joas, 1999). É quando os pesquisadores são capazes de agir usando os "óculos" do outro para observar fenômenos sociais, que a "pesquisa adota uma poética própria" (Brady, 1991). Esta postura permite também não perder de vista o objeto urbano ou arquitetônico frente aos "escorregões" disciplinares que às vezes levam a uma "amputação" do diálogo com as outras disciplinas ao impedir a construção de um diálogo comum. Esta situação não é fixa, está em movimento constante, busca explorar diferentes possibilidades de descrever, representar e analisar a cidade

contemporânea hoje com a ajuda de ferramentas clássicas e novas, vindas de diferentes disciplinas, cada vez utilizadas em função das circunstâncias de cada pesquisa (da cartografia ao documentário, passando pela entrevista, o hipertexto, etc.)". (DE BIASE, 2009).

Assim, em 31 de maio de 2008 os habitantes de La Courneuve receberam um pequeno grupo de jovens arquitetos urbanistas inventores de novas e diferentes ferramentas de abordagem para "fazer-conhecer" a vida cotidiana dos que lá moram. Esses jovens arquitetos chegaram sem ser convidados e acabaram por ocupar uma fresta, assim como fazem os feirantes, os ambulantes com suas leves barracas e bancas. Eles construíram uma situação, uma circunstância através de uma micropolítica por meio da qual ou onde os habitantes foram se enredando. Nenhum questionário ou entrevista, apenas uma ferramenta de "fazer-conhecer" - hábil, sofisticada, complexa, provocadora no pensamento, simples em sua execução/operacionalização. Esse dispositivo fez com que moradores dessa *Cité* de maneira reflexiva, inventiva e também espontânea contassem para eles mesmos e para os outros que ali estavam como é habitar esse sítio ou os tesouros de La Courneuve.

Se nessa tese num primeiro momento abordamos as posturas desencarnadas, percorrendo um histórico da formação dos arquitetos urbanistas desde os modernos e de como os saberes hegemônicos vêm sendo tematizados e difundidos na vida universitária, no segundo momento tratamos das posturas incorporadas através da apresentação de uma série de exemplos selecionados. Tais exemplos foram utilizados porque acreditamos que se fazem por críticas e desacordos em relação aos modos de ações desencarnados. Já no terceiro e último momento tem-se experiências atuais escolhidas em função da minha participação direta nos seus processos de concepção e de realização. Tais práticas são tentativas de se infiltrar posturas incorporadas no ensino, na formação de futuros arquitetos urbanistas. Portanto, valem-se do conhecimento e crítica em relação aos modos de ação desencarnados e incorporados, são ensaios e proposições, práticas experimentais como desdobramento e reação ao quadro atual de formação e atuação desses profissionais nas realidades contemporâneas.

De certo modo, esse último é uma espécie de autobiografia desses anos de escrita da tese, uma vez que revelam experiências das quais participei diretamente, sejam em ateliês de projeto em escolas de arquitetura, em projetos de pesquisa entre universidades, comunidades e o poder público, seja em Belo Horizonte, em Salvador ou em Paris²⁰⁵. Apesar de sabermos da fragilidade, susceptibilidade e mesmo apagamento de algumas dessas experiências pensamos que em práticas como essas se problematizam os conteúdos discutidos nessa tese visto que buscam ser infiltrações a se colocarem à prova nas nossas práticas escolares, na lida com comunidades, com os poderes públicos, com agentes de toda ordem tendo a vida lá fora como lugar de experimentar, aprender, viver junto. Em cada uma dessas experiências assumem-se jogos de forças de onde se propõem, combater, reagir, negociar, associar, absorver as diferentes subjetividades, singularidades e interesses envolvidos. São objetivos das experiências citadas construir, de forma coletiva, ferramentas conceituais e metodológicas para se aproximar e apreender as cidade contemporâneas,

Essas experiências constituem um laboratório urbano itinerante, onde apesar de situados geograficamente em contextos bastante diferentes identificam-se enquanto tentativas de se construir pequenas máquinas de guerra, comprometidas com o desejo de se contribuir para o arquiteto do devir.²⁰⁶

Mas quais seriam as possíveis relações entre as posturas assumidas pelo *star systems* da arquitetura e do urbanismo e os modos de ações dessas pequenas experiências retratadas nesse debate inconcluso? Para entender as relações de força que constituem formações discursivas, enunciados arquitetônicos e urbanos é oportuno na esteira de Foucault nos perguntarmos “quem fala?”, “a quem fala?” “a quem respondem?”,”quais as estratégias utilizadas?”, “quem as consome?” “ a quem interessam?” Os exemplos citados encarnam dispositivos, agenciamentos os quais nos referimos durante todo o percurso da tese no que se refere às relações entre as

²⁰⁵ As três cidades onde morei durante o tempo de elaboração da tese.

²⁰⁶ Outras experiências poderiam ser citadas, mas priorizamos aquelas nas quais eu tenha participado efetivamente. Dentre essas experiências Ver: <http://www.mom.arq.ufmg.br/>, <http://www.association-face.com/>, <http://www.polimorph.net/>.

máquinas de Guerra e o aparelho de Estado, entre as forças molares e moleculares. As primeiras dizem respeito às linhas de fuga já as segundas remetem-se às linhas de segmentariedade. Seria antiproducente chamar para o confronto (mesmo que teórico) o pensamento hegemônico, molar e as práticas moleculares. Eles têm naturezas e escalas diferentes apesar de se alimentarem mutuamente. Vale lembrarmos Deleuze (DELEUZE; PARNET, 1998) quando diz que o aparelho de Estado trabalha a partir da publicidade enquanto as máquinas de Guerra trabalham em segredo. É intuito dessa tese especular e problematizar esses diferentes modos de pensar e agir (sejam eles molares, moleculares) para a construção de cidades e arquiteturas. Deixar transparecer de onde partem e como operam nossos saberes, nossas subjetividades, os poderes que estão em jogo e trabalhar para ajudar a desvelar o quadro de forças que subjetivam nossas formações e práticas buscando contribuir para o devir arquiteto urbanista foi sempre o motivo dessa tese. Pensar sobre o devir é pensar uma diferença, uma maneira outra de estar, ali onde tudo parecia definitivamente consumado. É pensar as condições de possibilidade não de um outro arquiteto urbanista, mas do “outro” de todo arquiteto urbanista.

Referências bibliográficas

- ABALOS, Iñaki. *O que é paisagem*. PortalVitruvius. Arqtextos. São Paulo, n°049, mai. 2004. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq049/arq049_00.asp. Acessado em 25/01/2010.
- ABRAMS, Charles. *Habitação, Desenvolvimento e Urbanização*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1967:119
- ALEXANDER, Christopher. *El modo intemporal de construir*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.
- ALEXANDER, Christopher. A City Is Not a Tree. *Architectural Forum*, abril de 1965.
- ALEXANDER, Christopher. *Urbanismo y Participación: El caso de la Universidad de Oregon*. 2a ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- ALEXANDER, Christopher. *Notes on the synthesis of form*. Cambridge: Mass Havard University Press, 1964.
- ALISON ET PETER SMITHSON. Boulogne: AA L'Architecture D'Aujourd'hui, N° 344, janvier/février. 2003.
- AGAMBEN, Giorgio. Le cinéma de Guy Debord. In : *Image et mémoire*, Hoëbeke, 1998.
- ANDREOTTI, Libero. *Le grand jeu à venir – textes situationnistes sur la ville*. Paris: Éditions de La Villette, 2007.
- ANGUISSOLA, Luigi Beretta (a cura di). *I 14 Anni del Piano Inacasa*, Roma: Staderini Editori, 1963:16-18.
- ARANTES, O.; VAINER, C. MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefebvre*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- ARANTES, Otilia B. Fiori. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- ARANTES, Paulo. *Memórias do presente (100 entrevistas do mais!)*, 2003.
- BANDEIRINHA, José Antônio. *O processo SAAL e a arquitetura no 25 de abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.
- BASTOS, Clarissa Maria Valgas; KAPP, Silke. Produção habitacional de interesse social por autogestão: o desenho emancipado?. In: II Congresso Brasileiro e I Ibero-americano de Habitação Social: Ciência e Tecnologia, 2006, Florianópolis. Anais do II Congresso Brasileiro e I Ibero-americano de Habitação Social: Ciência e Tecnologia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. v.
- BENÈVOLO, Leonardo. *Histoire de l'architecture moderne: l'inévitable écletisme (1960/1980)*. Paris: Bordas, 1988.
- BÍBLIA SAGRADA. A.T. Êxodo. Cap.25, vers. 8-9.

- BICCA, Paulo Renato Silveira. *Le dogme architecte*. 1979. These de Doctorat, Université des Sciences Sociales. Grenoble. 1979.
- BLANK, Gilda. Brás de Pina: Experiência de Urbanização de Favela. In: BLAY, Eva Alterman. *A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana*. Petrópolis: 1979.
- BO BARDI, Lina. *Contribuição Propedêutica ao Ensino da Teoria da Arquitetura*. São Paulo: Instituto Lina Bo / P.M. Badi, 2002.
- BO BARDI, Lina. *Lina Bo Bardi. Instituto Lina Bo e P.M.Bardi*. Org: Marcelo Carvalho Ferraz. São Paulo. 1993.
- BO BARDI, Lina. *Tempos de grossura: o design no impasse*. São Paulo: Instituto Lina Bo / P.M. Bardi, 1994.
- BONILLO, Jean-Lucien; MASSU, Claude; PINSON, Daniel (Org.). *La modernité critique, autour de CIAM 9 d'Aix-en-Provence – 1953*. Editions Imbernon, 2006.
- BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Team 10: arquitetura como critica*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Éve. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard, 2000.
- CANDILIS, George; A. Josic; S Woods. “À la recherche d’un sens nouveau au sens du mot architecte”: *Le Mariage de la casbah et du meccano*, p.45-53, apud Jean-Louis Violeau, “L’internationale situationiste et la ville”: *Urbanisme*, Mai-juin 1998.
- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- CAUQUELIN, Anne. *Essai de philosophie urbaine*, Paris: PUF, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. Laços do desejo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990: 19-66.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades – uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CHOAY, Françoise; MERLIN, Pierre. *Dictionnaire de l’urbanisme et de l’aménagement*. Paris: Quadrige, 2005.
- CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004
- CLÉMENT, Gilles. *Le jardin en mouvement – de la Vallée au Parc André-Citroen*. Paris: Sens & Tonka, 1994.
- DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua; espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- DE BIASE, Aléssia; ROSSI, Cristina (Org.). *Chez nous. Territoires et identités dans les mondes contemporains*. Paris: Editions de La Villette, 2006. Collection Études et recherché.
- DE BIASE, Aléssia; BONIN, Philippe (Org.). *L’abécédaire anthropologique de l’architecture et de la ville*. Cahiers de La recherche architecturale et urbaine, n° 20-21, mars. 2007.
- DÉBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DE CARLO, Giancarlo. *Architecture et liberté*. Paris: Éditions Du Linteau, 2003.
- DE CARLO, Giancarlo. A experiência participativa de Giancarlo De Carlo. Portal vitruvius. São Paulo, ano 8, v.32, out/nov/dez. 2007. Entrevista. Disponível em:

www.vitruvius.com.br/entrevista/decarlo/decarlo.asp. Acessado 15/02/2009.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DE CERTEAU, Michel. *A Cultura no plural*. São Paulo: Papyrus, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-édipo - capitalismo e esquizofrenia*. 403. Lisboa: Assírio & Alvin, 1966.

DELEUZE, Gilles. "O que é o dispositivo?" in: *O Mistério de Ariana*. Lisboa: Passagens, 1996.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 5 volumes.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*, São Paulo, Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

DELEUZE, Gilles. *Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. São Paulo, Ed.34, 2001.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. *A ilha deserta e outros escritos*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

ERR: publicação da arquitetura e urbanismo do Centro Universitário Izabela Hendrix. Belo Horizonte: Coletivo ERR, 2003.

FATHY, H. *Construindo com o Povo: arquitetura para os pobres*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

FERNANDES, Ana, JACQUES, Paola Berenstein. (Org.). *Territórios urbanos e políticas culturais*. Cadernos PPGAU/FAUFBA – Ano 2, número especial. Salvador: PPGAU/FAUFBA, 2004.

FERNANDES, Ana; JACQUES, Paola Berenstein (Orgs.). Cadernos PPGAU/FAUFBA- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal da Bahia. – Ano 2, número especial, (2004) — Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2004 –v.: II.

FERNANDES Samuel Roda Fernandes, Extra]muros[. l'architecture d'aujourd'hui, nº185, 1976.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. Ed. Rev. Aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERRO, Sérgio. *O Canteiro e o Desenho*. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1979.

FERRO, Sérgio. *Sérgio Ferro: Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: CosacNaify, 2005.

FIGUEREDO, Cezar Augusto; LINO, Sulamita Fonseca; VILLELA, Clarisse Martins. *Arquitetura sem modo de usar*. 2009. http://cumincades.scix.net/data/works/att/sigradi2009_955.content.pdf.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. São Paulo: Vozes, 1971.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis:

Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. V.1.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. V.2.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade III: O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. V.3.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas; uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*, trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. L. (Org.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

FRIEDMAN, Yona. *L'architecture de survie: une philosophie de la pauvreté*. Paris: Éditions de l'éclat, 2003.

GOMBIM, Richard *As Origens do Esquerdismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

GUATTARI, Félix; *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. Campinas. São Paulo: Papirus, 1990.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*, Petrópolis, Vozes, 1993.

GUATTARI, Félix. A paixão das máquinas. In: *O reencantamento do concreto - Cadernos de Subjetividade/ Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, São Paulo, v.1, n.1, 1993:39-52.*

GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Alice Maria (orgs.), 1999. *Rebeldes e contestadores*

GUIHEUX, Alain (org.). *Architecture instantanée*. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 2000.

HEUVEL, Dirk Van Den; RISSELADA, Max. (Org.). *Team 10: in search of a utopia of the present*. Rotterdam: Nai Publishers, 2006.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos; O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOBSBAWM, Eric. 1973. *Revolucionários: Ensaios Contemporâneos*. 2ª edição Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

JACQUES, Paola Berenstein. *A estética da ginga; a estética das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade / Internacional Situacionista*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein, JEUDY, Henri, (Org.). *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA - PPGAU/FAUFBA, 2006.

- JACQUES, Paola Berenstein, *Notas sobre Espaço Público e Imagens da Cidade*. Julho 2009. http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq110/arq110_02.asp. ISSN 1809-6298.
- JAPPÉ, Anselm - *Guy Debord*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- JEUDY, Henri- Pierre. *Memórias do Social*, Rio de Janeiro , Forense Universitária, 1990.
- JEUDY, Henri- Pierre. *Les Usages Sociaux de L'Art*. Paris, éditions Circé, 1999.
- JEUDY, Henri-Pierre. *La critique de l'esthétique urbaine*, Paris, Sens&Tonka, 2003.
- JORGE, Luís Antonio. *As lições da arquitetura brasileira de Lina Bo Bardi*. São Paulo: Revista Projeto Design, setembro 1997.
- JORGE, Luís Antonio. *O espaço seco*. 1999. Tese de doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999.
- KAPP, Silke. *Moradia e Contradições do Projeto Moderno. Interpretar arquitetura*, Belo Horizonte, v. 6, n. 8, 2005.
- KAPP, Silke. *Contra a Integridade*. MDC. Revista de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 8-11, 2006.
- KAPP, Silke. Síndrome do estojo. In: *Anais do IV Colóquio de Pesquisas em Habitação: Coordenação Modular e Mutabilidade*. Belo Horizonte: MOM / EAUFMG, 2007. (pdf) http://www.mom.arq.ufmg.br/coluquiomom/comunicacoes/kapp_sindrome.pdf
- KEHL, Maria Rita. O desejo da realidade. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990: 363-382.
- KOOLHAAS, Rem; MAU, B. *S,M,L,XL*. Rotterdam: 010 Publishers, 1997.
- KOOLHAAS, Rem. The generic City. In: *S, M, L, XL*. New York, The Monacelli Press, 1995:1239-1264.
- KOOLHAAS, Rem; BOERI, Stefano. *Mutations*. Barcelona: Actar & Arcen rêve centre d'architecture. 2000
- KOSTOF, Spiro. *El arquitecto: historia de una profession*. Madrid: Catedra. 1984.
- KROLL, Lucien. *Bio psycho sócio – Eco: ecologies urbaines*. Paris: éditions l'Harmattan.
- KROLL, Lucien. *Tout est paysage*. Paris: Sens & Tonka, 2001.
- KROLL, Lucien. *Manifesto: lenta transformação nas políticas habitacionais. Vitruvius – Universo paralelo de arquitetura e urbanismo: Arquitectos*. São Paulo <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp106.asp>> (14-08-2005).
- KROLL, L. *An Architecture of Complexity*, Cambridge: MIT- Press, 1986. XI.
- KWINTER, Sanford; *Rem Koolhaas: Conversas com estudantes*. Editorial Gustavo Gili: Barcelona, 2002. Coleção Conversas com estudantes.
- LE CORBUSIER. *Urbanismo*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. 1.ed. Martins Fontes: São Paulo, 1992.
- Editora: Martins Fontes: São Paulo, 1992.
- LE CORBUSIER [Charles-Edouard Jeanneret-Gris]. *Towards a New Architecture*. New York: Dover Publication. 1986.

- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne I, II e III*, Paris, Gallimard, 1948, 1950, 1951
- LEFEBVRE, Henri. The everyday and everydayness, In: HARRIS, S.; BERKE, D. *Architecture of Everyday life*. NYC: Princeton Architectural Press, 1998:32-37.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Trad. Tânia Pellegrini. São Paulo: Ed. Nacional, 1970.
- LOPES, FERNANDO. *As operações do SAAL*. Disponível em http://www.midas-filmes.pt/di/DI_as_operacoes_saal.pdf. Acessado 20/02/2010
- LOOS, Adolf. *Ornamento e Delito*, 1908. In: www.eesc.usp.br/babel. Tradução de Anja Pratschke, 2001-2002.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MAGALHÃES, Sérgio (2007). *A Cidade da Incerteza: Ruptura e Contigüidade em Urbanismo*. Rio de Janeiro. Viana e Mosley: Ed. PROURB.
- MAGNAVITA, Pasqualino Romano. *Nomadologia e a História da Cidade e do Urbanismo no Pensamento Pós-estruturalista - IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, São Paulo, setembro, 2006:1-20.
- MAGNAVITA, Pasqualino Romano. *O lugar da diferença*. Rua (Revista de Urbanismo e Arquitetura), Salvador, v.1, n.8, p.64-73, julho/dezembro, 2003.
- MAGNAVITA, Pasqualino Romano. *História, Cidade e o Pensamento Pós-estruturalista*. Salvador, 2006. (Falta a editora)
- MAGNAVITA, Pasqualino Romano. Planejamento Urbano – *Tendências, ensino e questionamentos*. Revista VeraCidade – Ano 1 – nº 01, Dezembro, 2006.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- MATOS, Olgaria. C.F, 1987. Lua Nova, cultura e política vol.3, N 4
- MATOS, Olgaria. C.F, 1981. Paris 1968, as barricadas do desejo
- MOM – Morar de Outras Maneiras (Grupo de Pesquisa da EAUFMG) www.arq.ufmg.br/mom
- MOREIRA: Clarissa da Costa. *A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação: cenários para o Porto do Rio*. 2002. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes. 1982.
- NEGRI, A.; HARDT, M. *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- NEGRI, Antônio. *Exílio*. São Paulo: Iluminuras. 2001.
- OITICICA, Hélio. *Aspiro ao grande labirinto*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- PÁL PELBART, Peter. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- PÁL PELBART, Peter; COSTA, Rogério da. Apresentação. In: *O reencantamento do concreto/ Cadernos de Subjetividade - Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, São Paulo, n.1, 1993:11-13. V.1.*

- PEREIRA, Nuno Teotônio. Estudo interpretativo dos objectivos a prosseguir através do SAAL. In: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*. Conselho Nacional do SAAL. 1.ª edição, 1976. VI.
- PUGLIESI, Stella Christina Silveira de Toledo Santos. Urbanização de Favelas: De Alternativa a Política Consolidada. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo - Escola de Engenharia de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. *Orientador*: Nabil Georges Bonduki.
- PORTAS, Nuno. Os Tempos das Formas. In: *A Cidade Feita e Refeita*, (Guimarães, Departamenton Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho??), 2005, p. 307-309. Ana Vaz Milheiro e João Afonso (coord.), *Nuno Portas, Prémio Sir Patrick Abercrombie, Prize UIA 2005*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2005.
- PORTAS, Nuno. *Depoimento do arquitecto Nuno Portas*. Revista Cidade/Campo, nº2, Maio 1979.
- PORTELA, Thais de Bhathumchinda. O caminho entre o padrão e a gambiarra. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Orgs.). *Resistências em espaços opacos*. Cadernos PPG-AU/FAUFBA / Ano 5, número especial, (2007). Salvador: PPGAU/FAUFBA, 2007.
- RAGON, Michel. *L'architecte, le Prince et la Démocratie*. Paris: Albin Michel, 1977.
- RANCIÈRE, Jacques. Política da Arte, palestra realizada no evento *São Paulo S.A. práticas estéticas, sociais e políticas em debate – Situação #3 Estética e Política* (17/19 de abril 2005 no SESC-Belenzinho).
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). *Resistências em espaços opacos*. Cadernos PPGAU/FAUFBA / Ano 5, número especial, (2007). Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2007.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- ROUILLARD, Dominique. *Superarchitecture; Le futur de l'architecture 1950 – 1970*. Paris: Éditions de La Villette, 2004.
- ROLNIK, Suely. *Uma ética do real*. Disponível em: www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/eticareal.pdf. Acessado em 29/01/2010.
- ROWE, Peter G. *Modernity and Housing*. Cambridge. Massachussets: The MIT Press, 1995:229.
- RUBINO, Silvana; GRINOVER, Marina (Org). *Lina Por Escrito: Textos Escolhidos De Lina Bo Bardi*. COSAC NAIFY, 2009.
- RUDOFISKY, Bernard. *Architecture sans architectes: brève introduction à l'architecture spontanée*. Paris: Éditions du Chêne, 1980.
- RUDOFISKY, Bernard. *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*. Londres: Academy Editions, 1964.
- RYKWERT, Joseph. *A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade*. Tradução Valter Lelis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Gravação de Conferência no L.N.E.C. em janeiro de 1972.
- SANTOS, Carlos Nélon Ferreira dos; VOGEL, Arno (coord.). *Quando a rua vira casa*. São Paulo. Projeto Arquitetos Associados, 1985.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1984). Rio de Janeiro, o que transforma o que é transformado.

In TURKIENICZ, Benamy (org.). *Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. São Paulo, ProEditores, 1984:99-117.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *A humanização das cidades*. Rio de Janeiro: [s.n.] 1983.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Dicidme ciudades mías si otros planes hay tan llenos de fantasías*. Rio de Janeiro: [s.n.] 1983.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização do pensamento único e à consciência universal*. São Paulo: EDUSP, 2006.

SERT, J. CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna)8, 1952, New York. *The Heart of the City: towards the humanization of urban life*. New York: Pelegrini and Cudahy, 1952.

SEVCENKO, Nicolau. *A Corrida do Século 20 para o 21: No Loop da Montanha-Russa*. 2001.

SEWING, Werner. *L'héritage du Team X ou La modernité repensée*. FOL, Jac. (Org.). LABFAC – Latoratory for Architecture. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 1998:73-88.

STALKER. *Paysages d'entre-villes*. Paris: Musée Zadkine, 2001.

SUBIRATS, Eduardo. “*A viagem ao final do paraíso. Arquitetura e crise civilizacional*”. Portalvitruvius. *Arquitextos*. São Paulo, n°139, jul. 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp139.asp>>. Acessado em 08/02/2010. P. 104

TAFURI, Manfredo. *Projecto e Utopia; arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Lisboa: Presença, 1985.

TEAM 10 + 20. *Boulogne: AA L'Architecture D'Aujourd'hui*, N° 177, janvier/fevrier. 1975.

THIERRY, Davila (Org.). *Marcher, créer. Déplacements, flâneries, derives dans l'art de La fin du XX siècle*. Paris: Éditions du Regard, 2002.

TRETIACK, Philippe (Org.). *Qu'est-ce que l'architecture aujoururd'hui?* Paris : Beaux-Arts Editions, 2007.

VARELLA, Drauzio; BERTAZZO, Ivaldo; JACQUES, Paola Berenstein. *Maré, vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

VIOLEAU, Jean-Louis. *Situations Construites*. Paris: Sens&Tonka éditeurs, 2006.

VIOLEAU, Jean-Louis. “L'internationale situationiste et la ville”: *Urbanisme*. Mai-juin 1998: 41-44.

VIRILIO, Paul. *A Máquina de Visão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. 2ª edição.

www.laa-courneuve.net/

Scientific Electronic Library Online Brasil: <http://www.scielo.br>

Portal Vitruvius <http://www.vitruvius.com.br>

ARCOWEB: <http://www.arcoweb.com.br/> (Revistas Projeto Design e Finestra)

PINI: <http://www.piniweb.com/> (Revistas Construção Mercado, AU, Técnica)

Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ANTAC: <http://www.antac.org.br>

Programa de Tecnologia de Habitação – HABITARE: <http://www.habitare.org.br/capa.aspx>

Centro de Referência e Informação em Habitação - InfoHAB: www.infohab.org.br

Rede Urbanismo no Brasil: <http://www.urbanismobr.org/setframe.htm>

NOMADS (Grupo de Pesquisa da Universidade de São Carlos) – www.nomads.usp.br

Cronologia do pensamento urbanístico (Grupo de pesquisa UFBA e UFRJ) –

www.cronologiadourbanismo.ufba.br

www.corpocidade.dan.ufba.br

www.polimorph.net/

www.association-face.com/